

Walderez Simões Costa Ramalho

A HISTORIOGRAFIA DA MINEIRIDADE
TRAJETÓRIAS E SIGNIFICADOS NA HISTÓRIA REPUBLICANA DO
BRASIL

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
2015

Walderez Simões Costa Ramalho

A HISTORIOGRAFIA DA MINEIRIDADE
TRAJETÓRIAS E SIGNIFICADOS NA HISTÓRIA REPUBLICANA DO
BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como pré-requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História, Tradição e Modernidade:
Política, Cultura e Trabalho

Linha de Pesquisa: Ciência e Cultura na História

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Reis

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
2015

981.51
R165h
2015

Ramalho, Walderez Simões Costa

A historiografia da mineiridade [manuscrito] : trajetórias e significados na história republicana do Brasil / Walderez Simões Costa Ramalho. - 2015.

170 f. : il.

Orientador: José Carlos Reis.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. Historiografia - Teses. 3. Identidade - Teses. 4. Minas Gerais – História - Teses I. Reis, José Carlos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida pelo aluno **Walderez Simões Costa Ramalho** intitulada: “**A historiografia da mineiridade: trajetórias e significados na história republicana do Brasil**” no dia 06 de junho de 2015 e **aprovada**, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Jose Carlos Reis

Prof. Dr. **José Carlos Reis** (UFMG) - Orientador

Regina Horta Duarte

Profa. Dra. **Regina Horta Duarte** (UFMG)

Caio César Boschi

Prof. Dr. **Caio César Boschi** (PUC-MG)

Ricardo Luiz de Souza

Prof. Dr. **Ricardo Luiz de Souza** (FAMINAS E UNIFEMM)

Prof. Dr. **Mauro Lúcio Leitão Condé** (UFMG)

AGRADECIMENTOS

A jornada percorrida nestes dois anos de trabalho e que culmina nesta dissertação só foi possível com o apoio de muitas pessoas, às quais dirijo o meu mais sincero agradecimento.

Esta dissertação é resultado de um interesse de pesquisa sobre teoria e história da historiografia brasileira que surgiu ainda durante minha graduação, quando comecei na Iniciação Científica. Desde então, estive sob a criteriosa e sempre solícita orientação do professor José Carlos Reis. A confiança no transcórre da pesquisa, os comentários e críticas valiosas em nossas reuniões sobre o projeto, além da postura como professor, foram não apenas fundamentais para a realização deste trabalho, como são um exemplo que levo para minha formação profissional. Muito obrigado.

Agradeço aos professores da banca e do exame de qualificação pela leitura atenta, observações e sugestões pertinentes, que muito valorizam este trabalho: Regina Horta Duarte, Amílcar Vianna Martins Filho, Ricardo Luiz de Souza e Caio César Boschi.

A Otávio Dulci sou grato pela gentileza de ter me recebido em sua casa e disponibilizado a cópia de um texto já raro, porém fundamental para a pesquisa. Nossas conversas também me abriram novas possibilidades de reflexão sobre o tema.

Mais uma vez a Amílcar Martins, que abriu as portas do ICAM, um dos acervos bibliográficos mais completos e importantes sobre Minas Gerais que existem hoje. Também pelas suas indicações e comentários, que muito me ajudaram a prosseguir nessa caminhada.

À Nathalia de Aguiar Campos, pelo trabalho de revisão do texto, que sem dúvida o deixou com uma fluência bem melhor. Aproveito para deixar claro que qualquer lapso textual aqui é de minha inteira responsabilidade.

Aos alunos da disciplina “Historiografia da mineiridade: da essência às narrativas”, que ministrei durante o estágio docente durante o primeiro semestre de 2014 na UFMG. Vocês foram poucos, mas extremamente participativos e interessados, e nossas interlocuções foram muito importantes para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos funcionários do Departamento de História da Fafich Edilene e Maurício. Aos funcionários da Biblioteca da Fafich e da Face, especialmente à Vilma Carvalho. Aos funcionários do ICAM, Lúcia e Lucineide. Aos funcionários das bibliotecas Mineiriana e Luiz de Bessa, todos sempre disponíveis e abertos a novos pesquisadores.

À Fapemig, pela bolsa de financiamento desta pesquisa, sem dúvida um apoio fundamental.

Aos meus pais, Walderez e Nilma, e a meus irmãos, Arthur e Dandara, pelo apoio incondicional, a confiança em mim depositada e o amor que sempre me dedicaram. Estamos juntos, sempre.

Aos demais familiares, pelo carinho, respeito e incentivo, em especial aos meus avós Francisco, Rosalva e Odete (cuja presença ainda é forte na memória).

Aos meus amigos, pelas conversas, distrações e amizade sincera. Corro o risco de citar alguns que estiveram mais presentes nesses últimos anos: Thales Gonçalves, Diego Armond, Lucas Monte Alto e Felipe Nascimento, pela parceria de longa data, que me é muito cara; Bárbara Tostes, Leonardo Gallo, Alexandre Marini, Larissa Padron, Breno Mendes, Hugo Rocha, Marco Girardi, Pedro Resende, Danilo Marques, Alysson Faria, pelo incentivo, pelos momentos de alegria, pelas interlocuções sobre o trabalho. Muito obrigado por tudo!

Dedico minhas melhores palavras de agradecimento à minha esposa, Aryanne, companheira de todas as horas. Seu apoio afetivo, moral e intelectual foi decisivo para a realização deste trabalho, mas, acima de tudo, a sua presença radiante em minha vida, que me estimula a seguir adiante, mesmo nos momentos mais críticos. Esse singelo agradecimento é apenas mais uma forma de expressar todo o meu amor e admiração.

O segredo da Busca é que não se acha.
Eternos mundos infinitamente,
Uns dentro de outros, sem cessar decorrem
Inúteis; Sóis, Deuses, Deus dos Deuses
Neles intercalados e perdidos
Nem a nós encontramos no infinito.
Tudo é sempre diverso, e sempre adiante
De [Deus] e Deuses: essa, a luz incerta
Da suprema verdade.

Fernando Pessoa, *Primeiro Fausto*

RESUMO

Esta dissertação aborda as narrativas de interpretação histórica sobre Minas Gerais produzidas durante o século XX, que aqui denominamos como *historiografia da mineiridade*. Investigamos como esses textos articularam sentidos à experiência do tempo em Minas para, assim, perceber como se construíram as versões sobre uma suposta identidade regional. O caminho escolhido para esse estudo se inicia com uma breve discussão em nível teórico sobre as relações entre história, escrita da história e construção de identidades. Estabelecidos os marcos teórico-referenciais, procedemos a uma dupla via de análise. Primeiro, situamos as fontes em função de seus respectivos contextos e lugares de produção. Isso nos possibilitou não apenas perceber as semelhanças e diferenças entre as caracterizações, como também a transição da formulação essencialista (identidade como algo fixo a ser descoberto pelo observador) para a não essencialista (identidade como um processo inacabado e construído em função de interesses, posições e expectativas), que marcou a historiografia da mineiridade. Em segundo lugar, buscamos organizar os principais temas e significados presentes nos textos, de modo a apreender a estrutura do discurso numa visão de conjunto. Por essa via, foi possível vislumbrar os conteúdos mais proeminentes nas fontes, bem como o teor predominantemente conservador nelas presente. Esse exercício de crítica historiográfica deve auxiliar na busca por posicionamentos críticos ao discurso essencialista-tradicional da mineiridade.

Palavras-chave: Minas Gerais; Historiografia; Temporalidade; Identidade; Narrativa.

ABSTRACT

This dissertation approaches the narratives of historical interpretation about Minas Gerais produced during the twentieth century, which are referred here as *historiography of "mineiridade"*. The purpose is to investigate how these texts articulated meanings to the experience of time in Minas in order to perceive how the versions of an alleged regional identity were built. The path chosen by this study begins with a theoretical discussion about the relations among history, historiography and identity construction. Once established the theoretical references, a two-hand analysis is performed. First, the texts are situated according to their respective contexts. This enables not only to understand the similarities and differences among the characterizations, as well as the transitions between the essentialist formulation (the identity as something fixed to be discovered by the observer) and the non-essentialist one (the identity as an unfinished process and built according to interests, positions and expectations), which marked the historiography of "mineiridade". Second, one seeks an organization of the main themes and meanings presented in the referred texts in order to understand the structure of the speech in an overview. Thus, it was possible to discern the most important content in the sources and the predominantly conservative content in them. Such exercise of critical historiography should help in the search for critical positions to the essentialist-traditional discourse of "mineiridade".

Keywords: Minas Gerais; Historiography; Temporality; Identity; Narrative.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Capa da 1ª edição de <i>Mineiridade: ensaio de caracterização</i> (1968), de Sylvio de Vasconcellos.....	80
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
Identidade e História	19
1.1 Preciões conceituais.....	19
1.2 Identidade e temporalidade.....	26
1.3 Identidade e narrativa.....	29
1.4 Identidade e História	33
CAPÍTULO 2	
A historiografia da mineiridade: da “essência” ao discurso (primeira abordagem).....	36
2.1 Primeira República: Diogo de Vasconcellos e as <i>Histórias</i>	37
2.2 Fim do Estado Novo: Alceu Amoroso Lima e a <i>Voz de Minas</i>	54
2.3 Ditadura Militar: Sylvio de Vasconcellos e a <i>Mineiridade</i>	74
2.4 Reabertura política: interpretações não essencialistas da mineiridade	93
CAPÍTULO 3	
A historiografia da mineiridade: regularidades e dispersões (segunda abordagem).....	115
3.1 O equilíbrio mineiro	116
3.2 A síntese nacional.....	127
3.3 A vocação para a política.....	133
3.4 Tradição e modernidade.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
FONTES E REFERÊNCIAS.....	156
1) Fontes.....	156
2) Referências.....	158

INTRODUÇÃO

De que jeito dizê-la? MINAS: patriazinha. Minas – a gente olha, se lembra, sente, pensa. Minas – a gente não sabe.

Guimarães Rosa, Minas Gerais

O sentimento de pertencer a Minas Gerais inspirou incontáveis tentativas de tradução num discurso coerente e unificado. Entretanto, por uma série de razões – entre as quais a própria plurivocidade da linguagem –, jamais foi possível chegar a resultados conclusivos. A ligação emotiva com a “Minas patriazinha” parece resistir a todo esforço de definição, mas, talvez por isso mesmo, o tema continua ainda hoje a seduzir intelectuais das mais variadas áreas de atuação, bem como aparece com frequência nas plataformas políticas. Entre inúmeros exemplos, citemos um retirado de figura muito influente na atual cena política regional e nacional. Em 30 de setembro de 2002, a revista *IstoÉ Gente* publicou uma entrevista com o então candidato a governador de Minas Gerais, Aécio Neves, o qual expôs a sua visão sobre quem é o “mineiro” e qual é o papel de Minas Gerais para o país:

O mineiro é hospitaleiro, conciliador e tem uma visão de pátria talvez maior do que outros estados. Quero incluir entre as características dos mineiros a ousadia. Minas tem que ousar mais, mineiro tem que ousar mais e voltar a ser vanguarda em algumas coisas. Temos que voltar a exportar nossos talentos para o Brasil e ter um papel definidor na política nacional. Quando falta a presença de Minas nas decisões nacionais, é ruim para Minas, mas é muito pior para o Brasil.¹

Uma semana depois, Neves foi eleito já em primeiro turno, iniciando o seu governo, que duraria oito anos. Não é intenção deste trabalho avaliar se o agora ex-governador teve ou não sucesso em estimular tal “ousadia” no mineiro. Mas essa transcrição é um bom ponto de partida para introduzir a nossa questão. Em poucas palavras e frases curtas, o político apresenta uma imagem de Minas Gerais e dos seus habitantes, que não é de todo fortuita, mas que carrega um longo passado discursivo, presente em diversas ocasiões na história regional e nacional. Trataremos, aqui, de analisar esse discurso, suas trajetórias e nuances de significado ao longo da história republicana do Brasil.

Com efeito, desde os primeiros anos de sua colonização, Minas Gerais foi objeto de vasta literatura dedicada a explicar as características formadoras de sua suposta identidade, seja pela via da ficção, seja pela do pensamento social brasileiro. Essa produção intelectual

¹ NEVES, 2002. Um estudo sobre as formas pelas quais esse político utilizou de imagens tradicionalmente ligadas à identidade regional mineira encontra-se em ÂNGELO, 2005.

conferiu um amplo leque de atributos e caracterizações, algumas delas conflitivas entre si: por exemplo, a visão do “mineiro” rebelde e insubmisso contrasta com o seu “senso grave da ordem”, na famosa expressão de João Pinheiro.² Também as fronteiras do território são bastante indefinidas: para uns, trata-se sobretudo da região central, mineradora, já que as demais sofreriam “contaminações” de outras regiões; para outros, ao contrário, ocorre uma expansão sociocultural de Minas para além das fronteiras administrativas, avançando sobre os estados vizinhos e transformando-lhes a feição. Tais dualidades, entretanto, não dissolveram, mas enriqueceram o discurso identitário sobre Minas Gerais, resultando num complexo sistema de representação simbólica, base do imaginário regional, o qual se disseminou dentro e fora do estado sob a denominação geral de *mineiridade*.³

Esta dissertação propõe uma retomada do tema, tendo em vista oferecer uma contribuição precisa e particular. Vamos analisar como um certo tipo de discurso, que aqui denominamos *historiografia da mineiridade*, formulou versões e explicações sobre a identidade regional mineira ao longo do século XX. Entendemos por essa categoria um conjunto de textos que abordaram explícita e diretamente a questão e buscaram sustentar suas afirmativas em função de suas respectivas interpretações sobre a história regional, distinguindo-se da literatura de ficção, por um lado, e da historiografia geral sobre Minas Gerais, de outro.⁴ Nesse sentido, foram incluídos livros, artigos, opúsculos, corografias, discursos e conferências que se enquadram nesses requisitos, mas, devido ao grande volume de textos, privilegiamos aqueles que tiveram maior repercussão e influência nas produções posteriores.

Esses textos, a maioria constituída de ensaios históricos, buscaram “codificar” o imaginário da mineiridade, e um estudo específico sobre eles pode auxiliar na compreensão de aspectos importantes da história de Minas e do Brasil. Nossa intenção aqui é realizar um exercício de crítica historiográfica (superando um modelo “antiquário” de historiografia mineira⁵), para revelar as caracterizações presentes em cada obra estudada, os significados políticos, sociais e culturais ligados ao tema, bem como as relações entre identidade cultural e

² PINHEIRO, 1980, p. 197.

³ A origem deste termo remonta a uma conferência proferida por Aires da Mata Machado Filho em 1937, na cidade de Diamantina, acerca do escritor Couto de Magalhães. Não conseguimos, porém, localizar o texto dessa conferência. Cf. MACHADO FILHO, 1981 e RESENDE, 1981, p. 92. No campo da historiografia, o termo foi amplamente difundido por Gilberto Freyre, como afirma o próprio Machado Filho em outra conferência realizada na Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 16 de julho de 1946. Cf. FREYRE, 1965 [1946].

⁴ Por “historiografia geral de Minas Gerais” chamamos, embora de forma um tanto grosseira, os trabalhos que não situam o problema da mineiridade como objeto de suas investigações. Alguns desses trabalhos estarão presentes como referências para nossas reflexões, mas não estão incluídas como fontes da pesquisa.

⁵ Por exemplo, cf. JOSÉ, 1987.

temporalidade histórica. O argumento central é demonstrar a importância de se repensarem e revisitarem esses textos desde um ponto de vista que problematize as suas afirmações, de modo a possibilitar uma avaliação crítica sobre a trajetória do discurso da mineiridade ao longo do século XX, bem como identificar os seus limites. Em suma, esta dissertação apresenta uma história de um conjunto de falas (históricas) sobre Minas, que influíram diretamente na forma como “os mineiros” são representados e se imaginam como tais.

Consideramos que a mineiridade não é um mero significante vazio ou historicamente inócuo, porque as representações identitárias norteiam as ações e valores dos indivíduos e sociedades, exercendo influência direta no processo histórico-social. Como já assinalou Cornelius Castoriadis, o imaginário social não está em oposição à “realidade”, mas compõe com ela uma relação complexa na qual um dinamiza e confere inteligibilidade ao outro.⁶ Essa relação é tão forte e imbricada que, conforme Evaldo Cabral de Mello, “à força de reivindicarem um determinado caráter coletivo, nacional, regional ou de classe, as sociedades acabam por se convencer da sua realidade, passando a agir de acordo com tais modelos”.⁷ Tal afirmação é ainda mais reveladora uma vez que parte de um grande crítico da ideia de identidade histórica, seja esta do Brasil, seja de Pernambuco.⁸ Por isso, o campo do imaginário e das representações simbólicas é tão relevante para o estudo histórico de uma sociedade quanto o modo de produção econômica ou as formas de organização política e social.

Se partirmos dessa perspectiva, torna-se importante explicitar que o nosso estudo não tem a pretensão de definir quais características pertencem ou não ao “mineiro”, mas tão somente analisar a forma como as nossas fontes conformaram múltiplas imagens de Minas, amplamente difundidas, muitas delas ainda presentes sob a forma de estereótipos (“desconfiado”, “hospitaleiro”, “tradicionalista”, entre muitos outros epítetos). Aliás, não é intenção deste trabalho verificar a veracidade ou a falsidade das narrativas da mineiridade, distinguir nelas o que é pura invenção do que é manifestação autêntica do “real”. Consideramos mais relevante a força que o imaginário possui na construção da experiência histórica, seu poder de dar sentido e conformar práticas políticas, sociais e culturais.

O tema geral deste trabalho é, portanto, pensar as relações entre história, historiografia e construção de identidades. De acordo com Maria de Lourdes Janotti,

⁶ CASTORIADIS, 1982.

⁷ MELLO, 2008, p. 208.

⁸ Cf. RAMALHO, 2014.

explicar, compreender a vida das sociedades e registrar os acontecimentos presentes e passados foram sempre os objetivos mais aparentes da historiografia. Entretanto, essas ações são impelidas pela busca, sempre renovada, dos elementos constitutivos de uma identidade coletiva que se articula dialeticamente com o campo abrangente das relações político-sociais.⁹

Toda tentativa de recuperação de um passado responde aos problemas do presente. Torna-se, pois, crucial, como sugeriu Boaventura de Souza Santos, conhecer quem pergunta pela identidade, como a formula, em que condições, contra quem, com quais interesses e quais resultados.¹⁰ A historiografia da mineiridade ganhou força principalmente nos momentos de mudanças mais profundas na história política e social brasileira. Por essa razão, o recorte temporal do trabalho encontra-se, de certo modo, fragmentado. Quatro momentos foram destacados: o período da Primeira República (1889-1930); a transição entre o Estado Novo e a fase democrática (*circa* 1945); o contexto do Golpe Civil-Militar de 1964; e a redemocratização do país (durante a década de 1980). É preciso ressaltar que, neste último período, ocorreu uma mudança qualitativa muito significativa em relação aos trabalhos anteriores, já que se adotou uma postura nitidamente mais crítica sobre o fenômeno, caracterizando uma concepção não essencialista da mineiridade, cujo significado será exposto adiante.

Em função dessa periodização e dos critérios estabelecidos para a seleção das fontes, chegou-se a um total de três autores ou *intérpretes* principais, não só pela abrangência e inovações presentes em suas obras, mas também pelo lugar de referência e autoridade que ocuparam para as apropriações posteriores: Diogo de Vasconcellos, para a primeira fase; Alceu Amoroso Lima, para a segunda; e Sylvio de Vasconcellos, para a terceira. Quanto à quarta fase, a análise não se centralizará em uma obra específica, já que se trata de demonstrar como a mineiridade passou a ser discutida em termos não essencialistas, especialmente nos trabalhos de Otávio Dulci, Heloísa Starling, Fernando Correia Dias e Maria Arminda do Nascimento Arruda. Naturalmente, muitos outros intérpretes contribuíram para a construção do discurso da mineiridade: Nelson de Senna, Oliveira Vianna, Miran de Barros Latif, João Camillo de Oliveira Torres, Gilberto Freyre, entre outros. Eles também serão incorporados neste estudo, embora de forma mais evidente no Capítulo 3.

Ao situar os textos historicamente, estamos assumindo que as identidades regionais – correlativamente à identidade nacional e outras – devem ser pensadas como um processo, sustentado por um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em

⁹ JANOTTI, 1998, p. 119.

¹⁰ Cf. SANTOS, 1996, p. 119.

diferentes discursos, em diferentes épocas e com diferentes estilos e traços de significado. Concebemos a região como produto de uma operação de homogeneização realizada em nível simbólico por práticas discursivas e não discursivas, e não como uma entidade natural e anterior a tal operação. Em outras palavras, “não tomamos os discursos como documentos de uma verdade fundamental sobre a região, mas como monumentos de sua construção”.¹¹ Nesta dissertação, vamos problematizar a identidade regional, buscar a sua historicidade, tendo como foco as narrativas de interpretação histórica sobre Minas Gerais. Estamos interessados menos no “ser mineiro” do que nos conceitos, temas, imagens, falas e estratégias que se encontram na base dessa referência identitária, ou, na terminologia de Stuart Hall, dessa *posição de sujeito*.¹²

No decorrer da dissertação, procuramos responder a três problematizações centrais: de que maneira essas narrativas se inserem no contexto de sua produção? Qual o modo de articulação da experiência mineira do tempo presente em cada obra? E quais os conteúdos político-sociais que se encontram envolvidos nessas interpretações? Esperamos que essas questões permitam, de um lado, entender as formas pelas quais o tema da mineiridade foi-se delineando ao longo do tempo, e de outro, buscar possibilidades de reflexões e posicionamentos críticos aos “retratos de Minas” esboçados pelos textos. Isso significa pensar a identidade regional mineira não como portadora de uma “essência” invariável, mas como fonte de *significados* (e aqui é importante ressaltar o plural).

Contudo, é justamente essa perspectiva essencialista que marcou a maior parte das fontes aqui pesquisadas. O *essencialismo identitário* pode ser entendido como uma concepção na qual se postula a existência de um núcleo fixo, comum e invariável presente na personalidade dos membros de um grupo cultural, uma espécie de “essência” coletiva forjada desde as suas origens e consolidada em suas tradições culturais. A historiografia essencialista da mineiridade buscava definir um “caráter mineiro” nos seus traços fundamentais, configurando uma imagem integral e permanente da identidade regional e prescrevendo a sua continuidade no presente e futuro. Embora não afirmem explicitamente esse ponto de vista, esses textos utilizavam uma retórica característica do essencialismo, tais como *caráter mineiro*, *espírito mineiro*, *alma mineira*, *mineirismo*, *tradição mineira*, entre outros, sempre precedidos de artigo definido no singular. Em grande medida, essa perspectiva interpretativa

¹¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 26. Sobre a concepção de documento/monumento, cf. LE GOFF, 2013, p. 485-499.

¹² HALL, 1996 e HALL, 2011.

fundamenta, ainda hoje, muitas imagens estereotipadas sobre as Minas Gerais para parcela significativa da população local e nacional.¹³

Atualmente, a perspectiva essencialista não se faz mais tão presente nas ciências sociais em geral, e na historiografia tampouco.¹⁴ A noção de “essência” cada vez mais deixou de fazer sentido com o avanço da modernização, o desenvolvimento dos meios de comunicação, o crescimento das cidades, o aprofundamento da globalização econômica e cultural, o surgimento de novas vozes no espaço público, antes condenadas ao silêncio e anonimato, entre outros fatores.¹⁵ Em resposta a esse quadro geral, ganhou força um ponto de vista *não essencialista* das identidades culturais. Essa perspectiva rejeita a ideia de uma unidade essencial, considerando-a uma abstração problemática tanto em nível intelectual (por ignorar as dinâmicas e transformações do acontecer histórico), quanto político (por escamotear os conflitos internos e dificultar a livre expressão dos grupos oprimidos e suas próprias demandas).

A identidade, de acordo com essa formulação, é entendida como um constructo, um processo, jamais finalizado e sempre sujeito a mudanças. Não se trata mais de definir um “caráter” comum e imutável, mas de compreender os sistemas de representação cultural que sustentam as representações identitárias. O viés não essencialista valoriza a produção de *discursos* que, historicamente, contribuíram para a construção de referências simbólicas e imaginárias de identificação, sempre a partir de interpretações particulares. Nesse sentido, a perspectiva não essencialista abre maior espaço para as diferenças e mudanças que constituem a própria história do grupo em questão. O fenômeno da cultura e da identidade é visto aqui menos como uma questão de “caráter” do que como uma questão de “posição de sujeito”, o que indica a maior mobilidade e dinamismo das referências identitárias.

Esta dissertação propõe uma releitura não essencialista das narrativas essencialistas da mineiridade, bem como uma avaliação crítica do discurso não essencialista presente nos trabalhos mais recentes (até 1990). Acreditamos que esta seja a real validade e importância de se discutir o tema no contexto atual. Em termos sociopolíticos, a negação de uma “essência” não leva necessariamente, como se poderia pensar, na concepção da diferença como a única verdade sobre Minas Gerais. Embora a valorização da diversidade e pluralidade de culturas deva ser defendida para a construção da cidadania em Minas e no Brasil, não se deve perder de vista que tais diferenças também convivem num espaço comum de experiências, sendo

¹³ A mídia desempenha um papel central nessa permanência, como aponta o trabalho de ROCHA, 2003.

¹⁴ É importante assinalar, entretanto, que a visão essencialista ainda persiste em alguns trabalhos de interpretação atuais sobre a mineiridade. Cf. BARROS, 1999; MELO, 2002; SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 1986.

¹⁵ Cf. BAUMAN, 2005.

frequentemente solicitadas ou *interpeladas*¹⁶ pelo discurso da unidade mineira, seja nas relações cotidianas, seja no momento da participação política através do voto, entre outras situações. E essa figura imaginária do “mineiro”, enquanto posição de sujeito, foi inventada e reproduzida por uma série de discursos e práticas políticas e culturais, entre as quais os ensaios de interpretação histórica. Compreender como se deu essa construção e quais os significados historicamente ligados à posição de “ser mineiro” deve permitir aos sujeitos assim interpelados se posicionarem reflexivamente frente ao próprio discurso.

A mineiridade não esgota a identidade dos sujeitos, mas é uma das referências sobre as quais eles podem elaborar as suas (múltiplas) identidades. Nesse sentido, em vez de pregar a desconstrução radical de tal referência, entendemos ser mais produtivo compreender a trajetória e os mecanismos utilizados no longo processo de sua construção/invenção e, a partir desse estudo, encontrar possibilidades de posicionamentos críticos em relação ao discurso essencialista-tradicional. Não se trata, portanto, de fazer uma leitura unilateralmente positiva ou negativa das fontes. Antes, é preciso considerá-las em seus respectivos contextos, criticá-las, colocá-las em diálogo, problematizar seus pontos de vista. Com isso, esperamos chegar a um estágio mais elevado de compreensão sobre como os mineiros têm sido representados ao longo do tempo, na expectativa de estimular o leitor, sujeito ativo no processo de construção de sentido de um texto, a refigurar a sua compreensão sobre a questão da mineiridade, passo importante para a tomada de posições mais consistentes nas situações em que ocorre essa interpelação.

Estrutura da dissertação

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro possui caráter teórico e tem o objetivo de apresentar os sentidos possíveis do conceito de “identidade”, bem como o de refletir sobre a relação entre esse conceito e a historiografia. Este capítulo foi dividido em quatro seções.

Na primeira, será feita uma discussão envolvendo o conceito geral de identidade, destacando as diferenças semânticas que envolvem a concepção *essencialista*, de um lado, e a *não essencialista*, de outro. Tal discussão é necessária para distinguir o sentido utilizado na maior parte das nossas fontes do trabalho, particularmente aquelas produzidas nos três

¹⁶ Sobre o conceito de interpelação e identificação, cf. HALL, 2011.

primeiros momentos já destacados – assentadas na primeira concepção –, e a interpretação que aqui propomos, a qual advoga o uso não essencialista da mineiridade.

A segunda seção aprofunda a primeira e pretende ressaltar a centralidade do aspecto da temporalidade na construção de uma representação identitária. Enquanto o essencialismo é marcado pelo domínio do ponto de vista da continuidade da experiência do tempo, o não essencialismo enfatiza as discontinuidades, variações e diferenças que modificam – mas não abolem – o entendimento acerca da identidade do grupo. Serão apresentadas de modo sucinto as ferramentas teórico-conceituais que permitem a apreensão do modo de articulação da experiência temporal ao longo da historiografia da mineiridade.

A experiência do tempo, entretanto, só se dá à compreensão na medida em que está articulada em modo narrativo. Assim, a terceira seção apresenta o conceito de *identidade narrativa*, proposto por Paul Ricoeur,¹⁷ que servirá como referência para toda a dissertação. Para esse filósofo, é somente através da narrativa que o indivíduo ou comunidade histórica constrói sentidos sobre a própria identidade, a qual nunca está fechada ou determinada a princípio. A narrativa abre a possibilidade de compreensão/interpretação de si mesmo, o que permite a refiguração da ação social e a própria concepção que o sujeito tem de si mesmo e do mundo.

Nesse processo infinito de reconstrução (uma vez que não há narrativa de si que seja absoluta), a história ocupa lugar fundamental na medida em que ela “é o discurso que representa as identidades de indivíduos, de grupos e nacionais, e a crítica historiográfica é a própria ‘vida do espírito’ de uma nação”.¹⁸ Por um lado, é através de argumentos de natureza histórica que as identidades são construídas; por outro, a reavaliação crítica da historiografia da mineiridade apresenta-se como exercício estratégico para compreender a construção das referências identitárias sobre Minas Gerais. Essa relação entre identidades e história será discutida na quarta seção deste capítulo.

O segundo capítulo é o mais longo do trabalho, embora dividido em seções com tamanho proporcional entre si e em relação aos demais capítulos. O objetivo geral desse capítulo é apresentar as principais obras da historiografia da mineiridade e analisar como elas articulavam sentidos para a experiência do tempo em Minas Gerais. Considerando que essas obras foram escritas em momentos distintos, fez-se necessário estabelecer uma ligação entre texto e contexto em cada caso, bem como entender o “lugar social” a partir do qual cada autor construía sua visão de Minas Gerais e dos mineiros. Em outros termos, trata-se de fazer uma

¹⁷ Cf. RICOEUR, 1991 e RICOEUR 2010.

¹⁸ REIS, 2006, p. 20.

“história da historiografia da mineiridade”, focalizando as semelhanças e diferenças entre os textos, de um lado, e a concepção de história e temporalidade que eles veiculavam, de outro.

O segundo capítulo será dividido em quatro seções, em função dos momentos anteriormente destacados. A primeira apresenta as interpretações construídas durante o período da Primeira República, especialmente os textos de Diogo de Vasconcellos. Nome de destaque na intelectualidade mineira do período, suas obras são ainda hoje referências importantes para o estudo histórico de Minas Gerais. O tom essencialista e conservador da sua visão de Minas é bastante evidenciado nos seus textos, e a nossa intenção é compreender e criticar esse viés interpretativo.

A seguir, focalizamos a discussão na obra *Voz de Minas: ensaio de sociologia regional brasileira*, de Alceu Amoroso Lima. Escrito e publicado num período de transição entre a ditadura varguista e a elaboração da Constituição de 1946, esse texto é sem dúvida um dos mais abrangentes e influentes de todo o debate posterior sobre a mineiridade, e por isso mereceu uma atenção especial, embora tenham surgido muitas outras interpretações importantes, como as de João Camilo de Oliveira Torres e Gilberto Freyre.

A terceira seção discorre sobre a obra *Mineiridade*, de Sylvio de Vasconcellos, lançada em 1968, no contexto da instituição da ditadura militar. Aqui, já se podem notar diferenças mais profundas em relação aos dois períodos anteriores, ainda que a concepção essencialista continue presente em sua obra. Sylvio de Vasconcellos sublinhava a propensão à rebeldia e à defesa incondicional da democracia entre os “mineiros” – que não se confundiam com os “geralistas” –, fato bastante significativo se considerarmos o contexto em que a obra foi publicada. Além disso, a afirmação das raízes modernas de Minas passou a ser mais enfatizada, numa tentativa de invenção de uma tradição adequada aos propósitos de mudança que o autor, perseguido pelas elites militares e escrevendo no exílio, desejava para o país.

A quarta seção privilegia as interpretações não essencialistas da mineiridade elaboradas durante o período da redemocratização do país, durante a década de 1980. O discurso da mineiridade passou a adquirir tom mais crítico e reflexivo nesses trabalhos, já que não se trata mais de descobrir um caráter fixo e comum, e sim de evidenciar como se produziu, ao longo da história, uma representação identitária que se efetiva no plano do imaginário, seja como ideologia das elites do estado, seja como mitologia, seja ainda como um discurso sem qualquer base substancialista. Serão discutidos os trabalhos mais importantes que procederam a essa crítica da mineiridade essencialista, entre os quais a famosa mesa-redonda ocorrida no Primeiro Seminário sobre a Economia Mineira em 1982,

em Diamantina, além dos textos de Otávio Soares Dulci, Fernando Correia Dias, Heloísa Starling e Maria Arminda do Nascimento Arruda.

Durante o processo de leitura das fontes, foi possível identificar uma dialética entre, de um lado, a grande heterogeneidade de significados atribuídos aos “mineiros”, e, de outro, a regularidade de temas (*topoi*) presentes nos textos. Isso nos possibilita fazer uma segunda abordagem das fontes, que as compreenda numa visão de conjunto e privilegiando um viés mais temático de análise. O terceiro capítulo tem o objetivo de refletir sobre essa dialética, de modo a delinear a estrutura que o discurso histórico-ensaístico da mineiridade assumiu ao longo do tempo, bem como refletir sobre os seus limites e contradições.

Chegamos a quatro temáticas fundamentais, intimamente relacionadas entre si e que configuram a estrutura do discurso histórico-ensaístico da mineiridade: o *equilíbrio*, a ideia de que os mineiros são “naturalmente” prudentes, moderados, sóbrios e, em sua tradução política, conciliadores por excelência; a *síntese nacional*, a imagem de Minas como centro fundador e articulador da nacionalidade brasileira, no sentido geográfico, histórico, político e cultural; a *vocação para a política*, que significava a influência decisiva de Minas nos negócios políticos do Brasil, bem como a propensão de todos os mineiros a participarem da vida política local e nacional; e a dialética da *tradição e modernidade*, isto é, a afirmação tanto do caráter conservador da sociedade quanto da ideia de que em Minas se encontra a gênese da modernização do Brasil. Cada *tópos* será discutido em seções específicas, mas não de forma estanque, pois os temas muitas vezes se entrecruzam e se superpõem.

Uma última nota: como é natural num trabalho de historiografia, as datas das fontes consultadas são elementos importantes para o nosso argumento. Por isso, indicaremos nas notas de rodapé o ano da primeira edição em colchetes, quando não coincidirem com a edição utilizada nas citações. Também utilizamos a ortografia atualizada nas citações, para facilitar a leitura.

CAPÍTULO 1

Identidade e História

1.1 Precisões conceituais

A questão da identidade cultural se tornou nos últimos anos um tema central no debate político e intelectual no Brasil e em muitos países do mundo. Para o sociólogo Zygmunt Bauman, “a ‘identidade’ é o ‘papo do momento’, um assunto de extrema importância e em evidência”.¹⁹ Se é correto dizer que esse debate possui uma longa história, é preciso ter em mente que ele adquiriu novos sentidos, formulações e problematizações no contexto da “modernidade líquida”, conforme a terminologia de Bauman. Essa fase da modernidade, caracterizada pelo aparecimento de processos que resultaram na fragmentação de vínculos sociais tradicionais e na perda de referências estáveis que pudessem servir de identificação para os indivíduos e grupos, como o Estado-nação ou as classes sociais, fez surgir novos problemas que envolvem a questão “quem somos?”. Na abertura de um seminário organizado pela Unesco, realizado no Rio de Janeiro em 1996, o diretor da entidade, Jérôme Bindé, explicita essa situação, assinalando que “no limiar do século XXI, (...) qualquer projeto comum para o ‘nós’ levanta dúvidas, polêmicas e pouca esperança. Há algum futuro para o nós? Ainda podemos dizer nós?”²⁰ Muitos autores falam em “crise das identidades”²¹ para chamar a atenção para esse quadro, e seja qual for o significado atribuído a tal expressão, ela indica a necessidade de se recolocar o problema.

Para compreender o significado dessas mudanças, alguns filósofos, historiadores, psicólogos e sociólogos assinalam que o conceito de identidade não é unívoco, pois comporta pelo menos duas concepções antagônicas entre si: o *essencialismo* e o *não essencialismo* identitário. Naturalmente, nem sempre esses termos são utilizados nesses estudos, tampouco são explicitamente utilizados nas fontes aqui analisadas, mas o conteúdo semântico que eles mobilizam é bastante próximo a essas categorias. Torna-se necessário, portanto, estabelecer as principais diferenças entre as duas concepções.

De maneira geral, o essencialismo afirma que todo grupo cultural (povo, comunidade, nação etc.) possui uma “essência”, um núcleo interior fixo, comum, transcendental, o qual seria o fundamento da identidade coletiva. Não haveria mudanças substanciais que pudessem

¹⁹ BAUMAN, 2005, p. 23.

²⁰ BINDÉ, 2001, p. 24.

²¹ Cf. HALL, 2011, p. 7; WOODWARD, 2006, p. 18-23.

alterar o sentido da comunidade; portanto, a identidade é definida como aquilo que permanece integralmente o mesmo ao longo do tempo, apesar das mudanças superficiais e aparentes. O essencialismo se liga às noções de igualdade, unidade e continuidade ininterrupta. Desde a origem até a morte, nada poderia ocorrer que pudesse transformar essa substância fundamental. A diferença aqui é afastada, vista até como uma ameaça à integridade interna, e o fluxo temporal é tomado pelo ponto de vista da continuidade – o futuro conserva o passado. Por isso, a identidade seria algo objetivo, fechado, definitivo.

De acordo com Kathryn Woodward, o essencialismo pode se manifestar tanto no estabelecimento de verdades históricas únicas quanto na fixação de traços biológicos ou dos elementos geográficos que supostamente caracterizam todos os membros de uma comunidade.²² A história deve ser escrita para valorizar as tradições de uma sociedade, detectá-la nos seus momentos de formação e afirmação, bem como prescrever aos leitores a sua continuidade para o fortalecimento da unidade grupal. Não é uma identidade negociável, adaptável, mas algo com que se nasce, exigindo do indivíduo lealdade absoluta. Haveria uma verdade fundamental a ser escavada e posta à luz pelos seus intérpretes. Nessa perspectiva, caberia ao estudioso “descobrir” os elementos constitutivos dessa “essência”, sem nada acrescentar ou esconder, tampouco desejar mudanças para o futuro de uma comunidade.

Esse tipo de visão sobre o sujeito se construiu na fase sólida da modernidade e foi fruto de movimentos importantes no pensamento e na cultura, como a Reforma Protestante, o Humanismo renascentista e o Iluminismo, que consagravam um indivíduo totalmente centrado, unificado, autônomo, dotado de Razão e plenamente consciente das suas ações.²³ No final do século XVIII, Johann Gottfried von Herder e a escola romântica alemã estenderam essa posição ao nível das comunidades nacionais. Segundo Herder, cada nação, através da sua cultura única e singular, possuía um destino próprio a realizar, e sua força estaria tanto mais assegurada quanto mais preservados e cultivados os traços de união interna. As nações comporiam um ambiente cultural comum, possuiriam uma “alma natural”, definida geográfica e temporalmente. Em sua obra *Ideias para a filosofia da história da humanidade*, o pensador alemão defende que o objeto do historiador é a nação em sua singularidade essencial, o “espírito da cultura nacional”. Herder associa a nação com a “raça”, para evidenciar a ideia de que a comunidade nacional determina toda a ação humana, como fica claro na seguinte citação:

²² WOODWARD, 2006, p. 15.

²³ Cf. HALL, 2011, p. 23-25. Para uma revisão histórica do conceito de identidade na literatura moderna, cf. BAUMEISTER, 1987.

*As forças vivas do homem são as molas da história humana, e como o homem tem a sua origem a partir de, e dentro de uma raça, a sua formação, educação e modo de pensar são desde logo genéticos. Daí aqueles caracteres nacionais específicos que, profundamente gravados nos povos mais antigos, se manifestam inequivocamente em todas as suas realizações sobre a Terra.*²⁴

Em sua especificidade, as nações guardam uma “essência” própria, e a sua história é a realização de todas as potencialidades já contidas desde o seu princípio. José Carlos Reis afirma que, para Herder, as comunidades nacionais

constituem uma “pátria”, uma “alma natural”. (...) Uma nação descende de si mesma, torna-se o que já é, assim como a árvore cresce da semente. Os frutos são o encontro da semente original consigo mesma, que relança e realiza a vida com novo vigor.²⁵

Nessa perspectiva, a história é a mudança que realiza a identidade, essencialista pois já presente desde a origem e definidora de um destino comum aos indivíduos de uma nação. Tratar-se-ia, portanto, menos de uma associação negociável e mais de um pertencimento a uma “comunidade de destino”.

A visão essencialista compreende a identidade como um dado concreto, definitivo, uma entidade dotada de objetividade na vida social, algo que transita pelo tempo imaculadamente. Essa concepção traz consigo consequências políticas importantes, notadamente a defesa de ideias conservadoras, como aponta Mozart Linhares da Silva:

Esta concepção de identidade enquanto uma essência permite as justificativas de situações sociais e legitima o *status quo*, criando assim as condições para a resistência às mudanças sociais. Os essencialistas utilizam vários mecanismos para justificar a objetividade identitária, entre os quais vale mencionar a etnia e a herança histórica, ou mesmo genealógica.²⁶

No caso da historiografia da mineiridade, esse aspecto político ligado ao essencialismo foi muitas vezes reforçado pela caracterização dos próprios “mineiros” como conservadores. Um dos significados mais recorrentes nas fontes é a ideia de que Minas Gerais seria a região brasileira que mais conservaria as tradições nacionais – uma afirmação que, na maioria das vezes, refletia as posições conservadoras dos próprios intérpretes. Esse aspecto será

²⁴ HERDER, 1984, p. 43-44, grifos do autor.

²⁵ REIS, 2012, p. 262.

²⁶ SILVA, 2005, p. 205.

desenvolvido nos capítulos seguintes, mas por ora vale assinalar dois exemplos. O primeiro é retirado do texto de Oliveira Vianna, que, em 1920, publicou um texto na *Revista do Brasil*, um ano depois incluído no livro *Pequenos estudos de psicologia social*, intitulado “Minas do lume e do pão”, no qual apresenta o “espírito” e o “caráter” do povo mineiro a partir de observações feitas em viagens por algumas cidades mineiras:

Os mineiros, bem o sei, não se sentem muito lisonjeados quando enalteçemos o seu tradicionalismo: é como se o julgássemos atrasados ou rotineiros. Esquecem que – *a grandeza de um povo está na força de persistência dessas tradições familiares e domésticas, que são a expressão mais típica do seu caráter nacional*. Mantê-las tanto quanto possível dentro da fatalidade evolutiva da civilização – eis o ideal de um povo consciente da sua personalidade e orgulhoso do seu espírito.²⁷

Diante da “fatalidade” do progresso e da evolução do Brasil, o autor defendia que o “mineiro” deveria se manter leal às forças históricas de sua formação, isto é, aos valores e costumes do mundo rural e ao apego aos ditames da família tradicional, de cunho patriarcal. A manutenção desse passado se fazia necessária, para que o progresso inexorável não resultasse na dissolução das tradições constitutivas da identidade mineira. Numa linha semelhante, Alceu Amoroso Lima assim se dirigia aos mineiros:

A vossa filosofia de vida é a única digna de vosso amor e de vossa vida. E com ela é que continuareis a ser alguma coisa no Brasil e no mundo. Há uma missão de Minas no Brasil, como há uma missão de Minas no mundo. Ela é a de ficardes fiéis à filosofia mineira de vida. E um dos seus postulados é o respeito ao passado, a fidelidade aos pontos fundamentais, às linhas de força de vossa tradição.²⁸

A formulação essencialista-tradicional encontra-se na base de grande parte da historiografia da mineiridade, sempre no sentido de defender a continuidade do passado no presente. Cada vez mais, porém, os pesquisadores da área de humanidades vêm privilegiando uma concepção alternativa da questão da identidade, a qual muitos autores denominam *não essencialismo*. De acordo com tal formulação, a identidade não diz respeito a “essências” ou “substâncias” imutáveis que fundamentariam a vida social. Ela é entendida como uma *representação*, construída simbólica e historicamente através de *discursos*, que fornecem uma imagem de união e fraternidade ao conjunto social, marcadamente dinâmico e heterogêneo. Stuart Hall, um dos pensadores mais influentes dessa corrente interpretativa, afirma que a identidade não pode ser naturalizada, mas, antes, compreendida como um “*dispositivo*

²⁷ OLIVEIRA VIANNA, 1942 [1921], p. 52, grifos do autor.

²⁸ LIMA, 1983 [1945], p. 30.

discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade”.²⁹ Kathryn Woodward também advoga o uso dessa concepção, ao afirmar que

é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar.³⁰

É o discurso que constrói as representações identitárias, as quais não se apresentam de modo definitivo. Trata-se, pelo contrário, de um processo jamais finalizado, sujeito a mudanças de rumo, o que indica uma maior abertura para a mudança e o futuro. Além disso, o não essencialismo postula uma identidade relacional, posicional, pois articulada discursivamente. “Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar”.³¹ Por um lado, os sistemas de representação são elaborados desde um lugar e tempo particulares, desde uma história e cultura específicas. Por outro lado, é através desses sistemas que os sujeitos se posicionam no mundo, posições que não se mantêm fixas, mas modificáveis conforme as representações simbólicas que eles mobilizam.

Nós só sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” (*Englishness*) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. (...) Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.³²

Em paralelo à “inglesidade” de Hall, esta dissertação visa compreender como se construiu em torno da noção de “mineiridade” um conjunto de significados partilhados pela cultura regional e nacional acerca de Minas Gerais, entendida aqui não como uma “essência”, mas sim um sistema de representação cultural, articulada discursivamente em vários níveis, entre os quais as narrativas de interpretação histórica.

Nessa concepção não essencialista e relacional, a identidade não pode prescindir do Outro na sua própria constituição: ela é marcada pela diferença, uma vez que não há uma posição de si que seja absoluta. A alteridade é condição da compreensão de si, e não algo a ser afastado como uma ameaça à integridade do coletivo – noção que a formulação não

²⁹ HALL, 2011, p. 62, grifos do autor.

³⁰ WOODWARD, 2006, p. 17

³¹ WOODWARD, 2006, p. 17.

³² HALL, 2011, p. 49 e 51, grifos do autor.

essencialista questiona radicalmente. E tanto as identidades quanto as diferenças são construídas segundo o modo pelo qual são imaginadas, representadas, narradas. Nada de coesão integral, lealdade absoluta, mas sim uma posição relacional, negociada, mutável, mas, de todo modo, necessária para a tomada de ações eticamente responsáveis e mais conscientes. É este o sentido que Hall atribui à ideia de *posição de sujeito*.³³

É preciso considerar ainda as mudanças pelas quais uma representação identitária passa ao longo do tempo. Apenas a título de exemplo, citamos aqui duas afirmações sobre a mineiridade simetricamente opostas entre si. Por um lado, o historiador Diogo de Vasconcellos rejeitava o conflito como expressão de afirmação legítima dos mineiros contra o domínio colonial. Como veremos no próximo capítulo, esse autor concebia a história da “civilização mineira” como a vitória da ordem sobre os motins e a anarquia:

E, se é certo que em menos de um século Minas se considera transformada no gozo de sua atual civilização ridente e próspera, é que pelo menos devemos a nossos antepassados a educação moral, a consciência e a coragem com que venceram suas dificuldades, cooperando com os governos, pois não é, nem pode ser verdade, que a ordem, condição de todo progresso, tenha sua origem ou seja fruto que nasce de gerações turbulentas ou embrutecidas pela anarquia ou pelo despotismo.³⁴

Com isso, o autor buscava fundamentar o “senso grave da ordem” na experiência histórica mineira, para assim prescrever a sua continuidade legítima no presente e futuro. Porém, meio século mais tarde, o arquiteto e historiador Sylvio de Vasconcellos, neto de Diogo, considerava a rebeldia dos mineiros como fator crucial na sua identidade, expressão da tendência “natural” destes para a liberdade política. Para este autor, as Minas são “dinâmicas, rebeldes, populistas e democráticas”, e “o senso de independência e rebeldia do mineiro não se resume a seu comportamento coletivo; desce ao indivíduo, marca-o indelevelmente”.³⁵ Além dos contextos e lugares sociais diferenciados entre os intérpretes, tal contraste demonstra que é preciso considerar as diferentes formas de representação da mineiridade elaboradas ao longo da história, ressaltando as suas permanências e mudanças através do estudo dos seus discursos. Isso significa que a identidade não é apenas uma questão de ser, mas de tornar-se:

Ao ver a identidade como uma questão de “tornar-se”, aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade: eles seriam capazes

³³ HALL, 1996; REIS, 2006, p. 10.

³⁴ VASCONCELLOS, 1948 [1918], p. 286.

³⁵ VASCONCELLOS, 1968, p. 21 e 86.

de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas, herdadas de um suposto passado comum.³⁶

É sempre possível reconstruir os significados ligados a uma identidade cultural, já que esta não se limita ao “que temos sido”, mas também considera “o que podemos nos tornar”. Não só as heranças recebidas, mas também as estratégias de ação visando o futuro. Nesse sentido, discutir as identidades não significa necessariamente igualar o passado ao futuro. Trata-se de um processo aberto a mudanças, inclusive em relação àquilo que deve ser recuperado da história. “No processo de transmissão de nossa herança cultural, abre-se a possibilidade de decidir quais de nossas tradições nós queremos continuar e quais não queremos: há uma capacidade de filtragem das tradições.”³⁷ Por essa razão, é fundamental retornar aos discursos de interpretação de Minas Gerais, etapa necessária para abrir a possibilidade de um debate amplo que favoreça a tomada de posições mais autônomas em relação ao discurso essencialista-tradicional da mineiridade.

O consenso atual sobre a possibilidade de várias histórias, em detrimento de uma história única, também se relaciona com a afirmação das identidades no plural. Num certo sentido, isso indica uma maior liberdade, ao não exigir dos sujeitos aquela lealdade total que o essencialismo reivindica. Abre-se com isso a possibilidade de integração de novos sujeitos e de aceitação das suas particularidades: existe uma certa celebração das diferenças na concepção não essencialista da identidade cultural.

Entretanto, essa celebração não deve levar à ignorância da natureza estrutural dos sistemas de opressão e à impossibilidade do diálogo entre pessoas com experiências se não totalmente idênticas, ao menos próximas entre si. “Ao celebrar a diferença, entretanto, não haveria o risco de obscurecer a comum opressão econômica na qual esses grupos estão profundamente envolvidos?”³⁸ Tal celebração não poderia levar à negação da negociação para formar posições identitárias importantes na luta por direitos e pela construção de uma ordem mais justa e democrática? “Podemos nós, em outras palavras, realmente permitir ter histórias inteiramente diferentes, podemos nos conceber como vivendo – e tendo vivido – em espaços inteiramente heterogêneos e separados?”³⁹ Esses questionamentos são elementos que justificam o trabalho sobre a mineiridade. É preciso criticar o essencialismo e valorizar a diversidade, mas sem perder de vista uma visão de conjunto que possa fundamentar projetos

³⁶ WOODWARD, 2006, p. 28.

³⁷ MAIA, 2009, p. 104.

³⁸ WOODWARD, 2006, p. 26.

³⁹ MOHANTY *apud* WOODWARD, 2006, p. 27

de futuro mais democráticos e inclusivos. É preciso dar voz às diferenças, mas também entender como elas podem se entrelaçar e serem organizadas num espaço público comum.

Esse é o desafio que o mundo líquido-moderno precisa enfrentar, traduzido por Bauman nos seguintes termos: “*como alcançar a unidade na (apesar da?) diferença e como preservar a diferença na (apesar da?) unidade*”.⁴⁰ Não pretendemos aqui oferecer uma resposta definitiva a essa questão, mas todo o esforço dessa dissertação caminha nessa direção.

1.2 Identidade e temporalidade

A partir da distinção entre essencialismo e não essencialismo, torna-se necessário enfrentar a questão da temporalidade humana na construção das identidades culturais. No processo de construção das identidades, a relação entre o passado, o presente e o futuro, ou entre tradição e modernidade, reveste-se de importância fundamental. Em outros termos, pensar a mineiridade implica, além de compreender os significados atribuídos aos “mineiros”, investigar a forma como os seus intérpretes construíram modos específicos de articulação da experiência do tempo que singularizaria Minas Gerais do conjunto nacional. Portanto, a análise dos textos deve considerar, de modo especial, como estão representados os “tempos de Minas” nas fontes aqui estudadas.

A experiência do tempo não é algo uniforme a todas as épocas e culturas. Há uma diversidade de ordens do tempo, em função dos diferentes conteúdos históricos assimilados, por um lado, e pela percepção e vivência do tempo pelos homens, isto é, pela representação mesma do tempo, por outro. “O tempo suscita um problema de história cultural (...) porque são variáveis, de acordo com as épocas e civilizações, a atitude diante dele e a maneira como ele é apreendido e vivido”.⁴¹ É por meio da representação do tempo que uma sociedade pode localizar-se, construir um sentido de si mesma, formular uma identidade para si, que varia conforme a relação estabelecida com o tempo em diferentes épocas. O sentido atribuído à experiência temporal está, portanto, historicamente condicionado:

As sociedades se relacionam diferentemente, em cada época, com seu próprio passado e com seu futuro. Isto é: uma sociedade pode mudar de perspectiva em

⁴⁰ BAUMAN, 2005, p. 48, grifos do autor.

⁴¹ GOUREVITCH, 1978, p. 264.

relação a si mesma, pode resgatar passados esquecidos, esquecer passados sempre presentes, abandonar projetos, propor outras esperas.⁴²

A representação do tempo possui ligação direta com a forma como as sociedades compreendem a si mesmas na história, informando as ações dos indivíduos, forjando os seus valores e práticas, modelando a sua identidade. A articulação significativa da experiência temporal é necessária para o delineamento de estratégias de ação. Para Gourevitch,

as representações do tempo são componentes essenciais da consciência social, cuja estrutura reflete os ritmos e as cadências que marcam a evolução da sociedade e da cultura. (...) Não é possível compreender um tipo historicamente particular de estrutura da personalidade humana sem ter estudado os modos de percepção e de apercepção do tempo inerentes à cultura correspondente. O sentimento do tempo é um dos “parâmetros” essenciais da personalidade.⁴³

O problema do tempo pode ser pensado a partir de diferentes dimensões e perspectivas (a física, a filosófica, a psicológica etc.). O que interessa neste trabalho é particularmente o conceito de *tempo histórico*. “O tempo histórico é o das coletividades públicas, das sociedades, civilizações, um tempo comum, que serve de referência aos membros de um grupo.”⁴⁴ Ele está situado em um “entre-lugar”, isto é, entre o tempo do movimento físico, cósmico, e o tempo interior, psicológico, o vivido humano. Paul Ricoeur denomina “terceiro-tempo” essa configuração da temporalidade pela história, que não se deixa reduzir a nenhuma das perspectivas citadas.⁴⁵ O tempo histórico possui uma dialética própria, e alguns filósofos e historiadores procuraram descrever a sua especificidade.

O historiador Reinhart Koselleck elaborou um modo original de se pensar o tempo histórico. A sua hipótese central é a de que “no processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou, usando-se a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constitui-se algo como um ‘tempo histórico’”.⁴⁶ Passado e futuro remetem-se um ao outro, e essa remissão recíproca pode ser estudada pela análise dos textos que as expressaram, explícita ou implicitamente. Para determinar qual o sentido dessa articulação em uma dada época ou cultura, o autor propõe duas categorias históricas fundamentais: *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*.

⁴² REIS, 2012, p. 43.

⁴³ GOUREVITCH, 1978, p. 263.

⁴⁴ REIS, 2012, p. 35.

⁴⁵ RICOEUR, 2010, v. 3, p. 177.

⁴⁶ KOSELLECK, 2006, p. 16.

É importante reiterar a distinção que Koselleck estabelece entre conceito e categoria histórica. O primeiro encontra-se na linguagem das fontes e serve ao historiador de instrumento heurístico para compreender a realidade passada. Por outro lado, as categorias são forjadas posteriormente pelo historiador, que as emprega para explicar e interpretar o passado sem que sua existência nas fontes possa ser provada. *Espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* pertencem ao segundo tipo; elas não se referem a realidades históricas particulares. Mais ainda: elas se caracterizam pelo alto grau de abstração, como categorias formais do conhecimento, sem se referir a nenhum conteúdo específico. Elas são categorias meta-históricas, isto é, indicam as “histórias possíveis”, as condições de possibilidade de uma história – o que significa também que são, ao mesmo tempo, as condições do seu conhecimento.

Para Koselleck, “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem”.⁴⁷ Experiência e expectativa são categorias complementares; uma não existe sem a outra, mas essa relação é assimétrica: a experiência se manifesta de forma diferente da expectativa, não é possível deduzir uma da outra. A presença do passado é algo diferente da presença do futuro, e é essa tensão que define o tempo histórico.

A experiência é o passado atual, “aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Nela se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento”.⁴⁸ A experiência não é só de um indivíduo ou sociedade isolada, mas também incorpora experiências alheias. A presença do passado se dá de maneira “espacial”, porque ela pode ser recolhida em um todo no qual muitos estratos diferentes de tempo se apresentam de forma simultânea. A experiência não é cronologicamente mensurável, ainda que possa ser datada, uma vez que a cada presente ela é composta de tudo o que se pode recordar. Fala-se, portanto, em *espaço de experiência*.

Por sua vez, a expectativa é definida como o futuro tornado presente; ela é realizada no hoje, voltada para o que apenas pode ser previsto, o não experimentado. Da mesma forma que a experiência, a expectativa comporta tanto o planejamento e o cálculo racional quanto os sentimentos inconscientes de medo, esperança, desejo, vontade. Além disso, ela também está ligada ao pessoal e ao interpessoal. Mas a presença do futuro se dá de modo assimétrico à presença do passado. Enquanto este se apresenta de modo espacial, o futuro é vivenciado como um horizonte, uma linha por trás da qual se abre um espaço de experiência novo, mas

⁴⁷ KOSELLECK, 2006, p. 306.

⁴⁸ KOSELLECK, 2006, p. 309.

que ainda não pode ser experimentado. Quanto mais se aproxima dessa linha, mais ela se distancia. A expressão mais adequada para se referir ao futuro-presente é, portanto, *horizonte de expectativa*.

Para estudar as variações acerca da representação do tempo histórico, o historiador François Hartog apresentou o conceito de *regime de historicidade*, definido como a articulação entre espaço de experiência e horizonte de expectativa em cada presente.⁴⁹ É possível estudar os diferentes regimes de historicidade através dos textos que uma determinada cultura produziu sobre si própria. Esses regimes de historicidade são discursos sobre o tempo, que dão sentido e localização aos membros de uma sociedade. E uma vez estabelecidos, tais discursos tornam-se o próprio real, referências pelas quais a sociedade se sente presente a si mesma enquanto ser histórico. Nesse sentido, os regimes de historicidade são fatores essenciais para a constituição das identidades culturais.

Não cabe aqui apontar as características dos diferentes regimes de historicidade construídos ao longo da história. Basta assinalar que, em relação aos objetivos deste trabalho, essas considerações sobre a temporalidade histórica ocupam um papel fundamental. A mineiridade, enquanto uma representação identitária, se constrói pela articulação entre espaço de experiência e horizonte de expectativa estabelecidos nas narrativas sobre Minas Gerais, inclusive as de cunho histórico/ensaístico. É o sentido dessa articulação que vai resultar numa “imagem de Minas”, uma forma identitária específica e singular. Em outras palavras: para estudar o processo histórico de construção do imaginário da mineiridade, é necessário investigar como os seus intérpretes forjaram uma representação que seria própria do tempo mineiro, entrelaçando passado e futuro num determinado presente através da configuração narrativa.

1.3 Identidade e narrativa

Para melhor qualificar a tese do não essencialismo identitário e a centralidade do problema da temporalidade em relação às identidades culturais, esta seção discute o conceito de *identidade narrativa*, elaborado pelo filósofo Paul Ricoeur. Esse referencial teórico pode nos colocar em melhores condições para enfrentar o problema da mineiridade tal como ele se apresenta na historiografia.

⁴⁹ Cf. HARTOG, 2013.

A questão da narratividade ocupa um lugar central na filosofia ricoeuriana. Isso se explica pelo papel que o filósofo atribui à narrativa no processo de significação da experiência do tempo. Nesse sentido, *Tempo e narrativa* é uma obra fundamental. A tese do livro é colocada nos seguintes termos: “O tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal.”⁵⁰ Para Ricoeur, a narrativa tem como função primacial a significação da experiência temporal; esta, por sua vez, só se dá ao pensamento na medida em que está articulada de modo narrativo. Ela é a “guardiã do tempo”, pois não poderia haver tempo pensado que não fosse narrado.

A narrativa consegue exercer tal função porque ela se configura pelo ato de composição de uma *intriga*, definida como o agenciamento dos fatos dispersos do mundo da vida em uma ordem lógica e temporal que é a própria narração. A intriga se constitui pela dialética da concordância-discordância: os elementos discordantes fazem referência ao conjunto heterogêneo de acontecimentos, acidentes, meios, ações, finalidades, motivações, personagens, que constituem o mundo da vida; a concordância, por sua vez, se exprime pela capacidade de se tirar dessa heterogeneidade uma unidade, uma história inteligível com início, meio e fim. A concatenação entre esses elementos discordantes e heterogêneos constitui a operação da intriga, fundamento de todo ato narrativo.

Essa operação é efetivada pelo círculo hermenêutico da *tríplice mimesis*, através do qual os elementos dispersos do mundo da ação (fase da *mimesis* 1) são refigurados e transformam a ação do leitor (*mimesis* 3) por meio da configuração narrativa (*mimesis* 2). Nesse movimento circular, a composição de uma intriga funciona como referência para o sujeito compreender melhor a sua situação e, dessa forma, transformar sua ação num patamar mais elevado de compreensão de si e do mundo:

É no ir e vir de M1 a M3, pela mediação de M2, que as identidades são construídas. Neste círculo espiralmente infinito, a experiência vivida cria e recria imagens de si mesma, autoaprende-se e autocompreende-se.⁵¹

Na medida em que a função narrativa se caracteriza pela representação e significação da experiência do tempo, o leitor pode compreender a si mesmo em sua condição temporal. Se

⁵⁰ RICOEUR, 2010, v. 1, p. 93.

⁵¹ REIS, 2012, p. 160.

o ser do tempo não se dá ao pensamento de modo direto, como já dizia Santo Agostinho,⁵² é apenas pela narrativa que podemos configurar, indiretamente, a experiência temporal, na medida em que ela opera a síntese do heterogêneo dos fatos humanos, fornecendo as bases para uma melhor compreensão de si por parte de um indivíduo ou comunidade histórica. E na medida em que articulamos sentidos ao tempo, tornamo-nos capazes de vislumbrar imagens de nós mesmos.

É nesse nível que aparece o conceito de *identidade narrativa*. Segundo o filósofo, responder à pergunta “quem” é contar a história de uma vida (individual ou coletiva). A configuração da experiência temporal pela narração faz surgir o que Ricoeur chama de “rebento”, um broto, definido como “a *atribuição* a um indivíduo ou a uma comunidade de uma identidade específica que podemos denominar sua *identidade narrativa*”.⁵³ Se a temporalidade não pode ser pensada sem auxílio da narrativa, tampouco a identidade poderia sê-lo. Se assim não fosse, argumenta Ricoeur, cairíamos numa aporia: ou se supõe um sujeito sempre idêntico a si mesmo na diversidade de seus estados, possuidor de um núcleo central, fixo e imutável ao longo do tempo; ou então se considera que esse sujeito idêntico não passa de uma ilusão substancialista, fazendo aparecer um puro diverso de vontades, cognições e emoções. Em outros termos: ou se adota a perspectiva essencialista, ou então se passa a afirmar um puro diverso de volições.

O dilema desaparece se a identidade entendida no sentido de um mesmo (*idem*) for substituída pela identidade entendida no sentido de um si-mesmo (*ipse*); a diferença entre *idem* e *ipse* não é outra senão a diferença entre uma identidade substancial ou formal e a identidade narrativa.⁵⁴

A identidade narrativa constitui uma alternativa adequada à formulação essencialista, mas sem cair na negação absoluta de qualquer noção de identidade. A ipseidade é compreendida numa estrutura temporal conforme o modelo de identidade dinâmica oriundo da composição de uma intriga. É pela atribuição de uma experiência temporal que ocorre a identificação pela narrativa, o que autor denomina como *ipseidade*. Não um eu abstrato, formal, essencialista, mas um si mesmo (*soi-même*) que quer se reconhecer no tempo e

⁵² “O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém mo perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei. Porém, atrevo-me a declarar, sem receio de contestação, que, se nada sobreviesse, não haveria tempo futuro, e se agora nada houvesse, não existiria o tempo presente”. (SANTO AGOSTINHO, 2000, p. 322)

⁵³ RICOEUR, 2010, v. 3, p. 418, grifos do autor.

⁵⁴ RICOEUR, 2010, v. 3, p. 418-419.

assumir a responsabilidade de suas ações. O si-mesmo é um discurso, uma interpretação de si, que aceita a mutabilidade (própria da condição temporal) na coesão de uma vida.

A representação da mineiridade se construiu pela articulação, em graus variados, entre mesmidade e ipseidade. Por um lado, as interpretações essencialistas privilegiam o primeiro polo, buscando definir um “caráter mineiro” já sedimentado e definido, fechado para mudanças. Mas vale lembrar que, segundo Ricoeur, essa ideia de caráter, na medida em que é narrado, se apresenta de modo historicizado, o que indica uma abertura do *idem* ao *ipse*: “Mas esse recobrimento não elimina a diferença das problemáticas: mesmo como segunda natureza, meu caráter sou eu, eu próprio, *ipse*; mas esse *ipse* anuncia-se como *idem*.”⁵⁵ Nesse sentido, as narrativas que se fixaram na ideia de “caráter mineiro” não a elaboram de modo “atemporal”: o aspecto de sedimentação encobre, mas não elimina, a história de sua *formação*.⁵⁶ Veremos nas páginas seguintes como os textos essencialistas buscavam na história de Minas as forças fundamentais da formação do “caráter regional”.

Por outro lado, as narrativas não essencialistas trabalham com os discursos que formularam a representação da mineiridade, mas também estabelecem linhas de continuidade entre esses discursos. Otávio Soares Dulci, por exemplo, problematiza a noção de “caráter mineiro”, já que se trata de “atributo em mutação, não uma marca fixa”,⁵⁷ embora identifique o tema da conciliação como um dos aspectos permanentes da história política mineira.

Enquanto a mesmidade, em sentido puro, se liga ao essencialismo identitário, “a ipseidade é portanto a de um si instruído pelas obras da cultura que ele aplicou a si mesmo”.⁵⁸ As narrativas produzidas por uma cultura tornam-se, assim, as fontes privilegiadas para o estudo e compreensão da sua identidade. Essa noção é a base desta dissertação. Pensar a identidade mineira não significa necessariamente a definição de sua origem ou a explicação de seus atributos característicos de modo direto, mas sim o estudo das diferentes narrativas que fizeram referência a Minas e que influenciaram as ações e a compreensão de si dos mineiros. “Indivíduo e comunidade se constituem em sua identidade recebendo essas narrativas que se tornam, tanto para um como para a outra, sua história efetiva.”⁵⁹ Trata-se, então, de estudar a historiografia da mineiridade, reinterpretar o que já se disse sobre o tema, como uma via “indireta” de refletir sobre as Minas Gerais.

⁵⁵ RICOEUR, 1991, p. 146.

⁵⁶ Vale assinalar o uso do termo “formação”, que indica uma certa concepção de história cuja ênfase recai sobre a continuidade, opondo-se à “invenção”, a qual valoriza as descontinuidades, rupturas e singularidades dos eventos históricos. Cf. ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 19-21.

⁵⁷ DULCI, 1984, p. 11.

⁵⁸ RICOEUR, 2010, v. 3, p. 419.

⁵⁹ RICOEUR, 2010, v. 3, p. 420.

Se a condição temporal é mudança, devir, transformação, a narrativa tenta reunir tais experiências dispersas e múltiplas em uma unidade de sentido, como um desafio ao tempo: nunca definitiva ou total, já que não há uma narrativa absoluta, mas pontos de vista, interpretações, que nunca são politicamente neutras.

1.4 Identidade e História

A História, um dos campos fundamentais do discurso narrativo, ocupa um lugar central na formulação das identidades socioculturais. Enquanto elaboração racional e narrativa da experiência do tempo, ela favorece a construção imaginária de uma identidade comum, ligando o passado ao futuro e estabelecendo o que seriam as suas características e referências internas e externas. É através do discurso narrativo que são construídas as referências simbólicas a partir das quais os sujeitos se identificam e se posicionam no mundo.

Como se construíram tais referências no caso de Minas Gerais? Para responder a essa questão é que propomos revisitar a historiografia da mineiridade. Ao mobilizar argumentos de natureza histórica, os grupos culturais buscam fundamentar e legitimar a sua unidade imaginada⁶⁰ perante os seus membros e as outras identidades socioculturais. A narração de uma experiência temporal comum sustenta as referências identitárias: “Por meio da História coletamos dados e informações que reforçam nossa ligação com determinados grupos, ao mesmo tempo que desenvolvemos uma reflexão crítica sobre eles.”⁶¹

A construção das identidades históricas passa, como observa Eric Hobsbawm, pela “invenção das tradições”, isto é, elaborações que se vinculam muito mais aos interesses do presente do que ao próprio passado a que fazem referência:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer uma continuidade com um passado histórico apropriado.⁶²

É através do estabelecimento de “elos de continuidade temporal” que se inventa uma tradição e, ao mesmo tempo, uma referência de identidade coletiva, já que ela simboliza “a

⁶⁰ Sobre a noção de comunidade imaginada, ver ANDERSON, 2008.

⁶¹ BOSCHI, 2007, p. 59.

⁶² HOBBSAWM, 1984, p. 9.

coesão social ou as condições de admissão a uma comunidade”.⁶³ Entretanto, esses elos de continuidade não se fazem com o passado como um todo, mas com uma parte dele, selecionado em função dos objetivos e interesses daqueles que os reivindicam. Busca-se, assim, inculcar determinados valores e normas de comportamento nos indivíduos, ligando-os a um passado comum apropriado, no intuito de legitimar certos projetos de futuro em um dado presente. Esse mecanismo se manifesta com mais força nos momentos de mudanças históricas mais profundas, quando se abrem lacunas a serem preenchidas por essas tradições inventadas, que utilizam a história para a sua autolegitimação e como cimento da coesão grupal. No caso da mineiridade, tais momentos serão trabalhados no capítulo seguinte.

A história, portanto, fornece o material a ser interpretado e combinado a inúmeras referências associadas, no sentido de manter ou modificar as fronteiras sociais em função dos combates do presente. Esse processo, que Michael Pollak define como o *enquadramento da memória*, não pode se construir, porém, de forma totalmente arbitrária, pois deve responder a certas exigências de justificação que limitam a falsificação pura e simples do passado histórico na sua reconstrução política. Esse trabalho de enquadramento é realizado de diversas formas e por meio de variados suportes, como os monumentos, museus, a tradição oral, entre outros. As narrativas de interpretação histórica constituem um campo importante na construção de sentidos e referências para a identidade de um grupo:

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade.⁶⁴

Caso se conceba a identidade não como uma essência definitiva, mas um processo permanente de construção e reconstrução, “torna-se fundamental investigar *o que* especificamente os homens consideram seu passado e *que lugar* lhe é destinado por uma sociedade em determinado momento”.⁶⁵ Assim como a história é continuamente reescrita, as identidades também são permanentemente reformuladas, de acordo com os diferentes contextos, interesses e pontos de vista – embora dentro de certos limites, como vimos. Para dar cabo dessa investigação, é preciso considerar a produção historiográfica que delineou, em cada momento, os diversos sentidos sobre a mineiridade. Isso significa compreender esses textos não como reveladores de uma verdade fundamental sobre a identidade mineira, mas

⁶³ HOBBSAWM, 1984, p. 20.

⁶⁴ POLLAK, 1989, p. 12.

⁶⁵ GOMES, 1996, p. 157, grifos da autora.

como documentos/monumentos⁶⁶ que expressam o esforço de se imporem ao futuro determinadas imagens sobre Minas Gerais e sua população.

A historiografia, um dos suportes fundamentais da construção das identidades, aparece como uma das fontes fundamentais para o estudo da mineiridade: “A história é o discurso que representa as identidades de grupos e nacionais, e a crítica historiográfica é a própria ‘vida do espírito’ de uma nação.”⁶⁷ Embora no contexto da “modernidade líquida” ou “pós-modernidade” a busca pelas grandes sínteses ou narrativas unificadoras tenha perdido espaço, não se pode falar num abandono da questão das identidades, mas antes em uma reformulação. A historiografia passou a valorizar a alteridade, a diferença regional e local, a micronarrativa, as vozes sociais antes condenadas ao silêncio, forçando uma redefinição do problema das identidades a partir de novas questões e referenciais teóricos.⁶⁸

Por todas essas considerações, acreditamos que seria um erro esquecer toda a tradição historiográfica anterior que buscou fazer uma “síntese total” da mineiridade. Por maiores que sejam os problemas que essas obras apresentem, elas ainda são “pontos de vista” sobre a experiência mineira e contribuíram para a construção de um imaginário que, em grande medida, permanece vivo na sociedade mineira e brasileira.⁶⁹ A construção de identidades e formas de participação política é tributária de um imaginário sobre o passado, o que aponta a necessidade de se questionar a cultura histórica de uma sociedade.

Como a historiografia da mineiridade inventou uma tradição mineira? Quais os sentidos da experiência do tempo e quais caracterizações são feitas sobre os mineiros? Em que consiste a ipseidade de Minas Gerais? Como podemos nos posicionar diante desse discurso? Essas são as questões que esta dissertação pretende responder, através do estudo crítico da construção historiográfica da mineiridade. Um primeiro passo para isso é revisitar a produção histórica voltada para o estudo desse tema. Esse é o objeto do próximo capítulo.

⁶⁶ Cf. LE GOFF, 2013.

⁶⁷ REIS, 2006, p. 20.

⁶⁸ “Com o surgimento dos debates em torno da pós-modernidade e do multiculturalismo, no final do século XX, o tema das identidades veio à tona na História.” SILVA; SILVA, 2009, p. 202. Outro juízo a esse respeito foi afirmado por Ângela de Castro Gomes: “(...) a História, nas décadas finais do século XX, cada vez mais se tornou uma disciplina interessada nos processos de construção de identidades”. GOMES, 2009, p. 55.

⁶⁹ Cf. ÂNGELO, 2005; GOUVÊA; CAETANO, 2012; ROCHA, 2003.

CAPÍTULO 2

A historiografia da mineiridade: da “essência” ao discurso (primeira abordagem)

Seria um equívoco considerar o fenômeno da mineiridade como uma mera ilusão abstratista, totalmente inócua e desvinculada do real histórico. Como já assinalou Castoriadis, o imaginário e o material não estão em oposição radical, mas se entrelaçam de variadas formas para a constituição do mundo social. Guiados por esse ensinamento, veremos neste capítulo como os textos podem ser compreendidos em relação ao processo histórico mais amplo que os envolvia, bem como as experiências e expectativas que mobilizavam os autores a compor suas respectivas visões/interpretações de Minas Gerais, seu território, povo e história.

A problemática de que aqui nos ocupamos poderia ser tratada de diferentes formas e com diversas abordagens. Neste capítulo, privilegiamos uma linha mais cronológica de análise, isto é, nosso intuito é investigar em que medida os “retratos de Minas” produzidos pela historiografia da mineiridade se colocavam como resposta aos diferentes processos vivenciados pela sociedade mineira/brasileira no decorrer do século XX. Trata-se, portanto, de compreender como os textos – e os significados neles veiculados – podem ser compreendidos em função da história regional/nacional, bem como o “lugar social” a partir do qual foram produzidos. Assim, poderemos realizar uma primeira abordagem das fontes, que as compreenda como uma forma de *ação* no mundo (ligada, por sua vez, a outras séries de acontecimentos na política, economia ou no social) que não eram gratuitas, mas veiculavam determinadas intenções e projetos políticos. Assim, seremos capazes de ir além de uma simples “crítica interna” das fontes, articulando o discurso e o vivido, ou o “texto” e o seu “contexto”.

Após o levantamento das fontes, sua organização e leitura, verificamos em quais períodos houve uma maior produção de discursos sobre o nosso tema. Chegamos a quatro momentos principais: a Primeira República, a transição entre o Estado Novo e os governos democráticos, o Golpe de 1964 e a fase de abertura e redemocratização durante a década de 1980. Ao longo do capítulo, avaliamos em que medida esses momentos foram propícios à produção de textos e ensaios sobre a mineiridade. Privilegiamos para essa análise as narrativas que, no decorrer dessa longa duração temporal, foram mais marcantes para a

historiografia da mineiridade, seja pelas inovações e a abrangência de suas interpretações, seja pela maior repercussão que alcançaram no decorrer da historiografia da mineiridade posterior.

Desse modo, vamos centralizar a nossa discussão em três intérpretes da mineiridade e suas respectivas obras: Diogo de Vasconcellos (1843-1927), Alceu Amoroso Lima (1893-1983) e Sylvio de Vasconcellos (1916-1979). A escolha desses autores/obras é justificada não apenas por serem representativos dos momentos anteriormente elencados, como ainda pelo lugar marcante que ocuparam na formação do discurso e do imaginário mineiro, sendo muitas vezes citados como autoridades no assunto, ou, por outra via, como interpretações influentes mas equivocadas, que precisavam ser refutadas para uma melhor compreensão de Minas e de sua identidade.⁷⁰ Evidentemente, tal escolha implicou a colocação em segundo plano de muitos outros autores/textos importantes.⁷¹ De todo modo, a análise mais detida e aprofundada desses três exemplos nos permitirá uma compreensão adequada sobre a historiografia da mineiridade e suas relações com a história regional. Quanto ao último período, a estratégia adotada foi não privilegiar nenhum autor/obra em particular, como já ressaltamos na introdução desta dissertação.

No decorrer do presente capítulo, indicaremos as continuidades e mudanças entre os autores/obras e seus respectivos momentos históricos, o que nos permitirá uma compreensão não só dos diferentes significados ligados ao imaginário, como ainda da presença de certos temas constantes do discurso sobre a mineiridade. Esse ponto será objeto de uma segunda abordagem, que será feita no Capítulo 3.

2.1 Primeira República: Diogo de Vasconcellos e as *Histórias*...

O marco inicial de nosso percurso é a implantação da República e do federalismo no Brasil, na última década do século XIX. Antes, porém, é preciso lembrar que, desde os primórdios do processo colonizador em Minas Gerais, e também durante todo o século XIX, surgiram textos de caracterização da sua população, os quais exerceram influência significativa na historiografia da mineiridade que aqui analisamos. O famoso *Discurso histórico e político sobre a sedição que nas Minas houve no ano de 1720*, documento de autoria anônima mas geralmente atribuída ao governador Pedro de Almeida, conde de

⁷⁰ Sobre este ponto, podemos citar dois exemplos: as objeções de Feu de Carvalho à obra histórica de Diogo de Vasconcellos e as críticas de Eduardo Frieiro à concepção de Voz de Minas. Cf. CARVALHO, 1933; FRIEIRO, 1955, p. 419-426.

⁷¹ Já adiantamos que esses autores/textos serão incorporados de forma mais marcante no Capítulo 3, sob uma perspectiva diferente de análise.

Assumar, é exemplar nesse sentido.⁷² Quanto ao século XIX, destaque-se a volumosa literatura dos viajantes-cronistas que, em suas expedições ao território de Minas e às demais capitânicas/províncias do Brasil, relatavam, além das riquezas naturais, os costumes e modos de vida das populações de cada local.⁷³ Esses textos serviram em grande medida como fontes de referência e inspiração para os intérpretes novecentistas da mineiridade. Também no século XIX, no contexto da fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), surgiram obras dedicadas ao estudo da província mineira, como a *Corografia histórica da província de Minas Gerais*, de Raimundo José da Cunha Matos,⁷⁴ e as *Memórias do Distrito Diamantino*, de Joaquim Felício dos Santos.⁷⁵

Entretanto, consideramos que a Proclamação da República inaugurou uma nova fase na historiografia mineira e uma discussão renovada acerca da identidade regional, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Ainda que o novo regime não tenha resultado em alterações significativas na relação entre Estado e sociedade, pode-se afirmar que a República provocou uma reavaliação do sentido da identidade nacional.⁷⁶ Nesse processo, a história-conhecimento também passou por mudanças importantes. Não apenas o conteúdo do passado foi ressignificado, mas também a forma da narrativa, a instalação de institutos históricos estaduais e a importância renovada da história regional evidenciam tais transformações no campo historiográfico daquele período. “Fazia-se necessária a reorganização histórica das antigas províncias – agora Estados da Federação – que, a partir desse momento, concorriam com seus elementos históricos ‘singulares’ na disputa por posições no cenário político nacional”.⁷⁷

De acordo com Ângela de Castro Gomes,

o novo regime demandou uma alteração nos cânones do “fazer história”, não apenas porque a República evidenciava uma politização da disputa por aquilo que devia ser narrado (o que levava a uma nova seleção de acontecimentos e personagens), como, e principalmente, pela forma como a narrativa dessa “nova” história do Brasil e do mundo seria feita (uma seleção de hierarquias, uma adoção de interpretações etc.).⁷⁸

Junto com a República e o federalismo, vinha também a necessidade de reorganização da história nacional e de sua relação com os estados federados. Se, durante o Império, a

⁷² Cf. DISCURSO..., 1994.

⁷³ Cf. SAINT-HILAIRE, 2000.

⁷⁴ MATOS, 1981.

⁷⁵ SANTOS, 1976.

⁷⁶ Cf. OLIVEIRA, 1990; CARVALHO, 2010.

⁷⁷ MEDEIROS; ARAÚJO, 2007, p. 29.

⁷⁸ GOMES, 2009, p. 27.

perspectiva centralizadora sufocava as peculiaridades regionais em nome da unidade nacional, configurando um verdadeiro “imperialismo historiográfico”⁷⁹ por parte do IHGB, a implantação da República e do federalismo impulsionou os estudos históricos regionais de forma até então inédita. Para Bruno Medeiros e Valdeir Araújo, “os estudos monográficos regionais e temáticos estavam potencialmente mais adaptados ao novo padrão de cientificidade que emergia, bem como com as novas demandas políticas”.⁸⁰ A passagem do século inaugurava a era de uma “história geral de Minas”, que unificava as sub-regiões sob os mesmos signos num discurso de coesão interna, de modo a sustentar e fortalecer as ações políticas das elites mineiras no âmbito nacional.

O caso de Minas Gerais é bastante representativo desse processo, que, aliás, também atingiu outros estados brasileiros⁸¹. Por um lado, as elites políticas mineiras destacaram-se como uma das principais forças políticas do Brasil naquele período, ao lado de São Paulo;⁸² por outro, Minas presenciou grandes mudanças no campo propriamente historiográfico, como indica a criação do Arquivo Público Mineiro (APM), em 1895, e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), em 1907, bem como a difusão de livros, estudos monográficos, ensaios, corografias e discursos políticos e cerimoniais que mobilizavam a história mineira como fundamento de sua própria caracterização da identidade regional. Essa renovação historiográfica fomentou a pesquisa, produção e circulação do conhecimento histórico regional, contribuindo para a elaboração de um discurso identitário renovado e que, embora não se colocasse em antagonismo à identidade nacional, buscava afirmar um passado comum aos mineiros que fosse apurado e apreendido pelos novos cânones do saber histórico.

A relação entre a adoção do federalismo e a renovação historiográfica foi notada pelos próprios intelectuais da época. Logo nas “Palavras preliminares” do primeiro volume da *Revista do APM*, o primeiro diretor da instituição, José Pedro Xavier da Veiga, já afirmava:

Estabelecida com a República o regime federativo, isto é, descentralizada a vida nacional e despertos os Estados da velha apatia letárgica, já começam eles a prover sobre a necessidade, essencial à própria autonomia, de organizarem séria e sistematicamente os seus Arquivos, que ao tempo das antigas províncias eram, por via de regra, parcelados por diversas repartições, e parcelados a esmo, desdenhosa e desordenadamente, sem nenhuma metodização ou nexos.⁸³

⁷⁹ Essa expressão foi retirada de MELLO, 2008, p. 58.

⁸⁰ MEDEIROS; ARAÚJO, 2007, p. 29.

⁸¹ Cf. HRUBY, 2008.

⁸² Cf. WIRTH, 1982, p. 40

⁸³ VEIGA, 1896, p. II.

A busca pela unidade regional era, do ponto de vista das elites, fundamental para o projeto de fortalecimento político do estado, condição necessária para garantir o aporte de mais recursos e benefícios do governo federal.⁸⁴ Isso era mais urgente ainda se lembrarmos o baixo grau de dinamismo da economia regional⁸⁵ e as profundas dissidências internas em Minas Gerais, havendo inclusive movimentos separatistas na região Sul, em 1892.⁸⁶ Além da mudança da capital para Belo Horizonte, que deveria simbolizar a união entre as Minas e as Gerais – embora também tenha gerado constrangimentos políticos no seio das elites –, o estímulo à reescrita da história deveria funcionar como um suporte para a criação de uma identidade unitária aos mineiros, a qual poderia simbolizar a integração regional e justificar o novo momento histórico do estado.⁸⁷

A revoada de novas ideias no país desde a famosa “geração de 1870”,⁸⁸ bem como as transformações ocorridas em diversos setores da vida nacional – fim da escravidão, mudança de regime político, reformas urbanas, separação entre Estado e Igreja –, configurava um novo regime de historicidade no Brasil e em Minas Gerais, caracterizada por uma forte aceleração do tempo histórico. É nesse ambiente que muitos intelectuais do período voltaram-se para a história regional, em busca de sentidos para o presente e promovendo, assim, uma renovação historiográfica bastante significativa. Dentre esses historiadores, destacou-se Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcellos (1843-1927).

É importante ressaltar desde logo que Vasconcellos jamais utilizou o termo *mineiridade* em seus textos. Todavia, a sua obra representa um esforço inovador de sistematização da história de Minas Gerais enquanto unidade histórica-temporal, fator necessário, segundo o seu entendimento, para o fortalecimento da “consciência cívica” dos mineiros. Por isso, a sua obra pode ser compreendida como uma expressão fundamental da historiografia da mineiridade. Mas, antes de desenvolver esse ponto, é necessário destacar alguns dados biográficos sobre o autor.

Natural de Mariana, Diogo de Vasconcellos era descendente de uma família tradicional, com muitas personalidades de destaque da história de Minas Gerais. Era bisneto de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, autor de obras importantes para o estudo de Minas colonial,⁸⁹ e de José Joaquim da Rocha, que teve papel de destaque na independência do

⁸⁴ Cf. WIRTH, 1982, p. 66 e MARTINS FILHO, 2009, p. 6.

⁸⁵ Cf. MATA-MACHADO, 1987.

⁸⁶ Cf. CASTRO, 2012.

⁸⁷ Sobre a implantação da República e a fundação de Belo Horizonte como eventos cruciais para o surgimento do discurso da mineiridade, ver BOMENY, 1994.

⁸⁸ Cf. ALONSO, 2002.

⁸⁹ Cf. VASCONCELLOS, 1994.

Brasil. Era também sobrinho-neto de Bernardo Pereira de Vasconcellos, um dos grandes personagens da história política do Império.

Diogo de Vasconcellos iniciou seus estudos de Humanidades no Seminário de Mariana e no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, transferindo-se depois para São Paulo, onde cursou a Faculdade de Direito, bacharelando-se em 1867. Sua ascendência familiar e formação intelectual influenciaram, de um lado, o forte traço católico e conservador de suas ideias e a simpatia que dedicava ao regime monárquico;⁹⁰ de outro, a sua precoce e longeva (embora intermitente) carreira política e o grande prestígio de que gozava entre a elite mineira, antes e depois da República. Foi um dos nomes mais importantes do Partido Conservador em Minas no período final do Segundo Reinado, tendo assumido o cargo de deputado em 1871, 1872, 1877 e 1885.

Após a Proclamação da República, Vasconcellos não “engrossou as fileiras dos adesistas”, mantendo-se fiel à Monarquia e criticando publicamente o novo regime.⁹¹ Todavia, não abandonou completamente a cena pública e os cargos de governo. Foi presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto entre 1892 e 1893 e, após um período de afastamento da carreira no governo, tornou-se senador estadual em 1919, chegando até à Presidência da Casa, por ser o membro mais velho. Foi nessa condição de presidente do Senado Mineiro que veio a falecer, em 17 de junho de 1927.

Apesar de ter visto várias de suas posições políticas derrotadas, como a questão republicana, a laicidade do Estado e a mudança da capital para Belo Horizonte, Diogo de Vasconcellos continuou sendo uma figura influente nos círculos intelectuais e políticos de Minas Gerais. Isso pode ser verificado pela sua inserção nas instituições acadêmicas que foram criadas naquele contexto. Além de ter se tornado sócio efetivo do IHGB, participou diretamente da inauguração do APM, do IHGMG e da Academia Mineira de Letras (AML, 1909). Também foi jornalista atuante, tendo contribuído para órgãos conservadores como a *Província de Minas* e o *Jornal de Minas*, ambos de Ouro Preto. Pode-se perceber, portanto, que Diogo de Vasconcellos, embora fizesse parte de um grupo minoritário, continuava como um nome de destaque nos círculos das elites políticas e intelectuais do estado.

⁹⁰ Em maio de 1943, na solenidade do lançamento da pedra fundamental de uma herma erigida na praça que leva o seu nome, Mario Matos pronunciou um discurso sobre a figura de Diogo de Vasconcellos: “A queda da monarquia cortou-lhe a carreira de homem público, e, não tendo aderido ao novo regime, permaneceu esquecido.” (MATOS, 1945, p. 51)

⁹¹ Vale destacar os trabalhos de Rodrigo Machado Silva, que pesquisa a trajetória de Diogo de Vasconcellos na perspectiva da história intelectual e da história política. Esse pesquisador lembra, por exemplo, que Vasconcellos homenageava D. Pedro II e defendia a manutenção da sua imagem mesmo com a mudança de regime político. Cf. SILVA, 2010, p. 59.

A sua ascendência familiar tradicional e aristocrática bem como a formação escolar fortemente católica e as redes de sociabilidade em que estava inserido são elementos que certamente influenciaram a sua escrita da história. Para Vasconcellos, a tradição deve sempre prevalecer sobre o impulso confiante na modernidade, e o passado deveria permanecer como fonte de autoridade para o presente e o futuro. Essa concepção de história e de identidade mineira fica bastante evidenciada em sua obra histórica como um todo:

Conservador por excelência, inabalável monarquista, católico fervoroso e *antimudancista*, com a implantação da República, Diogo de Vasconcellos entendeu que a cidadania se estrutura e se expressa também pela consciência histórica que as pessoas possuem. A noção de memória se exercitando com[o] reverência ao passado. Daí seus estudos e pesquisas com vistas a delinear e difundir um *corpus* reflexivo sobre a consciência histórica e a *identidade coletiva* das Minas Gerais.⁹²

Foi durante o período de afastamento da política oficial que Diogo de Vasconcellos escreveu e publicou a sua obra de historiador, a qual constitui tentativa pioneira de estabelecer um passado comum e homogêneo para todo o estado de Minas Gerais⁹³ por meio de critérios considerados “científicos” à época: a fundamentação em fontes – embora o autor raramente indicasse as referências, como notou Francisco Iglésias –,⁹⁴ a pretensão de objetividade e neutralidade no julgamento do passado e a ênfase na narrativa factual e na história política e econômica protagonizada pelos “grandes homens”.

A sua obra não se destaca pelo volume, embora ela tenha alcançado grande repercussão na historiografia geral sobre Minas. O seu livro mais importante é *História Antiga de Minas Gerais*, o qual recebeu uma continuação em *História Média de Minas Gerais*, lançados respectivamente em 1901 e 1918. A *História Antiga...* foi republicada em 1904, com um segundo volume totalmente inédito. Nesses livros, o autor narra as primeiras expedições ao território que viria a ser as Minas Gerais e chega até 1785. Ele justifica que os acontecimentos ocorridos a partir daí estariam relacionados à Inconfidência Mineira, objeto de uma “História Moderna de Minas Gerais”, mas que jamais foi escrita. O objetivo do autor nesse projeto inconcluso era elaborar uma narrativa que sintetizasse e desse coerência ao passado mineiro, de modo apreender o longo processo que, remontando desde as origens,

⁹² BOSCHI, 2014, p. 12, grifos do autor.

⁹³ Adriana Romero afirma que a obra de Vasconcellos é “uma referência obrigatória” e se destaca, “além da qualidade da narrativa e da grande erudição, é que pela primeira vez um historiador espanou a poeira dos papéis do Arquivo Público Mineiro, jogando luzes sobre o vasto continente – até então indevassado – da história de Minas. Nesse sentido, Diogo de Vasconcellos bem merece o título de primeiro grande historiador das Minas Gerais, autor de uma obra de qualidade inestimável, apesar da sua aparente falta de rigor e da descontinuidade da sua produção”. (ROMERO, 2009, p. 109-110)

⁹⁴ IGLÉSIAS, 1974, p. 19.

forjou uma feição peculiar para o povo mineiro. “A história mineira em sua totalidade se confunde assim com a história das origens da mineiridade, como o longo e sinuoso processo de sedimentação dos caracteres mais profundos de sua gente.”⁹⁵ As *Histórias...* foram reeditadas em 1948, 1974 e 1999 e serão o centro da nossa discussão, assim como o discurso de inauguração do IHGMG, que foi publicado na *Revista do Arquivo Público Mineiro* em 1909.

Diogo de Vasconcellos pode ser facilmente identificado como um dos fundadores da memória histórica de Minas Gerais no alvorecer do século XX. Todavia, seria um erro considerar a sua obra como uma investida propriamente republicana da história mineira.⁹⁶ Isso fica claro, por exemplo, quando o autor desenha um retrato amplamente favorável ao governador conde de Assumar, ao contrário dos demais historiadores do período – como Nelson de Senna (1876 – 1952) –, que viam nele um tirano sanguinário e inimigo da população mineira.⁹⁷ Para Vasconcellos, porém, tratava-se de um homem corajoso e honesto, que lutou para implantar a ordem num ambiente “em que se respirava um ar sedicioso”.⁹⁸ Assumar seria um grande injustiçado da história, pois

mesmo sem praticar ato algum notório de tirania, já passava por tirano, só porque não admitia nem dissimulava a influência perniciosa dos ministros e funcionários relapsos; e admira que, sendo toda sua política dirigida para livrar o povo em geral de seus opressores, chamando à ordem os potentados e os pequenos déspotas, a tanto se inimizasse desde o princípio de seu governo, fato que bem demonstra o valor específico, que tem os grandes. Satisfeitos estes, poderá qualquer governo passar por liberal e amado ainda que oprima os pequenos, eis que no conter e coagir a prepotência daqueles é que está a tirania.⁹⁹

Esse e outros pontos de discordância entre Vasconcellos e seus contemporâneos mais afinados com a perspectiva republicana da história não impediram, entretanto, que o seu trabalho fosse amplamente reconhecido pela intelectualidade de Minas Gerais, tendo se tornado a maior referência do campo historiográfico mineiro da época. Um juízo significativo a esse respeito foi feito pelo próprio Nelson de Senna, político e intelectual muito mais alinhado aos valores republicanos: em discurso de homenagem ao centenário de nascimento do historiador marianense, Senna afirmava que ele “permaneceu o Mestre, o Guia dos

⁹⁵ ROMEIRO, 2014, p. 18.

⁹⁶ Esse juízo já foi proposto por SILVA, 2010, p. 58.

⁹⁷ “O negregado conde de Assumar, dom Pedro de Almeida e Portugal, começa o seu governo de capitania unida de Minas e S. Paulo; ainda no tempo de sua tirânica administração, é que se fez o desmembramento dos dois territórios, paulista e mineiro, formando duas capitanias independentes.” (SENNA, 1898, p. 593)

⁹⁸ VASCONCELLOS, 1948 [1918], p. 91.

⁹⁹ VASCONCELLOS, 1948 [1918], p. 157.

historiadores de nosso tempo, em tudo o que se refere a Minas”.¹⁰⁰ Outra evidência, além do seu próprio trabalho historiográfico, foi a sua escolha como orador da seção de inauguração do IHGMG, em 16 de julho de 1907. Esse discurso condensa a concepção de Vasconcellos sobre a história e a identidade do “povo mineiro”, o que o torna estratégico para a nossa análise: “Talvez as melhores pistas sobre as concepções políticas e históricas de Vasconcellos estejam no discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.”¹⁰¹ Trata-se de uma peça de justificação da criação do instituto, bem como de uma afirmação da necessidade de se sistematizar a história regional mineira.

Nesse discurso, Diogo de Vasconcellos apresenta a história como um elemento imprescindível para as civilizações humanas, condição *sine qua non* para o seu desenvolvimento. Partindo do antigo preconceito segundo o qual somente as civilizações mais “adiantadas” desenvolveram a ciência da história, Vasconcellos afirma que é desse saber que surge a consciência de identidade e continuidade das tradições de um povo:

São dos arquivos empoeirados, dos monumentos carcomidos e atas do passado, que se irradia a continuidade anímica de nossa existência coletiva, iluminada pelos votos e testemunhos tantas vezes dolorosos da velha experiência.¹⁰²

Em outras palavras, a história ensina os homens a viver na civilização e cultivar a pátria, através do testemunho dos grandes fatos e heróis do passado. E é o seu conhecimento que permite a continuidade das tradições formadoras da identidade de um povo. Percebe-se aí a presença do *tópos* da “história mestra da vida” (*historia magistra vitae*);¹⁰³ entretanto, a exemplaridade humana estaria circunscrita às histórias singulares de cada povo, como preconiza a tradição romântica da historiografia que Diogo de Vasconcellos praticava.¹⁰⁴ De acordo com o orador, os antepassados forneceriam os modelos de ação para os sucessores, e tais modelos devem estar presentes e vivos na memória coletiva para o engrandecimento de Minas Gerais. Por isso, a memória histórica regional deve ser preservada e venerada, pois já acabada e definida, e não construída ou inventada.

Outro ponto a se destacar é que Vasconcellos trabalhava com uma concepção teleológica da história, cujo motor é a Providência divina. É ela que garantiria a unidade de sentido da ação humana em geral e, conseqüentemente, do processo histórico como um todo.

¹⁰⁰ SENNA, 1945, p. 64.

¹⁰¹ ROMEIRO, 2014, p. 38.

¹⁰² VASCONCELLOS, 1909, p. 214

¹⁰³ Sobre a presença desse *tópos* na historiografia, cf. KOSELLECK, 2006, especialmente p. 41-60.

¹⁰⁴ Sobre a veia romântica da escrita da história de Diogo de Vasconcellos, cf. SILVA, 2013.

Embora lance mão do termo “progresso”, este é colocado em função da Providência: “o fenômeno do progresso, que zomba da divindade e das contradições humanas, é, com efeito, o mais palpitante e visível sinal da Providência ao longo de todas as eras”.¹⁰⁵ É dentro dessa visão que a noção de continuidade histórica se inscreve, e a categoria do progresso adquire feição conservadora, já que ela não rompe com o espaço de experiência. Embora esse progresso, enquanto categoria histórica, tenha surgido com a emergência dos regimes modernos de historicidade,¹⁰⁶ em Vasconcellos, ela se coloca em função da continuidade do passado (que fornece exemplos para os contemporâneos) e da atuação da Providência:

Um ser incompreensível a conduz [a história] e dorme dentro dela, para despertar a tempo e reagir no desânimo geral, fortificando a nossa fé, serenando as borrascas e mostrando em fim de contas o caminho andado na traça dos almejados destinos. A esse caminho chamamos nós o progresso e a esse poder, que está acima da previsão e vontade dos homens, chamamos Providência, e nem outro nome lhe pode convir, em que pese aos incrédulos.¹⁰⁷

Diogo de Vasconcellos também entendia que a história deveria se preocupar com as “sínteses” do passado e apresentá-las de maneira clara, verdadeira e vivaz para os leitores. Essas sínteses são constituídas pelos grandes eventos e personagens da história de Minas Gerais, que dominam e movimentam todas as suas narrativas históricas. Ao historiador caberia reconstituí-los em modelos de conduta para a juventude, em nome da continuidade e do progresso da pátria mineira. Nesse sentido, a história tinha uma função moral, qual seja, desenvolver o civismo e o culto à pátria, pelo respeito aos heróis que melhor encarnaram os valores mais caros do “caráter mineiro”.

Muitos comentadores da obra de Diogo de Vasconcellos destacam o seu estilo romântico, em referência a seu gosto pela narrativa, à densidade atribuída aos agentes históricos e o tom vivaz e eloquente da sua escrita.¹⁰⁸ Podemos perceber esse traço romântico também pelo estudo das “origens” de Minas, a valorização das singularidades da região, ou a busca pela “cor local”, que no seu caso era dirigida para as Minas Gerais como elemento integrante e integrador da nação brasileira. Entendia o povo mineiro como unidade étnica, embora privilegiasse a atuação dos paulistas e portugueses pela sua função de construir a “civilização” em Minas Gerais, em detrimento dos negros e indígenas:

¹⁰⁵ VASCONCELLOS, 1909, p. 215

¹⁰⁶ Cf. KOSELLECK, 2006.

¹⁰⁷ VASCONCELLOS, 1909, p. 215

¹⁰⁸ IGLÉSIAS, 1974, v. 1, p. 12.

O povo mineiro, à luz destes princípios, tem de considerar antes de tudo a sua origem privilegiada. (...) Descendente de generoso sangue paulista, congraçado com o da mais heroica e laboriosa de todas as Mães-Pátrias, conservou e conserva na língua da mais bela epopeia moderna, nos hábitos inalteráveis da economia, do trabalho e da honra, tão bem como na fé católica, a cujos surtos se devem o descortino dos continentes e dos mares, as condições seguras, os elementos conservadores e as energias políticas de sua perfectibilidade no caminho indefinido aberto à vida das gerações, que vão nos suceder.¹⁰⁹

A tradição, segundo o orador, representa o caminho seguro, o “farol inequívoco” para o progresso do povo mineiro. Era necessário conhecer e valorizar o passado regional, o que deveria ser feito, entre outras formas, através da criação de espaços destinados à produção e circulação do saber histórico, devidamente baseado em fontes. Eis a função primordial do IHGMG: contribuir para a recuperação da memória (oficial) de Minas Gerais, tendo em vista o fortalecimento da sua identidade e, ao mesmo tempo, a garantia da sua “perfectibilidade” pela conservação de suas tradições:

O povo mineiro, que por sua história peculiar caracterizasse desde seu advento, há dois séculos, diferenciando-se do seu destino, e formando já a maior casa de toda a América, sentia a falta de se lhe erigir a oficina central do pensamento, na qual se cuidam com esmero de fortificar a sua homogeneidade, e de unificar os seus elementos étnicos tradicionais. (...) Condensar essas qualidades ingêntas, aperfeiçoar a mentalidade, que nos foi transmitida, pelas circunstâncias especiosas de nossa origem, serão, creio eu, o melhor e mais constante objeto de nossos estudos o escopo essencial deste Instituto, ereto em honra da história para farol inequívoco de nossos progressos.¹¹⁰

Já apontando para o futuro, a tarefa de manutenção e fortalecimento da unidade mineira caberia agora à “mocidade estudiosa”, que será a primeira, “eu espero, a honrar a nossa memória, como honramos, e temos honrado, a de nossos antepassados”.¹¹¹ Nessa perspectiva, o horizonte de expectativa não se separa do espaço de experiência, o que exprime, de forma inequívoca, a sua concepção conservadora e essencialista da história e identidade de Minas Gerais. O estabelecimento de uma origem determinada e de elos de continuidade histórica do povo mineiro, bem como a utilização do pronome “nós” e a identificação de elementos constitutivos da conduta dos mineiros, são os artifícios utilizados por Vasconcellos para construir uma referência unificada e contínua da identidade mineira.

¹⁰⁹ VASCONCELLOS, 1909, p. 214.

¹¹⁰ VASCONCELLOS, 1909, p. 214

¹¹¹ VASCONCELLOS, 1909, p. 220

Essas considerações sobre a identidade e a história de Minas Gerais também estão presentes nas *Histórias...* Nas palavras do autor, “a nossa preocupação nestes livros consiste (...) [em] dar a Minas uma relação metódica de suas origens, apurando o que se encontra na sombra esquecida dos arquivos”.¹¹² Essa origem não contempla, como já ficou sugerido no discurso do IHGMG, a presença indígena ou a contribuição negra na história mineira, mas enaltece a atuação dos agentes da colonização – os sertanistas, funcionários da Coroa e os padres, especialmente os jesuítas. São estes que mereceriam ser preservados na memória histórica dos mineiros, pois teriam executado o projeto maior de levar a civilização e a religião católica para o território até então dominado pela “barbárie”. Através do estabelecimento dessa origem, o autor buscava encontrar o fundamento da história e da identidade dos mineiros.

Os índios e negros não são considerados atores significativos na formação do povo mineiro, uma vez que Vasconcellos representa-os como “raças inferiores”. Tratava-se, segundo o autor, de elementos “bárbaros”, “selvagens”, “caóticos”, “anárquicos”, “pagãos” e muitas outras alcunhas que demonstrariam a sua inferioridade perante os brancos. Foram estes que implantaram as bases da “civilização mineira”, e por isso são privilegiados na narrativa do autor. Essa concepção leva-o a afirmar que “o indivíduo, na infância, é ver um, ver todos. Os povos nascentes, também como crianças, não diferem entre si. As Minas, porém, não tiveram infância. Nascera[m], como a deusa de Atenas, já feitas e armadas”.¹¹³ Os mineiros não tiveram infância, porque ocorreu o entrelaçamento de povos em estágios distintos de evolução, com a supremacia da “raça” branca, que fez surgir uma nova civilização com grau evolutivo mais adiantado do que as “raças inferiores”. Os mineiros assim caracterizados constituem, desde a sua origem, um povo distinto e privilegiado, pois mais evoluídos do que as demais populações do local. Por sua vez, índios e negros ficam à margem dessa construção identitária.

Se contrapusermos essa visão racialista da história mineira com outros autores do período, verificamos muitas semelhanças. Nelson de Senna, por exemplo, também compreendia os mineiros como unidade étnica, fruto do caldeamento entre brancos, índios e negros; porém, a contribuição das três “raças” não teria sido nivelada. É o elemento branco que sobressaiu, sobretudo porque ele “representou aqui o papel dominante pela primazia racial e pela força governativa, na terra por ele conquistada, desde o ano de 1500, quando os

¹¹² VASCONCELLOS, 1948 [1918] p. 286.

¹¹³ VASCONCELLOS, 1974 [1904], v. 1, p. 129.

lusos aportaram ao Brasil”.¹¹⁴ Enquanto o índio deixou marcas apenas no vocabulário e em alguns hábitos alimentares e de higiene, e o negro, no campo do trabalho e na música, o branco teria presidido a formação do caráter dos “geralistas”, moldando os aspectos espirituais, os valores morais e o comportamento político destes.¹¹⁵

Quanto à “raça” branca, Vasconcellos representa-a sempre como o principal agente da história, tanto nos aspectos positivos – relacionados à construção da ordem colonial – quanto nos negativos –, a liderança real e efetiva por trás dos movimentos de sublevação, embora estes jamais contassem com o apoio da maioria da população, como enfatiza o autor em diversos momentos do texto. Mesmo no caso dos degredados portugueses, que iniciaram o processo de colonização na América, embora o autor reconheça que se tratava de “criminosos julgados à pena de morte”, aqueles que vieram para o Brasil seriam entre os portugueses “os mais inteligentes”, atuaram como intérpretes entre nativos e colonizadores, e portanto “não merecem os degredados a reprovação indistinta dos críticos, que na maioria dos casos os condenam. (...) Hoje seriam imigrantes inócuos”.¹¹⁶ Mesmo na condição de “criminosos”, a presença dos brancos não deixa de ser valorizada e integrada à origem do povo mineiro. Essa condescendência não se verifica, porém, quanto às demais “raças” presentes em Minas.

A representação do elemento branco é bastante visível na ampla valorização da personalidade e dos feitos dos antigos governadores da região das Minas, antes e depois da formação da capitania separada de São Paulo, relacionados ao trabalho histórico de formação e consolidação dos elementos “civilizadores” no território mineiro; os construtores da ordem e do progresso vencendo a barbárie e a anarquia.

Nenhum dos governadores de Minas por aqui passou sem deixar a sua parte na construção de nossa casa; e, descontando-se a má política do governo régio, a quem foram obrigados, não vemos que lhes caiba, a menos que por exceção, o lugar ou papel de tiranos, como são havidos quando queremos julgá-los fora de seu tempo.¹¹⁷

Ao contrário de outros intérpretes da mineiridade, que valorizavam a rebeldia e a insubmissão dos “mineiros” como sinônimos de espírito de autonomia e liberdade, Diogo de Vasconcellos fazia uma ampla valorização dos agentes da colonização, já que estes seriam os responsáveis por erigir a civilização em Minas Gerais, pela implantação da lei, da ordem e da religião católica.

¹¹⁴ SENNA, 1926 [1924], p. 85.

¹¹⁵ Outra interpretação da mineiridade fundada numa perspectiva racialista está em CARVALHO, 1957.

¹¹⁶ VASCONCELLOS, 1948 [1918], p. 17.

¹¹⁷ VASCONCELLOS, 1948 [1918] p. 286.

Em contrapartida, Diogo de Vasconcellos desvalorizava as revoltas e motins que desestabilizavam a ordem colonial. Para ressaltar o caráter unitário dessa civilização mineira nascente, o autor teria que lidar com a questão do conflito, ocorrência constante em Minas na primeira metade do Setecentos.¹¹⁸ Sem negar a sua existência, o autor ressalta sempre, porém, que se tratava de fatos isolados, protagonizados por indivíduos também isolados. Em relação aos quilombos, por exemplo, longe de enxergar neles uma forma positiva e afirmativa de resistência à escravidão, o autor os caracteriza como fator de perturbação social altamente negativo, perpetrado por indivíduos insolentes e avessos à ordem.¹¹⁹ Vasconcellos chega inclusive a justificar a escravidão e até mesmo o extermínio dos povos nativos como ações necessárias para a implantação da ordem e do progresso na região, usando um tom ácido e profundamente irônico:

[Os] filósofos da Corte, que, como os de hoje, falam de cadeira e não andavam ao alcance das flechas. Realmente o que a experiência demonstrara é que em tempo algum foi possível corrigir a sanha dos antropófagos. Se não encontravam outros, devoravam-se entre si; e, pois, mais humano seria extingui-los que deixá-los de mão para extinguirem a humanidade em honra de teorias de João Jacques.¹²⁰

Quanto às rebeliões protagonizadas por brancos, elas são explicadas pela ambição e falta de escrúpulos dos líderes desses movimentos, e não como manifestações de descontentamento da população em geral.

Nesse ponto, é significativo assinalar o silêncio sobre a Inconfidência Mineira no conjunto da obra de Vasconcellos – há apenas algumas frases soltas em referência ao episódio, embora fizesse juízos positivos sobre Tiradentes. Sobre a Revolta de Vila Rica, o autor constrói com bastante evidência uma visão conservadora da história mineira, partilhando do ponto de vista do poder metropolitano, com muitas citações literais do já citado *Discurso histórico e político sobre a sedição que nas Minas houve no ano de 1720*. Vasconcellos descreve o episódio como uma reação dos potentados rebeldes às boas ações do conde de Assumar, que “vinha iniciar nas Minas uma ordem de coisas desconhecidas e que previam ser a de um governo regular e forte”; entretanto, mesmo essa mudança positiva levaria à instabilidade na região, pois significava “uma subversão radical nos costumes, e na posição dos homens, e bem sabemos como sempre as novidades, posto que melhores, abalam

¹¹⁸ Cf. ANASTASIA, 1998.

¹¹⁹ VASCONCELLOS, 1948 [1918], p. 214.

¹²⁰ VASCONCELLOS, 1948 [1918], p. 246.

o Estado”¹²¹. A mudança histórica é entendida pelo autor como fator de desordem, ainda que fosse para fins de implantação da ordem colonial.

Isso não quer dizer, porém, que Vasconcellos fizesse juízo favorável aos rebeldes. Em relação a Sebastião da Veiga Cabral, um dos principais “cabeças” da revolta, o qual tinha a pretensão de assumir o governo através de um golpe, o autor afirma que ele chegou a utilizar “um crédito suposto em nome de terceiro, [fato] nunca visto nas Minas”,¹²² o que o configurava como o primeiro estelionatário da nossa história. Quanto a Felipe dos Santos, tratava-se de um extremista disposto apenas a promover a anarquia, e não de um mártir da liberdade em Minas, como propunham outros historiadores.¹²³ As rebeliões coloniais não seriam, na visão de Diogo de Vasconcellos, uma expressão da “voz libertária” dos mineiros, mas apenas episódios que ilustram os percalços que foi preciso percorrer na saga épica da formação da “civilização mineira”.

A desvalorização do conflito como fator de afirmação do “caráter mineiro” é outro elemento que distinguia a leitura de Vasconcellos da interpretação de Nelson de Senna, para quem a contestação dos mineiros do “despotismo metropolitano” deveria ser valorizada na escrita da história regional, pois tais episódios – especialmente a Revolta de 1720 e a Inconfidência mineira – revelariam o pendor “natural” dos mineiros para a Liberdade e a República. Nesse sentido, a dominação colonial não poderia ser considerada como a construção da ordem política em Minas, pois esta deveria ser matizada com a liberdade de participação dos mineiros:

O caráter do povo montanhês – forte e reto, honrado e cheio de civismo, modesto como o dório, hospitaleiro como o árabe – se desenhou acentuadamente pelo modelo dos seus ancestrais latinos ou brancos, com a larga cultura das artes e das boas letras; pelo espírito sereno da ordem, sem temor das reações legítimas do Povo contra o despotismo, e pelo constante anelo da Liberdade, ali cultuada e praticada, na sucessão lenta de três regimes políticos: capitania, província e Estado, sob o jugo colonial, durante o Império e com a República.¹²⁴

Este equilíbrio entre o “senso grave da ordem”, segundo famosa expressão de João Pinheiro, e a liberdade política, é certamente uma das temáticas mais recorrentes da historiografia da mineiridade, e será discutida com mais detalhes no Capítulo 3.

¹²¹ VASCONCELLOS, 1974 [1904], v. 2, p. 173.

¹²² VASCONCELLOS, 1974 [1904], v. 2, p. 177.

¹²³ “Felipe dos Santos, o mais destemido dos revoltosos, é, à tardinha desse dia, atado vivo à cauda de quatro ferosos cavalos que abrem em disparada vertiginosa pelas ruas acidentais da capital de Minas, espatifando o corpo do nosso desventurado compatriota! (...) O protomártir da tirania portuguesa em Minas.” (SENNA, 1898, p. 583)

¹²⁴ SENNA, 1909a, p. 9.

Retornemos a Diogo de Vasconcellos. Ao definir uma origem de Minas, o autor “inventa uma tradição” selecionada, arbitrariamente recortada (apesar das alegações de objetividade e neutralidade), a qual deve ser preservada entre os mineiros. Na sua escrita da história, Vasconcellos privilegia a continuidade sobre a descontinuidade, a ordem sobre o conflito, a permanência sobre a mudança, a tradição sobre a modernidade. O progresso de Minas não é garantido por si mesmo, mas apenas em função da Providência, de um lado, e da permanência e valorização das tradições mineiras, de outro:

A história, sendo uma viagem regressiva ao passado, há de ser vista como foi: e, já que não é dado trazer os mortos à luz do nosso dia, temos que nos transportar nós mesmos, sem ilusões, ao dia em que eles viveram. E, se é certo que em menos de um século Minas se considera transformada no gozo de sua atual civilização ridente e próspera, é que pelo menos devemos a nossos antepassados a educação moral, a consciência e a coragem com que venceram suas dificuldades, cooperando com os governos, pois não é, nem pode ser verdade, que a ordem, condição de todo progresso, tenha sua origem ou seja fruto que nasce de gerações turbulentas ou embrutecidas pela anarquia ou pelo despotismo.¹²⁵

A história, segundo Vasconcellos, e em contraposição à visão desenvolvida por Senna, não deve ser escrita pela ênfase nos conflitos e revoluções, mas na “tradição” de obediência aos governos e dos feitos justos e edificantes dos agentes da colonização em Minas. Afinal, se a ordem é “condição de todo progresso”, era fundamental assentá-la no passado, para assegurar a construção de um futuro melhor e mais seguro. Assim, Vasconcellos inventava essa tradição ordeira e obediente dos “mineiros” para com o Estado, embora alegue se posicionar de forma neutra e objetiva, vendo “a história como ela foi”, a partir da análise documental. Nessa linha de raciocínio, a categoria do progresso pode conviver com a ideia da *historia magistra vitae*, já que o passado continua a servir como exemplo para o futuro que, graças à atuação da Providência, caminha num sentido progressivo. Percebe-se, assim, como em sua narrativa predomina um regime passadista de historicidade, ainda que a categoria do progresso esteja aí presente.

Essa representação do tempo corresponde a uma formulação essencialista e conservadora da mineiridade. Ao trabalhar com categorias como *origem*, *ordem*, *continuidade*, *tradição*, *caráter*, *unidade*, *raça*, entre outras, o autor constrói uma identidade narrativa que se apresenta a partir da pressuposição de um núcleo comum e invariável da comunidade mineira, detentora de um caráter próprio que remete às suas origens remotas e constantemente realizadas no percurso de sua história. Por outro lado, a recusa do conflito

¹²⁵ VASCONCELLOS, 1948 [1918], p. 286.

como componente fundamental da história mineira reforça essa postura conservadora de Vasconcellos. É a ordem que garantiu a formação da “civilização mineira”, bem como a herança dos antepassados, notadamente de origem “branca”. Vale assinalar que, assim como no discurso do IHGMG, as *Histórias...* apresentam uma ampla valorização da herança lusitana para o “povo mineiro”:

São homens e fatos que falam mais alto que as declarações contra a nossa Mãe-Pátria. Nação colonizadora por excelência, Portugal deixou-nos a sua religião, a sua língua, o seu caráter dominante; e o sangue que nos aquece, é o mesmo sangue que as tradições e a história proclamam pelo mais generoso recinto cristão.¹²⁶

A defesa do princípio da autoridade, a valorização da construção da ordem colonial – sem relacioná-la com a imposição do despotismo –, a pregação da continuidade histórica e a negação da ruptura, bem como a louvação das elites, são aspectos muito evidentes da visão da história de Diogo de Vasconcellos. Para vencer a anarquia dos primeiros tempos, justifica o autor, “era preciso o recurso à autoridade, única capaz de sufocar as paixões e favorecer as virtudes”.¹²⁷ Em vários momentos do texto são ressaltadas as ações dos “construtores da ordem” em Minas Gerais como elementos essenciais para a feição peculiar dos mineiros, como a vocação para os assuntos da política, a religiosidade católica e a defesa da família tradicional.

É importante considerar o “lugar social” do autor para compreender melhor esses aspectos da sua escrita da história. As posições políticas de Vasconcellos o colocavam na contramão das transformações políticas e sociais vivenciadas em Minas. Além da mudança de regime, o caso da transferência da capital mineira é bastante significativo. Um dos membros mais destacados do grupo antimudancista, Diogo de Vasconcellos argumentava que a mudança da capital poderia colocar em risco os laços de solidariedade e o sentimento patriótico entre os coestadanos, já que Ouro Preto era o berço da civilização mineira, fundamento da sua identidade histórica. Aliás, na “Advertência” que abre as *Histórias...*, o autor esclarece que a ideia do livro apareceu em 1898, durante as comemorações do bicentenário de Ouro Preto, em pleno contexto dos debates sobre a mudança da capital. A seguinte citação revela o peso que o passado exerce no sentimento de identidade compartilhado por Vasconcellos: o antigo costume de ouvir a missa reforça o sentimento de

¹²⁶ VASCONCELLOS, 1974 [1904], v. 1, p. 129.

¹²⁷ ROMEIRO, 2014, p. 35.

pertencimento à história do estado a partir da cidade de Ouro Preto, berço e depositária das suas tradições:

Em 1898, no dia de S. João, tendo na forma do antigo costume, ouvido a Missa na Capela do Morro, por aí me conservei algumas horas em meditação depois que o povo retirou-se. Fazia no ato dois séculos que a bandeira de Antônio Dias ali chegou para descobrir Ouro Preto. Concebi então o projeto de reunir as memórias que tinha, dos fatos sucedidos nesta época remota, pouco estudada, e muito mal dirigida pelos Escritores até hoje aceitos, como depositários da tradição.¹²⁸

A posição antimudancista, porém, foi derrotada no Congresso Estadual, e, menos de um ano depois, Vasconcellos daria início ao projeto das *Histórias...* como forma de reatar os elos entre o presente e o passado que pareciam se romper com todas essas mudanças.¹²⁹ Os laços de pertencimento não poderiam ficar apenas no passado; era preciso revivê-lo no presente, através da narrativa histórica. Nesse sentido, podemos afirmar que a sua escrita da história se constitui como uma evasão do presente, um recuo a um passado ordeiro e hierarquizado. Era necessário que seus contemporâneos entendessem e prosseguissem a história de Minas, de modo a impedir a fragmentação das suas tradições “verdadeiras”, num momento de mudanças profundas. O passado deveria ser preservado, pois nele estariam as bases da civilização mineira, condição essencial para assegurar um futuro de progressos.

Não compreendemos a sua obra histórica como uma peça de defesa do regime monárquico ou da manutenção da capital em Ouro Preto, mas sim como um projeto conservador de criação/fortalecimento da identidade de Minas Gerais num momento de valorização das identidades regionais. Assim, a sua escrita da história era uma arma política fundamental para impedir o abandono completo das “tradições” e do “sentimento patriótico” em Minas que as transformações aceleradas poderiam ocasionar. Em outros termos, o autor deseja a preservação da tradição ordeira, obediente e pacífica dos mineiros como forma de se contrapor ao turbilhão de mudanças do presente. Tais elementos reveladores da identidade regional estavam contidos, conforme a sua interpretação, no Setecentos mineiro. Essa história não estaria totalmente fechada, já que ainda não havia trabalhos que estabelecessem as origens de Minas Gerais. Seria necessário, portanto, recuar a esse passado colonial, capaz de dizer o que era Minas e quem eram os mineiros em sua “essência”, de modo a tornar os contemporâneos conscientes de sua tarefa histórica. Trata-se, portanto, menos de propor um

¹²⁸ VASCONCELLOS, 1974 [1904], v. 1, p. 43.

¹²⁹ Sobre a posição de Diogo de Vasconcellos no debate sobre a mudança da capital mineira, cf. SILVA, 2013.

retorno mítico a esse passado do que uma forma de extrair dele uma “consciência de mineiridade” entre os contemporâneos, de cunho marcadamente conservador.

As mudanças do presente não poderiam levar ao esquecimento do passado (pois este fornecia exemplos para os contemporâneos), e o trabalho de Vasconcellos teria o sentido de sistematizar e reforçar essa consciência entre os “mineiros” – ou, pelo menos, entre a elite política e intelectual. Nesse sentido, o autor apela a uma identidade essencializada, contínua e imutável, enraizada na história regional. Os traços dessa essência comum seriam a sobriedade e constância moral, a obediência para com a ordem política e social, a forte religiosidade católica, a valorização do tradicional e rejeição às rupturas históricas. Tais significados seriam continuamente reiterados pela historiografia da mineiridade posterior, embora com ênfases distintas e respondendo a outras experiências e expectativas.

2.2 Fim do Estado Novo: Alceu Amoroso Lima e a *Voz de Minas*

A chamada “Revolução de 1930” instalou uma nova ordem no país, rompendo com as bases políticas que sustentavam a “República Velha”, como esse período passa a ser nomeado a partir de então. As unidades federativas, ocupadas pelas respectivas oligarquias, perderam parcela significativa do poder e autonomia de que gozavam anteriormente. Entre outros fatores que evidenciam tal processo, está o fato de os estados passarem a ser governados por interventores, nomeados diretamente pelo presidente, e não apenas por acordos internos às elites estaduais. Vargas se utilizou desse expediente para reorganizar as lideranças políticas regionais, como foi o caso mesmo de Minas Gerais, com a escolha de Benedito Valadares para o cargo.¹³⁰ Vale lembrar ainda o episódio da queima das bandeiras estaduais, poucas semanas após a implantação do Estado Novo, para simbolizar o enfraquecimento do poder regional e estadual, num ritual de unificação da nação sob a égide do Estado.¹³¹

Durante toda a Era Vargas, é possível identificar mudanças importantes ocorridas em Minas Gerais, que alguns autores caracterizam como um processo de modernização conservadora cuja iniciativa partiu principalmente do Estado Nacional.¹³² Houve uma intensificação da industrialização, embora ainda vinculada a uma base tradicionalmente

¹³⁰ Cf. MONTEIRO, 1980.

¹³¹ Sobre o episódio da queima das bandeiras, cf. OLIVEN, 1986.

¹³² A participação do Estado nesse processo de modernização verificado no período é patente em vários aspectos, entre os quais a arquitetura: “Em 1942, com o conjunto arquitetônico da Pampulha, projetado por Oscar Niemeyer, o modernismo instalava-se em Belo Horizonte. A Pampulha foi um marco importante porque foi o primeiro projeto de arquitetura moderna tão ousado, no mundo, a ser financiado por um governo.” (BICALHO; OLIVEIRA; BRANDÃO, 2014.)

agrária, por um lado, e com uma infraestrutura deficiente, por outro, o que limitou tal processo. Destaque-se a criação da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), em 1943, e a inauguração do Centro Industrial de Contagem, já em 1946, um dos marcos do ciclo industrial urbano implementado em Minas. O setor metalúrgico obteve grande destaque e tornou-se “o principal componente do produto industrial mineiro, em detrimento dos setores alimentício e têxtil”.¹³³ O ponto mais alto se dá com a criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, na cidade de Itabira.¹³⁴

A urbanização se acentuou em várias regiões de Minas. A capital vivenciou um processo de crescimento desordenado, estendendo-se para além da Avenida do Contorno, e passando cada vez mais a receber levas de gente vindas do interior em busca de melhores oportunidades. Ainda em relação à Belo Horizonte, vale também assinalar que entre 1940 e 1945 o então prefeito Juscelino Kubitschek – o “prefeito furacão”, como foi chamado na época – implantou uma série de reformas urbanas de caráter modernizador.¹³⁵ Destaca-se a construção do Complexo da Pampulha, com finalidades turísticas e de lazer, bem como as inovações na arquitetura, pintura e escultura, “enfrentando a resistência da velha Minas, encarnada, sobretudo, na figura do arcebispo Dom Cabral”.¹³⁶ A capital mineira foi remodelada para adentrar de vez na modernidade, como diziam os entusiastas dessas reformas, o que gerou também forte rejeição dos setores mais conservadores: apenas a título de exemplo, foi só em 1960 que a Igreja da Pampulha foi consagrada oficialmente, já que Dom Cabral não aceitou fazê-lo devido à sua arquitetura e elementos pictóricos pouco ortodoxos.¹³⁷

Não é nossa intenção avaliar se esse processo de modernização em Minas e no Brasil foi demasiado tímido ou se, pelo contrário, teve significação histórica mais profunda. O importante aqui é destacar que ela repercutiu na historiografia da mineiridade nesse período. Já em 1936, Miran de Barros Latif publica o ensaio histórico *As Minas Gerais*, cujo objetivo era explicar a natureza do “espírito de Minas” e sua formação histórica. Para Latif, toda a história de Minas e do Brasil deveria ser compreendida em função da mineração: a fase de “preparação”, de procura pelo metal precioso (séculos XVI e XVII); o “período oficial”, quando do sucesso das minerações (século XVIII); e finalmente a fase de declínio e a permanência de um saudosismo dos tempos de riqueza (séculos XIX e XX):

¹³³ LEMOS FILHO, 1988, p. 135.

¹³⁴ Cf. PIMENTA, 1981.

¹³⁵ Cf. CEDRO, 2009.

¹³⁶ CARVALHO, 2008, p. 32.

¹³⁷ MELLO, 1980, p. 49. Sobre o período de Juscelino Kubitschek na prefeitura de Belo Horizonte, cf. CEDRO, 2009.

Vivemos, deste modo, por quase quatro séculos – e não apenas pelo século e meio do ciclo oficial – sob o signo do ouro, o que deu de sobra para que se precisasse o “espírito das minas”, tão presente ainda hoje em nossos homens da montanha.¹³⁸

Porém, Latif assinala que esse quadro histórico começava a se transformar na década de 1930. Engenheiro de formação, Latif havia participado de uma expedição para Minas Gerais no intuito de buscar novas minas de ouro, mas que resultou em fracasso. Entretanto, o autor entendia que tal fracasso também tinha um lado positivo, pois “só então o mineiro se desvencilharia de uma obsessão passadista que muito o peava para outras possibilidades que a terra lhe oferecia. Assim é que só mesmo por volta de 1935 se encerraria realmente o nosso ciclo do ouro”.¹³⁹ Finalmente, os mineiros se abriam para novas oportunidades, especialmente a siderurgia e a agricultura, abandonando o espírito passadista que limitava as possibilidades oferecidas pela terra mineira. Entretanto, se o autor via com otimismo esse quadro de modernização e mudança histórica, a maior parte dos intérpretes da mineiridade do período viam esse processo com desconfianças, sobretudo pela ideia de uma “ameaça de descaracterização” do Brasil e de Minas Gerais. Essas narrativas, e especialmente o livro *Voz de Minas*, que centralizará a nossa discussão, veiculam uma imagem de Minas Gerais como o estado guardião das tradições brasileiras, e isso deveria ser preservado em nome da manutenção da unidade e identidade nacional.

Assinale-se também que, no campo propriamente historiográfico, renovações importantes se passavam nesse período, como a redefinição do sentido da identidade nacional – cuja influência do movimento modernista e a elaboração de uma nova política cultural durante a ditadura de Vargas foi certamente marcante – e no empenho de muitos historiadores do período em produzir grandes sínteses da história do Brasil, estabelecendo linhas de continuidade da colônia à República. Mariza Guerra de Andrade afirma que uma das características mais proeminentes dessa historiografia era

a marca de segurança sobre a idealização de um passado *único* capaz de encontrar as chaves explicativas do presente pela construção de retificações e por meio de um historicismo passadista, romântico e ainda imbuído das promessas de continuidade do tempo a ser revigorado. Tempo revigorado porque essa concepção é em geral restauracionista e sujeita à ideia de que “o melhor está no passado”, porque se

¹³⁸ LATIF, 1960 [1936], p. 11.

¹³⁹ LATIF, 1960 [1936] p. 12.

concebe a restauração como progressista e saúda essa regressão ao passado como progresso.¹⁴⁰

Essa forma de representar a experiência do tempo se aproxima, como vimos, da visão de história presente na obra de Diogo de Vasconcellos. A noção de progresso não era colocada como ruptura ao passado, mas como uma decorrência de sua continuidade e conservação. Esse raciocínio se traduz, no plano das identidades, na busca de valores e comportamentos sociais permanentes, que formariam o “espírito” ou o “caráter” dos mineiros.

Nos anos finais da Era Vargas, identificamos o surgimento de numerosas publicações acerca da mineiridade. Intelectuais e políticos de origens e concepções diversas, mas especialmente aqueles ligados à Igreja Católica e defensores de ideias políticas conservadoras, conclamavam os mineiros a tomarem a dianteira no processo de democratização do país, confiantes num ideal de mineiridade que eles, ao mesmo tempo, buscavam definir e exaltar. Houve, de fato, uma série de publicações referentes à explicação do “caráter mineiro”, como os textos de Amoroso Lima, João Camilo de Oliveira Torres¹⁴¹ e Gilberto Freyre,¹⁴² sempre numa perspectiva claramente essencialista e conservadora.

Um fator que certamente influenciou a retomada do tema da mineiridade foi a publicação do “Manifesto dos mineiros”, em 24 de outubro de 1943 (aniversário, portanto, da Revolução de 1930), uma das primeiras manifestações abertamente contrárias à ditadura de Vargas, ainda em plena vigência da censura. Iniciativa de representantes de Minas Gerais no Congresso Nacional de Juristas, o manifesto foi impresso clandestinamente em Barbacena, com uma primeira tiragem de 50 mil exemplares distribuídos de mão em mão ou enviados por baixo dos portões das residências, embora o impacto maior realmente tenha se dado, como afirma Edgar da Mata Machado, entre a elite política e intelectual do Estado.¹⁴³

O manifesto recorre, insistentemente, à imagem de uma Minas unida em prol da Liberdade, que seria um amor atávico de todos os mineiros, “família numerosa, porém unida e solidária”.¹⁴⁴ Ao mesmo tempo, exalta o temperamento sóbrio e equilibrado que caracterizaria a “essência” mineira, e desse modo tenta justificar o teor brando e moderado do próprio

¹⁴⁰ ANDRADE, 2011, p. 28.

¹⁴¹ OLIVEIRA TORRES, 2011 [1944].

¹⁴² FREYRE, 1965 [1946].

¹⁴³ Segundo Edgar da Mata-Machado, que participou da elaboração do manifesto (embora não o tenha assinado), o documento foi distribuído por toda a população mineira através das estações de trem da Central do Brasil, sendo entregue pelos próprios maquinistas. Mas, mesmo assim, Mata-Machado ressalta que “tudo se desenvolve, de fato, numa área mais intelectualizada mesmo. É por isso que o texto do Manifesto foi lido por muito pouca gente; porque é longo, escrito numa linguagem extremamente elevada, um texto difícil”. (MATA-MACHADO, 1993, p. 101)

¹⁴⁴ CAVALCANTI, 1978 [1945], p. 33

discurso. É nessa chave que o texto busca incitar “os mineiros” à ação política de reconstrução da democracia, mas sem provocar crises internas que prejudicassem o Brasil, envolvido, naquele momento, com a Segunda Guerra Mundial:

Dirigimo-nos, sobretudo, ao espírito lúcido e tranquilo dos nossos coestaduanos, à sua consciência firme e equilibrada, onde as paixões perdem a incandescência, se amortecem e deixam íntegro o inalterável senso de análise e julgamento.¹⁴⁵

A “família mineira” seria, dentre as demais famílias brasileiras, a mais indicada a promover a abertura democrática devido ao seu passado de intensa atuação política e à constante defesa da Liberdade, aliados ao costume de colocar os interesses nacionais acima de particularismos regionais. A vocação para a política e a democracia, juntamente com a marca da sobriedade e do equilíbrio, além do papel chave que desempenha na história do Brasil, são elementos que precisavam ser reafirmados num momento de grande limitação dos direitos políticos e individuais. Era preciso que os mineiros assumissem a sua identidade histórica e tomassem para si a tarefa de reconstrução nacional, para superar a ditadura que então ameaçava a continuidade da “essência” de Minas. Essa construção retórica aparece com grande recorrência nos ensaios de interpretação sobre a mineiridade, como teremos oportunidade de avaliar mais detidamente no próximo capítulo.

O manifesto explicitava a sua intenção de “retomar [a] consciência de um patrimônio moral e espiritual, que seria perigoso considerar uma vez por todas como definitivamente adquirido”.¹⁴⁶ O texto evidencia, aliás, uma disputa pela memória histórica do estado, a partir do pressuposto de que o passado (único) fornecia o fundamento da identidade mineira. Para fortalecer o sentimento regional, tolhido durante a ditadura, era fundamental voltar ao passado e recontar a própria história:

Fomos buscar inspiração no passado, porque nele procuram assentar a constância de sua regência política os que, entre nós, por uma errônea interpretação da História, nele somente vislumbram algumas não contestadas vantagens da centralização administrativa e do Governo monocrático, sem atentarem para os males, de muito maior extensão, que lhes são inerentes, sobretudo para a sua fatal tendência a usurpações da soberania.¹⁴⁷

Em nome de sua identidade tradicional, os mineiros precisavam reagir contra as ameaças que se apresentavam naquele presente de incertezas. A defesa desses valores

¹⁴⁵ CAVALCANTI, 1978 [1945], p. 33.

¹⁴⁶ CAVALCANTI, 1978 [1945], p. 33.

¹⁴⁷ CAVALCANTI, 1978 [1945], p. 35.

tradicionais era um dever que não poderia ser negligenciado, pois isso representaria a sua completa “descharacterização”. Isso significa que, para a consecução do projeto defendido pelo manifesto, era crucial a conservação de sua “verdadeira” identidade, já definida no passado. A realização do horizonte de expectativa estava, mais uma vez, condicionada à preservação do espaço de experiência. Essa forma de articulação temporal caracteriza, como vimos, uma formulação essencialista das identidades e se faz presente nas demais narrativas da mineiridade desse período.

Conforme já afirmamos, muitos trabalhos voltados para a mineiridade foram escritos nesse período; entretanto, privilegiamos a análise em torno do ensaio *Voz de Minas: ensaio de sociologia regional brasileira* – publicado pela primeira vez em 1945 pela Editora Agir, que tinha como seu diretor literário o autor do livro, Alceu Amoroso Lima –, por ser o mais abrangente e que mais repercutiu no debate sobre o tema. O livro é fruto de uma série de conferências de Amoroso Lima no Instituto de Educação de Belo Horizonte, em 1944. O sucesso e a receptividade dessas conferências, especialmente entre o meio católico, que era maioria na plateia, levaram-no a publicar os textos em livro no ano seguinte.¹⁴⁸ Desde então, *Voz de Minas* recebeu mais três edições (1946, 1983 e 2000), e é ainda hoje lembrado por outros intérpretes da mineiridade, tanto como referência autorizada, quanto como uma visão a ser criticada e desconstruída devido ao grande impacto que suscitou.

Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro em 11 de dezembro de 1893, filho de uma família rica e tradicional – o pai, industrial e comerciante, fundou juntamente com Machado de Assis o “Clube Beethoven”, de admiradores de música clássica;¹⁴⁹ a mãe, dona de casa, contribuiu na sua educação primária, que contou ainda com a orientação do professor particular, João Kopke, conhecido como um dos fundadores do movimento escolanovista no Brasil. Coursou o secundário no Ginásio Nacional (Colégio Pedro II), seguindo para a Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, bacharelando-se em 1914. Alceu prosseguiu os estudos na França, onde fez cursos no Collège de France e na Sorbonne, ainda em 1914 e 1915.

De volta ao Brasil, atuou como diretor jurídico da indústria de tecido Cometa, de propriedade de seu pai, e iniciou seu trabalho como crítico literário, em 1919. Para distinguir a sua atividade industrial da literária, adotou o pseudônimo Tristão de Athayde (pelo qual

¹⁴⁸ NIGRI; BARILE, 1998.

¹⁴⁹ Cf. CURY, 2010; RESENDE, 1983.

ficou amplamente conhecido), de modo a se desviar do preconceito da época, a qual julgava esses dois campos incompatíveis.¹⁵⁰

No âmbito da história intelectual, Alceu Amoroso Lima é comumente lembrado como um dos principais nomes do pensamento tradicionalista no Brasil.¹⁵¹ Além das ideias, sua atuação política também foi importante historicamente. Entre 1928 e 1966, presidiu o Centro Dom Vital, associação civil ligada à Igreja e dedicada ao estudo, divulgação e apostolado da religião católica, e dirigiu a publicação da revista *A Ordem*, principal veículo de divulgação das ideias conservadoras e católicas que norteavam a associação. Também foi um dos fundadores da Liga Eleitoral Católica, em 1932, para atuar como grupo de pressão frente à Assembleia Constituinte e ao governo em defesa dos interesses da Igreja.

Durante o Estado Novo, regime com que colaborou diretamente através do ministério Capanema, tornou-se reitor da Universidade do Distrito Federal, assumindo também a cátedra de Sociologia da mesma universidade. Ocupou ainda a Cadeira de Literatura Brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia e na Pontifícia Universidade Católica. De fato, a sua carreira como professor recebeu grande impulso nessa época, atividade a que se dedicaria por mais de 30 anos. Foi também na década de 1930 – mais precisamente em 1935 – que Alceu Amoroso Lima assumiu a cadeira nº 40 da Academia Brasileira de Letras.¹⁵² Sua atividade intelectual como professor, crítico literário, escritor, jornalista e membro de instituições católicas foi particularmente prolífica e chegaria a mais de uma centena de livros e opúsculos publicados, sem contar a sua intensa produção jornalística, cujos artigos se conta aos milhares, bem como as inumeráveis cartas que escreveu.¹⁵³

Ao longo do tempo, Alceu Amoroso Lima foi revendo suas posições políticas. A sua “conversão” às ideias de cunho mais liberal ficaria mais evidente, de acordo com Marieta de Moraes Ferreira, durante a década de 1960. Apoiou publicamente a proposta das reformas de base de João Goulart. E após o Golpe Civil-Militar de 1964, manifestou-se contra o novo regime, denunciando a repressão que se abatia sobre a liberdade de pensamento e expressão no país, assumindo então “uma postura sistemática de oposição ao governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco”.¹⁵⁴

¹⁵⁰ Sobre a adoção do pseudônimo por Alceu Amoroso Lima, cf. FREIXIEIRO, 1981.

¹⁵¹ “Durante todo o governo de Dom Leme à frente da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Alceu Amoroso Lima, ou Tristão de Ataíde, era ‘como uma extensão da pessoa do Cardeal’ que ‘multiplicava o seu próprio poder de interferência e penetrava até onde, pessoalmente, não poderia ir’. Alceu foi, sem sombra de dúvida, ‘a maior afirmação da inteligência católica no Brasil’, o período que se estende até meados do século.” (MATOS, 1990, p. 186, grifos do autor)

¹⁵² Cf. CAPANEMA, 1983.

¹⁵³ Cf. MENEZES, 1998, p. 22; COSTA, 2006, p. 1.

¹⁵⁴ FERREIRA, 2001, p. 3132.

O início da abertura política não o levou a amenizar as suas críticas ao governo militar. Manteve essa postura crítica até a sua morte, em 1983, na cidade de Petrópolis. De fato, como assinala Marcelo Timotheo da Costa, a ênfase analítica da maioria dos seus biógrafos “recai no Alceu ‘reacionário’, de fim dos anos 20 até metade da década de 40”,¹⁵⁵ mas também há de se ressaltar o Alceu “liberal”, do período subsequente até o final de sua vida. Isto é, de um pensamento marcado pelo conservadorismo e a ortodoxia católica, crítico ferrenho da modernidade e defensor da “recristianização” do Brasil, por vezes até se aproximando de propostas autoritárias, o “segundo Alceu”, em contrapartida, passou a defender ideias ligadas à luta pelos direitos humanos e pelas liberdades políticas, sobretudo após o Golpe de 1964. Não é a intenção deste trabalho explicar as razões que motivaram Amoroso Lima a rever as suas ideias, mas essas considerações são importantes para situar o autor no contexto da obra analisada aqui. O que nos interessa não são as identidades de Amoroso Lima, e sim a interpretação da mineiridade apresentada em *Voz de Minas*.

Escrita num momento em que Alceu Amoroso Lima partilhava de ideias fortemente conservadoras, *Voz de Minas* apresenta um discurso que rejeita as mudanças como fator inerente à vida social, posicionando-se abertamente contra a modernidade que então se verificava sobre o Brasil. Trata-se de uma apologia do “ser mineiro”, que precisaria assumir a sua missão histórica de defesa do país num momento de grande instabilidade nacional e internacional. O autor busca definir um “mineiro médio”, espécie de “tipo ideal” que representaria um modo comum de ser do povo montanhês, de agir no mundo e de refletir sobre si mesmo. Em sua visão, a identidade mineira é considerada como um fato consumado, um dado objetivo e já finalizado, forjado pela continuidade das tradições regionais.

É importante ter em mente que o livro estava incluído num projeto mais amplo, como indica o próprio subtítulo: *ensaio de sociologia regional brasileira*. Tal projeto é explicitado pelo autor no prefácio: a sua intenção de fazer um ensaio geral de sociologia brasileira, que se intitularia “As cinco vozes do Brasil”. Portanto, é preciso tratar o livro como parte de um projeto de compor um estudo regionalista do Brasil, considerando as suas vozes diferenciadas (quais sejam, o Norte, Sul, Litoral, Sertão e Centro), mas unificadas em torno da nação brasileira. O ponto a assinalar aqui é que Amoroso Lima compreende as Minas como uma voz “monotonal”, mas o seu ponto de vista inicial é o do Brasil como um todo, o qual era constituído de vozes diferenciadas. *Voz de Minas* seria apenas um dos capítulos de uma obra maior que o autor não chegou a concluir.¹⁵⁶

¹⁵⁵ COSTA, 2014.

¹⁵⁶ Sobre este projeto inconcluso de Alceu Amoroso Lima, cf. MENEZES, 1998.

Para captar essa “voz da montanha”, pressuposta como uníssona, o autor faz de saída uma confissão – a presença inevitável da sua visão/audição, isto é, da subjetividade na interpretação de Minas Gerais:

Não ignoro quanto há de arbitrário neste gênero de composições sociológicas. Por mais que procure ser fiel à realidade, por mais que procure apenas reproduzir o que consigo escutar da voz de Minas, bem sei que muito de impressionismo se contém no âmago desta tentativa de interpretação. Aí está Minas Gerais tal como a vejo.¹⁵⁷

Não se trata, portanto, de um “realismo absoluto”, mas sim de uma análise que assume a presença da subjetividade na construção da narrativa. Isso não enfraquece, por outro lado, a sua intenção de descrever objetivamente a *alma de Minas*, o *homem mineiro*, o *espírito mineiro* e outros termos que explicitam um ponto de vista essencialista da mineiridade. A obra é um ensaio de síntese histórica e sociopsicológica do povo mineiro em sua unidade, que lança mão de certos artifícios para descrevê-lo “empiricamente”, como a citação de fontes e bibliografias para exemplificar suas proposições e a referência constante ao caráter neutro da sua análise. Nas palavras do autor: “É o povo mineiro, em sua psicologia, em sua sociabilidade, em sua cultura e em sua espiritualidade, que tento reduzir a um retrato coletivo. Quanto possível fiel e expressionista.”¹⁵⁸

Entre os elementos que compõem esse retrato de Minas Gerais, destaca-se aquilo que o autor denomina como “centrismo”. Antes de discutir o significado dessa caracterização em *Voz de Minas*, convém assinalar novamente que esse é um tópico muito utilizado na historiografia da mineiridade. O próprio “Manifesto dos mineiros” faz uso dessa temática, como vimos anteriormente. Outro exemplo é a conferência de Gilberto Freyre na Faculdade de Direito em Belo Horizonte, em 16 de julho de 1946, intitulada “Ordem, liberdade, mineiridade”. Para Freyre, a mineiridade é definida pelo equilíbrio e conciliação entre valores e práticas a princípio opostos, em especial entre o respeito pelas liberdades individuais com a necessidade de ordem social. Por isso, o radicalismo seria o oposto da mineiridade, que trabalha os antagonismos em busca de uma síntese superior:

No assunto, todo mineiro verdadeiramente típico é vigário: vigário a quem brasileiro nenhum de outra área deve ter a pretensão de ensinar o padre-nosso da relatividade. Relatividade política. Relatividade social. Relativismo sociológico. Mineiridade.¹⁵⁹

¹⁵⁷ LIMA, 1983 [1945], p. 13.

¹⁵⁸ LIMA, 1983 [1945], p. 13.

¹⁵⁹ FREYRE, 1965 [1946], p. 26.

Em *Voz de Minas*, esse “centrismo” vai além do significado político destacado por Gilberto Freyre. O conceito faz também referência à ideia de equilíbrio moral, bom-senso e ponderação nas suas escolhas, sobriedade nos costumes e hábitos, entre outros aspectos que conformariam a vida psicológica, sociológica, cultural e espiritual do povo mineiro. Essa marca singular evidencia a missão de Minas de ser a “fiel da balança” do país e, num plano mais amplo, a de situar o próprio Brasil como centro de integração e de equilíbrio em âmbito mundial.

O equilíbrio mineiro também está ligado à função de integração entre as diversas vozes do Brasil. Como lembra o autor em várias passagens, Minas é a síntese nacional, e o regionalismo mineiro não se expressa em separatismo ou bairrismo. O sentimento regional em Minas é receptivo e não exclusivista. “Minas não é o Brasil. Mas está naturalmente fadada a ser o centro de gravidade do Brasil. (...) Minas, enfim, é a Montanha, é o Centro, é o imã que atrai os brasileiros de todas as regiões.”¹⁶⁰ O regionalismo mineiro não se expressa em separatismo ou desavença com a nação brasileira; é antes a sua garantia, o seu fundamento. Uma relação de integração, e não de antagonismo ou oposição. Voltaremos a esse ponto no terceiro capítulo desta dissertação.

As condições naturais e geográficas de Minas Gerais inspiram boa parte das afirmações feitas pelo autor sobre o *mineirismo*. E, embora o relevo do estado seja múltiplo, é a montanha que sobressai por condicionar a vida na região em todas as suas instâncias:

O fenômeno mineiro é condicionado, todo ele, pela Montanha. A montanha representa – horizonte limitado, ritmo lento de andar, economia extrativa, vontade dominando a imaginação, vida sóbria e difícil, concentração psicológica e dispersão demográfica.¹⁶¹

O peso que a montanha exerce na caracterização da mineiridade também aparece em outro intérprete desse período, o historiador itabirano João Camillo de Oliveira Torres (1915-1973). Em *O homem e a montanha*, publicado em 1944, João Camillo investigou as consequências psicossociais da presença da montanha na formação do “caráter mineiro”. Partindo do princípio de que esse caráter é uno em sua origem e que permaneceu o mesmo ao longo do tempo, sem alterações substantivas, o autor faz uma síntese histórica de Minas Gerais, mesclando aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Minas seria uma “ilha cultural”, pois a montanha teria auxiliado no isolamento da região em relação às

¹⁶⁰ LIMA, 1983 [1945], p. 124.

¹⁶¹ LIMA, 1983 [1945], p. 43.

transformações ocorridas em outras áreas do país, formando uma “cultura em conserva”, na qual o passado continua vivo no presente. Ela impõe certos valores, práticas e formas de viver em comum em Minas, entre os quais se destaca, novamente, a temática do equilíbrio:

O mineiro é silencioso, sóbrio e tradicionalista, é tolerante e comedido, sabe respeitar e exige respeito; reconhece uma “pessoa” em todas as coisas e exige ser tratado como sendo “pessoa” também. Sempre foi contra absolutismos e contra os extremismos: a realidade compõe-se de contrários que se equilibram.¹⁶²

A esse respeito, é interessante notar grandes semelhanças entre o estudo de Oliveira Torres e o de Alceu Amoroso Lima. Em *Voz de Minas*, a montanha também aparece como fator de relativo isolamento do estado, o que contribuiu para o fortalecimento e preservação da sua identidade “em conserva”. Ela também se impõe perante a comunidade, induzindo certos traços de comportamento coletivo: as serrarias “limitam o horizonte” e apresentam-se como um obstáculo a ser vencido todos os dias pela população, ao contrário de outras regiões, onde a terra se mostra fácil e dócil ao cultivo agrícola ou ao próprio cotidiano. Ela sugere ainda o espírito de segurança, durabilidade, lentidão e permanência que distinguiria os mineiros no conjunto da população nacional. Em outras palavras, os aspectos geográficos estão alinhados ao sentido histórico da experiência do tempo na região. Tudo isso aparece também em *O homem e a montanha*, embora não seja citado em *Voz de Minas*:

A montanha comunica realmente aos seus habitantes o bom hábito de viver sem pressa, de andar com lentidão. O homem da montanha, habituado a subir ladeiras, anda compassadamente, sabe que não pode correr, (...) que tudo deve ser feito com calma.¹⁶³

A experiência do tempo configurada na narrativa de Amoroso Lima é o aspecto que mais evidencia a sua perspectiva essencialista sobre a mineiridade. É nessa chave também que fica mais claro o teor conservador e tradicionalista que tal representação identitária faz veicular.

Segundo Amoroso Lima, a vida mineira é marcada pela “intemporalidade”, isto é, os mineiros concebem a si mesmos muito mais no plano da “eternidade” do que no tempo propriamente dito – este último compreendido como mudança sucessiva, variabilidade, devir, transformação, descontinuidade. A narrativa faz referência ao ritmo lento da vida em Minas

¹⁶² OLIVEIRA TORRES, 2011 [1944], p. 206.

¹⁶³ LIMA, 1983 [1945], p. 45.

Gerais, à supremacia da permanência sobre a mudança, à continuidade sobre a descontinuidade, à duração sobre o devir. Esse modo de vivenciar o tempo é, segundo o autor, uma qualidade positiva e digna de ser preservada pelos montanheses, num contexto de modernização nacional/regional cada vez mais acentuado. A experiência mineira do tempo (o “intemporalismo”, pois regido pelos valores de continuidade e permanência) é configurada na obra a partir de três conceitos principais:

Continuidade, quanto ao passado. *Fidelidade*, quanto ao presente. *Temperança*, quanto ao futuro. (...) Daí a deliciosa e preciosa *inatualidade*, tanto da psicologia como da sociologia mineira. O fenômeno mineiro tem a sua maior importância no desafio às imposições do mundo moderno. Minas é, por natureza, sadiamente tradicional.¹⁶⁴

Amoroso Lima qualifica a tese da “intemporalidade mineira” na oposição entre o “espírito eterno” e o “espírito moderno”.¹⁶⁵ Enquanto este repudia e combate o passado e a tradição e aceita o presente/futuro como valores em si mesmos, portanto uma mentalidade eminentemente “temporal”, o primeiro tende a buscar as verdades imutáveis, os valores duradouros e a recusa da mudança, portanto muito mais ligada à sua “verdadeira natureza”, dentro da concepção essencialista. O “homem mineiro”, segundo Alceu, “é o homem do passado. O passado não larga o mineiro, em toda a sua vida. É a sua força. É a sua estabilidade. É a sua dignidade”.¹⁶⁶ Essa prevalência do passado sobre o presente faz com que o mineiro seja acusado de rotineiro, avesso ao progresso e às mudanças renovadoras na sociedade. Esse risco é mesmo lembrado pelo autor, mas ele faz dessa característica um juízo bastante favorável:

A força que há na permanência, entretanto, é que sustenta o mundo. É a maior de todas as energias, pois não fosse a inclinação das essências voltarem a si mesmas (...) e tudo cairia no vácuo, tudo desapareceria no próprio momento de aparecer. *E a vida seria impossível*. Só é possível viver porque as coisas essenciais não mudam. A vida não é a mudança. A mudança é a morte. A vida é a imutabilidade. A vida é a conservação.¹⁶⁷

O “homem mineiro”, naturalmente alinhado ao “eterno” muito mais do que ao “moderno”, devia procurar manter sua “essência” conservadora para combater as vicissitudes

¹⁶⁴ LIMA, 1983 [1945], p. 44, grifos do autor.

¹⁶⁵ Esta oposição entre o espírito “eterno” e o “moderno” já aparece em sua obra de 1937, *Idade, Sexo e Tempo* (1953).

¹⁶⁶ LIMA, 1983 [1945], p. 29.

¹⁶⁷ LIMA, 1983 [1945], p. 30, grifos do autor.

da modernização que avançava sobre Minas, o Brasil e o mundo. As montanhas, segundo o autor, não oferecem ambiente favorável aos ideais de progresso, individualismo e materialismo. Para Amoroso Lima, não se trata de recusar totalmente a modernidade, ou fazer de Minas Gerais nada mais que um centro anacrônico de memória do passado, mas de afirmar a continuidade legítima e necessária das suas tradições para o fortalecimento da sua própria “natureza”:

Não se trata de manter Minas num bocal, conservada no seu atraso como um[a] cobra em álcool ou como uma borboleta em naftalina. (...) *Trata-se de conservar as condições essenciais do verdadeiro progresso humano, que é manter a vida próxima das fontes naturais da sua origem.* (...) A guerra mundial de hoje, se tem algum sentido, só pode ser o de *um fenômeno de volta a condições mais naturais de existência*, no mundo de amanhã. E a missão dos povos como o mineiro é preservar em si e no seu modo de viver essas condições mais naturais de viver, embora aparentemente rotineiras e atrasadas.¹⁶⁸

O intemporalismo mineiro se apresenta sobretudo como uma afirmação de independência frente às imposições da modernidade, pois em Minas o passado é um elemento vivo do presente/futuro, e não algo a ser superado e descartado. A mineiridade é apresentada pelo autor como um contraponto às pressões modernizadoras que corrompem a estabilidade e a ordem tradicional. Essa caracterização tornaria a mineiridade uma identidade especial, já que com o seu centrismo e tradicionalismo “ingênitos”, ela seria capaz de conduzir o país nas mudanças que então se anunciavam como inevitáveis, sem os radicalismos mais extravagantes a que um impulso modernizador desenfreado de outras regiões – especialmente o Rio de Janeiro – poderia levar ao país:

Tudo, em Minas, se faz sem pressa. O tempo não conta. Fazem-se as coisas para durar, para permanecer. (...) Aqui se vive mais devagar. E por isso mesmo é que tantos corações cansados pelo andamento prestíssimo do nosso século vêm aqui para readquirir forças de viver no meio destas montanhas, que parece já terem adquirido a imobilidade das coisas eternas e junto a estes corações que não mudam e sabem o que é a suprema beleza da fidelidade.¹⁶⁹

Mas aqui se encontra uma relação circular, como aliás ocorre também com a interpretação de Diogo de Vasconcellos: a afirmação de um caráter conservador do povo mineiro é reforçado pela perspectiva conservadora do próprio autor. Amoroso Lima postula uma “essência” mineira, fixa, originada no passado, a qual deve ser conservada e valorizada

¹⁶⁸ LIMA, 1983 [1945], p. 53, grifos do autor.

¹⁶⁹ LIMA, 1983 [1945], p. 21.

integralmente no futuro, a despeito de certas qualidades negativas como o seu complexo de inferioridade.¹⁷⁰ Para o autor, Minas “não se adapta facilmente ao progresso, a novos regimes, a novas instituições, a novidades de qualquer espécie. Daí ser exato dizer-se que Minas é uma grande força conservadora”.¹⁷¹ O tom elogioso dessas afirmações explicita a visão conservadora do próprio Amoroso Lima. O desafio ou a “missão de Minas” consistia, acima de tudo, em ser fiel à sua “essência” de valorizar o passado e as tradições:

Que Deus preserve sempre nos mineiros essa coragem de amar o que a civilização mundana cada dia mais reduz a nada. Tivesse eu forças para fechar as portas do Brasil a essa onda de corrupção doméstica que há meio século entra por todas elas e julgaria que nenhuma condição excederia em importância a essa, para conservar o Brasil brasileiro e fiel ao seu passado e à sua natureza. Minas é um dos baluartes dessa filosofia doméstica da vida, tão ameaçada e ao mesmo tempo tão representativa ainda do que somos no mundo, se quisermos *ser alguma coisa no mundo*, mais do que meros macaqueadores de costumes estranhos.¹⁷²

Além da função de preservação evidenciada acima, Minas Gerais possuiria ainda a missão de desempenhar um papel reformador e compensatório para o Brasil – o que demonstra a visão otimista do autor, com a condição de que se conserve a “verdade essencial” e o “destino natural” dos mineiros. Ao cosmopolitismo e apego à modernidade do litoral, a voz de Minas contrapõe a estabilidade e duração. A montanha deve corrigir os abusos da modernização, impondo-se como fonte de continuidade e permanência para garantir ao país a capacidade de afirmar-se a si mesmo e perante as demais nações na sua unidade e singularidade. E se a distinção entre o que é preciso ou não ser conservado, reformado ou corrigido, suscita dificuldades, ainda aqui a voz da montanha, com o seu centrismo psicológico e moral, também atuará de modo sadio e com sabedoria. O equilíbrio e a sobriedade dos mineiros os levarão, crê o autor, a desempenhar o importante papel de “corrigir toda utopia”.¹⁷³ Contra os extremismos de um mundo marcado pela experiência das guerras e a instabilidade constante, Minas aparece como o centro de equilíbrio, que devolve à humanidade o senso de realidade contra os devaneios das utopias totalitárias ou do radicalismo liberal:

¹⁷⁰ “O perigo maior de Minas, como já o vimos, é não ter bastante fé em si mesma. É tender ao ceticismo, ao comodismo, ao desinteresse. É não crer na missão que tem. E principalmente na possibilidade de a levar avante.” (LIMA, 1983 [1945], p. 120-121)

¹⁷¹ LIMA, 1983 [1945], p. 30.

¹⁷² LIMA, 1983 [1945], p. 29-30, grifos do autor.

¹⁷³ LIMA, 1983 [1945], p. 123.

A Minas cabe, pois, a missão de *preservadora* do passado, de *reformadora* das influências cosmopolitas que vão levando o Brasil para o indistinto ou a servidão moral e finalmente de *compensadora* de todos os desequilíbrios extremistas.¹⁷⁴

Sobre esse ponto, há uma passagem em *Voz de Minas* bastante significativa. O autor, utilizando um discurso indireto, faz uma crítica àqueles que pretendem transformar o tradicionalismo “natural” e “típico” do povo mineiro (sem nomear seus alvos), citando o exemplo do Cassino recém-implantado na região da Pampulha: “Contaram-me que a alguém que alegara não haver ambiente, em Minas, para grandes cassinos e jogatinas em ambientes luxuosos, alguém respondera – ‘Pois é justamente necessário criar essa mentalidade do jogo, no mineiro’.”¹⁷⁵ Para Amoroso Lima, esse tipo de ambiente é radicalmente oposto ao verdadeiro mineirismo, definido pela sobriedade, ascetismo e tradicionalismo. Esses adeptos da modernização mineira

procuram, então, imitar o ambiente dos grandes centros mundanos, convictos de que nele é que está a civilização e o progresso. (...) Em suma, para que Minas seja o que deve ser, deverá deixar de ser o que é... Essa a mentalidade, para mim, mais desastrosa que possa ameaçar este altiplano brasileiro. E como temo a sua proliferação é que me apresso em dizer o que penso, de Minas.¹⁷⁶

Nessa passagem, Alceu Amoroso Lima – um intelectual católico-conservador ligado aos setores tradicionais da cidade, entre eles o arcebispo Dom Cabral – evidencia sua postura crítica e de recusa temerosa às mudanças históricas. O autor defende a permanência das tradições, a conservação dos valores e dos costumes antigos, vistos por ele como a única garantia sólida da preservação da unidade mineira e brasileira. E Minas Gerais representa, na visão de Amoroso Lima, o refúgio dos valores tradicionais, a continuidade e conservação das forças originais, genuínas, que formam a nação brasileira. Assim, o autor quer preservar essa “essencialidade” de Minas Gerais, enquanto centro e berço da nacionalidade, ameaçada pela corrupção das mudanças modernizadoras citadas acima. É para defender essa Minas da tradição que ele “se apressa” em escrever o livro, como reação à modernização que então se verificava. Trata-se, portanto, de uma interpretação conservadora e reacionária da mineiridade.

Para Amoroso Lima, o mineirismo deveria servir como bastião das tradições brasileiras diante das corrupções que a modernidade trouxera ao espírito nacional; mas até ela

¹⁷⁴ LIMA, 1983 [1945], p. 124, grifos do autor.

¹⁷⁵ LIMA, 1983 [1945], p. 52.

¹⁷⁶ LIMA, 1983 [1945], p. 52.

adentrava na maré modernizante, devido à atuação de alguns de seus próprios filhos (entre os quais o então prefeito Juscelino, um entusiasta da modernização em Minas), sendo de importância crucial que as forças comprometidas com a identidade tradicional, católica e conservadora de Minas Gerais, reagissem para “salvá-la” dessa corrupção e defender o seu “destino natural” para, assim, desempenhar a sua verdadeira missão no país.

É nesse quadro de conservadorismo reacionário que o autor busca delinear a voz (uníssona) de Minas Gerais. Para tanto, seria preciso dissolver as diferenciações internas que poderiam desestabilizar o retrato, em função da perspectiva essencialista do autor. Amoroso Lima elenca uma enorme variedade de aspectos dessa unidade mineira. Entre eles, destacamos três para a discussão. O primeiro se refere à valorização da família tradicional, de tipo patriarcal, com muitos pontos de semelhança com a “Minas do lume e do pão” descrita por Oliveira Vianna já em 1920.¹⁷⁷ É interessante constatar, inclusive, que o referente privilegiado do discurso de *Voz de Minas* é o “homem mineiro”: a mulher é colocada num plano secundário, mencionada apenas em relação ao seu papel de defesa da sua família e no desempenho do seu papel de mãe. O autor agradece aos céus pela permanência desses tipos sociais e de gênero manterem-se no estado, defendendo a sua continuidade para o futuro:

Aqui manda o homem, podemos escrever no pórtico de todos os lares mineiros. Se houver exceções, é que há muita mineira varonil embora muito poucos mineiros efeminados. Essa varonilidade, aliás, se entenda num sentido de força moral. E nada mais. Pois se há ambiente em que o falso feminismo, graças a Deus – esse feminismo que masculiniza e portanto artificializa a mulher – ainda não penetrou, é o destas abençoadas paragens alpestres.¹⁷⁸

Esta é uma das consequências que a concepção essencialista traz: a petrificação de valores que, atualmente, caminham na contramão de uma democracia que valoriza as diversidades de gênero, por exemplo. Quanto aos homossexuais, nem é preciso dizer que o silêncio é absoluto (exceto por essa passagem acima, embora ainda de forma oblíqua e, mesmo assim, depreciativa). A rigidez da organização social, com papéis bem definidos quanto ao gênero, é mais uma evidência da visão conservadora apresentada em *Voz de Minas*.

Também na questão da religiosidade, as diferenciações internas são completamente suprimidas em favor da “naturalidade espontânea” do cristianismo nas alterosas. As religiões indígenas e africanas não são sequer mencionadas, nem mesmo para indicar as influências que elas exerceram sobre a formação do modo de vivenciar e compreender a moral cristã em

¹⁷⁷ OLIVEIRA VIANNA, 1942 [1921].

¹⁷⁸ LIMA, 1983 [1945], p. 103.

Minas Gerais. O cristianismo é parte da própria “natureza do homem mineiro”, embora este não seja fanático, para não comprometer o espírito de ponderação e equilíbrio. Defender o código moral cristão contra os valores modernos é também parte da tradição e da missão de Minas Gerais para o Brasil: “Minas continua a ser, hoje em dia, o que Elisée Reclus dizia do Caraça, ‘um baluarte do catolicismo no Brasil’. Porque Jesus Cristo, histórico, eucarístico e místico, continua a ser a primeira e a última palavra na vida mineira autêntica.”¹⁷⁹

O terceiro elemento está ligado ao ideal do homem rural defendido em *Voz de Minas*. Essa caracterização possui ligação com uma dissociação, feita por muitos intérpretes, entre dois estratos temporais da história de Minas Gerais. A primeira teria vigorado durante a maior parte do século XVIII, com a exploração aurífera, e simbolizaria o predomínio do ambiente urbano, o comércio bastante movimentado, a relativa mobilidade e igualdade social, a efervescência cultural e artística que rivalizava com os demais centros europeus, bem como o espírito de rebeldia contra a colonização. A segunda seria o século XIX mineiro, período de grande ruralização da sociedade, a “decadência” cultural e econômica, o recrudescimento das relações comerciais, o ensimesmamento da sociedade mineira, a cristalização das relações sociais e das expressões culturais. Embora essa separação temporal possa comportar anacronismos e simplismos históricos, ela orientou grande parte da historiografia da mineiridade, e por isso voltaremos a ela em outros momentos desta dissertação.¹⁸⁰

Entre os textos que exploraram essa clivagem na história de Minas está o livro que discutiremos mais detidamente na seção seguinte, *Mineiridade: ensaio de caracterização*, de Sylvio de Vasconcellos. Nesse livro, Vasconcellos afirma que a verdadeira mineiridade se notabiliza pela predominância dos valores e costumes originados do período minerador, enquanto o século XIX representa a ascensão dos “Gerais” sobre as “Minas”, tratando-se aí de dois universos simbólicos bastante distintos. Para Amoroso Lima, entretanto, é o tempo da ruralização que dá o tom unificador das Minas Gerais. Contra o espírito aventureiro do século XVIII, a estabilidade, rusticidade e ascetismo do Oitocentos são apontados como a verdadeira natureza do “homem mineiro”:

¹⁷⁹ LIMA, 1983 [1945], p. 113.

¹⁸⁰ Embora essa separação temporal esteja presente em muitas obras históricas sobre Minas Gerais, e não apenas entre os intérpretes da mineiridade, ela também vem sendo objeto de relativizações, sobretudo a partir de estudos recentes que destacam a grande importância da economia agropastoril no século XVIII, que abastecia o mercado interno e ocupava parcela significativa da mão de obra disponível nas áreas mineradoras. “Os discursos históricos precisam se conter no ímpeto de ampliar o valor histórico da decadência do ouro (...). Precisam atentar para as alternativas econômicas praticadas na colônia oprimida pela administração voraz. Artesanato, manufatura, comércio interno e produção agrícola se apresentariam, então, como atividades perceptíveis e importantes, no período setecentista” (MENESES, 2000, p. 62-63). Cf. também GRAÇA FILHO, 2002; MORAIS, 2004.

Em Minas, a mentalidade agrícola, do homem dos *campos*, prevaleceu sobre a mentalidade extrativa, do homem das *minerações*. Essa mentalidade sedentária é que acabou predominando. (...) Considero isto (...) não como uma forma de apatia, e sim como um misto de ceticismo e de sacralidade.¹⁸¹

A mineiridade que o autor valoriza é a Minas oitocentista, rural, tradicionalista e conservadora, o que aproxima a sua visão daquela já proposta por intérpretes como Oliveira Vianna.¹⁸² Para Amoroso Lima, a superação da desordem moral dos primeiros tempos deve ser vista como “uma vitória do empobrecimento do século XIX”,¹⁸³ e isso deveria ser preservado no futuro na medida em que é parte integrante da “essência mineira”. Isso fica claro, por exemplo, quando o autor assinala que o ideal da sociologia mineira é torná-la

uma civilização de pequenos agricultores modelos, de pequenos arraiais, onde o homem encontre todos os elementos médicos, jurídicos, econômicos, pedagógicos ou religiosos, necessários a uma vida humana decente e crescentemente elevada.¹⁸⁴

Conforme afirmamos anteriormente, desde a sua publicação, em 1945, *Voz de Minas* apareceu como uma das referências mais importantes para o estudo do tema da mineiridade, e sua influência persiste até os dias de hoje. De acordo com Helena Bomeny, “a tradição de pensar a mineiridade esteve, basicamente, informada por essa versão. Muitos dos traços alinhavados por Alceu Amoroso Lima aparecem espalhados pelas obras de cunho literário, e mesmo acadêmico, e não por acaso”.¹⁸⁵ O livro é continuamente lembrado ora para louvar o brilhantismo da sua exposição, ora para criticar e questionar o teor do seu retrato dos mineiros. Entre os primeiros está Alberto Barroca, vice-presidente do IHGMG em 1990, que em discurso pronunciado durante as comemorações do “Dia do Estado de Minas Gerais”, em 16 de julho daquele ano, afirmou que o livro de Amoroso Lima

marcou e continua a marcar em lugar destacado, em nossa literatura sociológica, não só pelas preciosas investigações que realizou para escrevê-lo, mas também pela lucidez com que soube analisar e compreender os traços e valores dominantes que estão na base de nossa formação.¹⁸⁶

¹⁸¹ LIMA, 1983 [1945], p. 108-109, grifos do autor.

¹⁸² Cf. OLIVEIRA VIANNA, 1942 [1921].

¹⁸³ LIMA, 1983 [1945], p. 97.

¹⁸⁴ LIMA, 1983 [1945], p. 59.

¹⁸⁵ BOMENY, 1994, p. 21.

¹⁸⁶ BARROCA, 1990, p. 4.

Eduardo Frieiro, por outro lado, teceu duras críticas à caracterização apresentada por Amoroso Lima. Em 1955, publicou em livro – *Páginas de crítica e outros escritos* – a sua crítica à *Voz de Minas*, na qual lamenta o fato de existirem muitos mineiros que “acatam as suas palavras como as de um Mestre muito ouvido”.¹⁸⁷ Para Frieiro, o livro só reforça o conceito do “*mito de Minas*, para cuja formação, está contribuindo muito eficazmente o admirado escritor patricio”.¹⁸⁸ Mas a sua crítica está centrada principalmente no questionamento da dita “unidade mineira”:

Minas não é nem podia ser como a vê e entende o Sr. Alceu Amoroso Lima: gente de uma só face, um idêntico temperamento, uma condição única, uma mesma alma, um gesto uniforme, fáceis de serem surpreendidos e fixados em análises e caracterizações totalitárias. (...) A voz de Minas é pluritonal, como todas as vozes coletivas.¹⁸⁹

Em 1966, na obra *Feijão, angu e couve*, Eduardo Frieiro voltou a questionar a ideia de um tipo mineiro homogêneo, e para demonstrar seu argumento escolhe Amoroso Lima como seu interlocutor. Cita uma passagem de *Voz de Minas*, na qual se afirma que: “o mineiro come pouco e come da comida mais simples possível”,¹⁹⁰ já que está mais inclinado aos valores do espírito. Para Frieiro, tal afirmativa é infundada, pois essa sobriedade se liga às condições gerais de pobreza, e não se tratava de uma opção ou um traço geral de comportamento coletivo:

A que grupo de homens, classe social ou tipo de indivíduos pertence o “mineiro” a que se refere o escritor [Alceu Amoroso Lima]? Não o deixou esclarecido. Trata-se, acaso, do que se poderia denominar imprecisamente o “mineiro típico”? Existe esse padrão homogêneo de homem, distinguível na heterogeneidade da população brasileira? Claro que uma resposta afirmativa neste caso nada poderia traduzir de objetivo.¹⁹¹

Essas críticas de Frieiro evidenciam que a formulação essencialista da mineiridade já era questionada muito antes da década de 1980, embora seja a partir desse momento que essa crítica passou a ser tema de sistematização mais teórica, como veremos na última seção deste capítulo. De todo modo, assinalamos desde já que essa mudança de perspectiva não foi repentina. O terceiro momento da historiografia da mineiridade, assunto da próxima seção,

¹⁸⁷ FRIEIRO, 1955, p. 426.

¹⁸⁸ FRIEIRO, 1955, p. 426, grifos do autor.

¹⁸⁹ FRIEIRO, 1955, p. 420.

¹⁹⁰ LIMA, 1983 [1945], p. 18-19.

¹⁹¹ FRIEIRO, 1982 [1966], p. 31-32.

evidencia uma certa transição, na qual, ainda que o essencialismo continue predominando, é possível perceber certas aberturas para as diferenças existentes em Minas, bem como uma maior valorização da modernidade como componente da mineiridade.

Concluimos esta seção ressaltando que a construção identitária elaborada por Alceu Amoroso Lima, marcada pela linguagem do essencialismo, traz o sério risco de se congelar em análises estereotipadas, como uma construção finalizada, não aberta às mudanças históricas, tampouco à diversidade sociocultural de Minas Gerais. A representação da mineiridade tradicional, conservadora, avessa às transformações modernizadoras, não parece adequada ao contexto atual de luta pela expansão da cidadania e do desenvolvimento econômico vinculado à justiça social, bem como de uma maior aproximação entre Estado e sociedade. A visão de que Minas é “essencialmente” conservadora, reacionária e tradicionalista foi construída por discursos cujos autores partilhavam dessas mesmas concepções de mundo – como ficou claro nos casos de Amoroso Lima e de Diogo de Vasconcellos.

Alceu Amoroso Lima nos forneceu um ponto de vista, mas ele não é definitivo ou absoluto. Embora esteja sujeito a muitos reparos, ainda que veicule estereótipos bastante questionáveis, *Voz de Minas* apresenta uma interpretação, um “retrato”, um ângulo de visão, que contribuiu decisivamente para a construção do imaginário da mineiridade. Por isso, antes de rotular a obra como superada ou irrelevante para o presente, entendemos que uma releitura crítica desse ensaio pode servir como um possível ponto de partida (entre outros) para se (re)pensar as Minas Gerais, mesmo que a partir da negação das suas afirmações. Considerar as diferentes vozes que ecoam das Minas Gerais, mas sem abrir mão de coordenadas comuns em direção à modernidade, com justiça e inclusão social. Endossamos, nesse sentido, a conclusão do belo texto de José Murilo de Carvalho sobre as “vozes de Minas”:

O mais provável é que a Minas de hoje e do futuro seja mais polifônica do que a do passado, que não haja mais vozes predominantes, mas um coral inteiro ecoando o mosaico das gerais, muitas veredas atravessando o nosso sertão. Haverá vozes novas surgidas de várias camadas da população, até aqui incapacitadas de falar. O resultado poderá ser, inicialmente, cacofônico. Mas a cacofonia poderá ser condição para que se vá além do simplesmente moderno, em direção a um outro valor a ser acrescentado à liberdade e ao progresso: o valor da justiça, da inclusão, o mais necessário não apenas a Minas mas a todo o Brasil. Construir essa polifonia de Minas é o desafio que se coloca perante sua população e suas novas lideranças.¹⁹²

¹⁹² CARVALHO, 2005, p. 75.

2.3 Ditadura militar: Sylvio de Vasconcellos e a *Mineiridade*

Entre as décadas de 1940 e 1970, e a despeito do discurso conservador que vínhamos analisando até aqui, Minas Gerais foi palco de uma série de transformações de cunho modernizante e desenvolvimentista – embora de forma menos acentuada em relação ao eixo Rio-São Paulo. A industrialização e a urbanização alcançaram avanços significativos (embora muitas vezes de forma desordenada) e os investimentos em infraestrutura cresceram, evidenciando uma modernização da economia mineira, em grande parte por iniciativa do Estado. Mais rodovias foram construídas (em detrimento das estradas de ferro), e a eletricidade conquistava cada vez mais espaços, transformando o modo de vida de muitas comunidades e permitindo o desenvolvimento de novos meios de comunicação, como a televisão.¹⁹³ Apesar disso, alguns entraves para o exercício da cidadania permaneceram, como a forte desigualdade socioeconômica e a permanência do Estado clientelístico e, mais tarde, ditatorial.

Muitos autores ressaltaram o maior dinamismo da economia mineira alcançado durante esse período.¹⁹⁴ A rede elétrica foi ampliada de forma significativa, sobretudo a partir da fundação da Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), em 1952. Novos centros industriais foram construídos ou reformulados, como em Santa Luzia (1950) e Contagem (1971). A industrialização em Minas foi marcada pelo predomínio das empresas de economia mista e dos “industriais tradicionais”, com uma pequena participação de empresas multinacionais. As cidades também se expandiam, chegando a 40% da população mineira, em 1960.¹⁹⁵ Também podemos destacar a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), em 1962, com o objetivo de fomentar os pequenos negócios industriais. Ainda no campo financeiro, verificou-se uma grande ampliação do setor, que marcaria a imagem da “vocação financista” dos mineiros.¹⁹⁶

Um marco importante foi a cria o da Usiminas em 1956, na cidade de Ipatinga, em associa o com o capital e tecnologia japonesa, dentro do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Com a implanta o da unidade Intendente Câmara, finalizada em 1962, a siderúrgica deu início   produ o de ferro gusa no país. A cerim nia de inaugura o da Intendente Câmara contou com a participa o do ex-presidente João Goulart, que acendeu o alto forno com uma tocha acendida em Ouro Preto, em alusão à identidade

¹⁹³ IGLÉSIAS, 1985, p. 30-31.

¹⁹⁴ Cf. DIAS, 1971, principalmente p. 89 e seq.

¹⁹⁵ LUCAS, 1970, p. 118.

¹⁹⁶ Cf. PETERSEN, 2013, p. 15-23. Sobre a “voca o financista” dos mineiros, cf. STARLING, 1986, p. 51.

histórica de Minas Gerais. Amaro Lanari, então presidente da Usiminas, fez um discurso sobre a importância simbólica daquele momento, que representava a realização dos projetos de Tiradentes e Álvares Maciel em implantar a siderurgia na região.¹⁹⁷ Esse é um exemplo de como a memória sobre a Inconfidência, evento central do imaginário da mineiridade, foi evocada por grupos e elites para legitimar determinadas ações políticas.

O crescimento do ensino universitário é outro aspecto importante a se destacar no período. Novos cursos surgiram ao longo desses anos, e muitas publicações sobre Minas e a mineiridade passaram a ser feitas no âmbito da Universidade, como é o caso do “Seminário de Estudos Mineiros”. Iniciado em 1956, trata-se de uma série de conferências pronunciadas sobre Minas Gerais em diferentes recortes, com o objetivo declarado pelo então reitor da Universidade de Minas Gerais, Lincoln Prates, de “contribuir para o melhor conhecimento de Minas Gerais, como ponto de partida para melhor conhecermos o Brasil”.¹⁹⁸ Alguns dos textos mais significativos da historiografia da mineiridade encontram-se nessas conferências, publicadas desde 1957, como os de Daniel de Carvalho, Milton Campos e Afonso Arinos, os quais estarão presentes na análise feita no Capítulo 3.

No âmbito da história política, é importante considerar o acirramento da disputa ideológica verificada naquele período em todo o país, envolvendo “nacionalistas” e “entreguistas”, valores progressistas e conservadores, forças trabalhistas e empresariado, “comunistas” e “liberais”, entre outros. “Os primeiros anos da década de sessenta correspondem ao que talvez tenha sido a mais intensa fermentação ideológica e política da história de um país que então se politizava.”¹⁹⁹ Não era diferente em Minas Gerais, palco de confrontações violentas não só na região metropolitana, como também em Ipatinga e Governador Valadares.²⁰⁰ Souza Sobrinho, um escritor conservador, escreveu em 1973 que naquele momento “Minas transformou-se num campo de experiência onde os elementos esquerdistas desenvolviam suas táticas em conflito com as tendências conservadoras, e mesmo com os interesses vitais da economia”.²⁰¹

Os senhores das Gerais, livro de Heloísa Starling publicado em 1985, analisa o papel desempenhado pela “ideologia da mineiridade” para a consecução de um grande esforço conspirador, no sentido de unificar as elites regionais, de um lado, e mobilizar os setores conservador-oposicionistas no estado, de outro. A atuação do empresariado mineiro, a partir

¹⁹⁷ Cf. FJP, 1989, p. 83.

¹⁹⁸ PRATES, 1957, p. 5.

¹⁹⁹ STARLING, 1986, p. 19.

²⁰⁰ Cf. PAGNOSSA, 2013.

²⁰¹ SOUZA SOBRINHO, 1973, p. 299.

do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), criado em Minas Gerais no ano de 1962, centraliza a investigação de Starling. O IPES configurou-se como o centro estratégico de articulação e conspiração da classe empresarial mineira e nacional, sob a liderança dos setores ligados ao capital multinacional. Esse aparato conspirador contava ainda com outra organização, de caráter tático, que atuava diretamente na sociedade sob o marco estratégico ipseiano, uma espécie de “comando revolucionário” cujos membros se autodenominavam “Novos Inconfidentes”. Essas organizações estão, como afirma Starling, no centro de uma intensa campanha político-ideológica que culminaria no fatídico 31 de março de 1964.

Uma das explicações fornecidas pela autora para a grande extensão de atividades desempenhadas pelo IPES-Novos Inconfidentes, bem como seu sucesso, alcançado num período relativamente curto de tempo, está na apropriação de valores e discursos tradicionalmente ligados à mineiridade para mobilizar os setores conservadores da sociedade. “Na verdade, as Minas Gerais possuem um universo ideológico próprio e distinto, que foi percebido, considerado e intensamente utilizado pelos conspiradores de 1964.”²⁰² A própria denominação “Novos Inconfidentes” evidencia mais uma tentativa de mobilizar a identidade regional a partir da Inconfidência em função de determinados fins políticos, através de discursos sobre a decantada “tradição de liberdade” em Minas, ou a defesa do lar e da “tradicional família mineira” contra a “ameaça comunista”, então representada por João Goulart.

Um dos pontos principais do trabalho de Starling é demonstrar como a mineiridade, enquanto ideologia, repercutiu diretamente na história de Minas Gerais e do Brasil: a sua apropriação pelas elites para legitimar a escalada golpista que acabaria por derrubar o governo Goulart. A mineiridade definida por esse discurso enfatizava alguns valores específicos, entre os quais a defesa da “tradicional família mineira”. Nesse ponto, a autora lembra a atuação das mulheres que, pela primeira vez, entraram na arena política imbuídas do sentimento de mineiridade veiculado pelo discurso conservador-oposicionista. No entanto, esse ineditismo não significou rupturas com a tradição política de Minas e do Brasil. Elas não apareciam enquanto sujeitos políticos autônomos, mas antes como donas de casa, defensoras do lar mineiro, e era nessa condição que elas apelavam aos homens – que as coordenavam desde a estrutura do IPES-Novos Inconfidentes – para tomar a ação definitiva contra Jango.²⁰³

²⁰² STARLING, 1986, p. 15.

²⁰³ Sobre a participação das mulheres católicas de Minas no contexto do Golpe, ver também BARBOSA, 1986, especialmente p. 111-115.

A versão conservadora da mineiridade, já tematizada na historiografia dos períodos anteriores, reapareceu em 1964 e influenciou diretamente na configuração do Golpe Civil-Militar. É nesse quadro histórico que devemos proceder à leitura da obra que propomos discutir nesta seção. Em *Mineiridade: ensaio de caracterização*, obra publicada em 1968, o autor Sylvio de Vasconcellos apresentou uma interpretação original, que entre outros pontos valorizava o caráter moderno, progressista e democrático do “povo mineiro”, em contraste com muitas narrativas da mineiridade. Aliás, segundo outro importante intérprete da mineiridade, o sociólogo Fernando Correia Dias, o ensaio de Sylvio de Vasconcellos foi um dos que marcaram a renovação das análises sobre a mineiridade na década de 1960 e abriu novas possibilidades de conhecimento e interpretação do fenômeno. Para Dias, *Mineiridade* é “um trabalho de maior profundidade do que os ensaios anteriores”, e ainda que muitas de suas afirmações estejam sujeitas a controvérsias, “ninguém negará a seriedade e proficiência com que são estudados e propostos”.²⁰⁴

Sylvio de Vasconcellos nasceu em Belo Horizonte, em 14 de outubro de 1916 no seio de uma família mineira tradicional, como já assinalamos no caso de seu avô paterno, Diogo de Vasconcellos. A mãe, Branca, foi funcionária pública e professora de música, e contribuiu diretamente na educação primária dos seus sete filhos, dos quais Sylvio era o quarto. Seu pai, Salomão, filho de Diogo, foi funcionário público e também historiador, tendo publicado várias obras sobre Minas Gerais e presidido por vários anos o IHGMG.²⁰⁵

A formação básica de Sylvio de Vasconcellos se deu em instituições tradicionais, como o Grupo Escolar Afonso Pena e o Colégio Arnaldo, de Belo Horizonte, e o Ginásio Mineiro de Barbacena e São João Del-Rei. O ingresso na universidade se deu quando tinha 24 anos, tendo-se decidido pela Arquitetura. Sylvio fez parte de uma geração de arquitetos formados na Escola de Arquitetura de Belo Horizonte (EA) que renovariam a cena arquitetônica mineira, sob grande influência dos trabalhos pioneiros de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, responsáveis pela introdução do conceito de modernismo na arquitetura mineira e nacional.²⁰⁶ Graduou-se em Arquitetura em 1944, e em Urbanismo, em 1951, tendo recebido uma “medalha de ouro” na cerimônia de formatura como reconhecimento de sua competência e seriedade nos estudos.²⁰⁷

²⁰⁴ Cf. DIAS, 1985, p. 80.

²⁰⁵ MONTEIRO, 1994, p. 703.

²⁰⁶ Sobre a trajetória da Escola de Arquitetura de Belo Horizonte, ver BRAGA, 2010, p. 71-75.

²⁰⁷ Ver CÉSAR, 1970, p. 335.

Sylvio prosseguiu a tradição intelectual de sua família, a qual “se confunde com a história de Minas, na medida em que contribuiu para escrevê-la e para interpretá-la”.²⁰⁸ Ao longo de sua vida, exerceu uma série de atividades culturais que acabaram por elevá-lo à condição de figura pública em Minas. Além de arquiteto e urbanista, foi também um renomado pesquisador e historiador da arquitetura mineira, além de gestor do patrimônio regional. No campo das letras, foi autor de obra volumosa, composta por artigos de jornal (especialmente para *O Estado de Minas*, com o qual colaborava regularmente), ensaios e livros, e seu tema predileto sempre foi Minas Gerais, seu povo, sua arquitetura e sua história.

O trabalho de gestor do patrimônio histórico deu grande visibilidade a Sylvio de Vasconcellos no seio da intelectualidade mineira da época. Em 1939, entrou para o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a convite de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, trabalhando primeiramente como técnico e, poucos anos depois, tornando-se diretor da seção mineira, cargo que ocupou durante trinta anos:

Sua atuação como superintendente do IPHAN/MG foi marcada, sobretudo, pela realização do primeiro grande estudo do conjunto arquitetônico da cidade de Ouro Preto, levando a cabo os trabalhos de conservação e restauração de bens culturais coloniais mineiros. Foi, portanto, durante os anos em que Sylvio de Vasconcellos esteve à frente do IPHAN/MG que Ouro Preto tornou-se, efetivamente, alvo de políticas públicas em prol de sua preservação.²⁰⁹

A sua atividade de gestor do patrimônio histórico terá grande influência na sua escrita da história, como fica explícito no ensaio *Mineiridade*. Desde então, “o tema da memória insere-se definitivamente como norte para sua atuação profissional”.²¹⁰ É importante registrar também o seu importante papel como professor-pesquisador da EA. Tornou-se catedrático em 1953, ocupando a cadeira “Arquitetura no Brasil”, na qual discutia com os alunos não apenas questões técnicas, como também temas de cunho histórico, o que teria grande repercussão no seu trabalho acadêmico. Promoveu importantes inovações na estrutura da EA, especialmente com a criação, em 1954, do Laboratório de Foto-documentação, que funciona até hoje – e atualmente recebe o seu nome –, com o objetivo de documentar fotograficamente o acervo arquitetônico e artístico de Minas Gerais. “A criação desse acervo é uma das iniciativas mais importantes desse professor.”²¹¹ A intensa atuação de Sylvio de Vasconcellos no campo da pesquisa histórica coadunava-se com o ideário modernista de resgate do passado colonial em

²⁰⁸ RESENDE, 1979, p. X.

²⁰⁹ BICALHO; OLIVEIRA; BRANDÃO, 2014, p. 30.

²¹⁰ BRASILEIRO, 2008, p. 41.

²¹¹ BRAGA, 2008, p. 75.

busca das origens da identidade nacional e regional. A carreira universitária chegou ao auge em 1963, quando se tornou diretor da EA. No ano seguinte, porém, sobreveio o Golpe Civil-Militar, que abalou a estrutura de ensino que vinha sendo montada na escola.

De fato, o Golpe de 1964 abalou profundamente a vida e a carreira de Sylvio de Vasconcellos. Os militares logo instauram um inquérito que acabou resultando no seu afastamento do cargo de professor e diretor da EA e do SPHAN/MG. Segundo os militares, Sylvio teria favorecido deliberadamente as ações “comunizantes” e “cubanizantes” entre os alunos, além de ter doutrinado “favelados” que iam para a EA para receber lições de marxismo.²¹² Embora não tenha sido formalmente exilado, esses fatos o levaram a sair do país. Mudou-se para o Chile, onde lecionou durante um ano. Também se vinculou a organizações internacionais, como a OEA, além de ter sido bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian, de Portugal, de 1965 a 1970, o que lhe possibilitou continuar suas atividades de pesquisa.²¹³ Absolvido, Sylvio retornou ao Brasil e à EA-UFMG. Porém, no início de 1969, logo após a entrada em vigor do AI-5, os militares acirraram o controle sobre o ensino universitário,²¹⁴ o que resultou na aposentadoria compulsória de Sylvio e muitos de seus colegas acadêmicos. Novamente perseguido, exilou-se nos EUA, onde viria a falecer a 14 de março de 1979.

Foi nesse momento de grande agitação política e de turbulência na sua vida pessoal e profissional que Sylvio de Vasconcellos publicou, pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, o seu ensaio *Mineiridade*, em 1968. No mesmo ano, o livro recebeu o Prêmio Literário Cidade de Belo Horizonte pela categoria “Erudições”, sobretudo devido às pesquisas inéditas feitas em Portugal. Em 1981, saiu a segunda edição, por iniciativa da Fiat Automóveis – projeto que também incluiu a reedição de *Voz de Minas*, como assinalamos anteriormente. Trata-se de um texto que condensa a visão do autor sobre a história e a identidade de Minas Gerais, numa escrita fluida, dividida em pequenos capítulos, que abordam os mais variados temas. Nesta seção veremos que essa narrativa apresenta certas inovações semânticas consideráveis em relação às obras analisadas anteriormente, embora ainda esteja articulada numa perspectiva essencialista da mineiridade.

Ao contrário das *Histórias* de Diogo de Vasconcellos e de *Voz de Minas*, a primeira edição de *Mineiridade* conta com uma capa ilustrativa, cujos créditos não se encontram na

²¹² Esta informação foi retirada de OLIVEIRA, 2005.

²¹³ BRAGA, 2008, p. 78-81.

²¹⁴ Cf. MOTTA, 2014.

ficha técnica do livro.²¹⁵ Ao centro, encontramos a imagem de um homem com trajés simples, encostado na janela de uma casa de pau a pique – bastante desgastada, com suas paredes desmoronando – e com um olhar de tristeza e desalento. Esta imagem central, que domina o conjunto, é rodeada por escombros, como se estivesse numa camada mais profunda do cenário externo, este constituído por diversos elementos que fazem alusão à vida moderna: arranha-céus, carros, aviões, fábricas, engrenagens, bem como um grande número de pessoas retratadas em diversas situações e sem apresentar faces definidas. É significativo o fato de que à esquerda da imagem central – na direção do olhar triste do homem ao centro –, vemos um conjunto de pessoas erguendo uma faixa com as letras “A B A I X”. O resto da faixa está encoberto pela cabeça de um militar, com um cassetete em punho, dominando um manifestante caído no chão e com um livro na mão.



FIGURA 1 - Capa da 1ª edição de *Mineiridade: ensaio de caracterização* (1968), de Sylvio de Vasconcellos

Fonte: ACERVO DA BIBLIOTECA LUIZ DE BESSA, 2015.

²¹⁵ A ilustração está assinada por “Jarbas”, e conforme sugestão do professor Caio Boschi (a quem agradecemos pela informação), trata-se de Jarbas Juarez Antunes, que era ilustrador do *Suplemento Literário de Minas Gerais* e professor da Escola de Belas Artes da UFMG e da Escola Guignard da UEMG.

Essas informações contidas na imagem da capa revelam bem o tipo de interpretação construída no decorrer do texto. Sylvio deseja escavar o mundo presente em busca de um tipo humano bem definido: o “homem mineiro”, arcaico, mas ainda presente no mundo moderno, embora soterrado, infeliz e esquecido. No aspecto temporal, a imagem quer indicar a permanência do passado, mas no subsolo, muitas vezes esquecido sob o caos do presente. Essa ilustração sintetiza os principais aspectos destacados na narrativa: trata-se de uma análise do “ser mineiro”, essencial, ainda presente, mas em franco processo de desaparecimento.

Passemos agora ao texto. Após uma apresentação escrita por Afonso Arinos de Melo Franco, encontramos uma breve “prévia necessária”, na qual Sylvio esclarece que o ensaio foi escrito quase inteiramente no estrangeiro e finalizado em 1966, a partir de pesquisas em arquivos portugueses sobre Minas Gerais, os quais são amplamente citados ao longo do texto. Imbuído da crença de que “só a procura de caracterizações peculiares pode levar à compreensão da ‘cultura’ local, manifestada extraordinária e singularmente na segunda metade do século XVIII”, o autor define a intenção do livro nos seguintes termos:

Pretende o presente ensaio despertar atenção para a possível especificidade de uma região brasileira, contida nos precisos limites da ocupação humana condicionada pelo ouro, não ampliada às fronteiras do território que se chamou Minas Gerais. Isto porque, ao que parece, as Minas diversificam-se das Gerais, que se deitaram, posteriormente, pelos Vales do Doce, do S. Francisco e do Paranaíba-Rio Grande.²¹⁶

A ênfase nessa diferenciação entre as *Minas* e as *Gerais*, enquanto universos não só distintos, mas muitas vezes opostos entre si, está presente em toda a narrativa e marca uma diferença importante em relação à historiografia da mineiridade que analisamos até aqui. Sylvio de Vasconcellos não compreendia o estado de Minas Gerais como unidade histórica, territorial, econômica ou cultural. As Minas e as Gerais seriam dois mundos diferentes, e entre eles “o contraste é visível em tudo”.²¹⁷ O que interessa ao autor é a “Minas Geratriz”, a região do ouro, das montanhas e cidades setecentistas. As Gerais são o Outro, um universo que não complementa as Minas, mas lhe é estranho, e muitas vezes antagônico. Formada durante o ciclo da mineração, Minas seria diferente em quase tudo das Gerais, que se expandiram no século XIX e são marcadamente rurais e conservadoras. Não é por acaso que a obra enfatiza o Setecentos mineiro, deixando em segundo plano os períodos do Império e da República:

²¹⁶ VASCONCELLOS, 1968, p. 7.

²¹⁷ VASCONCELLOS, 1968, p. 194.

Na região que constitui hoje o Estado de Minas Gerais é indispensável distinguir as Minas das Gerais: os mineiros dos geralistas. São duas mentalidades absolutamente diversas, duas épocas, duas formações históricas diferentes, duas áreas geográficas.²¹⁸

Esse raciocínio revela a predominância de uma visão essencialista sobre a mineiridade. Ao afirmar que vai buscar “caracterizações peculiares”, o autor pressupõe que elas existem de fato e, mais ainda, que podem ser apreendidas pelo observador por meio de pesquisas baseadas em fontes arquitetônicas, orais e documentais. Isso fica ainda mais claro quando o autor assinala que esse tipo de estudo permite a verificação ou falsificação de certos conceitos atribuídos tanto pelo senso comum dos mineiros, como também pelas interpretações anteriores sobre o tema, colocando-se como o árbitro cientificamente avalizado, capaz de caracterizar a “alma mineira”, cuja existência é tomada como pressuposto:

Não é, pois, desfundamentada a tentativa de se perquirir descompromissadamente a fenomenologia das Minas, em busca de seus reais contornos e de sua especificidade. Decorra esta de razões ou de condicionamentos locais peculiares, o fato é que existe e deve resultar de contextos por sua vez específicos.²¹⁹

Por outro lado, a sua interpretação também aponta para a abertura das diferenças/desigualdades no interior da realidade histórica e social do estado, como a origem diversificada dos mineiros e a própria dissociação entre Minas e Gerais – embora cada uma delas seja compreendida como unidade identitária total e indissolúvel. É a partir desta última que o autor procurava “corrigir” certas afirmações veiculadas sobre a identidade mineira. O autor apresenta a sua interpretação para contestar o “pseudoestereótipo do mineiro, conservador e prudente, amante do senso grave da ordem e tradicionalista”,²²⁰ como vimos no caso das *Histórias...* e de *Voz de Minas*. Tais atributos, segundo o autor, seriam próprios dos “geralistas”, não dos “mineiros”.

Para desenvolver a sua interpretação, o autor estabelece uma distinção não apenas entre Minas e Gerais, mas também entre a *civilização do ouro* e a *civilização atlântica*, que compreenderia toda a faixa litorânea do Brasil. Esta última, de base agrária, era voltada para o exterior e culturalmente mais próxima da metrópole, tradicionalista e apresentando uma sociedade profundamente desigual. As Minas, por outro lado, são predominantemente urbanas, dinâmicas, igualitárias, organizadas em torno da mineração, com um sentimento

²¹⁸ VASCONCELLOS, 1968, p. 193.

²¹⁹ VASCONCELLOS, 1968, p. 19.

²²⁰ VASCONCELLOS, 1968, p. 18.

mais independente e libertário em relação a Portugal. Essas diferenças levariam a uma mentalidade específica em Minas, uma vez que

não depende do favor real para a posse da terra; não exige capitais vultuosos (*sic*); permite o trabalho individual; não se jugula a etapas periódicas a não ser decorrentes dos azares da sorte e do regime pluviométrico; é mínimo o desnivelamento social; mínima a dependência da metrópole; o fruto do trabalho apresenta-se com imediato poder aquisitivo; a riqueza não é concentrada, antes altamente difundida”.²²¹

Esse quadro histórico era diametralmente oposto ao encontrado no litoral brasileiro. Lá, o conservadorismo e o paternalismo são mais fortes, os privilégios e prerrogativas são mais evidentes, a desigualdade social é maior. As Minas, ao contrário, “são dinâmicas, rebeldes, populistas e democráticas”.²²² Desde cedo se inclinam à autonomia e se tornam insubmissas, prezando a autossuficiência. Além disso, o mineiro seria dotado de um espírito aventureiro e inovador, e só começa a perdê-lo com a “decadência da civilização do ouro” e o subsequente crescimento das Gerais, estas sim mais conservadoras e amantes do “senso grave da ordem”. Verifica-se, portanto, que, para Sylvio de Vasconcellos, a apropriação conservadora da mineiridade verificada no contexto de preparação do Golpe Civil-Militar, como apontado no livro de Heloísa Starling, não seria correta, já que ela expressaria mais a expansão generalista do que propriamente o “espírito de Minas”. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

A não-consideração das diferenças regionais tem levado a múltiplas dificuldades na interpretação do País. A confusão entre as Minas e as Gerais, tomadas ambas regiões como unidade, tem conduzido a equívocos graves, reconhecíveis, por exemplo, na incorporação de características de uma delas em outra, conferindo-lhe fisionomia que lhe é estranha.²²³

A valorização das rebeliões nas Minas, entendidas como expressões legítimas da vontade popular, com ênfase para a Inconfidência Mineira, é algo a ser destacado, principalmente se considerarmos o momento em que a obra foi escrita e, por outro lado, se compararmos essa visão com as obras anteriormente analisadas, que valorizavam exatamente o aspecto oposto da mineiridade – o respeito à ordem e à hierarquia social. Enquanto na civilização atlântica as revoltas são episódicas, “nas Minas são elas persistentes, contínuas, de toda a população, contra o poder real”.²²⁴ De acordo com o autor, em Minas não haveria a

²²¹ VASCONCELLOS, 1968, p. 20.

²²² VASCONCELLOS, 1968, p. 21.

²²³ VASCONCELLOS, 1968, p. 194.

²²⁴ VASCONCELLOS, 1968, p. 22.

mesma dependência para com o Estado, que marcou a formação do Brasil litorâneo ou geralista, devido às peculiaridades da sua história. Portanto, a característica do mineiro não é “a obediência aos governos”, como afirmavam Diogo de Vasconcellos e outros, mas sobretudo a insubmissão e o amor à liberdade, entendida como autonomia de ação em relação ao Estado. “A constância das revoltas atesta o estado de espírito local e a aspiração de liberdade e independência jamais ausente dos ideais da população.”²²⁵

Mais próxima dos ideais modernos, as Minas são caracterizadas como uma evolução em relação ao restante do Brasil. É interessante verificar o paralelo feito pelo autor entre a Alta e a Baixa Idade Média, por um lado, e o Brasil rural e as Minas, por outro. A maior circulação de capital e o fortalecimento do comércio e da vida urbana suscitaram um novo tipo de expressão artística, tanto na Europa quanto no Brasil:

Assim, ao espiritualismo estático, arcaico e simbólico da alta idade média feudal, sucede um racionalismo dinâmico e progressista da baixa idade média mercantilista, da mesma maneira pela qual o Brasil rural, absolutista e hierático, evoluiria nas Minas para um Brasil urbano, democrático e inovador.²²⁶

Na narrativa de Sylvio, as Minas marcam uma temporalidade histórica nova, única e singular, diferente de tudo que havia no restante da colônia de todo o Império português. Contribuiu para isso o intenso processo de aculturação dos diferentes povos que migraram para Minas, os quais se miscigenaram e convergiram para formar um novo modo de ser e de viver. Camponeses e cidadãos; europeus, colonos e africanos (segundo o autor foi mínima a contribuição indígena); católicos, judeus, muçulmanos e cristãos novos; nobres e plebeus; gente honesta e de má índole; todos aqui se uniram e despiram de seus particularismos para formar uma unidade cultural totalmente original. Em vez de meras transposições culturais, houve nas Minas o surgimento de “uma nova espécie, uma nova gente, uma nova cultura, cujos frutos maduros perfumam a segunda metade do Século XVIII, forjando as características fundamentais da nação futura”.²²⁷

Quanto à presença das “raças” em Minas, o autor destaca o predomínio dos homens brancos, que seriam mais numerosos aqui do que em qualquer parte da colônia, o que teria contribuído “para provocar na província um espírito de emancipação intelectual”.²²⁸ Os índios, como dissemos, seriam raros na região, observados somente na companhia dos

²²⁵ VASCONCELLOS, 1968, p. 24.

²²⁶ VASCONCELLOS, 1968, p. 28.

²²⁷ VASCONCELLOS, 1968, p. 49.

²²⁸ VASCONCELLOS, 1968, p. 35.

paulistas.²²⁹ Já os negros seriam atores mais significativos, ainda que tenham introduzido nos mineiros “certo desleixo”²³⁰ de comportamento. Os negros eram mais próximos dos brancos e com eles se solidarizavam mais do que combatiam. Trabalhavam lado a lado, comiam a mesma comida, conviviam nas ruas e nas festas, estavam nivelados na mesma aventura da mineração. Ao contrário das Gerais ou da civilização atlântica, nas Minas, os negros escravos eram pacíficos e se eximiam de “quilombos e fugas coletivas, raras vezes assinaladas. Sua atuação urbana, seu convívio com os brancos, sua mentalidade, levaram-nos a revoltas de maior porte: não contra o senhor imediato, mas diretamente contra o Rei”.²³¹ Percebe-se como o elemento da insubmissão adquire contornos bem específicos, pois está direcionado unicamente em oposição ao domínio colonial, mas não se aplica ao âmbito interno da mineiridade, lugar de harmonia e colaboração mútua das diferenças sociais e “raciais”.

Essa harmonia interna era explicada por outro traço marcante da mineiridade: a busca por sínteses estáveis e equilibradas que superavam os antagonismos e contradições existentes. O “mulato” seria, então, a sua expressão mais significativa: um tipo humano desenvolvido, possuído de forte senso de autonomia e liberdade, que se permite ousadias e inovações. A miscigenação em Minas, que seria mais intensa do que no restante da colônia, culminou na formação de um novo homem, no qual os caracteres brancos e negros se harmonizam e fazem brotar a identidade mineira:

As realizações culturais da segunda metade do Século XVIII nas Minas são fruto de sua complexa e contraditória sociedade. O mulato é sua resultante fundamental. É ele o primeiro resultado estável dos dinâmicos antagonismos existentes. É ele ainda, não o branco ou o negro separados, que sobrevive na zona rural, suportando as duríssimas condições de vida isolada e quase selvagem no interior das matas.²³²

É esse tipo mulato, popular, de “classe média”, que aparece na narrativa como o grande agente da história mineira, em outra oposição ao litoral. Na formação da mineiridade, “tudo é fruto da iniciativa do povo”,²³³ incluindo os sistemas construtivos que deram um colorido peculiar à região, com predomínio das estruturas de madeira com paredes de pau a pique. Na política, a administração colonial fora frequentemente forçada a respeitar a “vontade popular”, dado o seu caráter insubmisso, libertário e vocacionado para a democracia.

²²⁹ Essa afirmação não condiz com a maioria dos estudos sobre Minas e a mineiridade que consultamos durante a pesquisa. Um ponto de vista oposto encontra-se em CARVALHO, 1957.

²³⁰ VASCONCELLOS, 1968, p. 82.

²³¹ VASCONCELLOS, 1968, p. 45.

²³² VASCONCELLOS, 1968, p. 152.

²³³ VASCONCELLOS, 1968, p. 45.

Nem mesmo o rei podia agir sem negociar com a população, sob pena de vê-los em mais uma rebelião contra o seu domínio. O povo seria ainda o principal produtor de cultura não havendo nas Minas distinção entre erudito e popular, mas sim um equilíbrio entre eles, seja na literatura, artes plásticas, música ou arquitetura.

Mulata é quase toda a classe média. Nela assenta-se o poder de criação local, livre da escravidão e dos preconceitos, posta à vontade em ambiente novo, receptiva a inovações, sem nada que a contenha, restrinja ou conduza.²³⁴

Toda essa formação original e peculiar, fundada na miscigenação intensa, configura, como já assinalamos, um regime de historicidade específico, de caráter eminentemente moderno. Pela primeira vez, uma região do Império português valorizava o futuro na ordenação do tempo, e não o apego tradicionalista ao passado, e isso em pleno vigor do Antigo Sistema Colonial. Já nas origens da mineiridade, haveria uma tendência no “mineiro” para se orientar mais em função do futuro, inclusive porque a cultura mineira não poderia se basear em honras herdadas de antepassados, devido a sua própria raiz popular:

Há no ambiente um sabor de liberdade e independência, uma aspiração de vida nova e promissora, pouco antes apenas sonhada. Já se olha para o presente como véspera do futuro e não como consequência do passado. Não há fidalguias apegadas aos “velhos tempos”. Todo o povo só visa o porvir e a ele se entrega com entusiasmo e fé.²³⁵

Essa forma de caracterizar a experiência do tempo em Minas contrapõe-se frontalmente às interpretações que analisamos nas seções anteriores – especialmente no caso de *Voz de Minas*, que, como vimos, apresenta a mineiridade como o oposto do “espírito moderno”, dada a supremacia do passado entre os montanhese. Para Sylvio de Vasconcellos, ao contrário, as Minas foram marcadas pela predominância do futuro sobre o passado: “Os mineiros procuram o futuro: nem dramas nem honras pregressas os interessam muito. Basta observar o pouco apreço devotado a seus heróis como Felipe dos Santos, Antônio Francisco Lisboa ou Joaquim José da Silva Xavier.”²³⁶ A mineiridade, na visão de Sylvio de Vasconcellos, representaria o berço da modernidade na formação nacional brasileira. A rebeldia, insubmissão e devoção à liberdade reforçariam esse traço moderno das Minas.

²³⁴ VASCONCELLOS, 1968, p. 99.

²³⁵ VASCONCELLOS, 1968, p. 32.

²³⁶ VASCONCELLOS, 1968, p. 33.

Na realidade, essa experiência moderna do tempo se manifestaria, de acordo com o autor, de modo bastante contraditório. Por um lado, o ritmo temporal é, à primeira vista, lento, demorado: “Seu estado permanente é o de sono. Seu andar mole, bamboleante, adequado a íngremes ladeiras. (...) Não é dado às correrias, a própria fala se fazendo lerda, arrastada, vaga.”²³⁷ Por outro lado, o tempo histórico parece acelerado pelas transformações sociais constantes, inclusive em relação à rápida alternância entre riqueza e pobreza ocasionada pela atividade mineradora:

Experiências acumuladas, superpostas, muitas vezes antagônicas, marcam-lhe o caráter. Alterações radicais em curto período influem em sua mentalidade. (...) É todo um povo que as sofre, de uma só vez e de chofre, induzido apenas pela esperança.²³⁸

Essa contradição entre o ritmo lento do cotidiano e a aceleração das mudanças sociais está na base de outras contradições apontadas pelo autor. Entretanto, é importante notar que, para o autor, tais contradições não teriam causado grandes conflitos e/ou desigualdades internas, já que a mineiridade expressa, acima de tudo, a tendência em encontrar sínteses harmônicas e estabilizadoras, formadas pelo equilíbrio entre os antagonismos. Essa dualidade indica outro ponto de diferenciação do ensaio de Sylvio de Vasconcellos, qual seja, um maior espaço para a presença do contraditório na formação da mineiridade. Mas essa diferenciação é relativa, pois o autor também compreende a mineiridade em termos de unidade histórica e cultural, que suprime as divergências internas e que escamoteia a existência dos conflitos sociais, como vimos. Dessa forma, a vocação moderna poderia conviver com o ritmo lento da vida sem romper com a unidade da civilização do ouro e da cultura que a caracteriza:

O antagonismo é permanente, a contradição constante. Todavia, preside a tudo uma unidade indissolúvel que não permite dissociações. Da complexidade extremada resultam sempre soluções unitárias, conjugando divergências. Não há gente submissa e gente rebelde. Obediente e revoltado é a mesma pessoa do povo. Não há arquitetura pobre e arquitetura rica. A qualidade dela é sempre a mesma: varia a quantidade, a dimensão.²³⁹

O ouro gera riquezas, mas o mineiro continua pobre. O espírito aventureiro do minerador convive com um conservadorismo latente. À violência das revoltas contra a Coroa

²³⁷ VASCONCELLOS, 1968, p. 82.

²³⁸ VASCONCELLOS, 1968, p. 99.

²³⁹ VASCONCELLOS, 1968, p. 76.

corresponde “uma bondade espontânea e uma quase ingenuidade de comportamento”.²⁴⁰ Com o puritanismo religioso que governa os lares e conduz boa parte da sociabilidade mineira coexistem um forte anticlericalismo e uma displicência nos costumes e regras morais. Acima dessas contradições, porém, preside a unidade do caráter mineiro, resultado da harmonização dos contrários em sínteses simples e equilibradas, que rejeitam os adornos superficiais e que permanecem presentes ao longo de toda a história mineira, desde as construções coloniais até o Complexo da Pampulha em Belo Horizonte:

São muitas as raízes que alimentam essa complexa cultura [mineira]. Não poderiam medrar isoladas ou paralelas. Em feixes se amarram para que só o tronco se erga, pujante, do chão, unificado e forte. Somando sempre, jamais dividindo, as Minas antecipam o Brasil em sua textura definitiva.²⁴¹

A unidade prevaleceria sobre as divergências, o que resultou na formação de uma identidade fixa e específica das Minas. Com o alvorecer do século XIX, porém, esse quadro seria alterado, sobretudo devido à “decadência da civilização do ouro” e a conseqüente ascensão das Gerais. “As Minas adormecem, desaparece o aventureirismo, a ousadia, o luxo, a confiança, substituídos pela prudência, o comedimento e incredulidade. Há um cansaço generalizado, desilusão e desesperança.”²⁴² Esse quadro de desolação indica que, nesse momento, as Minas teriam perdido seu vigor, tão intenso nas décadas anteriores. Terminado o ciclo do ouro, novas áreas passam a ser ocupadas, a partir de outros contextos econômicos e sociais, contribuindo para o arrefecimento de algumas características da mineiridade, bem como o aparecimento de outras que lhe eram estranhas. Uma delas, indicada na última citação, é o surgimento de um regime passadista de historicidade, marcado pela “prudência” e “incredulidade” quanto ao futuro. As contradições se intensificam, chegando ao ponto de se manifestarem em conflitos nunca antes vistos na região, identificados por Sylvio nas lutas entre liberais e conservadores que culminaram na Guerra de 1842.

Portanto, não haveria continuidade histórica e cultural entre as Minas e as Gerais. O autor é enfático ao afirmar que “nas Minas não houve o Século XIX”.²⁴³ Trata-se de uma outra história, uma temporalidade antagônica à mineiridade original, setecentista: “No século XIX, quando as Minas entram em decadência, a nova fase da história regional não

²⁴⁰ VASCONCELLOS, 1968, p. 71.

²⁴¹ VASCONCELLOS, 1968, p. 155.

²⁴² VASCONCELLOS, 1968, p. 39.

²⁴³ VASCONCELLOS, 1968, p. 38.

interpenetra nem continua a anterior. É nova e outra em todos os sentidos.”²⁴⁴ A sequência da narrativa merece ser destacada aqui, pois revela uma certa contradição de segundo grau, aparentemente não notada pelo autor. Se, por um lado, a ascensão das Gerais resultou em mudanças visíveis na cultura regional, por outro, o autor reitera diversas vezes que essa descontinuidade histórica permitiu a preservação dos caracteres fundamentais da mineiridade original. Isso porque as Gerais seriam periféricas em relação às Minas e continuam a civilização atlântica da qual provieram e dependem, e não se misturaram com a cultura urbana antes estabelecida, embora lhe tenha estancado novas expansões. A mineiridade mudou e, ao mesmo tempo, permaneceu essencialmente a mesma até o presente.

Essa contradição de segundo grau revela ainda um predomínio do paradigma essencialista no ensaio de Sylvio de Vasconcellos, na medida em que sua obra apresenta uma compreensão de cultura como algo acabado e estanque, e não como um processo dinâmico – embora o aspecto da mudança e descontinuidade esteja significativamente mais presente, se comparado com as obras anteriores. Apesar de formada a partir de dualidades, a mineiridade, uma vez constituída, não seria passível de alterações na sua “essência” fundamental. Em outros termos, ao mesmo tempo que o autor temporaliza com mais evidência a formação do “caráter mineiro”, as mudanças históricas verificadas na província não foram capazes de alterar o núcleo profundo do modo mineiro de ser e de viver:

Contudo, se por um lado tal situação não condiz nem continua o espírito urbano da civilização mineira, por outro contribui para resguardá-lo intacto, como tradição persistente, que não se deixa suplantar por um outro tipo de sociedade – a rural, tal como implantada na faixa atlântica. A família urbana passa a viver na fazenda em face de circunstâncias que considera temporárias; suas aspirações e seu comportamento continuam voltados para a rua, a cidade. (...) Apenas não se trata de um imobilismo propriamente rural mas, ao contrário, urbano, hibernado no campo.²⁴⁵

Um dos exemplos da continuidade da mineiridade original é apontada por Vasconcellos na constância de uma postura liberal que marcou a presença dos mineiros no cenário político nacional. No Império e na República, a “voz de Minas” teria contribuído decisivamente nos conselhos políticos do país, sempre de forma ponderada, firme e conciliadora. O autor lembra que quase todos os grandes líderes políticos de Minas Gerais são filhos da região aurífera e se caracterizaram por defender o princípio da liberdade na organização da sociedade mineira e brasileira. Entre os exemplos citados pelo autor, estão

²⁴⁴ VASCONCELLOS, 1968, p. 194.

²⁴⁵ VASCONCELLOS, 1968, p. 151.

Teófilo Ottoni e João Pinheiro (Serro), Afonso Pena (Santa Bárbara) e Milton Campos (Ponte Nova).

Outro ponto comum a esses representantes da tradição política liberal de Minas seria a constante supremacia do interesse nacional sobre o regional, algo condizente com a mineiridade por ele definida. As Minas, desde a sua origem, configuram-se como ponto de confluência de todas as regiões da América Portuguesa, que o autor, anacronicamente, chama de “Brasil”. Disso resultou um profundo sentimento de nacionalidade no mineiro; aliás, ele próprio o primeiro tipo humano genuinamente brasileiro, por ser formado pelas mesmas forças formativas da identidade nacional. Por isso, as Minas desempenham o papel de ser o “fiel de balança da Nação, seu ponto de equilíbrio, fonte de conciliação”.²⁴⁶ O autor relembra o papel dos políticos mineiros no caso da Aliança Liberal na Revolução de 1930, assinalando que enquanto São Paulo “pretendeu manter o predomínio do espírito ruralista, embora enfocado na industrialização, as Minas buscaram apoio nacional para fazer predominar a unidade e a cultura urbano-liberal”.²⁴⁷ Embora tenha perdido vigor com o crescimento das Gerais, a mineiridade original continuava viva e atuante naquele momento histórico.

No final do texto, o autor aborda o papel desempenhado pelos mineiros no Golpe de 1964. À primeira vista, esse episódio marcaria uma contradição com a mineiridade desenhada ao longo de todo o livro, já que se tratava de um levante que viria a instalar uma ditadura. Entretanto, o autor assinala que naquele momento a situação das Minas encontrava-se completamente diferente:

O progresso gera estradas novas e indústrias. O Estado de Minas interliga suas microrregiões. (...) O ruralismo organiza-se para assumir o comando local. O eixo constituído pelas Minas vai, aos poucos, sendo envolvido por polos, interligados como gânglios em quase um cerco: Governador Valadares, Teófilo Ottoni, Varginha, Uberaba e outros, centros da atividade rural que agora convergem para o centro.²⁴⁸

Se no passado as Gerais representavam uma descontinuidade em relação às Minas, o “progresso” verificado em todo o estado nos últimos anos tendia a promover uma maior integração entre elas. Na ocasião do Golpe, as Minas já não ocupavam o mesmo papel de protagonista do que aquele verificado no passado. Os polos assinalados pelo autor fazem parte do complexo geralista, que passou a desempenhar uma importância maior no quadro político estadual. Não que a mineiridade tenha desaparecido, mas esses demais polos é que

²⁴⁶ VASCONCELLOS, 1968, p. 195.

²⁴⁷ VASCONCELLOS, 1968, p. 196.

²⁴⁸ VASCONCELLOS, 1968, p. 196.

aumentaram seu poder de influência. Dessa maneira, o autor relativiza a participação das Minas no episódio de 1964, ainda que de forma oblíqua, muito em função do contexto ditatorial que o país atravessava e as perseguições que o próprio Sylvio de Vasconcellos sofreu nesse período:

De certo modo a Revolução de 1964 (*sic*) corresponde a anseios latentes em 1930, 1932 e 1945. Para se tornar vitoriosa havia de contar com as Minas, ainda centro de definição nacional, embora informada agora de uma mentalidade diversa daquela que a caracterizara. As Minas diluem-se no complexo industrial-agrário em crescimento que as penetra e modifica. Todavia para que se iniciasse uma nova etapa da História Nacional imprescindível tornou-se a participação delas. Ainda que transformadas e combalidas em suas fundamentais características, as Minas continuam ponto de convergência decisório do País.²⁴⁹

Sem anular a presença mineira no Golpe, o autor justifica que a mineiridade, naquele momento, já não era mais a mesma. Vale lembrar aqui a “prévia necessária” do livro, quando o autor assinala que o seu trabalho seria importante para, por um lado, “desmentir, confirmar ou completar conceitos havidos por definitivos sobre a mineiridade”;²⁵⁰ e, por outro, porque as características principais da mineiridade estariam em processo de desaparecimento sistemático e contínuo. A importância de Minas estaria restrita à manutenção do seu papel como centro de decisão do país, mas o Golpe de 1964 não expressava o espírito das Minas na sua integridade. Ainda assim, o autor finaliza o livro afirmando que a mineiridade poderia desempenhar no futuro uma tarefa importante no país: “Dos mineiros ainda se poderá esperar também, e quiçá, o equilíbrio, a ponderação, a palavra de paz, o desejo de síntese, a lógica e a verdade, que sempre constituíram a mais alta expressão da sua maneira peculiar de ser.”²⁵¹

Mais uma vez, nos deparamos com a dualidade entre mudança e permanência na formação da mineiridade, vista pelo autor mais como uma identidade acabada do que uma construção aberta a mudanças. Gostaríamos de acrescentar dois aspectos quanto a esse ponto. O primeiro é que essa forma de essencialismo, digamos, mais “matizado”, também pode ser verificado em outro texto desse período. Em *A imagem de Minas*, coletânea de artigos publicada em 1971, o autor Fernando Correia Dias admite que “não há caráter nacional – e *a fortiori*, caráter regional – que seja imutável, intemporal, intocável pelos processos de mudança”.²⁵² Por outro lado, Dias constrói sua interpretação a partir do pressuposto de que

²⁴⁹ VASCONCELLOS, 1968, p. 197.

²⁵⁰ VASCONCELLOS, 1968, p. 7.

²⁵¹ VASCONCELLOS, 1968, p. 197.

²⁵² DIAS, 1971, p. 31.

haveria certos traços de sentimento e mentalidade comuns a todos os mineiros, que conformariam uma unidade cultural concreta e atuante enquanto fator de promoção ou obstáculo ao desenvolvimento socioeconômico regional. Essa dualidade leva o autor a continuar falando em “caráter regional”, a despeito da citada ressalva. Isso fica ainda mais claro na seguinte passagem, retirada da introdução do livro:

Há outra linha constante ao longo de tudo o que se contém no livro: o sentimento do mineirismo. Não se trata do vago modo de ser mineiro. Nem de uma espécie de chauvinismo regional. Nem da valorização arbitrária de Minas, em contraste com outras áreas brasileiras. Trata-se, antes, da consciência de que existe uma subcultura mineira bem diferenciada, e expressa um caráter regional, que teve os seus grandes momentos de afirmação em fases históricas cruciais, do ponto de vista político ou intelectual: a Inconfidência e a Arcádia, o surto federalista antes de assumir cunho oligárquico, o movimento modernista.²⁵³

O sentimento de pertencer a Minas Gerais é apresentado pelo autor como a base concreta sobre a qual se elaborou a subcultura mineira, que, por sua vez, expressaria um caráter regional. A mineiridade ainda não é vista como uma invenção instituída por via discursiva, mas a ideia de “caráter regional” já não é mais usada com o mesmo sentido em comparação com a historiografia dos períodos anteriores. Aqui, começamos a perceber algumas fissuras no discurso essencialista-tradicional, que serão acentuadas nos textos do período seguinte, conforme veremos com mais detalhes na próxima seção.

O segundo ponto tem a ver com a dissociação entre Minas e Gerais presente no ensaio de Sylvio de Vasconcellos, no sentido de que ela leva ao problema de se estabelecer uma hierarquia entre esses mundos, como se as primeiras fossem “melhores” ou “superiores” em relação às segundas. A tentativa de salvaguardar certos traços essenciais da mineiridade foi feita ao preço de apontar no Outro (Gerais) certos atributos de conotação depreciativa. Aliás, a ocorrência de juízos de valor nesse sentido é constante ao longo de *Mineiridade*, como apontamos nas páginas anteriores. Não há propriamente uma valorização da diversidade regional, mas antes um julgamento sobre esses mundos desiguais entre si.

Tal desigualdade pode ser entendida como uma maneira de o autor afirmar uma identidade das Minas fundada na unicidade, situando as diferenciações internas no plano da alteridade total (as Gerais). Entretanto, esse tipo de discurso também revela um mecanismo de exclusão que faz com que alguns “mineiros” sejam “mais mineiros” do que outros, o que pode resultar em pelo menos dois movimentos. O primeiro é a busca de alguns geralistas por uma autonomia administrativa da sua sub-região, isto é, a ocorrência de movimentos separatistas.

²⁵³ DIAS, 1971, p. 13.

Podemos citar o caso do Triângulo Mineiro, quando algumas lideranças políticas, empresariais e latifundistas lideraram o movimento de emancipação do Triângulo promovendo um sentimento de “triangulidade” em oposição à “mineiridade original”.²⁵⁴ O segundo é o surgimento de grupos que reivindicam uma maior integração com a identidade mineira – como o Movimento Catrumano, grupo de intelectuais do Norte de Minas que reivindica uma maior participação da região na memória e identidade do estado. Um dos representantes desse movimento, o antropólogo João Batista de Almeida Costa, cita inclusive o texto de Sylvio de Vasconcellos como um dos que propagandearam uma visão “centrista” da identidade regional, a qual evita o reconhecimento dos “mineiros” das outras regiões.²⁵⁵

Embora Sylvio de Vasconcellos reconheça a existência de uma dualidade na cultura regional, a sua narrativa apresenta uma identidade calcada no paradigma essencialista da unicidade. Sua obra contém diferenças importantes em relação às *Histórias...*, de Diogo de Vasconcellos, e à *Voz de Minas*, de Amoroso Lima, pois reconhece tanto a existência de uma alteridade como também as mudanças históricas que a mineiridade, plasmada durante o ciclo da mineração e cujo ápice se verificou na segunda metade do século XVIII, sofreu até o seu presente. Porém, não se tratava apenas de uma transformação renovadora ou uma dualidade construtiva, mas sobretudo de um processo de “descaracterização” da cultura mineira original, cada vez mais soterrada pelo caos da vida moderna e pelo avanço das Gerais, propiciada, por sua vez, pelo próprio progresso material do estado – mais vias de integração e comunicação, por exemplo. Embora a mineiridade seja originalmente moderna, o futuro agora aparece mais como ameaça do que como esperança –, indicando uma visão pessimista e conservadora da história mineira.

Essa concepção essencialista da mineiridade, ainda que matizada, passaria cada vez mais a ser alvo de críticas contundentes, que resultaram na implosão do conceito de “caráter mineiro”. Esse é o tema da próxima e última seção deste capítulo.

2.4 Reabertura política: interpretações não essencialistas da mineiridade

Para caracterizar essa mudança com mais detalhes e dar maior sustentação à nossa análise, esta seção apresenta uma estrutura diferente das anteriores, na medida em que não centraliza a discussão em apenas um texto ou autor. Dada a grande quantidade de fontes que poderiam ser analisadas aqui, vamos privilegiar alguns trabalhos escritos/publicados até o ano

²⁵⁴ Cf. LONGHI, 1997.

²⁵⁵ COSTA, 2009, p. 123.

de 1990, que de alguma forma trouxeram inovações importantes e permanecem como referências autorizadas para todos os estudiosos do tema da mineiridade.

Com isso, não queremos dizer que o discurso essencialista foi repentinamente abolido de um dia para o outro. Ao contrário, ele continuou presente em muitos textos produzidos nesse período. Destacamos, apenas a título de exemplo, o discurso já citado de Alberto Barroca durante a cerimônia de comemoração do primeiro “Dia de Minas”, em 1990. Publicado em forma de opúsculo com o título *Dia de Minas: conceito de mineiridade*, o discurso de Barroca é estruturado numa linguagem característica do essencialismo identitário: “como mutilar o íntegro e invicto espírito da mineiridade, se é *dele* que promanam a paz e o orgulho nacional, tão alquebrado ultimamente pelos demolidores de nossos valores mais caros?”²⁵⁶ Por outro lado, vale lembrar as críticas de Eduardo Frieiro, que desde a década de 1950 desconfiava da identidade unificada que autores como Amoroso Lima afirmavam existir em Minas Gerais. Entretanto, Frieiro não se preocupou, naquele momento, em fazer uma sistematização conceitual que sustentasse a sua crítica à ideia de “caráter mineiro”, ao contrário dos textos analisados nesta seção. Feitas essas ressalvas, nossa intenção aqui é demonstrar que, durante a década de 1980, passou a predominar uma leitura que prioriza a análise dos *discursos* sobre a identidade mineira, e não a busca por elementos fixos e comuns que constituiriam uma suposta “essência” regional.

Os textos que analisaremos nesta seção possuem em comum uma visão da mineiridade enquanto construção simbólica, atuante no campo da ideologia e do imaginário social, elaborada discursivamente como uma representação do real, e não o real em si. Em vez de desenvolver uma explicação direta dos traços componentes da identidade regional – resultando em afirmações do tipo “o mineiro é...” –, esses trabalhos privilegiaram uma via mais reflexiva de tratar o tema, a qual busca compreender o processo de construção da mineiridade pela análise de suas diferentes formulações discursivas.

Antes de passar para a análise dos textos, é importante avaliar alguns fatores que propiciaram essa retomada do tema no período destacado. A iminência da abertura democrática, desde o final da década de 1970, levou alguns intelectuais a reconsiderar a questão do regionalismo no Brasil. A passagem de um regime fortemente centralizador gerava expectativas em relação ao redimensionamento do papel dos estados no jogo político nacional. As eleições diretas para governadores em 1982 catalisou esse debate na arena política, recolocando a questão da pluralidade regional brasileira. Muitos autores do período,

²⁵⁶ BARROCA, 1990, p. 4, grifo do autor.

inclusive alguns intérpretes da mineiridade, chamavam a atenção para esse fenômeno. Em artigo acadêmico publicado em 1985, e um ano depois editado pela Biblioteca Luiz de Bessa, com pequenas modificações de estilo para adequá-lo a um público mais amplo, Fernando Correia Dias já assinalava a influência dessas eleições na elaboração de novas análises acerca da mineiridade e outras identidades regionais.²⁵⁷

Na mesma linha, o sociólogo e cientista político Otávio Soares Dulci apontava o crescente interesse pelo tema das identidades regionais por parte dos ensaístas e cientistas sociais. Houve um “ressurgimento bastante visível da ‘mineiridade’ ocorrido na primeira metade da década de 80 e que se expressava no debate político tanto quanto em manifestações artísticas e na imprensa em geral”.²⁵⁸ Tal ressurgimento era, de acordo com Dulci, um reflexo da ampliação da autonomia dos estados após os anos de centralização exacerbada nos governos militares. No caso mineiro, essa mudança teria adquirido o sentido de reencontro com sua tradição política de “liberdade”, como foi amplamente instrumentalizado politicamente pelo novo governador eleito, Tancredo Neves, o qual se apresentava como o representante da tradição política de Minas Gerais.²⁵⁹

Vale acrescentar aqui dois movimentos indicativos desses usos políticos da mineiridade. O primeiro foi a criação do “Dia do Estado de Minas Gerais”, estabelecida em 16 de Julho (data de chegada da bandeira de Salvador Furtado de Mendonça ao ribeirão do Carmo) e instituída pela lei 7561/79, e mais tarde incluída no texto constitucional do estado promulgado em setembro de 1989 (art. 256). A instalação dessa data cívica foi uma iniciativa de pessoas ligadas à Academia Marianense de Letras e contou com ampla divulgação nos jornais de grande circulação e com o apoio de importantes lideranças políticas, incluindo-se o ex-governador Francelino Pereira (1979-1983). A justificativa de se instituir a data era de reafirmar uma “consciência cívica” dos mineiros e deveria, conforme a Constituição Estadual, ser celebrada por todo o território, além de transferir a capital do estado para Mariana.²⁶⁰

O segundo exemplo já foi mencionado na seção anterior e vai na contramão do primeiro na medida em que questiona justamente essa identidade unificada que o 16 de Julho avalizava. Referimo-nos ao ressurgimento do movimento separatista na região do Triângulo no contexto da Assembleia Nacional Constituinte, o qual também contou com o apoio de jornais e lideranças políticas locais e buscava legitimidade a partir da ideia de que haveria uma identidade distinta dos triangulinos em relação à mineiridade, um estereótipo veiculado

²⁵⁷ DIAS, 1985, p. 86.

²⁵⁸ DULCI, 1988, p. 19.

²⁵⁹ Cf. DELGADO; SILVA, 1985.

²⁶⁰ Cf. CAMELLO, 1991.

pelos mineiros do centro e que desconsiderava as peculiaridades históricas, geográficas e culturais do Triângulo. Os separatistas apresentavam uma “triangulidade” para embasar sua proposta de emancipação administrativa, utilizando diversas estratégias como distribuição de panfletos, mapas, cartilhas, artigos de jornais, entre outros. Esses exemplos, apesar das suas diferenças, demonstram a relevância que o regionalismo e a descentralização política adquiriram naquele período.²⁶¹

Mas não foi só Minas Gerais que vivenciou tal processo. É importante salientar que o ressurgimento do tema regional também ocorreu em outras partes do país, como foi o caso do gauchismo, estudado pelo antropólogo Ruben George Oliven. Esse autor também cita o contexto de abertura política como um fator central para a constituição de novas identidades sociais, dentre as quais o regionalismo gaúcho, encetado por jovens de áreas urbanas e de classe média, “que provavelmente cairiam de um cavalo se tentassem cavalga-lo”.²⁶² As tendências contrárias à centralização do regime militar teriam se fortalecido com o processo de abertura, os quais se manifestaram

através da ênfase da necessidade de um verdadeiro federalismo, da proclamação das vantagens de uma descentralização administrativa, do clamor por uma reforma tributária que entregue mais recursos para os estados e municípios, e da afirmação de identidades regionais e estaduais que salientam suas diferenças em relação ao resto do Brasil.²⁶³

Uma das primeiras manifestações dessa mudança de perspectiva no âmbito da historiografia da mineiridade foi o painel intitulado “Minas, não há mais?”, uma mesa-redonda ocorrida durante o Primeiro Seminário de Diamantina, entre 15 a 17 de setembro de 1982. O debate foi transcrito pela equipe do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR/UFMG) em 1986 – e reeditado na 13ª edição do Seminário, em 2008. A paráfrase do verso conhecido de Drummond, transformado em pergunta, foi a estratégia escolhida para debater sobre a questão da mineiridade. Isso é significativo porque revela a abordagem mais reflexiva do debate, que contou com a coordenação de Francisco Iglésias e a participação de Vera Alice Cardoso Silva, Otávio Soares Dulci, Afonso Romano de Sant’Anna, Fernando Brant e Antonio Candido. Além de provocar uma pergunta para os debatedores, o ponto de interrogação questiona se é possível ou não considerar a existência de Minas enquanto identidade fixa e unificada.

²⁶¹ Cf. LONGHI, 1997.

²⁶² OLIVEN, 2006, p. 11-12.

²⁶³ OLIVEN, 2006, p. 57

O coordenador da mesa fez uma breve apresentação para explicitar o objetivo do painel: “apresentar um retrato de Minas Gerais, uma reflexão sobre Minas enquanto uma subcultura regional”.²⁶⁴ Se essa afirmativa, à primeira vista, poderia sugerir implicitamente alguma noção de “caráter mineiro”, Iglésias faz uma ressalva bastante significativa para a nossa análise:

Não se trata nessa reunião de uma busca de estereótipos: o mineiro é isso, o mineiro é aquilo, como era muito do gosto da Ciência Social do século passado, mas que não é mais admitido pela Ciência Social do nosso tempo. (...) O que se pretende aqui é uma reflexão sobre Minas, mas sempre o caráter denso, sobre o aspecto da mudança, da instabilidade que caracteriza a sociedade e o processo social e que é a característica básica, como todos sabem, dos estudos da ciência histórica.²⁶⁵

Iglésias afirma que a perspectiva da continuidade e imutabilidade de uma identidade coletiva, típica da formulação essencialista, é algo da Ciência Social “do século passado”, isto é, uma visão já ultrapassada e antiquada para os padrões mais “modernos” de pesquisa, cujos esforços se direcionam para compreender as mudanças que caracterizam as dinâmicas sociais e históricas. Mas não podemos esquecer que a concepção essencialista não estava tão distante no tempo assim, como vimos nas páginas anteriores. De qualquer modo, o fundamental é assinalar a clara predominância do ponto de vista não essencialista sobre a questão da identidade mineira, na medida em que prioriza a variabilidade e pluralidade em vez da “essência” de Minas Gerais.

Essa leitura é reforçada em todas as intervenções feitas pelos participantes, a começar por Vera Alice Cardoso Silva. Logo no início de sua fala, Silva contesta a ideia de que existiria

uma essência do “ser mineiro”, uma essência da mineiridade, que por sua vez implicaria a “existência de uma alma coletiva que tenha se formado através da evolução histórica de Minas e que tenha fixado uns tantos valores culturais que de certa maneira passaram hereditariamente de uma geração à outra.²⁶⁶

De acordo com Silva, tal concepção de “essência” não passaria de mera abstração, já que a ocorrência de determinados comportamentos coletivos é resultado de fatores e processos sociais, políticos e econômicos que são particulares de cada momento e variam constantemente. Por isso, a autora defende “a transitoriedade da mineiridade, uma espécie de

²⁶⁴ PRIMEIRO SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 1982, p. 2.

²⁶⁵ PRIMEIRO SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 1982, p. 2-3.

²⁶⁶ PRIMEIRO SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 1982, p. 5.

conteúdo mutável daquilo que caracteriza o nosso estado, como entidade sociocultural”.²⁶⁷ A história, nessa perspectiva, deixa de ser a guardiã da verdade e das tradições mineiras para ser o motor da própria “transitoriedade da mineiridade”.

Vera Alice Silva destaca dois desses comportamentos amplamente divulgados pelo estereótipo da mineiridade: a *sovinice* e a *matreirice* política. A primeira, fruto da ética da escassez que predominou durante o ciclo da mineração, perdeu sentido com o avanço da cultura do consumismo em Minas nos últimos anos; a *matreirice*, por sua vez, também deixou de fazer sentido, já que os problemas e desafios da sociedade atual se tornaram muito mais complexos em relação ao passado, o que torna impossíveis as soluções políticas “de pé de ouvido”, de uma base regional específica e isolada, exigindo assim o envolvimento de um maior número de agentes políticos. Desse modo, “a habilidade política dos mineiros vai diminuindo gradualmente, na proporção do desenvolvimento nacional”.²⁶⁸ Não faria sentido, portanto, falar em “essência” da mineiridade, pois a realidade regional é formada por conteúdos históricos e sociais que variam ao longo do tempo. Para Iglésias e Vera Alice Silva, portanto, só é possível falar em mineiridade se tivermos em mente essa transitoriedade inerente ao processo histórico. Uma perspectiva radicalmente distinta dos textos analisados anteriormente.

Os demais participantes também chamam atenção para esse aspecto não essencialista da mineiridade, mas a partir de outras estratégias. O último debatedor foi Antonio Candido, que privilegiou a questão da diversidade regional de Minas Gerais a partir da perspectiva do “mineiro da periferia”, isto é, de quem não nasceu e/ou viveu na região central – a “civilização do ouro” de Sylvio de Vasconcellos, ou a “Minas Geratriz” de Guimarães Rosa. Para Candido, Minas Gerais é o estado mais dividido internamente do país. Mas os seus intérpretes, em sua maioria, tenderam a interpretá-la como uma unidade histórica e cultural, sempre privilegiando o “mineiro do centro” em relação aos demais, o que gerava inclusive certos preconceitos locais. Antonio Candido relembra a crítica de Eduardo Frieiro à *Voz de Minas*, mas chama a atenção para um aspecto implícito nos cinco tipos hipotéticos de mineiros citados pelo crítico literário – Centro, Sul (ligado a São Paulo), Zona da Mata (Rio de Janeiro), Norte (Bahia), Triângulo (Goiás e São Paulo):

Esta formulação do Eduardo Frieiro implica no (*sic*) reconhecimento da diversidade dentro da unidade. Mas implica, também, uma discriminação interna muito sutil. Isto é, o único que não se confunde com o natural dos outros estados seria o mineiro

²⁶⁷ PRIMEIRO SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 1982, p. 5.

²⁶⁸ PRIMEIRO SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 1982, p. 9.

do Centro. Ao afirmar isto, existe um começo de discriminação contra o mineiro que não é do Centro. Neste caso, faz-se a pergunta: haveria um mineiro mais mineiro do que os outros?²⁶⁹

Com efeito, ao falar do “espírito de Minas”, muitos intérpretes privilegiam os mineiros do centro em detrimento dos demais na composição da identidade regional – mais claramente nas interpretações de Miran Latif, Oliveira Torres e Sylvio de Vasconcellos. Segundo Antonio Candido, o mineiro da periferia é marcado pela ambiguidade: ser e não ser mineiro. Sua mineiridade está sujeita a um mecanismo de admissão e exclusão: por vezes tem sua identidade mineira negada pelo centro, mas, ao mesmo tempo, os moradores dos outros estados também os rejeitam como parte de sua identidade ao categorizá-los como “mineiros”. Ora são expelidos da mineiridade, ora são lançados a ela de volta, num processo que reforça a diversidade regional e que problematiza, por uma outra via, a noção de “essência” mineira:

Na medida em que a gente procura a essência da mineiridade, ou na medida em que a gente procura explicar demais as características do mineiro, do paulista, ou do baiano, ou do fluminense, por coisas muito específicas do seu estado, eu penso que já nos nossos dias a gente entra num caminho um pouco perigoso.²⁷⁰

Todas essas considerações apontadas são reveladoras de como a formulação essencialista da mineiridade passava a ser questionada aberta e diretamente por muitos intelectuais, indicando uma grande diferença de posição interpretativa em relação à historiografia analisada nas seções anteriores. Esse questionamento se coloca por diferentes vias: ora pela problematização de algumas características consideradas fixas dos mineiros, ora pela afirmação da diversidade sub-regional. Outros autores elaboraram sua crítica pela via da cultura política, enfatizando a dimensão *ideológica* da mineiridade enquanto subcultura política.

É o caso, por exemplo, de Otávio Soares Dulci, que expôs seu argumento no painel de 1982, e também em um seminário promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), em outubro de 1983. O texto apresentado por Dulci nesse seminário, intitulado *As elites políticas e a conciliação: a mineiridade como ideologia*, e mais tarde complementado por outro artigo, *Identidade regional e ideologia: o caso de Minas Gerais*, este publicado em 1988, expõem com maior profundidade a sua posição sobre o tema.

²⁶⁹ PRIMEIRO SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 1982, p. 28.

²⁷⁰ PRIMEIRO SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 1982, p. 35.

Dulci inicia seu artigo de 1984 apresentando a prática da conciliação ou do consenso como uma constante histórica da cultura política nacional, a qual faz referência a uma “transição moderada, relativamente indolor para o regime, através de um pacto de forças político-partidária capaz de prosseguir a estratégia de abertura política sem no entanto confrontar-se com os interesses dominantes”.²⁷¹ Trata-se, portanto, de uma articulação de centro que, historicamente, teve como base principal a elite política mineira, representada, naquele momento, pelo governador Tancredo Neves, liderança dos moderados do PMDB, e pelo vice-presidente Aureliano Chaves, expoente dos moderados do PDS. Para Dulci, a prática da conciliação é um dos pontos fundamentais da história política brasileira, e especialmente de Minas Gerais:

Minas, nesse particular, constitui um ponto privilegiado da observação, porque a ideia de conciliação é central na autoimagem de suas elites e na visão que estas mantêm de seu papel no plano nacional. Mais ainda, porque em Minas esse traço tem sido associado a toda uma interpretação das peculiaridades regionais, ou seja, àquilo que se denomina “mineiridade”.²⁷²

Há muito os intelectuais denunciam a conciliação como um dos obstáculos para a modernização e a expansão dos direitos políticos no Brasil. José Honório Rodrigues já havia chamado a atenção para a centralidade da prática da conciliação presente na história nacional, chegando até a destacar a importância da elite mineira para a sua consolidação. No livro *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-político*, publicado em 1965, Rodrigues afirmava que

a conciliação foi uma arte finória da minoria dominante e visou sempre ao compromisso de interesses divergentes dos seus próprios grupos. Nesta arte distinguiram-se a liderança mineira, que sempre participou do comando nacional desde a Independência, a minoria fluminense, com seus grandes interesses da terra e do café, e a baiana.²⁷³

Não havia, portanto, nenhuma grande novidade em apontar a conciliação como uma prática constante dos políticos de Minas. Entretanto, os textos de Otávio Dulci podem ser considerados pioneiros no quadro da historiografia da mineiridade, não apenas por abordar o assunto como tema principal, mas principalmente por ter utilizado essa chave para desconstruir a ideia de um “caráter mineiro”. Segundo o autor, a conciliação não é apenas

²⁷¹ DULCI, 1984, p. 7.

²⁷² DULCI, 1984, p. 8.

²⁷³ RODRIGUES, 1982, p. 121.

uma prática visível na conduta dos políticos mineiros, mas aparece também como um dos elementos centrais da autoimagem promovida pela mesma elite, o que pode ser verificado pela análise dos discursos das principais lideranças estaduais ao longo do tempo. Essa autoimagem, muitas vezes apresentada como expressão do “caráter mineiro”, deve ser caracterizada, segundo o autor, como uma “ideologia da classe dominante”.

Para sustentar a sua tese, os dois textos de Otávio Dulci fazem uma recapitulação do discurso essencialista-tradicional da mineiridade, privilegiando os textos de Alceu Amoroso Lima e Sylvio de Vasconcellos, considerados por Dulci como os dois ensaios compreensivos mais influentes e abrangentes sobre o tema.²⁷⁴ Após resumir os principais pontos dos textos, bem como apontar alguns pontos de concordância e discordância entre eles, Dulci passa a questionar abertamente a noção de “caráter mineiro” – correlata à ideia de uma “essência” imutável e comum a todos os indivíduos –, que norteou tais interpretações:

Em que termos se pode aceitar a determinação da montanha, acentuada em *Voz de Minas* e em inúmeras outras formulações, sobre a personalidade e a vida social do mineiro? Outra [questão] se refere ao fato de que o “caráter”, sendo produto da cultura – como propõem os antropólogos que ajudaram a refinar o conceito – é um atributo em mutação, não uma marca fixa. Portanto, sua dinâmica seria explicável pela mesma constelação de fatores que explicam a cultura e as transformações culturais, vale dizer, historicamente.²⁷⁵

Novamente, a análise sobre a mineiridade recai nas mudanças e descontinuidades do processo social, ao contrário dos textos essencialistas, que concebiam a história regional como uma linha de continuidade entre passado e futuro. Dulci questiona ainda quais seriam os limites geográficos do “caráter mineiro”: circunscritos às fronteiras administrativas? Ou mais restritos? Ou em áreas contíguas ao estado? O autor também chama a atenção para a imensa diferenciação entre os indivíduos portadores do “caráter”: tanto em termos de personalidade, como em relação à estrutura de classes sociais. Essas diferenciações, somadas à compreensão da cultura como uma construção dinâmica e em mutação, levam o autor a evitar o conceito de “caráter regional” como um dado objetivo da realidade mineira.

O autor privilegia uma concepção de mineiridade enquanto uma “subcultura política”, definida como o padrão de atitudes e orientações individuais com relação à política, compartilhadas por membros de um sistema político nacional. A sua interpretação não pretende examinar as supostas características essenciais do mineiro, mas sim entender como o

²⁷⁴ DULCI, 1988, p. 6.

²⁷⁵ DULCI, 1984, p. 12.

“caráter regional” foi ideologicamente construído, veiculado e instrumentalizado pelas elites políticas estaduais ao longo do tempo. Tal exame é feito a partir dos discursos das elites mineiras desde o período do Império, até chegar à fase de transição para a Nova República. Percebe-se como a abordagem de Dulci se preocupa mais em fazer uma reflexão crítica sobre o “discurso oficial” da mineiridade do que em referendá-lo ou tomá-lo como meramente falso e inócuo, já que é um elemento presente na subcultura política mineira. Trata-se, sobretudo, de uma mudança de postura interpretativa em relação ao discurso essencialista-tradicional.

Reconhecidas a dinâmica e a fluidez da formação social de Minas Gerais, e estabelecido o limite conceitual, o autor compreende a mineiridade como uma ideologia, uma imagem construída desde o século XIX e que refletia os valores, as visões de história e as perspectivas de poder da elite política mineira. Em outras palavras, a mineiridade faz referência a um conjunto de traços propriamente políticos que formariam a identidade da elite dominante em Minas, não da população em geral. A extensão para todo o conjunto da população, retórica recorrente nas obras de interpretação e nos discursos políticos oficiais, seria um caso de dominação ideológica, com fins de legitimação do *status quo* e perpetuação de um mesmo grupo no poder.

Para o autor, as camadas populares não compartilham do mesmo universo de valores propagado pela ideologia da mineiridade. Entretanto, isso não significa que os discursos sobre o “caráter mineiro” sejam totalmente falsos, pois isso seria ignorar a influência desses discursos na história política regional/nacional: “Quando falamos em ideologia, estamos nos referindo à construção interessada de uma realidade, tanto mais efetiva quanto maior credibilidade essa construção possua.”²⁷⁶ Por isso, para que o discurso político da mineiridade exercesse sua função ideológica – quais sejam, de organizar e unificar as classes dominantes, de fortalecer sua posição no cenário nacional, e de legitimar o domínio das elites –, foi necessário que ele correspondesse, em alguma medida, aos valores e aos símbolos regionais compartilhados pelo restante da sociedade, ou pelo menos uma parcela significativa dela. Se há alguma correspondência, entretanto, ela é selecionada pelos critérios estabelecidos pela elite, que articula, conforme seus interesses e situações de cada momento, determinados conteúdos para legitimar o seu lugar e sua ação na sociedade. A constante aqui seria o tema da conciliação, claramente adequada aos interesses das elites, pois ela representava a negação do conflito e da ruptura como possibilidade histórica em Minas, legitimando a sua continuidade

²⁷⁶ DULCI, 1988, p. 12.

no comando decisório e esvaziando, ao mesmo tempo, as contestações do seu domínio e/ou a entrada de novos sujeitos na arena política.

Desse modo, o autor não vê a ideologia da mineiridade como uma construção totalmente arbitrária, mas elaborada dentro de certos contextos políticos sob o comando de uma elite. A posição de Dulci é muito clara em considerar a “classe dominante” como a protagonista do processo de construção da ideologia, o que é condizente com a sua proposta analítica:

Essa imagem [da mineiridade] é cultivada, em primeiro lugar, pela própria elite política de Minas. Esta se vê como portadora de tais atributos, difunde sua autoimagem e elabora formulações a respeito. Mostra-se consciente da sua “especificidade”, e em função disso situa o seu papel na cena política. Dessa forma, a “mineiridade”, concepção comum das elites, torna-se o código que as une, que aproxima os seus membros, definindo sua identidade e seus critérios. Como estamos aí na esfera dos valores – que repercutem diretamente em interesses –, essa concepção cumpre portanto uma importante função ideológica, tanto em termos de unificação das elites quanto no sentido de justificar sua hegemonia social. A “mineiridade” constitui portanto um bom exemplo de ideologia de classe dominante.²⁷⁷

A interpretação de Otávio Dulci baseia-se na observação de uma linha de continuidade histórica – a prática da conciliação como uma constante da subcultura política mineira –, mas a compreende como uma construção político-ideológica, elaborada em função de uma representação própria da elite política mineira. Em ambos os textos, o autor analisa alguns discursos de políticos importantes de Minas Gerais, como de Bernardo Pereira de Vasconcellos, marquês do Paraná, de Teófilo Otoni, João Pinheiro, Milton Campos, Afonso Arinos, Tancredo Neves, entre outros, sempre ressaltando a permanência das ideias de equilíbrio e conciliação, apresentadas como se fossem uma expressão natural e genuína do “caráter regional”.

A contribuição de Otávio Dulci para a historiografia da mineiridade não é apenas compreender o tema fora do paradigma essencialista, mas também trazer uma crítica à atuação histórica das elites dominantes em Minas Gerais. A ideologia da mineiridade, centralizada na ideia de conciliação, tem o condão de evitar rupturas e mudanças profundas na ordem política e social, além de impedir o avanço da participação popular na arena política. Esse quadro representaria não a “vocação dos mineiros para a política” – tema muito presente nas interpretações essencialistas e que será discutido no próximo capítulo –, mas exatamente o

²⁷⁷ DULCI, 1984, p. 13.

contrário: a despolitização da sociedade, governada por acordos intralite, que dispensam a participação popular na tomada de decisões:

Chama a atenção a falta de substância das campanhas eleitorais em Minas até período recente, configurando um acordo tácito entre as elites de mobilizar, sem incrementar, o nível de politização. Com efeito, o campo de divergência ideológica era bastante reduzido.²⁷⁸

A visão da mineiridade enquanto ideologia também é partilhada por Heloísa Starling, como também mencionamos na seção anterior. Em vários momentos do texto, a autora utiliza conceitos e categorias que revelam uma concepção reflexiva, crítica e não essencialista sobre o tema:

Com efeito, ao se falar sobre Minas Gerais são frequentes e inevitáveis as referências feitas a todo um multifacetado sistema de particularidades regionais que, em seu conjunto, compoem o que se convencionou chamar de “cultura mineira” e de “personalidade do mineiro”. (...) Minas, ao longo de sua história, vem sendo alvo dos mais diversos e variados tratamentos, orientados sempre na tentativa de se traçar no todo ou em parte o “retrato” do mineiro e de seu “território”. O curioso, no entanto, é que o retrato traçado aponta invariavelmente para a existência de um mundo peculiar, característico e inassimilável: as Minas são múltiplas e contudo são somente uma.²⁷⁹

A mineiridade seria uma convenção social, referente a um universo bastante multifacetado, mas que, ao longo de sua história, vem sendo representado enquanto identidade unificada, contínua e inassimilável. Essa construção desempenhou uma função ideológica, como a autora procurou demonstrar no caso do Golpe de 1964 e a atuação do IPES-Novos Inconfidentes. A mineiridade seria uma espécie de espelho cujo reflexo forma uma imagem que, embora tenha base na realidade, apresenta-se de forma “invertida”, consagrando valores abstratos por meio dos quais é construído um mundo imaginário, em que os sujeitos políticos e sociais se representam a si mesmos e a vida coletiva.

Essa convenção, entretanto, seria dirigida e instrumentalizada pelas elites regionais e, *a posteriori*, introjetadas no conjunto da população: “Saborosa e popular, tornou-se ‘senso comum’, interiorizando-se na consciência dos membros dos grupos subalternos da sociedade.”²⁸⁰ Ela seria, portanto, construída no seio das elites, e só depois estendida, pela via ideológica, às classes populares. Assim como Otávio Dulci, Heloísa Starling compreende a

²⁷⁸ DULCI, 1988, p. 25.

²⁷⁹ STARLING, 1986, p. 143.

²⁸⁰ STARLING, 1986, p. 145.

mineiridade como ideologia da classe dominante, na medida em que evidencia “a tentativa de transformar o interesse particular de uma classe social determinada no interesse coletivo de toda a sociedade”,²⁸¹ impedindo os demais grupos sociais de apresentarem-se de modo organizado na cena política para exprimir suas próprias demandas. Embora enraizada na cultura e na dinâmica social regional, os portadores das “características” apresentadas pela mineiridade não são, segundo a autora, os moradores de Minas Gerais, mas a figura imaginário do “mineiro” – elaborada e avalizada pelas elites –, que atua no sentido de escamotear os conflitos de classe e dissimular a dominação, dando a aparência da harmonia e do universal.

O discurso da mineiridade desempenharia uma função conservadora na dinâmica social, em Minas e no Brasil, por se tratar eminentemente de uma “ideologia da classe dominante”, isto é, uma representação imaginária veiculada e instrumentalizada pela classe dominante, de modo a legitimar seus projetos de poder. A partir desse enquadramento conceitual, esses autores estabelecem suas respectivas visões críticas sobre a questão indicando as apropriações feitas pelas lideranças regionais para justificar e legitimar suas ações políticas. Os discursos e as práticas políticas são, assim, as “fontes primárias” da análise desses autores. Além disso, esses intérpretes buscaram compreender as formas de articulação da classe dominante regional; a mineiridade apareceria então como componente explicativo desse processo.

Esses textos trouxeram para a historiografia da mineiridade a importante contribuição de indicar os usos políticos que influíram na dinâmica social e no processo histórico mineiro. Porém, julgamos ser necessário fazer uma ponderação à definição da mineiridade como um caso típico de uma “ideologia da classe dominante”. Antes, já ressaltamos que não é nossa intenção negar a existência de tais utilizações ideológicas por parte das elites políticas, que, aliás, já foram destacadas nas seções anteriores, assim como serão retomadas no próximo capítulo. Mas, para procedermos a uma leitura mais adequada dessa tese, é importante ter em mente o fato de que a apropriação da mineiridade não foi unívoca nem mesmo entre as elites políticas,²⁸² como vimos no caso dos monarquistas e republicanos no alvorecer do século XX, bem como a disputa pela memória histórica de Minas na década de 1960, que envolveu João Goulart, os seus opositores conservadores que apoiaram o Golpe de 1964 e a ditadura que se seguiu, e também entre os perseguidos do regime, entre os quais Sylvio de Vasconcellos.

²⁸¹ STARLING, 1986, p. 146.

²⁸² Um exemplo dessa leitura fechada, ainda que busque apontar possibilidades de superação do discurso tradicional, pode ser visto em RUY, 2015.

Além disso, deve-se atentar contra o risco de uma compreensão unilateral do problema, na medida em que toma como sujeito do processo de construção da ideologia apenas a “classe dominante” – enquanto os demais se posicionariam, no limite, como receptores passivos da mensagem. Sem negar a possibilidade dessas apropriações enviesadas, é importante notar que a mineiridade não se reduz a elas, sobretudo porque o “seu sentido não pode ser definido como meramente instrumental. Eles [os discursos sobre identidades regionais], afinal, buscam compreender e interpretar as realidades diversas das quais foram elaboradas”.²⁸³

Caso contrário, a ideologia seria uma dimensão consciente, na qual certos atores tudo podem e outros nada sabem. Isso pode ser facilmente contestado pela pluralidade de apropriações no campo da música,²⁸⁴ da literatura,²⁸⁵ das artes cênicas,²⁸⁶ ou mesmo da política. Neste último, vale mencionar a trajetória do ex-líder sindicalista mineiro Clodesmidt Riani, cuja ação política não buscava uma radicalização do movimento dos trabalhadores, mas tinha como foco a união de todas as categorias sindicais em Minas, apropriando-se, como sugeriu Alexandre Heleno, de elementos historicamente ligados ao discurso da mineiridade, pela via do trabalhismo.²⁸⁷ Isso demonstra que os mecanismos produtores dos significados que fundamentam as identidades envolvem a participação de muitos atores e não são monopólio de uma elite restrita. Esse e outros exemplos demonstram que os fenômenos ideológicos não podem ser reduzidos a um mero produto dos interesses das classes sociais. Mais que isso, é importante ter em vista os interesses específicos dos intelectuais que reivindicam a ideologia, e ainda considerar a lógica do campo de sua produção.²⁸⁸

Essa ponderação não pretende invalidar a perspectiva aberta por Dulci, que continua extremamente valiosa para um entendimento mais político do problema, e não se mostra incompatível com outras visões que enfatizam a dimensão cultural do fenômeno da mineiridade. Fernando Correia Dias foi um dos que refletiram sobre o tema por esse prisma, no seu já citado texto de 1985. Nesse texto, o viés não essencialista adotado por Dias está mais acentuado que no livro de 1971, já tratado na seção anterior. Vale transcrever aqui a definição de mineiridade apresentada pelo autor:

²⁸³ SOUZA, 2013, p.11.

²⁸⁴ Cf. COELHO, 2010.

²⁸⁵ Cf. BOMENY, 1994.

²⁸⁶ Cf. COSTA; NERCOLINI, 2010.

²⁸⁷ Cf. HELENO, 2005.

²⁸⁸ “As ideologias são duplamente determinadas – elas devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classe que elas exprimem, mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de sua produção.” (BOURDIEU, 2001, p. 13)

Trata-se de uma constelação de atributos consignados aos habitantes desse território, tanto a título individual como coletivo. Na descrição e na interpretação do que é ser mineiro, começam a aparecer determinadas conotações. Os menos elaborados e mais anacrônicos modelos de análise são aqueles que insistem nesses atributos como sendo naturais, que falam em “raça mineira”, que ignoram possíveis diferenciações internas sob os pontos de vista ecológico (sub-regiões) ou de organização social (grupos diversificados e classes).²⁸⁹

A compreensão da mineiridade não enquanto um conjunto de traços de um “caráter regional” formado por um sentimento de mineirismo anterior ao discurso, e sim como a atribuição de tais características aos habitantes do território, evidencia um deslocamento de perspectiva próprio da diferenciação entre essencialismo e não essencialismo identitário. Nesse sentido, o estudo desse fenômeno deve ser feito pela análise dos discursos que conformaram essa “constelação de atributos” consignados aos mineiros. Dias toma para si essa tarefa, privilegiando a literatura regional e “os estudos mais sistemáticos, mais ou menos científicos”,²⁹⁰ muitos dos quais são também as nossas fontes, como Diogo de Vasconcellos, Nelson de Senna, Oliveira Vianna, Miran Latif, Oliveira Torres, Alceu Amoroso Lima, Gilberto Freyre, Sylvio de Vasconcellos e Afonso Arinos.

A interpretação de Fernando Correia Dias distingue-se das análises de Dulci e Starling na medida em que privilegia a mineiridade mais como representação cultural do que propriamente uma ideologia de classe dominante. Além disso, ao explicar o revigoramento da questão regional no Brasil no seu presente, apesar da crescente homogeneização cultural e internacionalização da economia nacional – que hoje diríamos “globalização” –, Dias assinala que esse processo foi acompanhado pelo seu oposto, isto é, a retomada de uma

consciência da diferenciação cultural e, ao mesmo tempo, mobiliza-se a sociedade civil no sentido da participação sociopolítica e da extensão da cidadania a novos segmentos populares e a novas esferas da vida social. Esse duplo movimento pode significar, numa prospecção otimista, a reconstrução nacional pela sociedade (abrangendo os setores tradicionalmente excluídos) e não apenas pelas elites.²⁹¹

A recuperação do conceito de mineiridade entre os analistas abriria, segundo o autor, novas possibilidades para a “reconstrução nacional”, que ampliem os espaços de participação da sociedade civil, rompendo com a apropriação ideológica exclusiva das elites em favor de um movimento de expansão da cidadania. Isso seria possível porque a mineiridade recebeu

²⁸⁹ DIAS, 1985, p. 76.

²⁹⁰ DIAS, 1985, p. 74.

²⁹¹ DIAS, 1985, p. 73-74.

diferentes formulações ao longo do tempo, e os seus intérpretes, muitos deles representantes da elite política e intelectual do estado, “parecem falar não apenas em seu próprio nome; inclinam-se a condensar, em seu discurso, as representações coletivas”.²⁹² Ao contrário de Dulci e Starling, Fernando Correia Dias não considerava o discurso da mineiridade como sendo fundamentalmente um instrumento de dominação das elites, mas sobretudo como um sistema de representação cultural que plasmou a imagem que os habitantes de Minas Gerais têm de si mesmos. Assim, a mineiridade poderia ser reformulada para atender às demandas do seu presente, na medida em que se configura menos como algo definido do que um processo inacabado: a luta por uma “maior participação social, pela reavaliação da cultura regional como um todo (e não apenas da produção intelectual), pela ocupação de maior espaço político no quadro federativo”.²⁹³

Não poderíamos finalizar esta seção sem tecer alguns comentários sobre o livro *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*, de Maria Arminda do Nascimento Arruda, sem dúvida o estudo mais abrangente feito nesse período. Trata-se da tese de doutoramento de Arruda em Sociologia, finalizada em 1987 e publicada em 1990. Em termos sucintos, seu livro incorpora a dimensão político-ideológica da mineiridade, mas dentro de uma problemática mais ampla – as relações entre a mineiridade e a identidade cultural:

Perseguimos, predominantemente, as raízes de certos significados culturais manifestos numa cultura política peculiar, numa densa literatura e na produção de um certo tipo de memórias. (...) Em síntese, trataremos de rastrear os componentes de um fenômeno que possui características de mito e de apalpar o rosto fugidio da identidade cultural.²⁹⁴

Maria Arminda Arruda compreende o fenômeno da mineiridade como uma construção mítica, elaborada para dar unidade, estabilidade e coerência ao mundo das ações e processos históricos na região mineira. A autora advoga a perspectiva de que as identidades históricas e culturais são formuladas no plano do pensamento mítico, lugar onde “os homens julgam encontrar o repositório da sua identidade, sentindo-se enlevados pela sensação de possuírem a propriedade exclusiva da chave que os define”.²⁹⁵ É a partir dessa base conceitual que o livro propõe uma revisão crítica das diferentes formulações discursivas que versaram sobre a mineiridade.

²⁹² DIAS, 1985, p. 84.

²⁹³ DIAS, 1985, p. 86.

²⁹⁴ ARRUDA, 1990, p. 22.

²⁹⁵ ARRUDA, 1990, p. 22.

A autora assinala que os mitos não são falas que surgem da “natureza das coisas”, mas sim do movimento da história na qual foram construídos. Por outro lado, é característica do discurso mítico promover uma decantação da história, transformando assim “uma intenção histórica em natureza, uma contingência em eternidade”.²⁹⁶ Ao mesmo tempo que o mito encontra na história sua fonte inspiradora e matriz das suas significações, ele tem como principal função superpor à dinâmica social uma visão unitária e contínua, sem diferenciação temporal entre passado, presente e futuro, restituindo ao real uma imagem “natural” ou “atemporal”, pela eliminação da qualidade histórica do seu objeto. O estudo proposto por Arruda pretende justamente historicizar o mito da mineiridade, isto é, estabelecer as conexões entre os discursos emitidos e a história de onde emergiram.

A abordagem de Arruda se faz na longa duração e compreende diferentes gêneros discursivos, identificando neles os principais conteúdos que entraram na composição do mito da mineiridade, elemento constitutivo da história política e cultural de Minas e do Brasil. Entre as fontes elencadas pela autora, estão a literatura dos viajantes, os discursos políticos, a literatura regional, o memorialismo e a historiografia/ensaísmo, que definiram as peculiaridades do “ser mineiro” através da fala mítica. A autora entrelaça esses diferentes tipos de discursos ao longo da sua análise, ganhando em abrangência e generalidade, em detrimento de uma visão mais particularizada das obras e autores – embora sem perder densidade crítica.

No decorrer da análise, Arruda confronta a atemporalidade do mito com a temporalidade histórica da sociedade mineira, tendo em vista restituir a intencionalidade política da mensagem mítica. De acordo com a autora, o discurso mítico tenciona aprisionar a história num passado cristalizado, no intuito de tornar o presente mais durável e estável. Por isso mesmo, a evocação do mito da mineiridade ganha forças nos momentos de transição, quando a “tradição” parece se esvaír no turbilhão da história. Assim, “a compreensão da mineiridade – como mito, como história – pressupõe o esclarecimento das diversas dimensões de tempo nela presentes”.²⁹⁷ Se o mito é caracterizado pelo seu caráter atemporal, ele é elaborado no interior da temporalidade social que o configurou:

A dimensão atemporal – evidente na mineiridade – resulta da natureza mítica: a história é objeto do mito, assim não se pode confundir com ela; na sua pretensão de dominá-la precisa superá-la, aparecer como se sobre ela pairasse.²⁹⁸

²⁹⁶ BARTHES, 2001, p. 162-163. O mesmo autor destaca ainda: “quando um mito fala do seu objeto, despoja-o de toda História”. (BARTHES, 2001, p. 171)

²⁹⁷ ARRUDA, 1990, p. 129.

²⁹⁸ ARRUDA, 1990, p. 131.

Para caracterizar a temporalidade social de Minas, a autora utiliza a já citada divisão da história mineira em dois estratos de tempo distintos, retórica muito comum entre os intérpretes essencialistas da mineiridade. “É possível reconhecer, na história de Minas, pelo menos duas dimensões temporais nítidas.”²⁹⁹ A primeira corresponderia ao século XVIII, quando a atividade mineradora ditava o ritmo social e produzia uma dinâmica cultural cosmopolita e uma vida urbana intensa; já a segunda, própria do Oitocentos mineiro, seria marcada pela ruralização da sociedade, que reduziu o intercâmbio cultural e tornou a fazenda mineira, autossuficiente e diversificada, no microcosmo do universo social, político e cultural da província. A vida teria adquirido um ritmo mais lento, pautado por relações sociais mais imediatas, em relação ao século XVIII.³⁰⁰

Segundo Maria Arminda Arruda, é da junção entre o passado urbano com o universo rural que brotaram as condições para a formação do mito da mineiridade. “A mescla, durante o século XIX, entre o passado urbano não totalmente excluído e uma sociedade predominantemente rural, confere a diferença específica de Minas.”³⁰¹ Embora não tenha havido uma “decadência” objetiva das atividades produtivas, visto terem elas se rearticulado de outro modo,³⁰² a autora afirma que os agentes sociais percebiam tal passagem como um sinal de crise e decadência, resultando numa certa nostalgia em relação ao passado, tido como superior: “Os dias esplendorosos das minas flutuavam como fantasmas a perseguir o presente, imiscuíam-se nos espaços de convivência social das cidades agora esmaecidas.”³⁰³ Já no campo da cultura, Arruda identifica um quadro de decadência, na medida em que “a ruralização da vida social mineira estaria acompanhada pelo cerceamento dos contatos culturais, pela emergência de padrões societários rebaixados, quando comparada às fases anteriores”.³⁰⁴ A experiência da decadência cultural teria delineado o imaginário regional, resultando numa forte tendência de valorização do passado, uma vez que não houve o surgimento de novas dinâmicas capazes de gerar projetos inovadores e autônomos:

Nesse sentido, a vida social de Minas durante o século XIX concorreu a conservar nas mentes dos mineiros as imagens gloriosas do passado. Aliás, a própria preservação do tempo anterior, ao fazer parte do universo social seguinte, já aponta

²⁹⁹ ARRUDA, 1990, p. 134.

³⁰⁰ Relembramos aqui que essa forma de ordenar o tempo histórico mineiro é objeto de contestação por autores como GRAÇA FILHO, 2003; MENESES, 2000; MORAIS, 2004, conforme já destacamos na seção 2.2.

³⁰¹ ARRUDA, 1990, p. 161.

³⁰² Cf. MARTINS, 1980; SLENES, 1988.

³⁰³ ARRUDA, 1990, p. 164.

³⁰⁴ ARRUDA, 1990, p. 158.

para as peculiaridades dessa sociedade, que continuou a olhar para trás, com um misto de nostalgia e de apreço exagerado.³⁰⁵

Nessas condições históricas, surgiu o mito da mineiridade, como forma de conservar um passado de glórias e riquezas e resultando na construção da figura abstrata dos “mineiros”; os habitantes, ao se identificarem com essa construção imaginária, absorvem o pensamento mítico e colaboram para a sua permanência. O mito, se politicamente instrumentalizado, adquire feição ideológica, mas ele não se reduz a isso. Toda uma produção cultural regional concorreu para a sua (re)produção. É nessa chave que Arruda elabora a sua interpretação sobre os discursos da mineiridade, inclusive as narrativas históricas que vimos analisando até aqui, cujos autores são considerados por Arruda como os “codificadores definitivos da mineiridade”.³⁰⁶

Compreender a mineiridade como um fenômeno mítico significa, como ressalta a autora, considerá-la na sua “atemporalidade”, já que uma das suas bases fundamentais seria encobrir o movimento da história a que subjaz e apresentar uma figura natural e a-histórica do “ser mineiro”, o que possibilita o processo de identificação entre os sujeitos sociais. A *mitologia* proposta por Arruda pretende desconstruir o mito e restituí-lo à sua própria historicidade, invertendo assim o processo de “despolitização” operado pela mensagem mítica.³⁰⁷ Trata-se, portanto, de uma outra leitura crítica e reflexiva do fenômeno, evidenciando, mais uma vez, uma ruptura importante com a tradição essencialista.

O livro de Maria Arminda Arruda abriu várias possibilidades de leitura sobre a mineiridade, inspirando não só esta dissertação, como muitas análises mais recentes. Entretanto, gostaríamos de sublinhar uma questão importante de nível teórico. A compreensão da mineiridade enquanto uma construção mítica lança luz sobre aspectos importantes, mas tende a obscurecer as articulações temporais que sustentam e dão sentido às interpretações construídas pela historiografia da mineiridade. Isso porque, conforme vimos afirmando no decorrer deste texto, a construção de uma identidade cultural tem como uma de suas bases principais o modo como a história é narrada, compreendida e interpretada, e não o seu encobrimento pelo discurso. Mesmo a ideia de “caráter mineiro” correspondente à perspectiva essencialista, embora se anuncie como um dado objetivo, único e contínuo (mesmidade), é justificado em função da visão da história presente nos textos, e ainda na forma como a narrativa utiliza argumentos históricos para embasar suas caracterizações (ipseidade). Em

³⁰⁵ ARRUDA, 1990, p. 198.

³⁰⁶ ARRUDA, 1990, p. 90

³⁰⁷ BARTHES, 2001, p. 162 e seq.

outras palavras, a construção do imaginário da mineiridade tem a ver com o modo como os textos conferiam aos “mineiros” um espaço de experiência comum, de onde surgiram as tradições e costumes que conformariam a vida local, estabelecendo elos de continuidade histórica com o futuro, geralmente associado a uma “missão de Minas para o Brasil”.

Não consideramos a historiografia da mineiridade como um discurso atemporal, porque esses textos, em graus variados, não deixavam de historicizar a “formação do caráter mineiro”, inclusive em função da cisão temporal que Arruda utiliza na sua própria interpretação – tempo da mineração/tempo da ruralização. Isso pode ser constatado com mais facilidade nas obras de Diogo de Vasconcellos e Sylvio de Vasconcellos; mas mesmo no ensaio de Alceu Amoroso Lima, o qual situa explicitamente o “mineirismo” no plano da “intemporalidade” e apresenta por diversas vezes algumas características como sendo “naturais”, também são levantadas algumas explicações históricas para embasar sua interpretação de Minas Gerais. Vale lembrar aqui uma passagem na qual Amoroso Lima ensaia uma explicação histórica da formação do “espírito mineiro” em contraposição ao “espírito bandeirante”:

O espírito bandeirante, de iniciativa e descoberta, a que os mineiros devem a sua própria província natal, não é mineiro, é paulista. A concepção mineira de vida é, de certo modo, inimiga de viagens, de horizontes diversos, de aventuras e riscos. Houve, aliás, na história de Minas, uma passagem da utopia ao realismo. A princípio, foi aquele domínio da concepção aventureira e quimérica da vida. (...) Mais tarde, dominou uma concepção *sedentária* da existência, de origem roceira e que hoje em dia se generalizou a todo o povo mineiro. Em Minas a mentalidade agrícola, do homem dos campos, prevaleceu sobre a mentalidade extrativa, do homem das *minerações*.³⁰⁸

Essa explicação pode até estar deslocada da realidade, mas ainda assim é um exemplo de como o discurso da mineiridade tem na história não apenas o seu molde exterior, mas também como um elemento explicativo e constitutivo do seu próprio sentido. Trata-se, portanto, de uma forma específica de articular sentidos sobre a experiência temporal mineira, de cunho eminentemente conservador e passadista, mas não de um ocultamento da história e da experiência temporal em Minas.

Com essa divergência teórica, não pretendemos desqualificar a análise de Arruda, leitura fundamental para qualquer estudioso do tema e que continua sendo o trabalho mais abrangente sobre o assunto feito nos últimos anos. Foi necessário, porém, distinguir os referenciais teórico-conceituais utilizados entre a sua obra e esta dissertação, até mesmo em função das fontes utilizadas. De qualquer modo, *Mitologia da mineiridade* apresentou um

³⁰⁸ LIMA, 1983 [1945], p. 108, grifos do autor.

ponto de vista original para analisar a questão, fornecendo inúmeros pontos de reflexão crítica sobre o significado do imaginário mineiro na história política e cultural de Minas Gerais e do Brasil.

A análise desses trabalhos indicou que a década de 1980 representou um marco importante na historiografia da mineiridade, ao situar a perspectiva essencialista sob o crivo direto de críticas. As considerações desenvolvidas por esses textos alcançaram grande repercussão na produção acadêmica atual voltada para o tema da mineiridade, contribuindo para a implosão da noção de um “caráter mineiro” fixo e homogêneo. É preciso perguntar, portanto, por que essa mudança de perspectiva tornou-se mais evidente durante esse período.

Vários fatores concorreram para esse processo. Um deles está ligado à grande renovação ocorrida no âmbito da historiografia geral sobre Minas, iniciado desde meados da década de 1970, que modificou em muitos aspectos a produção do conhecimento sobre a história mineira.³⁰⁹ Muitas teses consagradas pela historiografia tradicional foram alvo de críticas contundentes, seja na história política, econômica, social e cultural: “Foi pois, a partir de meados dos anos 80, que a influência das novas metodologias, que há muito dominavam os estudos na Europa, vão se fazer sentir na historiografia referente às Minas.”³¹⁰ Contribuiu para isso a expansão da produção universitária, que culminou na proliferação dos cursos de pós-graduação, lugar de produção da maior parte dessa historiografia – que adquiria cada vez mais perfil acadêmico e especializado. Esses trabalhos abriram espaço para uma diversidade de temas e vozes atuantes na história de Minas Gerais, como as mulheres, os “desclassificados”, a criança, a sexualidade, problematizando muitas teses generalizantes que estão na base do discurso essencialista-tradicional da mineiridade.

Essas transformações ocorridas no campo da historiografia mineira indicam, como também destacou Júnia Furtado, uma maior valorização de questões e temas específicos e particulares em detrimento de uma história do todo, produzindo observações mais rigorosas e aprofundadas sobre objetos delimitados e colocando em evidência o aspecto descontínuo e fragmentado da história e da sociedade mineira. Esse deslocamento na produção do conhecimento histórico sobre Minas Gerais reforça a percepção de que a “preocupação obsessiva com as origens, que referendam um presente, cedeu lugar à busca de uma diversidade capaz de relativizar o atual, como estratégia de confronto com todas as formas de totalitarismo e de dogmatismo”.³¹¹

³⁰⁹ Cf. RESENDE, 1982.

³¹⁰ FURTADO, 1999, p. 48.

³¹¹ NEVES, 1987, p. 25.

Tais mudanças podem ser avaliadas de diferentes formas, conforme as posições e visões de mundo de cada um. Sem dúvida, houve perdas irreparáveis para aqueles que privilegiam a história como o repositório de suas identidades imutáveis, pois fonte de segurança, exemplo e autoridade para as gerações futuras e um discurso do “dever ser”. Também houve perdas para quem partilhava da ideia de mineiridade enquanto memória das elites, pois ela servia de barreira à mudança e à dispersão, preservando a continuidade da ordem instituída.

Por outro lado, existem aqueles que veem nesse processo ganhos preciosos. Deixou-se de lado a busca por um sentido totalizante da história como fundamento de uma “essência” mineira, vista como uma abstração problemática que, de um lado, é instrumentalizada pelos estabelecidos no interior das relações sociais de poder, e de outro, obscurece a multiplicidade e heterogeneidade de grupos, práticas culturais e posições de sujeito. A referência a uma consciência centrada e integral do “ser mineiro” foi deslocada para uma compreensão da mineiridade como uma construção histórica e discursiva, com linhas de continuidade e descontinuidade, permanências e variações, semelhanças e diferenças, regularidades e dispersões de significado. Essa transição representou ganhos para uma compreensão crítica da perspectiva essencialista-tradicional, destacando não só a sua impossibilidade, como também a ambição totalitária que a ela subjaz.

Em termos de pesquisa acadêmica, seria um enorme contrassenso atualmente propor respostas definitivas e totalizantes sobre questões como *quem é o “mineiro”*, qual é a sua história e como se relaciona com os outros brasileiros. Em vez de caracterizações diretas sobre a vida social regional, a abordagem sobre o fenômeno da mineiridade deve privilegiar a análise dos discursos que, de alguma forma, conferiram sentidos à experiência histórica e social em Minas Gerais, marcadamente dinâmica, móvel e diversificada. Nesse sentido, se resolvêssemos propor aqui respostas conclusivas sobre o que é a mineiridade e quem são os mineiros, cairíamos novamente no essencialismo, e entraríamos numa contradição que comprometeria todo o trabalho. Entretanto, isso não nos impede de nos posicionar em relação ao discurso essencialista-tradicional da mineiridade, identificando as constâncias e divergências que marcaram a sua história. Para tanto, torna-se necessário proceder a uma “segunda leitura” das fontes, que possibilite uma análise de conjunto e a partir de um viés mais temático. Esse é o objetivo do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

A historiografia da mineiridade: regularidades e dispersões (segunda abordagem)

No estudo feito no capítulo anterior, perseguimos as trilhas percorridas pelo discurso da mineiridade no decorrer do século XX, destacando as interpretações mais abrangentes e influentes e relacionando-as com os seus respectivos contextos e lugar social dos autores. Dessa trajetória, foi possível perceber o longo processo de construção e desconstrução da ideia de “caráter mineiro”, a qual encontrou na historiografia da mineiridade uma de suas formulações mais significativas e importantes. Porém, uma lacuna ainda precisa ser preenchida neste trabalho. Como afirmamos na introdução e no primeiro capítulo, a análise das narrativas sobre identidades tem validade e importância na medida em que abre novas possibilidades de compreensão de si de um sujeito que não se deixa aprisionar pelo discurso essencialista-tradicional, mas que o toma como uma referência sobre a qual pode se “posicionar” reflexivamente. Neste capítulo, vamos explorar algumas dessas possibilidades.

Ao longo da pesquisa e leitura das fontes, foi possível identificar a existência de uma dialética que permeou toda a historiografia da mineiridade: por um lado, uma grande variedade de significados e atributos conferidos ao “mineiro”, indicando a heterogeneidade do discurso que sustenta essa representação; por outro, e em meio a essa heterogeneidade, a presença de certas regularidades temáticas que atravessaram as nossas fontes, contribuindo para a fixação de certas imagens unificadoras no imaginário regional. Essa dialética permite caracterizar a mineiridade como uma *formação discursiva*,³¹² e podemos imaginá-la como uma árvore, com seus troncos principais e os respectivos galhos e folhas de diferentes formas e texturas.

A identificação das regularidades e dispersões de significados permite, por sua vez, uma segunda abordagem da historiografia da mineiridade, a qual prioriza um estudo de conjunto das fontes sob uma perspectiva mais temática que cronológica. Com isso, poderemos elaborar uma visão mais abrangente do problema, complementando a análise feita no capítulo anterior. Procederemos por uma via dupla: de um lado, pela colocação dos textos em diálogo

³¹² “No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*.” (FOUCAULT, 2009, p. 43)

aberto; de outro, pela compreensão de como os diferentes significados produzidos ao longo do tempo se relacionam entre si e às temáticas principais.

Vamos refletir, portanto, sobre os *topoi* presentes na historiografia da mineiridade, entendendo por esse termo as formas nas quais conteúdos semânticos podem ser articulados. Evidentemente, essa abordagem temática carrega um certo grau de subjetividade por parte de quem (re)interpreta as fontes.³¹³ Por isso, é forçoso reconhecer que essa análise seria possível a partir de outros pontos de vista; entretanto, a seleção dessas temáticas permitiu captar, de modo bastante satisfatório – uma vez que foram também os temas privilegiados pelos intérpretes –, a estrutura que o imaginário assumiu nas fontes aqui estudadas, o que, por sua vez, permitirá novas possibilidades de análise e reflexão sobre o discurso essencialista-tradicional. A separação entre os *topoi* é analítica, pois estão intimamente relacionados entre si, e muitas vezes faremos remissão a um ao outro nas seções seguintes.

Neste capítulo, procuramos incluir um maior número de autores/obras que, embora menos abrangentes, também ofereceram importantes contribuições para a confecção do discurso essencialista-tradicional. Os textos não essencialistas também serão incluídos, porém situados mais como referências para as nossas reflexões. A intenção é confrontar os textos uns com os outros para perceber as permanências e as mudanças entre eles, focalizando o modo como utilizavam argumentos históricos para sustentar as suas caracterizações.

3.1 O equilíbrio mineiro

Afirmamos no primeiro capítulo que os discursos sobre identidades atuam no sentido de representar as diferenças internas ao grupo numa imagem unificada e extensível virtualmente a todos os seus membros. No caso da historiografia da mineiridade, essa tarefa encontrou subsídios na ideia de que a “essência” de Minas Gerais seria formada pela acomodação de diferentes traços de personalidade numa unidade harmônica, coerente e estável – que muitos autores denominam como “equilíbrio mineiro”. Nesse sentido, a mineiridade poderia abrigar variados significados psicológicos, morais, sociais, “raciais” e políticos, às vezes até opostos entre si, e dessa variedade surgiria uma tendência ao equilíbrio que resolveria as contradições em sínteses superiores. Daí a força que o discurso poderia assumir, já que a presença do contraditório não era negada, nem resultaria na fragmentação do

³¹³ Sobre a tensão entre parcialidade e objetividade presente na construção do conhecimento histórico, cf. KOSELLECK, 2006, p. 163 e seq.

“ser mineiro”, pois estaria subordinada à unidade de um caráter forte, constante e amplo o bastante para englobar tais diferenciações.

São várias as dimensões desse equilíbrio mineiro presentes na historiografia da mineiridade. Um deles se refere ao plano psicológico e moral. Ao contrário de outras identidades regionais, como a paulista (“inovadores”), carioca (“festeiros”) e gaúcha (“combativos”), o mineiro foi descrito como um homem “sereno”, “conservador”, “moderado”, “pacífico”, “retraído” e “desconfiado”. Tais considerações já tinham sido feitas pelos viajantes do século XIX, principais fontes utilizadas pelos ensaístas do século seguinte. Um deles foi Nelson de Senna, que endossava as caracterizações que os viajantes faziam sobre os moradores das diferentes regiões de Minas que encontravam nas suas expedições:

O gênio e caráter do Povo Mineiro, as suas fortes qualidades morais, o seu sentimento de pundonor, o espírito tradicionalista e hospitaleiro da gente de Minas, a sua índole conservadora e retraída, o vivo amor que estes montanheseiros do Brasil votam à Pátria e à Liberdade, o respeito que tributam a Deus e à Lei: são fatos apreciados por todos os viajantes e sábios estrangeiros, que têm percorrido Minas Gerais, há mais de um século, e descrito as riquezas do seu território, a bondade de seu clima, a variedade das produções, deste pedaço do Brasil onde o homem faz do trabalho uma segunda religião e do lar doméstico um prolongamento do próprio templo divino.³¹⁴

Temos aí a imagem de um homem sisudo, conservador, moralista e cristão. Muitos intérpretes reforçaram e difundiram essa imagem, acrescentando-lhe novos contornos. Mais realista que utópico, o mineiro seria antes de tudo um “sóbrio”: “É uma qualidade de que participam todos os demais traços de sua personalidade. É como que um ambiente moral em que banha o *mineirismo*.”³¹⁵ Sobriedade de pensamento, de sentimento e de vontade, que o tornaria avesso a rompantes de emoção e à tomada de atitudes irrefletidas. Com sua apatia conviveria também uma astúcia discreta, donde a sua desconfiança: “É maneiroso, afável, diplomata, perspicaz e desconfiado o bastante para não se deixar iludir nas maquinações políticas em que se mete.”³¹⁶ A brandura seria o traço mais marcante e específico da sua índole. “Os mineiros, pelo seu temperamento, são absolutamente incapazes dessas atitudes de arrogância ou orgulho. Eles exprimem, mais do que nenhum outro, os aspectos mais brandos da nossa índole nacional.”³¹⁷ Milton Campos via no equilíbrio psicológico a mensagem característica de Minas para o Brasil:

³¹⁴ SENNA, 1909a, p. 283-284.

³¹⁵ LIMA, 1983 [1945], p. 19.

³¹⁶ LATIF, 1960 [1936], p. 199.

³¹⁷ OLIVEIRA VIANNA, 1943 [1921], p. 32-33.

Se assim é nos episódios [da história de Minas Gerais], não é de outra forma nos homens, cujo temperamento está marcado pelo equilíbrio, pela moderação e pela naturalidade, que não excluem o culto do ideal e antes o tornam fecundo pelo senso de realidade.³¹⁸

Se a atividade mineradora, compreendida como a “origem histórica” da mineiridade, teria sido responsável por introduzir um certo espírito de aventura, a volatilidade do empreendimento, a vigilância do fisco e o posterior esgotamento das minas teriam forçado o mineiro a conter os seus gastos e evitar luxos e esbanjamentos. Tornou-se desconfiado e “mais racional que passional”,³¹⁹ a vontade predominando sobre a imaginação – embora sem romper com o idealismo, como assinala Milton Campos. Desse modo, o espírito aventureiro não foi abolido, mas temperado com a sobriedade a que foi levado pela própria história regional.

Miran de Barros Latif foi quem melhor expressou essa dicotomia, ao apresentar o “espírito de Minas” como o resultado da combinação entre personalidades opostas, simbolizadas pelas figuras de D. Quixote (idealista) e Sancho Pança (realista). Segundo esse autor, a simbiose entre elas seria fruto da própria dinâmica histórica por que passou a região e seus habitantes, toda ela compreendida em função da mineração, como já destacamos no capítulo anterior. No período do apogeu da mineração, o mineiro

adquiriu a imaginação e os arrojados de entusiasmo romântico de um verdadeiro Quixote. É o “alteroso montanhês” dos discursos de civismo provinciano. Mas, enfrentando toda sorte de dificuldades no arraial (...) o “alteroso montanhês” também adquiriu as ponderações de Sancho. O ouro de Minas dera em Quixotes, quando na ânsia de achá-lo, e dera também em Sanchos, quanto ao receio de perdê-lo.³²⁰

Essa dualidade iria se reforçar, ainda segundo Latif, a partir do esgotamento das lavras auríferas, quando o ímpeto aventureiro e idealista foi cada vez mais arrefecido pela figura pesada de Sancho Pança. Em vez de incidir na formulação de projetos inovadores, o quixotismo do mineiro se volta para o passado, numa espécie de saudosismo que o cegava para as possibilidades que a terra lhe oferecia. Assim, o lado quixotesco permanece no “espírito de Minas”, mas o seu componente temporal se inverteu: do futuro para o passado. Não houve, segundo o autor, substituição entre um e outro polo, mas um “equilíbrio” entre

³¹⁸ CAMPOS, 1957, p. 234.

³¹⁹ LIMA, 1983 [1945], p. 49.

³²⁰ LATIF, 1960 [1936], p. 210-211.

eles. Desse modo, o discurso poderia alcançar grande elasticidade e abrangência, ao integrar estruturas de personalidade opostas numa mesma representação identitária:

Mas o que há de realmente apreciável no homem é a simbiose que os mineiros, nas cumeadas das suas “alterosas”, praticaram como verdadeiros equilibristas e sempre possuíram como ninguém. Foi sob este aspecto, tão necessário ao bom andamento dos negócios do governo, que os mineiros se firmaram na política, não apenas da sua província como do país todo.³²¹

Antes de passar para o aspecto político já sugerido pela citação acima, é importante registrar que o tema do equilíbrio era reforçado por certas visões sobre a história social de Minas. Uma das mais frequentes está ligada à afirmação de que teria havido na região uma forte integração entre o rural e o urbano, algo que não se verificou nas demais capitânicas da América portuguesa. Amoroso Lima admirava a “permanência do homem rural dentro do cidadão urbanizado”³²² em Minas Gerais. João Camilo de Oliveira Torres, citando o texto de Latif, assinala o “caráter naturalmente urbano da vida mineira”,³²³ ao mesmo tempo que ressalta a proximidade das cidades com as fazendas, o que interferia na política e nas relações sociais vivenciadas na região:

A existência de fazendas nos arredores das vilas veio trazer uma nova contribuição para a cultura nascida entre o homem e a montanha: a presença muito próxima do campo. (...) Se a proximidade das fazendas influenciou consideravelmente na vida das cidades, estas exerceram uma ação de controle e limitação relativamente à vida da fazenda. O fazendeiro não é um insulado, como no Norte.³²⁴

O equilíbrio entre o urbano e o rural era notado ainda pelas dimensões reduzidas tanto dos centros urbanizados quanto das propriedades rurais mineiras. Ainda segundo Oliveira Torres, nunca houve concentrações urbanas excessivas em Minas Gerais, mas o estado se espalha em pequenos núcleos urbanos, vilas e arraiais, em uma área relativamente restrita e próximos uns dos outros.³²⁵ O resultado histórico dessa simbiose seria a formação do arraial mineiro,³²⁶ situada a meio caminho entre o urbano e o rural: “O mineiro, mesmo da grande capital, guarda sempre em si mesmo qualquer coisa de arraial, que é a meu gosto um dos

³²¹ LATIF, 1960 [1936], p. 213.

³²² LIMA, 1983 [1945], p. 29.

³²³ OLIVEIRA TORRES, 2011 [1944], p. 104.

³²⁴ OLIVEIRA TORRES, 2011 [1944], p. 173-178.

³²⁵ OLIVEIRA TORRES, 2011 [1944], p. 142-143.

³²⁶ Sérgio da Mata caracterizou o arraial mineiro como um “ponto de cristalização, um espaço não racionalizado de convívio coletivo. O arraial é a expressão das necessidades econômicas, religiosas e lúdicas de um grupo de vizinhança”. (MATA, 2002, p. 51)

segredos da sua superioridade.”³²⁷ Entre o modo de vida típico da zona rural e o da grande metrópole, o mineiro seria o homem do arraial, da pequena vila e/ou cidade enquanto prolongamento da zona rural, que, por sua vez, também seria marcada pelo predomínio das fazendas de pequeno e médio porte voltadas para a autossuficiência:

Nem as fazendas nem as cidades são muito grandes em Minas. Há, por aqui, a multiplicidade de pequenos arraiais atrasados ou de pequenos sítiantes rotineiros, que necessitam, sem dúvida, de progresso, mas que devem progredir não pelo tamanho mas pela qualidade de suas aglomerações.³²⁸

Em vez de uma separação entre esses dois mundos, haveria uma integração entre eles, a presença de ambos numa mesma estrutura de sociabilidade. Vale destacar aqui que a “Minas do lume e do pão”, descrita por Oliveira Vianna, foi elaborada a partir de observações feitas durante algumas viagens por cidades importantes de Minas na época, como Juiz de Fora, Barbacena e Belo Horizonte.³²⁹ A imagem idealizada do “homem roceiro” ficava preservada, mesmo se encontrando nas cidades mineiras, pois elas guardavam em si mesmas os padrões societários originários do campo.

O ensaio de Sylvio de Vasconcellos apareceria aqui como uma exceção, já que o ruralismo seria uma marca típica das Gerais e não se confundia com as Minas citadinas; ainda assim, o autor também entendia que o urbanismo mineiro se realizava em espaços reduzidos, formados ao longo das estradas que levavam aos locais de extração do ouro.³³⁰ O autor assinalava ainda que a arquitetura regional era marcada por um equilíbrio entre diferentes matrizes, formando sínteses originais e inovadoras: “Nas Minas, a extraordinária complexidade ambiente encontra sua resultante nos ideais de simplicidade e equilíbrio, aos quais aspira a sua gente.”³³¹ A arquitetura das igrejas e habitações, produtos da história de Minas e reflexo do “caráter regional”, seria caracterizada, ao mesmo tempo, pela simplicidade nos adornos e pelo apuro técnico e plástico das edificações:

Preferem [os mineiros] o equilíbrio, o apuro; intencionam perfeição discreta, induzida pelos poucos recursos que as financiam. Riqueza de propósitos que se contém pela pobreza do ambiente. Expressão última da cultura local e reflexo da alma ingênua do povo. O erudito e o popular unificados. Nem primitivismos simplórios, nem pretensões fidalgas.³³²

³²⁷ LIMA, 1983 [1945], p. 29.

³²⁸ LIMA, 1983 [1945], p. 59.

³²⁹ OLIVEIRA VIANNA, 1943 [1921], p. 30.

³³⁰ VASCONCELLOS, 1968, p. 87.

³³¹ VASCONCELLOS, 1968, p. 158.

³³² VASCONCELLOS, 1968, p. 137.

Outro aspecto do equilíbrio mineiro está na visão largamente difundida de que na história regional predominou o nivelamento entre as classes sociais, um tipo de igualitarismo incomum na história do Brasil – e aqui os intérpretes privilegiam o Nordeste açucareiro como principal ponto de comparação. De acordo com Arruda,³³³ esse traço “democrático” da sociedade mineira foi lastreado nas características do empreendimento minerador (que permitiria uma maior mobilidade social), bem como na intensa miscigenação (que teria diluído os preconceitos entre as “raças”), e até mesmo na “brandura” da escravidão em Minas. “Não há região do Brasil em que a diferenciação de classe seja menor que em Minas e em que a prosápia de sangue nem sinal tenha deixado.”³³⁴ O nivelamento social seria a marca histórica de Minas Gerais, onde não havia grandes preconceitos de “raça” ou classe social.

Essa ideia de um equilíbrio socioeconômico em Minas encobria a enorme distância que permanecia entre ricos e pobres e a extrema opressão vivenciada pelos “pés-rapados”, como já ressaltou Laura de Mello e Souza, para quem reafirmar o caráter mais flexível da estrutura social mineira é considerá-la “democrática na miséria que soube distribuir entre um maior número de indivíduos”.³³⁵ Todavia, o que encontramos na historiografia essencialista-tradicional da mineiridade é uma imagem totalmente oposta: em Minas Gerais os ricos e poderosos jamais possuíram grandes diferenças de fortuna em relação às classes populares: “Graças a Deus, ser rico ainda não é uma virtude em Minas. E oxalá nunca venha a ser.”³³⁶ Oliveira Torres também ressaltou em diversas passagens essa igualdade socioeconômica como um dos principais traços distintivos da história mineira: “Iguais por situação econômica, iguais pela mesma sujeição às leis do reino, os mineiros passaram a ser iguais na sua qualidade de coparticipantes do governo da mesma cidade, que era deles.”³³⁷ Outro elemento responsável por esse nivelamento social foi a presença das irmandades e ordens terceiras em Minas que, segundo o mesmo autor, impediram o florescimento de lutas raciais e de classe na região. Além dos serviços de assistência social, essas associações permitiram a ascensão social dos negros, e graças à

ação benéfica das ordens terceiras, o africano não foi, no Brasil em geral e em Minas muito especialmente, um abandonado, atirado à margem da sociedade, pois encontrou nas suas confrarias de Nossa Senhora do Rosário e das Mercês um ambiente no qual era “alguém”.³³⁸

³³³ ARRUDA, 1990, p. 76.

³³⁴ LIMA, 1983 [1945], p. 21.

³³⁵ MELLO E SOUZA, 1982, p. 82.

³³⁶ LIMA, 1983 [1945], p. 34.

³³⁷ OLIVEIRA TORRES, 2011 [1944], p. 137.

³³⁸ OLIVEIRA TORRES, 2011 [1944], p.150.

Sylvio de Vasconcellos reforçava essa imagem, afirmando que “nas Minas os ricos não alcançaram jamais fortunas consideráveis, nem os pobres privações insuportáveis”.³³⁹ Sem dúvida, essa imagem de uma maior igualdade social, além de auxiliar no encobrimento de conflitos e desigualdades sociais, favorece a formação de uma imagem unificada – porém abstrata – de Minas Gerais.

Passemos agora ao sentido propriamente político do equilíbrio, o qual adquiriu grande relevância na historiografia da mineiridade. O bom-senso e ponderação moral, aliados ao igualitarismo socioeconômico, teriam como contrapartida lógica a imagem do mineiro como “conciliador” nos assuntos da política, um negociador de interesses divergentes em torno do que há de comum entre as partes. De acordo com os intérpretes, essa forma de proceder politicamente já teria se manifestado nas origens remotas da história de Minas Gerais. Diogo de Vasconcellos, ao narrar a Guerra dos Emboabas, fez uma ampla valorização da figura de Manuel Nunes Viana, o qual teria dado fim às desordens dos primeiros tempos ao formar um governo que contemplava tanto baianos como reinóis, e “empenhou-se depois para mostrar aos paulistas principais o propósito conciliador, que o animava”.³⁴⁰

Além de Nunes Viana, o historiador marianense também louvava outros políticos que se destacaram na defesa da ordem a partir da conciliação de interesses, como a distribuição de títulos e mercês a paulistas feitas pelo governador Antônio de Albuquerque para manter a paz e harmonia entre os grupos em conflito.³⁴¹ Em 1956, Daniel de Carvalho recupera esses argumentos para indicar que dessa conciliação de interesses sobressaiu o equilíbrio entre dois princípios de organização político-social: “A Antônio de Albuquerque coube, assim, a glória de ter descoberto o talismã com que satisfazer os anseios do povo das Minas Gerais – liberdade e justiça.”³⁴²

Com efeito, a ideia do equilíbrio entre *Liberdade* e *Ordem* foi certamente uma temática central na historiografia da mineiridade. A marca da conciliação mineira não se resumiria apenas à acomodação de interesses, senão também em ter promovido uma harmonia entre esses dois princípios reguladores da sociedade. Em conferência no Rio de Janeiro sobre as “tradições mineiras”, proferida em 1909, Nelson de Senna já identificava nesse binômio uma constante histórica de Minas Gerais:

³³⁹ VASCONCELLOS, 1968, p. 167.

³⁴⁰ VASCONCELLOS, 1974 [1904], v. 2, p. 42.

³⁴¹ VASCONCELLOS, 1974 [1904], v. 2, p. 79.

³⁴² CARVALHO, 1957, p. 22.

O caráter do povo montanhês (...) se desenhou acentuadamente pelo modelo dos seus ancestrais latinos ou brancos, com a larga cultura das artes com as boas letras; pelo espírito sereno da ordem, sem temor das reações legítimas do Povo contra o despotismo, e pelo constante anelo da Liberdade, ali cultuada e praticada, na sucessão lenta de três regimes políticos: capitania, província e estado, sob o jugo colonial, durante o Império e a República.³⁴³

Muitos intérpretes recuperaram essa ideia da conciliação Liberdade X Ordem, a qual assumiu diversas roupagens ao longo da historiografia da mineiridade. Vale a pena concentrar essa discussão em duas conferências que situam esse tema no centro de suas interpretações: uma de Gilberto Freyre (na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, 1946) e a outra de Afonso Arinos de Melo Franco (em Aula inaugural da UFMG do ano de 1976). Este último analisa a história mineira para demonstrar a “continuidade e atualidade política de Minas”, identificada na “fusão natural entre a aspiração da liberdade e a necessidade da ordem”.³⁴⁴ A formação histórica de Minas Gerais seria caracterizada pela existência de um liberalismo político definido como o processo racional-legal de limitação das liberdades individuais a partir da ordem jurídica do Estado: “A tradição política liberal de Minas consiste nessa inclinação continuada para colocar em termos racionais e não passionais as limitações às liberdades que são necessárias à coexistência social.”³⁴⁵

Para Arinos, o exercício das liberdades individuais em Minas Gerais foi marcado pelo respeito ao sistema jurídico que, na medida em que as limitam, também as preservam. Haveria, segundo o orador, uma tradição política típica de Minas, difundida por toda a população local, a qual concebia a ordem jurídica como a guardiã das suas liberdades. Essa tradição, por sua vez, estaria condizente com o “caráter regional mineiro”, mas em seu discurso também ocorre uma sutil diferenciação entre a elite, que comanda o processo, e a massa, que a acompanha no campo das emoções:

Essa osmose entre as ideias da elite absorvidas pelas leituras e os sentimentos da massa impostos pela formação social peculiar, argamassou esse equilíbrio entre ordem e liberdade que marcou para sempre a personalidade do povo mineiro.³⁴⁶

Àquela altura, o governo Geisel já havia iniciado o processo “lento, gradual e seguro” de abertura política, mas o Brasil ainda vivia sob o regime de ditadura, que, segundo Afonso

³⁴³ SENNA, 1909a, p. 9.

³⁴⁴ MELO FRANCO, 1977, p. 26.

³⁴⁵ MELO FRANCO, 1977, p. 29.

³⁴⁶ MELO FRANCO, 1977, p. 26.

Arinos, significava não a verdadeira Ordem mas apenas a “ausência da desordem”,³⁴⁷ pois não respeitava as liberdades individuais. Naquele momento, a ação política dos “mineiros” tornava-se necessária e estratégica, pois a história regional testemunha a prática de equilíbrio e conciliação entre Ordem e Liberdade. Para tanto, era preciso que os coestadanos, conscientes e fiéis ao seu passado, tomassem a iniciativa no sentido de recuperar e garantir a coexistência entre ambos os princípios. Nesse sentido, o orador apresenta uma síntese da história mineira e traça uma linha de continuidade entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, inventando uma tradição regional que deveria ser reafirmada no presente.

Trinta anos antes, Gilberto Freyre havia desenvolvido uma interpretação muito similar, também definindo a mineiridade como a tradição de conciliar Liberdade e Ordem, tal como foi expressa historicamente no lema dos inconfidentes, de um lado, e na famosa expressão de João Pinheiro, de outro:

“Grave senso da ordem” é urna frase saída de Minas, do mais profundo do ser mineiro, e impregnada da mais pura mineiridade, que o Brasil inteiro conhece. Mas o mesmo poderá dizer-se de palavras diferentes, estas revolucionárias embora escritas em latim quase de igreja, que desde o século XVIII descem das montanhas de Minas sobre todo o Brasil, despertando, avivando, reanimando nos brasileiros, ao lado do desejo de estabilidade, o de liberdade; ao lado da vontade de ordenação da sociedade, a de libertação da pessoa de todas as formas de opressão de sua dignidade e de sua criatividade.³⁴⁸

A tradição mineira, assim caracterizada, precisava ser defendida e reatualizada no presente, visto por Freyre como um momento de expansão das posições políticas extremistas, tanto no contexto internacional – o antagonismo entre liberalismo e socialismo – e no nacional – o embate entre o “comunismo-prestista” e o varguismo. Diante desse quadro de radicalismos e revoluções, o autor conclama seus ouvintes – a maior parte de jovens estudantes – a intervir novamente na política em conformidade com a sua herança histórica, isto é, promover a conciliação entre os extremismos para resguardar o princípio de ordem social e a defesa das liberdades individuais que historicamente distinguiu os mineiros dos seus compatriotas:

Não vejo gente brasileira mais capaz que a de Minas de resolver antes politicamente que policialmente, para o Brasil, problemas hoje tão nosso[s] e já há anos de países tão política e tecnicamente mais adiantados que os da América do Sul, como o da conciliação da liberdade da pessoa com a ordem da sociedade.³⁴⁹

³⁴⁷ MELO FRANCO, 1977, p. 29.

³⁴⁸ FREYRE, 1965 [1946], p. 22.

³⁴⁹ FREYRE, 1965 [1946], p. 23.

A razão de tal capacidade, de acordo com a argumentação de Freyre, reside nos ensinamentos que a história política de Minas oferece aos contemporâneos. Assim como Afonso Arinos, a conferência de Gilberto Freyre apresenta uma síntese dessa história, de modo a ressaltar a tradição de equilíbrio entre Ordem e Liberdade e justificar, assim, a sua permanência como a “missão de Minas” para o Brasil. Mais uma vez, a história aprofundava as características formadoras de uma identidade já definitiva, bem como revelava a tarefa que ela deveria desempenhar no futuro, uma vez que o horizonte de expectativas é colocado em relação de continuidade com o espaço de experiência.

A dialética da Liberdade e Ordem não foi inventada pela historiografia da mineiridade, mas encontrou nela grande ressonância, o que ajudou a consagrá-la no imaginário político regional. Otávio Dulci demonstrou como essa retórica foi utilizada pelas principais lideranças políticas mineiras, como Bernardo de Vasconcellos, marquês do Paraná, Teófilo Otoni, João Pinheiro e Tancredo Neves, e como cada um deles soube construir nessa base o discurso de legitimação de suas próprias ações políticas, em conformidade com os seus respectivos contextos e motivações, bastante variáveis entre si.³⁵⁰ Porém, se Dulci denunciava o viés ideológico dessa construção, os autores essencialistas a concebiam e valorizavam como algo acabado e necessário para a estabilidade e a paz nacional:

Sem essa obra difícil mas essencial de contemporização ou de equilíbrio, da qual o conchavo e o cambalacho é a perversão, não se realizará hoje, no Brasil, nem em nenhum país, senão precariamente, a obra de reconstrução nacional ou de recuperação econômica reclamada pelos extremos de desorganização e de miséria atingidos por nossa gente e por nossa época.³⁵¹

Os intérpretes diferenciavam a conciliação de princípios do conchavo de interesses pessoais, e apenas o primeiro era merecedor de atenção e defesa por parte dos mineiros. Dois pontos precisam ser ressaltados aqui. O primeiro é que, embora falassem em “mineiros”, tanto Afonso Arinos como Gilberto Freyre – como de resto a maior parte dos intérpretes essencialistas – circunscrevem a exemplaridade da história apenas na atuação das grandes lideranças políticas mineiras, como se eles expressassem, pelo discurso e pela ação, os sentimentos e as vontades de toda a sociedade. Entre os exemplos arrolados, destacavam-se os nomes de Bernardo de Vasconcellos, Honório Hermeto, Teófilo Otoni e João Pinheiro, que

³⁵⁰ Cf. DULCI, 1988.

³⁵¹ FREYRE, 1965 [1946], p. 32.

teriam defendido, cada qual à sua maneira, a Ordem e a Liberdade nos momentos em que elas se corrompiam em tirania e/ou anarquia. Não poderíamos discordar de Otávio Dulci, quando afirma que a retórica da conciliação não apenas é adequada aos interesses das elites políticas tradicionais, como também aparece como uma “autoimagem” dessas mesmas elites, que se reconhecem nessa identidade narrativa e nela buscam orientação e legitimidade para as suas ações.³⁵²

Em segundo lugar, o equilíbrio entre princípios, pelo seu alto grau de abstração, traz também a vantagem de poder ser preenchido por um amplo leque de conteúdos semânticos. Na maior parte das narrativas essencialistas, porém, essa combinação adquiriu uma conotação eminentemente conservadora: “Em Minas, reza a ‘mineiridade’, só se rompe a Ordem em nome da própria Ordem.”³⁵³ Foi possível identificar nas nossas fontes algo muito semelhante à apropriação do discurso da mineiridade operado pelo IPES-Novos Inconfidentes estudado por Heloísa Starling: o aspecto libertário era valorizado, mas sempre temperado com a estabilidade da ordem política e social, a qual limitava e conferia legitimidade ao primeiro. A força inovadora, representada pela Liberdade, era contrabalançada – ou “equilibrada” – com o desejo de manutenção do sistema político e social vigente. Assim, o discurso universalizava o projeto de poder das elites sobre o conjunto da população, que deveria se identificar nessa imagem, pois já adequada e exemplarmente representada pelas suas principais lideranças políticas.

Em decorrência, os problemas da grande desigualdade socioeconômica e das inúmeras barreiras de participação política impostas aos setores não dominantes eram simplesmente ignorados para a formatação do equilíbrio. É notável, aliás, como os intérpretes da mineiridade apresentavam uma vocação política dos mineiros forjada desde meados do século XVIII, sem jamais atentar para o fato de que a prerrogativa de participar das Câmaras Municipais, por exemplo, era restrita aos “homens bons”, o que excluía o grosso da população local.³⁵⁴ Porém, essa dificuldade não era entendida como um problema, e em vez de indicar a necessidade de ruptura com esse passado de exclusão, os intérpretes preferiam falar num colaboracionismo pacífico do povo para com os seus governantes. Nesse sentido, para a definição do “ponto de equilíbrio”, bastava a livre atuação daqueles que tradicionalmente exercem o poder, enquanto a massa ignara não precisava sequer ser consultada, já que os seus

³⁵² DULCI, 1984, p. 13.

³⁵³ STARLING, 1986, p. 148.

³⁵⁴ A Independência e a Proclamação da República, apesar de terem introduzido alguns avanços nesse sentido, não representaram uma ruptura com esse quadro, herdado do Antigo Regime português. Cf SANTOS; FERREIRA, 2009, p. 43-64; CARVALHO, 2013.

líderes, dotados de grande capacidade intelectual, moral e política, souberam historicamente expressar os seus desígnios de forma racional, justa e equilibrada.

Assim delineada, a mineiridade dificilmente poderia abrigar a contribuição de grupos e movimentos sociais externos às elites na definição do “ponto de equilíbrio”, através de seus próprios pontos de vista, de forma organizada e autônoma. Fica em aberto a questão de saber se a grande extensão e mobilidade que caracterizam o discurso podem torná-lo capaz de se readaptar para incluir essas demandas, ou se tal inclusão ser-lhe-ia totalmente incompatível, pois restrita ao domínio das elites regionais.

3.2 A síntese nacional

O *tópos* do equilíbrio esteve muitas vezes associado à imagem de Minas Gerais como “síntese” do Brasil e da identidade nacional. Com efeito, uma das características mais marcantes do discurso regionalista mineiro consiste não no realce de suas diferenças com o todo (Brasil), mas na afirmação do seu papel de polo de integração nacional. Embora apresentada como uma identidade distinta e especial, a mineiridade foi representada como polo de articulação das demais regiões do país, e disso decorreria a sua originalidade e importância. Ao contrário de um regionalismo de cunho mais separatista, os intérpretes essencialistas da mineiridade investiram num discurso segundo o qual Minas contém o Brasil e é o seu “coração” e seu “berço”.³⁵⁵ Enquadrada nessa formulação discursiva, a mineiridade não poderia oferecer terreno fértil para discursos isolacionistas ou separatistas: “Não creio que haja um regionalismo mineiro, como há um regionalismo amazônico, nordestino ou guasca. Ou, pelo menos, o seu regionalismo se revestirá de formas que fugirão ao provincialismo estreito.”³⁵⁶

A geografia e a história concorriam para fundamentar essa caracterização. Aliás, a utilização de aspectos geográficos para fundamentar certas afirmações acerca da história e da experiência do tempo é um argumento recorrente no discurso essencialista, como já afirmamos no primeiro capítulo.³⁵⁷ Em sua obra corográfica, Nelson de Senna já apresentava a visão de que Minas Gerais era a “chave da abóbada” do Brasil, tanto em função de suas

³⁵⁵ “O regionalismo mineiro se encontra conectado à simbologia da nacionalidade, a sua expressão não consegue desconhecer a unidade. Por isso, os componentes da mineiridade movimentam-se entre dois polos, por transitarem da identificação particular para a identidade do todo, mesmo sem esgotá-la. Daí as características do regionalismo mineiro serem diferentes das de outros estados.” Cf. ARRUDA, 1990, p. 101-102.

³⁵⁶ LIMA, 1983 [1945], p. 82.

³⁵⁷ Cf. WOODWARD, 2006.

características climáticas e orográficas, como ainda pela sua posição geográfica privilegiada no contexto brasileiro:

Com muito mais razão do que a Pensilvânia, nos Estados Unidos da América do Norte, ele poderia reclamar o apelido de Estado “Chave da abóbada”. Os mais altos chapadões do Brasil erguem ali seus cocurutos, e um dos rios mais caudalosos tem acolá suas nascentes.³⁵⁸

As características espaciais do território mineiro já sugerem a tão decantada “vocação conciliatória” dos seus habitantes. O fato de o Rio São Francisco ter sua nascente em território mineiro foi amplamente explorado para reforçar a imagem de centralidade histórica que Minas desempenhou na formação do Brasil.³⁵⁹ Mais explorada ainda foi a figura retórica da montanha, muitas vezes usada de forma metonímica para se referir   região e seus habitantes – “o povo montanhês”. Foram vários os significados extraídos das “alterosas montanhas” de Minas. Alceu Amoroso Lima, Daniel de Carvalho e Milton Campos se referiam ao “ponto de vista superior” propiciado pela montanha, o que permitia aos “mineiros” enxergarem para além de um regionalismo mais exclusivista e compreenderem melhor as questões nacionais. Além de estarem no centro, os “mineiros” veriam desde um ponto de vista mais elevado, o que lhes favorecia no entendimento dos problemas do conjunto do país:

A posição do Estado de Minas no centro do país, a cavaleiro do litoral e dele separado por barreiras difíceis de transpor, traz-lhe uma situação de isolamento e evidentes desvantagens econ micas. Em compensação, deu-lhe o privilégio de poder conservar uma cultura nascida da fusão de elementos do sul e do norte do país, de que resultou tornar-se o mais brasileiro dos nossos estados. O equilíbrio nas ideias e sentimentos domina o planalto mineiro, de onde se pode divisar com imparcialidade e clareza os problemas nacionais.³⁶⁰

A passagem citada já indica que, ao lado dessa visão privilegiada do país, a figura da montanha também servia para justificar a imagem de Minas como a grande síntese nacional, mais precisamente no sentido de reunir todos os tipos de “brasileiros”. Muitos intérpretes destacavam a “função preservativa” da montanha, pois ela representava uma barreira natural às influências de culturas alheias ao universo luso-brasileiro. Esse foi o principal motivo pelo

³⁵⁸ SENNA, 1926 [1924], v. 2, p. 11.

³⁵⁹ Assim, Diogo de Vasconcellos inicia a sua *História Média de Minas Gerais* destacando a chegada de Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio na foz do Rio São Francisco em 1504, mas liga esse acontecimento com a própria história mineira: “Foi, portanto, este e dos maiores rios da América o primeiro que se inscreveu no inventário da civilização, como também teve por sorte ocupar mais tarde primeira linha de nossa cronologia.” (VASCONCELLOS, 1948 [1918], p. 10)

³⁶⁰ CARVALHO, 1957, p. 29.

qual “esses serranos mantivessem até agora, com relativa pureza, apesar da sua crescente modernização, as tradições da sua antiga sociedade, modelada sob a ação conjugada da influência lusitana e do meio rural”.³⁶¹ Também Oliveira Torres, como já vimos, compreendia a mineiridade como uma “cultura em conserva”, alheia às transformações culturais verificadas nas regiões litorâneas do Brasil, graças ao isolamento propiciado pelas montanhas. Tal situação manteve os mineiros imunes ao “rebuliço geral e conservam a velha organização social nova e saudável como sempre”.³⁶² O conservadorismo mineiro, simbolizado pela montanha, era importante também por preservar as raízes e as tradições da “brasilidade”.

Enquanto um “homem do centro” e ambientado nas montanhas, o mineiro estaria plenamente identificado à sua centralidade geográfica no contexto nacional. A “posição central” de Minas Gerais no Brasil – uma visão que comporta certo etnocentrismo, pois ignora a bacia amazônica – foi outro fator que contribuiu para a construção da sua imagem como polo de equilíbrio e articulação no Brasil, interligando o Norte e o Sul, o litoral e o interior, pelas estradas que vêm de todos os cantos, pelo comércio com as regiões brasileiras, e por abrigar em si todos os elementos formadores do “povo brasileiro”:

Minas é uma encruzilhada, no Brasil. É mesmo a melhor das definições de sua sociabilidade. E o segredo antecipado de sua missão. Nela se cruzam todas as mensagens de nossa gente. Por ela passam todos os caminhos de nossa terra. A ela vêm ter todos os ímpetus contraditórios dos quatro cantos de nossa pátria.³⁶³

Ao conter em si todos os demais tipos de “brasileiros” e condensá-los numa unidade equilibrada e estável, os intérpretes caracterizavam as Minas como o “coração do Brasil”. Desse modo, a definição do particular não escapa da inserção no todo, na medida em que a mineiridade adquiriria a sua individualidade justamente ao estabelecer uma homogeneidade na integração de suas origens variadas, gerando uma síntese pioneira e singular do “homem brasileiro”:

À medida que se verificava a fusão das raças e das culturas no cadinho do novo *environment*, o aglomerado adquiria consistência e homogeneidade, dele emergindo uma individualidade capaz, por sua vez, de influir, como de fato influiu, não só na história do Brasil como na história universal.³⁶⁴

³⁶¹ OLIVEIRA VIANNA, 1943 [1921], p. 51.

³⁶² OLIVEIRA TORRES, 2011 [1944], p. 60.

³⁶³ LIMA, 1983 [1945], p. 60-61.

³⁶⁴ CARVALHO, 1957, p. 8.

A ideia de síntese nacional traz em seu bojo a visão de Minas Gerais como berço da própria nacionalidade, por haver contrabalançado as forças centrífugas desde a colônia. A originalidade de Minas era indissociável da sua inserção no conjunto. Em *Tradições mineiras*, Nelson de Senna apresentou um panorama da história regional, ressaltando a sua especificidade sobretudo no seu papel histórico de centro coordenador e integrador do Brasil:

Mas o que com justiça se pode afirmar é que há um feitio original e inconfundível nesse formoso pedaço do Brasil, nessa terra de Minas Gerais, que geograficamente é o centro do país, e etnograficamente é o seio dos mais conservados e acentuados costumes do Povo Brasileiro; de tal sorte que de Minas se pode dizer: ali está o cerne da Pátria, ali é o coração da República”.³⁶⁵

Outro intérprete que ressaltou essa visão foi Sylvio de Vasconcellos, que compreendia as Minas como o polo articulador do país, pois a descoberta do ouro “contrabalançou as forças de dispersão: de certo modo, deu ao Brasil colonial seu centro de gravidade. Nas Minas se condensa a tipologia nacional de todos os quadrantes, sem prevalências ou hipertrofias”.³⁶⁶ Esse autor destacava ainda a existência de um intenso comércio interno articulado pelas Minas, que teria promovido, pela primeira vez, um sentimento de nacionalidade na colônia. Mais à frente, o autor retoma essa ideia asseverando que a cultura gestada em Minas foi a primeira genuinamente nacional, e isso em pleno século XVIII, por assimilar e sintetizar as principais forças formadoras do “povo brasileiro”:

As Minas se fazem o encontro da civilização pátria, antes dependente do tangenciamento atlântico. Nelas se dão as mãos o norte e o sul, o leste e o oeste. (...) As Minas não só relacionam como promovem a somatória das características nacionais, traduzindo-as em esquemas simples, escoimados de superficialidades. Cria, assim, a autenticidade brasileira.³⁶⁷

Numa linha muito semelhante, Afonso Arinos assinalava o “caráter exclusivamente brasileiro da formação mineira”,³⁶⁸ o que justificaria a sua tarefa de conter e conservar a identidade nacional. Também afirmava que a ideia de um Estado brasileiro surgiu primeiramente em Minas, com a Inconfidência. Era justamente dessa caracterização que adviria uma segunda tarefa de Minas para o Brasil: a de desempenhar um papel preponderante na política nacional:

³⁶⁵ SENNA, 1909a, p. 21-22.

³⁶⁶ VASCONCELLOS, 1968, p. 49.

³⁶⁷ VASCONCELLOS, 1968, p. 101-102.

³⁶⁸ MELO FRANCO, 1977, p.16.

Minas Gerais é o único polo histórico do Brasil cuja formação, tardia e dominadora, teve características privativamente brasileiras. Com efeito, até meados do século XVIII, quando a personalidade histórica e sociológica de Minas encontrava-se perfeitamente definida, os únicos elementos que se combinaram e fundiram nesse processo foram os índios da terra (principalmente os carijós), os negros escravos, os imigrantes portugueses e os brasileiros vindos de todos os quadrantes da América lusa.³⁶⁹

Em suma, o “mineiro” seria um resumo do “ser brasileiro” por conter todos os seus elementos prefigurados. A história brasileira aparece aí como desdobramento da formação da mineiridade, pois esta seria a sua primeira grande realização e expressão, além de ser o berço da Inconfidência, que, por sua vez, “foi uma amostra de como já começara a aparecer o povo brasileiro em Minas”.³⁷⁰ Essa interpretação comporta claramente uma leitura anacrônica da história colonial, por considerar os habitantes das demais regiões que vieram às Minas como “brasileiros” em pleno alvorecer do século XVIII. Tal anacronismo, no entanto, não parecia comprometer, do ponto de vista dos intérpretes essencialistas, essa imagem de Minas como centro articulador do país e berço da identidade nacional.

Enquanto síntese do Brasil, a mineiridade emerge ligada ao destino inelutável de preservar a unidade nacional. Ao mesmo tempo, a definição do “caráter mineiro” como uma fusão equilibrada e estável dos elementos formadores do “brasileiro” era apresentada como protótipo da própria nacionalidade, também marcada por fortes disparidades internas. Nesse sentido, “a uma produção cultural como a brasileira, que se seduz pela procura da identidade, Minas apresenta resposta acabada”.³⁷¹ A “voz da montanha” de que falava Amoroso Lima deveria servir como modelo para o equilíbrio e a integração das diferentes vozes do Brasil, como vimos no capítulo anterior. Paralelamente, a afirmação do “ser mineiro” era inseparável da condição de “ser brasileiro”, como nas palavras eloquentes de Nelson de Senna: “Eu ponho o Brasil unido e forte acima do mesmo espírito de uma Pátria retalhada em pequenas pátrias regionais.”³⁷² Isso era reforçado pela interpretação de certos acontecimentos da história mineira como antecipações da história nacional. Sylvio de Vasconcellos, por exemplo, via na Inconfidência o anúncio precoce da libertação nacional, e ainda situava em relação de continuidade os projetos de Belo Horizonte e Brasília.

³⁶⁹ MELO FRANCO, 1977, p. 16-17.

³⁷⁰ OLIVEIRA TORRES, 2011 [1944], p. 144.

³⁷¹ ARRUDA, 1990, p. 104.

³⁷² SENNA, 1909a, p. 20.

A tradução política dessa construção seria, então, o papel preponderante que Minas Gerais – ou melhor, as suas elites – deveria exercer na política nacional, visão corroborada pelo *tópos* do equilíbrio mineiro. Dito de outro modo, “das características especiais dos mineiros passa-se, nesse trabalho, para as elucubrações sobre o papel dos políticos montanheseiros na sociedade brasileira”.³⁷³ A imagem de eixo central, articulada à ideia da conciliação, resultava na atribuição aos mineiros de uma missão especial: conciliar a diversidade interna para manter a unidade nacional, promovendo a integração do seu território e das diferentes culturas que nele habitam, sempre a partir da conciliação entre Liberdade e Ordem.

Percebe-se, assim, como a imagem de centro geográfico coaduna-se com a de centrismo moral e político. Nesse sentido, a política de conciliação aparecia como um resultado lógico de tais peculiaridades geográficas e históricas:

Dessa condição de centro geográfico é natural que decorram muitas consequências, não apenas de ordem física e econômica, mas também de ordem humana e política. O centro é, por definição, ponto de convergência e nucleação, dando a ideia de síntese, de dureza e de estabilidade.³⁷⁴

Essa citação é bastante significativa não apenas por explicitar a conjugação entre espaço e história no discurso da mineiridade, como ainda por indicar o tom marcadamente conservador dessa relação. A ideia de estabilidade foi continuamente reforçada pelas narrativas aqui pesquisadas, como também nos discursos políticos que dela lançaram mão. A imagem do “centro” era a referência sobre a qual grande parte dos intérpretes construía suas caracterizações sobre o “caráter mineiro”. Em termos políticos, isso significava a recusa das mudanças mais profundas que pudessem comprometer a ordem tradicional. Assim, a importância do “centrismo mineiro” residiria não apenas na integração das diversas regiões brasileiras, como também na feição conservadora que ela assumia: o respeito à hierarquia social e à ordem legal para a vivência das liberdades individuais:

No Brasil, sabe o mineiro melhor do que ninguém que as ortodoxias simplesmente políticas, sociais ou ideológicas mudam, como Pascal há tanto tempo observara, de um lado para outro das montanhas, de um fim para um começo de século, sendo sempre sábio ou prudente admitir-se a possibilidade de conciliação em sínteses das mais rígidas divergências de sistema ou de doutrina.³⁷⁵

³⁷³ ARRUDA, 1990, p. 92.

³⁷⁴ CAMPOS, 1957, p. 228.

³⁷⁵ FREYRE, 1965 [1946], p. 26.

Nessa configuração, a mineiridade tinha como seu contrário não as demais identidades regionais brasileiras, mas sim o espírito de “radicalismo” na política. Essa categoria canalizava os elementos estranhos à “verdadeira Minas”, e pela sua própria natureza vaga e indefinida, poderia incluir diversos sujeitos e movimentos políticos que se contrapusessem à ordem instituída.

Já vimos como Diogo de Vasconcellos situava as revoltas e motins na Minas colonial como acontecimentos extravagantes, alheios à tradição ordeira e pacífica que, para ele, caracterizava a identidade regional. Numa linha totalmente oposta, Heloísa Starling mostrou como as lideranças reunidas no IPES-Novos Inconfidentes lançaram mão dessa retórica “antirradical” para mobilizar os seus militantes contra o crescimento das esquerdas e a maior politização da sociedade mineira e brasileira, fatores incompatíveis com a “verdadeira mineiridade” que diziam defender. Embora operando a partir de perspectivas opostas – o primeiro pela preocupação em construir uma memória oficial, e a segunda pela crítica a essa memória –, ambos os autores destacam o peso que o “senso grave da ordem” exerceu na formação da identidade regional – “essencializada” ou construída ideologicamente –, muitas vezes se sobrepondo ao apelo libertário, principalmente quando se tratava de questionar e transformar a ordem já constituída.

Nesse ponto, as temáticas do equilíbrio e da síntese nacional convergiam num terceiro *tópos* fundamental do discurso da mineiridade: a ideia do “mineiro” como alguém vocacionado para a vida política.

3.3 A vocação para a política

Outro argumento frequentemente utilizado pelos intérpretes para a explicação da inclinação do mineiro para a política era a forte presença da máquina do Estado colonial em Minas desde os primeiros anos de sua colonização, algo que também distinguia a história regional das demais e que teria exercido grande influência na formação de um *ethos* particular do “povo montanhês”. Segundo Oliveira Torres,

as necessidades da fiscalização, a vida urbana e a concentração dos habitantes das Minas numa área relativamente pequena (do alto de qualquer montanha avistamos sempre uma boa dúzia de povoados e cidades) puseram sempre o mineiro ao alcance

da força do Estado. Além disso, a urbanização fez nascer o município e temos o nosso “*homo aurífero*” colaborando com o governo.³⁷⁶

Ainda segundo esse autor, se os primeiros tempos da história de Minas foram marcados pelo caos, fome e anarquia, após o governo de Assumar, houve a consolidação da administração colonial, o que possibilitou a convivência pacífica entre paulistas e emboabas. E assim, os mineiros aprenderam desde cedo o papel e a necessidade do Estado para garantir a ordem e a paz social. E se esse processo foi feito por meio da guerra, com os canhões e os dragões de Assumar, ele só logrou sucesso graças à atitude de contribuição dos próprios mineiros:

Mas não houve somente opressão: os mineiros colaboraram e muitas vezes mantinham boas relações com os ministros reais. Como bons burgueses que sempre foram, armaram à sua custa as tropas de ordenanças, nas quais foram oficiais. Além disso, acabaram entrando para as tropas del-Rei: o Tiradentes não era alferes?³⁷⁷

Numa linha próxima de Diogo de Vasconcellos, Oliveira Torres privilegiava a ação histórica a favor da construção da ordem estatal em Minas Gerais. A consequência disso, assinala o autor, só poderia ser o desenvolvimento de uma vocação para a atividade política: “Com essa interpenetração da política em todas as dobras da vida, com essa presença constante do Estado (...) nada mais natural que os mineiros fizessem política.”³⁷⁸ A expressão mais típica dessa vocação seria o que o autor denomina “municipalismo”, mais intenso e generalizado que nas demais regiões brasileiras. Em sua visão, as câmaras municipais foram importantes mecanismos “democráticos” de participação política, o que era evidenciado nas lutas que empreenderam contra governantes afoitos que não aplicavam com exatidão as leis vindas do reino. Vale notar como, nessa construção, o “respeito à ordem” continua resguardado, mesmo nos casos de disputas e conflitos políticos. Assim, o municipalismo teria originado um forte espírito de compreensão da coisa pública e influenciou a forma de fazer política em Minas: “O mineiro sempre acreditou no poder do Estado, sempre o tomou como coisa útil e benéfica, interessa-se por ele, exigindo, porém, o seu uso certo e de acordo com as finalidades supremas.”³⁷⁹

Essa presença marcante do Estado também estaria na base da desconfiança do mineiro. Segundo Daniel de Carvalho, essa índole desconfiada poderia ser explicada por dois fatores:

³⁷⁶ OLIVEIRA TORRES, 2011 [1944], p. 116.

³⁷⁷ OLIVEIRA TORRES, 2011 [1944], p. 124.

³⁷⁸ OLIVEIRA TORRES, 2011 [1944], p. 125.

³⁷⁹ OLIVEIRA TORRES, 2011 [1944], p. 206.

por um lado, a “herança racial” indígena – que o autor entendia ser de grande relevância para a formação da população local –; por outro, a relação precoce e peculiar com o Estado colonial e sua burocracia. A fiscalização ostensiva do Erário Real, que chegou até ao confisco de bens e premiação dos delatores, foram elementos que fortaleceram o complexo de desconfiança em Minas. A constância das revoltas contra os abusos da Coroa, e os seus respectivos fracassos em romper com tal opressão fiscal, reforçariam ainda mais o fundo suspeito no mineiro: “Esse conjunto de vexames e afrontas havia necessariamente de robustecer nos mineiros o complexo de desconfiança.”³⁸⁰

Sem negar essa presença marcante do Estado na formação da mineiridade, Sylvio de Vasconcellos operava numa perspectiva diametralmente oposta, ao definir as Minas como essencialmente “rebeldes, populistas e democráticas”.³⁸¹ A insubmissão ao domínio metropolitano foi a marca histórica dos “mineiros”, pois estes sempre prezaram a autossuficiência. Para o autor, a vocação política estaria não na participação/contribuição para com o Estado colonial, mas exatamente na constante contraposição e enfrentamento a essa dominação. A constância das revoltas atestaria “o estado de espírito local e a aspiração de liberdade e independência jamais ausente dos ideais da população”.³⁸²

A Revolta de Felipe dos Santos e a Inconfidência seriam, então, os grandes momentos de afirmação da mineiridade e da própria identidade nacional. No entanto, vale lembrar que para o autor de *Mineiridade* essa insubmissão não se colocava em contradição com a harmonia social interna, representada na convivência pacífica e mesmo igualitária entre todos os setores sociais. Voltaremos a discutir esse ponto mais adiante.

Outro elemento importante do tema da vocação política é a figura tão propalada da “tradicional família mineira”, presente em muitas interpretações da mineiridade. Antes, é importante ter em mente que o domínio de algumas famílias na política estatal é um fenômeno verificado em toda a história do Brasil, e em Minas não foi diferente. Isso é um sinal da fragilidade das instituições políticas brasileiras, onde não há uma clara separação entre o público e o privado, predominando um sistema patrimonialista de poder.³⁸³ O estudo de Cid Rebelo Horta sobre as “famílias governamentais” de Minas Gerais, apresentado no Segundo Seminário de Estudos Mineiros, em 1957, já chamava a atenção para o protagonismo de “uma verdadeira cadeia de círculos familiares, ou parentelas, cujos membros ora se sucedem nas

³⁸⁰ CARVALHO, 1957, p. 16.

³⁸¹ VASCONCELLOS, 1968, p. 21.

³⁸² VASCONCELLOS, 1968, p. 24.

³⁸³ CF. HOLANDA, 2007; FAORO, 2007.

tarefas de chefia política local e regional, ora se alternam. É a constelação governamental de Minas Gerais”.³⁸⁴

Ângela de Castro Gomes retomou essa tese em trabalho mais recente para analisar a trajetória da família Pinheiro como exemplo característico do peso que o sobrenome exerceu historicamente no campo da política, algo não exclusivo, mas particularmente ressaltado no caso mineiro:

A história política de Minas é, num largo sentido, a história de suas grandes famílias e de suas parentelas, que se sucediam e se alternavam através do tempo nas tarefas de chefia política. O sentimento de “orgulho da linhagem” e de “interesse da família” eram marcas fortes do tipo de solidariedade que fundava a autoridade nessa província.³⁸⁵

A historiografia da mineiridade também assinalava o predomínio da família tradicional na política local, embora raramente no sentido de fazer críticas a esse quadro de dominação patriarcal e patrimonialista – com exceção dos autores não essencialistas, como vimos no capítulo anterior. Um texto que contribuiu para a fixação da “tradicional família mineira” no imaginário foi *Minas do lume e do pão*, de Oliveira Vianna, para quem o principal traço distintivo da “alma mineira” seria o apego ao lar e a obediência aos ditames da família patriarcal. Segundo o autor, as relações sociais vivenciadas em Minas tinham como centro fundamental o núcleo familiar patriarcal: “Todas as particularidades que pude observar, como características da gente de Minas, têm a sua explicação primária neste irreduzível exclusivismo familiar do mineiro.”³⁸⁶

Tal centralidade da família tradicional teria como contrapartida o retraimento da dimensão pública da vida em Minas, algo reiterado diversas vezes ao longo do texto de Oliveira Vianna. Os mineiros, de acordo com o autor, não frequentavam os jardins e praças das cidades, e as multidões eram surpreendentemente silenciosas, como se estivessem na nave de uma Igreja. Em Belo Horizonte, “cidade moderníssima”, as ruas reclamavam transeuntes, já que a população se fechava nos espaços privados do lar. Correlativamente, a dimensão pública da vida – entre as quais o exercício da política – seria bastante reduzida, não por uma exclusão imposta desde cima, mas pelo próprio temperamento recluso do mineiro. Não se trata, aqui, de exigir do autor que escrevesse aquilo que não via nem poderia ver, já que a Primeira República não abria muito espaço para os direitos políticos nem trouxe expansão

³⁸⁴ HORTA, 1957, p. 59.

³⁸⁵ GOMES, 2005, p. 80.

³⁸⁶ OLIVEIRA VIANNA, 1943 [19421], p. 34.

significativa da cidadania no Brasil.³⁸⁷ Entretanto, é preciso assinalar que esse quadro não era visto por Oliveira Vianna de modo crítico, ou como algo a ser lamentado, mas sim como um ensinamento de Minas Gerais que deveria ser seguido por todos os brasileiros.

Essas mesmas considerações podem ser feitas em relação ao texto de Miran Latif. Se, por um lado, o autor caracteriza a política como uma inclinação do “espírito de Minas” (“embora isolado nas montanhas, há muito que esse homem faz política”³⁸⁸), ela está situada em função do predomínio da família patriarcal: “O núcleo patriarcal se fortifica. Formam-se clãs poderosos. Se alguém, ao pretender qualquer coisa, se apresenta como parente, vem munido da melhor das recomendações.”³⁸⁹ Esse quadro, porém, não era descrito pelo autor em tom crítico ou reprobatório; antes, estaria condizente com a própria “tradição liberal” da política mineira, liderada por filhos e chefes das famílias abastadas que estudavam na Europa e retornavam com novas ideias antagônicas ao absolutismo português.³⁹⁰

Percebe-se, assim, como a vocação dos mineiros para a política de fato não era de todos. Embora falassem em “povo mineiro”, “alma mineira” e outros termos correlatos, os intérpretes evidenciavam uma visão elitista da história ao tomar como exemplos apenas as lideranças políticas regionais, como se elas fossem a representação autêntica de todo o conjunto da população.

Também nesse sentido, a vocação para a política encontra-se reduzida apenas àqueles de condição social superior, majoritariamente os chefes e membros principais das “famílias governamentais de Minas Gerais”, na feliz expressão de Cid Rebelo Horta. Por outro lado, como também já assinalamos, a participação popular nas decisões políticas era visto como algo que já existia em Minas, ignorando o quadro de grande exclusão, e quase nunca era defendida pelos intérpretes como um ideal a ser ampliado ou conquistado no futuro. Nunca é demais lembrar que a Inconfidência Mineira, erigida como o grande momento de afirmação da identidade regional, foi sobretudo um movimento das elites locais.

É importante ressaltar que a “vocação para a política” faz referência exclusivamente à política de Estado, “oficial”. Ela era localizada pelos intérpretes na participação histórica de políticos mineiros no processo de formação e consolidação do Estado nacional brasileiro, isso incluindo as suas “origens” durante o período colonial. Mas essa vocação também era, por vezes, reforçada pela ideia de que a população “comum”, a massa de trabalhadores, também compreendia a necessidade do Estado e sempre colaborou com os governos. A questão da

³⁸⁷ Cf. CARVALHO, 2013.

³⁸⁸ LATIF, 1960 [1936], p. 199.

³⁸⁹ LATIF, 1960 [1936], p. 198-199.

³⁹⁰ Cf. LATIF, 1960 [1936], p. 199-201.

grande exclusão desses setores populares na política regional/nacional não era visto como um problema a ser superado, mas antes como um entendimento tácito entre os próprios mineiros, algo positivo e que merecia ser preservado pelos contemporâneos. Nada de rupturas “radicais” que pudessem alterar esse quadro, pois isso poderia inclusive comprometer o equilíbrio entre Ordem e Liberdade.

Se contrapusermos essa visão restrita de política a uma concepção mais ampla, a qual prioriza o processo de construção e expansão dos direitos e da cidadania, notaremos que essa caracterização quase nada diz respeito aos setores não dominantes da sociedade mineira. A massa trabalhadora, os escravos e os “desclassificados” ficavam excluídos dessa caracterização, na medida em que a face política da vida societária não os comportava. O discurso predominante resultava, assim, não na convocação desses setores sociais para participarem das decisões no âmbito do Estado, mas antes na legitimação das elites já constituídas.

Nesse sentido, se resolvêssemos assumir o discurso essencialista, teríamos que acrescentar, ao lado do “senso grave da ordem” e da “liberdade ainda que tardia”, uma terceira frase famosa de um político mineiro (Antônio Carlos) – “ façamos a revolução antes que o povo a faça” –, como também uma “frase saída de Minas, do mais profundo do ser mineiro”.³⁹¹ Porém, ela não adquiriu a mesma relevância nos textos pesquisados, talvez por conter o “inconveniente” de explicitar a face obscura da prática da conciliação: a acomodação de interesses pessoais em prejuízo do conjunto da sociedade, apartada das decisões políticas.

Nesse ponto, vale transcrever uma passagem longa, mas bastante elucidativa da conferência do ex-governador Milton Campos no Segundo Seminário de Estudos Mineiros (1957), que demonstra como essa ideia não estava de todo afastada do discurso essencialista-tradicional da mineiridade:

O povo, por mais que se lhe diga que é a fonte do poder, não se interessa por exercê-lo. Entrega-se, confiante, a líderes que o exploram e traem e que, ainda quando o representem pelas aferições imperfeitas de sua vontade, não o sentem no âmago de suas aspirações e apenas o afagam na superfície enganosa de seus equívocos. De qualquer forma, porém, Minas continuou, na [Primeira] República, a ser uma força de equilíbrio, entre o “senso grave da ordem” que acentuava o positivismo da grande mensagem de João Pinheiro e o apelo à revolução das elites para contornar a revolução do povo, com que advertia os responsáveis a intuição brilhante de Antônio Carlos.³⁹²

³⁹¹ FREYRE, 1965 [1946], p. 22.

³⁹² CAMPOS, 1957, p. 237.

À primeira vista, poderia parecer que esta citação contém uma flagrante contradição: como pode o ex-governador denunciar as distorções entre o povo e seus governantes e, ao mesmo tempo, dar legitimidade à “intuição brilhante de Antônio Carlos”, dignos de uma autêntica “raposa política”?

Entretanto, é importante ter em mente que o discurso essencialista-tradicional da mineiridade assumiu uma feição eminentemente conservadora, na medida em que preconiza a manutenção da ordem e rejeitava as rupturas e revoluções como processos importantes para uma expansão dos direitos e da cidadania. Nesse sentido, a atitude dos políticos locais é positiva, porque a revolução das elites visa estabelecer o caminho da Ordem e do Direito, contra o “radicalismo” e o “irracionalismo” dos movimentos populares. A participação popular na política aparece aí como possível ameaça à Ordem, esta considerada como um valor em si mesma e inquestionável. Assim, fica explícito que a vocação para a política de fato não era do “mineiro”, mas apenas de *alguns mineiros*, quais sejam, os representantes mais “ilustres” das elites políticas regionais.

O elemento da insubmissão poderia concorrer aqui para uma caracterização alternativa. Porém, ele era valorizado apenas na medida em que se contrapunha ao domínio colonial (Nelson de Senna e Sylvio de Vasconcellos) ou como defesa da Ordem e/ou da Liberdade (Gilberto Freyre e Afonso Arinos). Em contrapartida, no âmbito interno da mineiridade, reinaria a harmonia e a igualdade social, a ausência de disparidades econômicas e a proximidade entre os diversos setores, o que seria bom para todos, incluindo os escravos, que seriam mais bem tratados aqui do que nas demais regiões brasileiras. Trata-se certamente de um cenário idílico e totalmente distante da realidade, mas não de uma construção neutra, pois ela ajuda a justificar e consolidar a ordem interna, como se tudo estivesse no seu “devido lugar”.

Não é de se estranhar que Sylvio de Vasconcellos, o intérprete que mais ressaltou a marca da insubmissão e rebeldia da mineiridade, ao mesmo tempo asseverava que a unidade nas Minas “estrutura democraticamente os estratos sociais”, e esse quadro de igualdade “não se perturba nas Minas nem mesmo nas ‘favelas’, pois são no geral tão bem construídas que mal se distinguem das residências genéricas que delas se aproximam”.³⁹³ Ainda que valorizada, a insubmissão mineira jamais se colocava como um fator de ruptura da ordem social vigente e que tivesse como sujeito ativo e independente os setores extraelite. Os conflitos e as divisões sociais ficavam assim escamoteados, em função de uma imagem

³⁹³ VASCONCELLOS, 1968, p.167.

unificada, e a força dessa unidade – abstratamente ordenada, embora utilizando argumentos retirados da história regional – tornava possível a universalização de um projeto regional, apresentada como a “missão de Minas para o Brasil”.

Mais uma vez, reencontramos as posições críticas dos intérpretes não essencialistas que ressaltaram a natureza ideológica da mineiridade. Feita a ressalva de que esse fenômeno não se reduz apenas ao sentido político, gostaríamos de novamente registrar a importância desses trabalhos para uma apropriação crítica da formulação essencialista-tradicional, que ainda hoje se faz presente em vários discursos políticos e ensaios de interpretação histórica da mineiridade. Em outras palavras, a compreensão da identidade regional como construção ideológica abre a possibilidade de posicionar-se reflexivamente frente a certas apropriações que tentam, sempre com alguma eficácia, dirimir a existência e a importância histórica do conflito social como instrumento de conquista de direitos e extensão da cidadania.

3.4 Tradição e modernidade

Conforme afirmamos no primeiro capítulo, o processo de construção das identidades tem como um de seus suportes principais as narrativas históricas sobre um grupo cultural. Segundo Paul Ricoeur, as identidades (individuais e coletivas) são configuradas em função da maneira como as narrativas articulam sentidos à experiência humana do tempo.³⁹⁴ Essas considerações estiveram no horizonte de análise de toda essa pesquisa, e cabem agora algumas palavras complementares sobre o modo como a historiografia da mineiridade organizou e conferiu significados aos “tempos de Minas”.

Também já assinalamos que a maior parte dos intérpretes da mineiridade representaram a história regional a partir da cisão entre dois níveis temporais. O primeiro corresponde *grosso modo* às Minas setecentistas, o período minerador, seu surgimento, auge e declínio. O segundo nível seria a fase de ruralização da economia e da sociedade mineira, geralmente localizado no século XIX. Esses dois níveis foram preenchidos por diversos conteúdos semânticos, às vezes até conflitantes e opostos entre si; mesmo assim, essa dissociação entre os dois níveis encontra-se na base da maior parte da historiografia da mineiridade. Naturalmente, essa divisão do tempo histórico mineiro é passível de contestação,

³⁹⁴ Cf. RICOEUR, 2010.

como, aliás, já foi feita por muitos historiadores, principalmente pelo seu caráter demasiado reducionista da história regional.³⁹⁵

O século XVIII foi descrito literalmente como o “século do ouro” em Minas. Não só pela atividade mineradora, mas também por ser o período de formação e afirmação da “civilização mineira”, diferenciada do contexto luso-brasileiro por apresentar uma rede urbana significativa, ter desenvolvido um comércio importante com as demais regiões e também pelo maior controle do Estado para garantir a ordem colonial e o pagamento de impostos. Dessas considerações, os intérpretes procuravam extrair argumentos para explicar a “mentalidade das Minas”. Latif, por exemplo, entendia que essa dinâmica histórica resultou no dualismo entre Quixote e Sancho Pança que definira o “espírito das Minas”. Por sua vez, Oliveira Torres via nessa história a explicação para a vocação para a política, como já demonstramos anteriormente. Também já assinalamos que Sylvio de Vasconcellos enfatizava o espírito rebelde e libertário em função das características do próprio empreendimento minerador: dinamismo, volatilidade, autossuficiência, autonomismo e maior proximidade entre senhores e escravos.

Ao contrário do segundo nível, representado de modo uniforme e sem comportar variações significativas, essa primeira faixa temporal da historiografia da mineiridade incluía um grande número de eventos históricos, responsáveis por um ritmo acelerado da experiência temporal. Os primeiros anos seriam marcados pela grande instabilidade social, causada pela migração em massa de povos de diversas origens, as guerras entre paulistas e emboabas e a fome generalizada que impedia qualquer forma de vida social – a *auri sacra fames*. A revoada de imigrantes em busca de riqueza fácil levou a uma grande carestia de alimentos, agravada pela indisposição dos aventureiros em plantar roças para o consumo local. Não havia ambiente para a formação de famílias, tampouco de uma sociedade organizada. Foi sob essa necessidade que, após a Guerra dos Emboabas, teria surgido “a primeira condensação das atividades esparsas. Trocam-se as possibilidades tentadoras que isoladamente cada um ambiciona pela maior segurança da vida coletiva”.³⁹⁶ Oliveira Torres utilizava uma explicação semelhante para descrever a transição do caos para a ordem em Minas:

Cronologicamente, houve no princípio uma fase caótica, de “promiscuidade primitiva”. Depois, com a estabilização da vida e a ação de presença de personagens de corte, funcionários, magistrados e outras pessoas civilizadas, verificou-se um começo de urbanização das relações sociais.³⁹⁷

³⁹⁵ Cf. GRAÇA FILHO, 2002; MENESES, 2000; MORAIS, 2004.

³⁹⁶ LATIF, 1960 [1936], p. 92-93.

³⁹⁷ OLIVEIRA TORRES, 2011 [1944], p. 161.

De forma gradativa mas bastante acelerada, esse quadro histórico foi superado pelo trabalho constante nas minas, o qual gerou uma maior estabilidade social, proporcionada pela vida sedentária e precocemente urbana, bem como pela consolidação da administração colonial, o florescimento das irmandades religiosas e a expansão do trabalho escravo na região. Diogo de Vasconcellos ressaltou nas suas *Histórias...* as ações de grandes homens como Antônio de Albuquerque e o conde de Assumar, o primeiro por iniciar a pacificação e estabelecer as primeiras vilas da região mineradora, e o segundo por consolidar e completar a implantação da ordem colonial que tornou possível a formação da “civilização mineira”.

O avanço do empreendimento minerador também teria sido decisivo. De acordo com Oliveira Torres e Miran Latif, na medida em que os trabalhos subiam pelos morros, nas grupiarias (aluviões de meia encosta) e nas “catas altas”, a população também começava a se estabilizar, abandonando a vida errante dos primeiros tempos. O primeiro falava em “latifúndio em profundidade”³⁹⁸ para se referir às minas de ouro, as quais resultavam numa sociedade escravocrata mas organizada em concentrações urbanas, o que a tornaria única no Brasil. Para Latif, o ouro não apenas provia riquezas como também permitiu a fixação do homem na terra e, assim,

esboçam-se as primeiras sociedades e a justiça civil começa a se firmar. Criam-se novas comarcas (...) e constituem-se as primeiras famílias regulares. Melhora a feição da vida, até então largada no concubinato com índias, mulatas ou negras escravas, degradação que a cachaça – destilada em alambiques clandestinos – não faz esquecer.³⁹⁹

Num curto período de tempo, teria surgido na região uma sociedade organizada, homogênea e regida por uma administração centralizada. Para Sylvio de Vasconcellos, a obra de implantação da “civilização do ouro” foi um processo tão rápido que não encontra paralelo na história universal: “Nenhum povo, no curto espaço de um século, sintetizado em sua segunda metade, perturbado de distúrbios e alterações profundas em seus usos e costumes, produziu jamais obra de tamanha significação.”⁴⁰⁰ Em alguns casos, essa representação do tempo acelerado encontrava-se na base de uma visão racista da história. Vale lembrar a metáfora de Diogo de Vasconcellos – “os povos nascentes, também como crianças, não diferem entre si. As Minas, porém, não tiveram infância. Nascera[m], como a deusa de

³⁹⁸ OLIVEIRA TORRES, 2011 [1944], p. 94.

³⁹⁹ LATIF, 1960 [1936], p. 97-98.

⁴⁰⁰ VASCONCELLOS, 1968, p. 155-156.

Atenas, já feitas e armadas”⁴⁰¹ –, para representar a formação da sociedade mineira, que, já nas suas origens, encontrava-se num estágio evolutivo superior à “barbárie”, em que se encontravam índios e negros.

Os traços fundamentais dessa “civilização” nascente seriam: o predomínio da atividade mineradora; a formação de uma rede urbana articulada à zona rural; maior igualdade e mobilidade social; grande importância do comércio na economia; forte presença da máquina estatal e sucessivas resistências contra o fisco – seja através de revoltas, seja por meio das câmaras municipais. Ademais, a historiografia da mineiridade glorificava a produção artística e intelectual local, sobretudo a arte barroca, como expressão típica e original da cultura regional, na arquitetura, na música, escultura, pintura, literatura e religiosidade. Para Miran Latif, tratava-se de “um surto artístico mais brasileiro, um barroco já regional. A vida nas Minas já não corre tão atropelada, e há quem se detenha a engenho uma inovação no projeto das igrejas”.⁴⁰²

Oliveira Torres dedicou um capítulo de seu ensaio para destacar o papel que as ordens terceiras e irmandades religiosas desempenharam na formação católica do povo mineiro. Foi por obra de leigos, e pela união das diferentes “raças” presentes na região, que se construíram as suntuosas igrejas de Minas. Além disso, o autor considerava o fator de ascensão social propiciado por essas associações religiosas, as quais “criaram ao Aleijadinho e a Manuel da Costa Ataíde a situação material necessária para o desabrochar de seu gênio.”⁴⁰³

Sylvio de Vasconcellos também via no barroco mineiro uma cultura plenamente original e distinta do barroco europeu, por se caracterizar como uma “expressão popular, democrática e liberal. Sob muitos aspectos, antiabsolutista, antiautocrática”.⁴⁰⁴ Esse mesmo autor traçou elos de continuidade entre o barroco setecentista e diversas manifestações culturais subsequentes, como a prosa de Machado de Assis, a arquitetura de Oscar Niemeyer, e até mesmo o sucesso das ideias positivistas no Brasil.⁴⁰⁵

Com o declínio da mineração, e sobretudo após a derrota da Conjuração de 1789, a história de Minas passaria para um segundo nível de temporalidade. O esgotamento das minas de ouro teria forçado um processo acentuado de ruralização da sociedade mineira. A atividade

⁴⁰¹ VASCONCELLOS, 1974 [1904] v. 1, p. 129.

⁴⁰² LATIF, 1960 [1936], p. 137.

⁴⁰³ OLIVEIRA TORRES, 2011 [1944], p.149.

⁴⁰⁴ VASCONCELLOS, 1968, p. 139.

⁴⁰⁵ “O positivismo adota, em sua essência, a lógica, o pensamento limpo, as proposições claras, esquemáticas, equivalentes àquelas que servem o barroco mineiro e o tipo de cultura que o produziu. Não é criação nacional como também não são o barroco e o rococó. Todavia, adquirem no Brasil características e importância que os peculiarizam” (VASCONCELLOS, 1968, p. 163). Sobre a relação entre o barroco mineiro e as obras de Machado de Assis e Oscar Niemeyer, ver VASCONCELLOS, 1968, p. 162-167.

agrícola passou a predominar nas Minas durante todo o século XIX, e isso teria transformado a cultura local, incorporando-lhe novos elementos na composição da sua identidade histórica. A “voz do ouro”, vibrante, inovadora, urbana e libertária, cedeu lugar à “voz da terra”, lenta, conservadora, rural e ordeira.⁴⁰⁶ A vida citadina arrefeceu-se, e com ela o comércio e as artes do período anterior. A fazenda, substituindo as minas, tornou-se o centro da economia e da sociabilidade local.

A percepção dessa transição variou significativamente ao longo da historiografia da mineiridade. Por um lado, havia aqueles que viam na vida rural a verdadeira “essência” de Minas Gerais, a raiz das suas tradições e costumes, e o ideal a ser preservado para o futuro. A “Minas do lume e do pão”, de Oliveira Vianna, sustentava que a raiz da força da família tradicional mineira estava nas suas origens rurais:

Essas feitura da alma mineira, essa singeleza, essa sobriedade, essa reserva, esse espírito patriarcal, donde lhe vêm? Não é difícil responder. Vêm do campo; na formação rural do próprio povo que elas buscam as suas origens e o cunho que as distinguem. Como todos os brasileiros, o mineiro é fundamentalmente um homem do campo, um homem de formação rural.⁴⁰⁷

A posição de Alceu Amoroso Lima segue na mesma direção, ao considerar que a mentalidade agrícola acabou prevalecendo sobre a mentalidade urbana do período minerador.⁴⁰⁸ Ainda segundo esse autor, essa transição foi sadia e positiva por ter fixado os traços de estabilidade, simplicidade e ascetismo na formação da “essência” de Minas Gerais, os quais o autor considerava uma vitória do século XIX: “O espírito aventureiro foi superado pelo realismo, ponderação e tradicionalismo. Eu diria que há no mineiro uma dose muito mais alta da filosofia de Sancho Pança, que a de D. Quixote.”⁴⁰⁹

Havia, por outro lado, as narrativas que concebiam a transição pela noção da “decadência”, alicerçada sobretudo a partir de critérios econômicos (esgotamentos das lavras auríferas e o desaparecimento de atividades permanentes, levando a uma involução rápida e completa de um sistema econômico⁴¹⁰) e culturais (ruralização da sociedade, drástica redução de obras artísticas e o maior isolamento cultural). Essa visão da história mineira, contudo, passou a ser fortemente questionada por muitos trabalhos recentes, que assinalam não uma decadência, mas um “rearranjo” das estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais em

⁴⁰⁶ CF. CARVALHO, 2005.

⁴⁰⁷ OLIVEIRA VIANNA, 1943 [1921], p. 47.

⁴⁰⁸ LIMA, 1983 [1945], p. 108-109.

⁴⁰⁹ LIMA, 1983 [1945], p. 25.

⁴¹⁰ Cf. FURTADO, 2007.

Minas Gerais, num debate vivo ainda hoje na historiografia mineira.⁴¹¹ Já em 1978, Maria Yedda Linhares apontava a necessidade de superar a tese da decadência mineira no século XIX, calcada numa “visão indiferenciada de uma decadência inexorável e monolítica, sem atender para as infinitas diversificações locais”.⁴¹² Já assinalamos também como Maria Arminda Arruda questionava a procedência de tal “decadência econômica”, embora a autora aceitasse a visão de uma “decadência cultural” nessa transição.

Entretanto, por mais inadequada que a categoria da decadência possa ser,⁴¹³ isso não elimina a sua ocorrência, enquanto percepção sobre a experiência do tempo, em obras importantes da historiografia essencialista-tradicional da mineiridade. Por isso, é importante verificar como essa categoria se insere nas explicações sobre o “caráter mineiro”. Nesse passo, é interessante notar que a imagem da decadência nem sempre esteve relacionada a traços negativos da mineiridade. Para Miran Latif, por exemplo, ela seria a raiz não apenas de atributos como o saudosismo passadista e a desconfiança exagerada, como também da vocação política dos mineiros. Foi em função da estagnação da economia aurífera que “os filhos dos senhores do ouro desertam as minerações para constituírem a nobreza da corte no primeiro reinado”.⁴¹⁴ Tornaram-se bons políticos, aliando o descortino romântico (Quixote) com as ponderações realistas (Sancho) – ao contrário do que pensava Amoroso Lima, como vimos. O declínio da exploração do ouro não teria implicado uma decadência moral ou política, mas sim o desenvolvimento de novos valores que também são elementos constitutivos do “espírito de Minas”: “Os Dons Quixotes e Sanchos, surgidos das minerações setecentistas, também adquiririam no século XIX, com as minerações decadentes, muito senso jurídico.”⁴¹⁵

A categoria da “decadência das Minas” foi também utilizada por Sylvio de Vasconcellos, embora sob uma perspectiva diversa, pois em vez de estabelecer uma relação de continuidade entre os dois estratos temporais, como se fizessem parte de uma mesma história, o autor defendia a separação entre as Minas e as Gerais como mundos históricos opostos e irredutíveis um ao outro. A civilização do ouro teria entrado em decadência – crise

⁴¹¹ Esse debate surgiu após o trabalho de Roberto Borges Martins, que caracterizou a economia mineira do período provincial como a maior província escravista do Brasil, e sua economia era voltada sobretudo para a subsistência, com uma pequena área de exportação de café. Cf. MARTINS, 1980. Um ponto de vista oposto, que reforçava a importância da economia exportadora em Minas nesse período – embora também concordando com a refutação à tese da decadência – pode ser visto em SLENES, 1988. Um apanhado geral desse debate pode ser visto em FREITAS, 2009, p. 14-27.

⁴¹² LINHARES, 1979, p. 168.

⁴¹³ Cf. LE GOFF, 2013.

⁴¹⁴ LATIF, 1960 [1936], p. 200-201.

⁴¹⁵ LATIF, 1960 [1936], p. 211.

da mineração, retraimento da vida urbana, ensimesmamento cultural, empobrecimento da arquitetura local –, mas, ainda assim, manteve intacta a sua identidade mesmo após o avanço das Gerais: “No Século XIX, quando as Minas entram em decadência, a nova fase da história regional não interpenetra nem continua a anterior. É nova e outra em todos os sentidos.”⁴¹⁶ Houve uma redução das possibilidades de afirmação da mineiridade, mas não o desaparecimento ou diluição dos seus traços formadores.

Tais interpretações da transição histórica mineira comportam diferenças significativas, mas elas também demonstram que a mineiridade, mesmo enquanto “essência” ou “caráter” fixo, encontra na história um dos seus suportes fundamentais. Pela própria natureza das nossas fontes, e em função do referencial teórico adotado, inclinamo-nos a considerar que o discurso da mineiridade, inclusive de caráter essencialista, não deve ser lido como “atemporal”, pois ele está fundado justamente pela articulação temporal operada pela composição de uma intriga. É por isso que a narrativa constitui-se como um desafio ao tempo, pois ela procura dar sentido ao que é disperso, e isso pode ser feito de múltiplas maneiras.⁴¹⁷ Para compreender como isso funciona na historiografia da mineiridade, torna-se fundamental investigar as relações e significados entre espaço de experiência e horizonte de expectativas presentes nos textos.

A própria explicação do “caráter”, por mais a-histórico que possa se apresentar, está sempre construída a partir de visões (particulares) sobre a história de Minas Gerais, como vimos ressaltando até aqui. Embora se anuncie como algo puramente estático, a noção de “caráter mineiro” também implica o processo de sua formação (sedimentação de hábitos e costumes adquiridos) que os intérpretes precisavam explicar através de argumentos históricos, de modo a conferir maior fundamentação à própria caracterização. Nesse sentido, a explicação do “caráter” está na sua dimensão histórico-narrativa, isto é, sua ipseidade, que o conceito tende a encobrir, mas não a eliminar totalmente.⁴¹⁸

Se partirmos dessa perspectiva conceitual, poderemos compreender melhor a presença de uma terceira camada temporal presente na historiografia da mineiridade: a fase recente de industrialização e urbanização do estado e sua maior interligação interna e externa via estrada de ferro e, mais tarde, as rodovias. Esse terceiro estrato de tempo – que José Murilo de Carvalho denominou a “voz do ferro” –,⁴¹⁹ situado menos no espaço de experiência do que no horizonte de expectativa, também adquiriu diversos contornos e significados, quase sempre

⁴¹⁶ VASCONCELLOS, 1968, p. 194.

⁴¹⁷ Cf. RICOEUR, 2010.

⁴¹⁸ Sobre o conceito de “caráter”, cf. RICOEUR, 1991.

⁴¹⁹ CARVALHO, 2005.

nas conclusões dos textos. Nelson de Senna e Miran Latif viam com confiança e otimismo a nova fase da história mineira, que para ambos seria representada sobretudo pela nova capital, Belo Horizonte.⁴²⁰ Essa confiança, por sua vez, se justificava na permanência das tradições mineiras, fundamentais para a construção de um “futuro melhor” – um modo de articulação temporal típico da formulação essencialista das identidades:

Esperança de que, ainda em meio à áspera luta de uma era industrial, não sobrassem corações que amem a beleza e a bondade (...) e timbrem no propósito alevantado de não deixar perecer os ideais de uma raça meiga e sonhadora. Fé, Senhores, nesse poderoso instinto que leva os povos a conservarem as suas crenças mais sentidas e suas mais caras tradições.⁴²¹

Entretanto, o tom que acabou prevalecendo na historiografia da mineiridade é o de pessimismo e crença numa possível “descaracterização” da mineiridade. Já vimos como a obra histórica de Diogo de Vasconcellos pode ser considerada uma reação frente ao processo de modernização pelo qual passavam o país e as Minas Gerais, especialmente em função da mudança da capital. Também assinalamos que Alceu Amoroso Lima concebia *Voz de Minas* como uma reação às forças modernizadoras que avançavam sobre o estado, inclusive pela ajuda de alguns mineiros “infieis” a suas tradições.⁴²² Oliveira Vianna, por sua vez, afirmava a necessidade de “mantê-las [as tradições familiares mineiras] tanto quanto possível dentro da fatalidade evolutiva da civilização”.⁴²³ E mesmo Sylvio de Vasconcellos, que atribuía um espírito mais moderno à mineiridade, também fazia prognósticos pessimistas para as Minas, cada vez mais diluídas pelo crescimento de “complexos industriais-agrícolas” oriundos das Gerais, que se preparavam para assumir o comando local, graças ao crescente progresso do estado.⁴²⁴

Encontra-se nessas formulações o reconhecimento de que o “progresso de Minas”, uma vez desvinculado das tradições regionais, poderia representar alterações que, no limite, levariam à “descaracterização” da mineiridade, como se esta fosse algo acabado e definitivo, não suscetível a mudanças. Por isso, seria necessário preservar e valorizar as suas tradições e conservá-las a despeito das forças atuais que tendem a diluí-las em nome de valores estranhos. Trata-se de uma concepção de temporalidade histórica como um processo linear determinado por princípios (as tradições regionais) que se conservam ao longo do tempo como elementos

⁴²⁰ LATIF, 1960 [1936], p. 206.

⁴²¹ SENNA, 2006, p. 74.

⁴²² Cf. LIMA, 1983 [1945], p. 52.

⁴²³ OLIVEIRA VIANNA, 1943 [1921], p. 52.

⁴²⁴ Cf. VASCONCELLOS, 1968, p. 196-197.

de um “subconsciente coletivo”. Qualquer transformação que represente uma diluição ou ruptura com esses princípios acarretaria malefícios para a sociedade regional. Fica claro que essa mesma ideia indica uma certa incapacidade de se delinearem novos projetos para o futuro, pois tende a ignorar a experiência de opressão e exclusão que marcou a história de Minas Gerais e do Brasil.

O tom fechado e conservador do discurso era reforçado pela atribuição de um conservadorismo “natural” aos mineiros, uma caracterização também bastante recorrente entre os intérpretes: “O mineiro é psicologicamente conservador. Não muda sem mais aquela. Onde se instala, fica. Desconfia de mudanças.”⁴²⁵ Certos símbolos relacionados à mineiridade contribuíam para esse reforço, entre os quais a montanha (estabilidade e da duração); o centrismo mineiro (a mudança sem rupturas, controlada para preservar a ordem); a família tradicional (fundamento das relações sociais em Minas) e a forte religiosidade católica (respeito à hierarquia e aos ditames morais tradicionais). Todos esses elementos convergiam para a construção de uma imagem eminentemente conservadora de Minas Gerais, condizente, aliás, com o conservadorismo da maior parte dos seus intérpretes.

Ao assumir esses contornos, o discurso essencialista-tradicional se contrapunha ostensivamente à dinâmica sociocultural moderna, caracterizada pela intensificação das trocas culturais a nível global e a dissolução dos padrões tradicionais de sociabilidade.⁴²⁶ Paradoxalmente, o caráter cosmopolita que marcou a mineiridade nas suas “origens” setecentistas se transmutou numa representação da experiência do tempo marcadamente tradicionalista. Uma vez formada, ela passaria a desempenhar o papel de guardião das tradições nacionais para resistir ao “espírito moderno”,⁴²⁷ ou à “fatalidade evolutiva da civilização”.⁴²⁸ Assim, o futuro de Minas encontra-se, de certa forma, preso ao passado, pois sua missão era garantir a permanência das tradições e identidade regional/nacional como forma de reagir à modernização do país.

Mais uma vez, o aspecto conservador do discurso sobressai. A continuidade do passado prevalece sobre a abertura ao futuro, pois a ameaça de “descaracterização” deveria ser combatida e evitada em nome da unidade regional, que deveria ser regida por valores tradicionais – inclusive para não corromper a própria natureza tradicionalista do “ser mineiro”. Ao adquirir essa configuração, o discurso essencialista-tradicional atua menos como apoio do que uma barreira às mudanças das estruturas tradicionais de dominação. Entretanto,

⁴²⁵ LIMA, 1983 [1945], p. 30.

⁴²⁶ Cf. BAUMAN, 2005; HALL, 2011.

⁴²⁷ LIMA, 1983 [1945], p. 29 e seq.

⁴²⁸ OLIVEIRA VIANNA, 1943 [1921], p. 52.

se considerarmos a mineiridade não como um “caráter”, mas uma representação elaborada no nível do discurso, sempre a partir de pontos de vista parciais e historicamente condicionados, então não só essa ideia de “descaracterização” deixa de fazer sentido, como também o peso conservador da formulação essencialista abre-se para relativizações e problematizações. Trata-se, sobretudo, de compreender os discursos como ações, enraizadas na história e sempre carregadas de intenções políticas, e tomar posição diante dos “retratos” por eles apresentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Façamos a revolução
antes que o povo a faça
antes que o povo a praça
antes que o povo a massa
antes que o povo na raça
antes que o povo: A FARSA.

O senso grave da ordem
o censo grávido da ordem
o incenso e o gáudio da ordem
a infensa greve da ordem
a imensa grade DA ORDEM.

(...)

Libertas quae sera tamen
liberto é o ser que come
livre terra ao sertanejo
livro aberto será a trama
LIBERTO QUE SERÁ O HOMEM

Affonso Ávila, *Frases-feitas*

Dar forma final a esta dissertação é ao mesmo tempo tarefa embaraçosa e arriscada. Fôssemos aqui sustentar posições categóricas, cairíamos numa contradição teórica que comprometeria todo o nosso trabalho. Ao término dessa longa viagem, estamos ainda mais convencidos da lição drummondiana de que o segredo da palavra Minas continua “irrevelável”, o que poderia dar a impressão de que não conseguimos “sair do lugar”. Todavia, se em vez de procurarmos por respostas definitivas, admitirmos a incompletude e a pluralidade dos processos de identificação, então as contribuições de nossas análises adquirem maior clareza e relevância.

Ao longo de nossa trajetória, analisamos como a historiografia da mineiridade construiu e difundiu o imaginário sobre Minas ao longo do século XX. Iniciamos nosso percurso estabelecendo os marcos teórico-conceituais que permearam toda a pesquisa. Buscamos por uma compreensão do conceito de “identidade” que escapasse ao teor aparentemente “a-histórico” que ele supostamente carrega. A distinção entre as concepções essencialistas e não essencialistas nos pareceu extremamente promissora: não apenas por ajudar na apreensão da carga temporal dos significados ligados às identidades culturais, mas também por permitir visualizar o desenvolvimento histórico do próprio discurso, que caminhou gradativamente do predomínio da primeira para a segunda formulação.

A partir dessas considerações de nível teórico, encontramos uma série de questões que poderiam nortear uma pesquisa sobre mineiridades. Sem pretender esgotar todas essas

possibilidades, optamos por focar nas relações entre história, escrita da história e construção das identidades. As abordagens cronológica e temática, complementares uma à outra, revelaram os meandros dessas relações, e se não chegamos a nenhuma conclusão definitiva, certamente fomos levados a uma compreensão totalmente refigurada sobre a identidade narrativa de Minas Gerais. Defendemos a tese segundo a qual o apelo ao discurso identitário está indissociavelmente ligado às experiências e expectativas dos sujeitos que atuam no mundo social; esse discurso, por sua vez, encontra na escrita da história uma de suas principais bases de sustentação, especialmente por ser o lugar onde os intérpretes buscavam conferir “veracidade” e “legitimidade” à confecção dos seus retratos. Nesse sentido, procuramos responder a três questões principais.

Num primeiro nível, analisamos o modo como os intérpretes lançavam mão de argumentos históricos para as suas caracterizações sobre a mineiridade. Encontramos uma série de convergências e divergências que indicam menos o conteúdo real dessa história do que os interesses e motivações subjacentes aos textos. Para desvelar essa carga política, sombreada pela declaração de “objetividade” e “neutralidade” dos autores, buscamos fazer uma “ponte-aérea” entre o discurso e o vivido, o texto e o seu contexto, a crítica interna e externa das fontes. Essa postura interpretativa permitiu um novo olhar sobre as nossas fontes, compreendendo-as como ações cujos significados vão muito além da dimensão puramente enunciativa do discurso.

Para captar esses significados, orientamos nossa reflexão no sentido de questionar como a historiografia da mineiridade conferiu sentidos para a experiência temporal mineira, sobretudo porque consideramos, na esteira dos referenciais teóricos utilizados, que a atribuição de um tempo histórico comum é uma das bases principais das representações identitárias. Os intérpretes essencialistas, embora possuam também diferenças significativas entre si, privilegiaram o polo da identidade-*idem* em relação à identidade-*ipse*, na medida em que o espaço de experiência englobava o horizonte de expectativa, resultando numa caracterização fechada para as mudanças que não sejam no sentido de sua “descaracterização”. Daí a necessidade, segundo essas interpretações, de defender as tradições mineiras, fundamentos da unidade regional, e que guardariam em si mesmas a valorização do passado sobre o futuro, da estabilidade sobre o devir.

Por outro lado, esse questionamento nos permitiu perceber melhor como ocorreu um deslocamento importante na historiografia da mineiridade: o foco da questão cada vez mais deixou de ser sobre *o que é o mineiro*, para uma compreensão sobre *o que foi dito sobre o mineiro*, indicando o caráter mais reflexivo dessas análises não essencialistas, que ora

ênfatisam a natureza político-ideológica do fenômeno, ora como uma construção mítica que marcou a história política e cultural de Minas e do Brasil. Aqui, a história era vista menos como o repositório da memória oficial da região do que como a base para uma crítica a essa memória.

Finalmente, procuramos problematizar os significados políticos e sociais que os textos mobilizavam para discorrer sobre o tema. Constatamos a ampla predominância, no caso dos textos essencialistas, de uma visão conservadora de mundo, condizente com a própria ordenação do tempo na qual o passado serve como fonte de autoridade para o futuro. Essa matriz conservadora da mineiridade foi indicada em diversos momentos deste trabalho, bem como as suas nuances de significado. Minas representaria, então, os valores de duração, permanência, resistência às mudanças, o equilíbrio e a conciliação com vistas a evitar rupturas, a Liberdade dentro da Ordem, o contrário de revolução, e a tradição que resiste ao moderno. Contribuiu para isso a afirmação recorrente da natureza conservadora do próprio “ser mineiro”, numa espécie de relação circular e autolegitimadora. Ao adquirir essa configuração, o discurso essencialista-tradicional da mineiridade funcionou sobretudo como uma barreira aos movimentos sociais de contestação à ordem tradicional.

Nesse ponto, fomos impelidos pela busca por posicionamentos críticos ao discurso essencialista-tradicional. Com isso, não estamos insinuando que o conservadorismo seja uma visão de mundo totalmente retrógrada e autoritária que deva ser eliminada, pois a democracia pressupõe a pluralidade de vozes e tendências políticas. Nosso esforço, porém, foi de problematizar tal visão conservadora, por acreditarmos que muitas transformações são urgentes, principalmente se considerarmos as profundas divisões e desigualdades sociais, os entraves para a participação política dos setores extraelite e a enorme diversidade sociocultural em Minas Gerais, que tendem a ser dirimidos pelo discurso essencialista-tradicional.

O momento atual certamente favorece uma interpretação como a que propomos nesta dissertação. Não apenas porque a historiografia geral sobre Minas Gerais vem cada vez mais privilegiando o particular e o plural sobre o geral e o universal, como também devido à maior integração de Minas Gerais e do Brasil ao fenômeno da globalização econômica e cultural nas últimas décadas. Dentre as inúmeras transformações ocasionadas por esse processo, está o estreitamento das referências identificadoras tradicionais. As identidades não se caracterizam mais por unificar uma “comunidade de destino” – a nação e, por extensão, as regiões –, mas por organizarem-se em grupos de interesse mais próximos das pessoas. “Não é por acaso que mulheres, negros, homossexuais, etc., ganham maior visibilidade no nosso tempo,

reafirmando suas formas de ser enquanto grupos e reivindicando incessantemente seus espaços.”⁴²⁹ A profusão desses grupos estabelece a alteridade e rearticula as identidades, agora múltiplas e não mais engessadas pelo discurso essencialista.

A mineiridade, enquanto referência identificadora, foi construída historicamente no sentido de apagar as diferenças internas e dar coesão ao “povo mineiro” e atribuir-lhe uma feição marcadamente conservadora. Atualmente, porém, configura-se um consenso de que essa perspectiva traz grandes desvantagens no sentido de construir um ambiente mais pluralista, inclusivo e participativo em Minas e no Brasil. Outra desvantagem reside na incompatibilidade entre o apego ao passado da mineiridade tradicional e o contexto atual de grande velocidade e intensidade das trocas culturais. Diante desse quadro, é possível ainda falar em mineiridade sem cair no essencialismo? Resta alguma outra alternativa que não seja a de propor a implosão ou o abandono dessa referência?

São questões de difícil solução. O certo é que, enquanto o sentimento da “Minas patriazinha”, para retomar a expressão de Guimarães Rosa, subsistir no imaginário regional, continuarão surgindo múltiplas falas sobre Minas e os mineiros, e defender a total negação dessas falas é uma postura não apenas contraproducente, como também beira ao autoritarismo. Se a estratégia é relativizar, ou mesmo transformar os significados historicamente atrelados ao imaginário da mineiridade, acreditamos que o melhor caminho passa primeiro pela compreensão de como esses significados se construíram e se articularam na formação do “mineiro” enquanto posição de sujeito. Afinal, deve-se considerar que a fragmentação das identidades não significa o completo desaparecimento das referências tradicionais, ou a substituição total de velhas identidades por novas. Elas continuam presentes e atuantes, embora tenham que conviver com a “concorrência” de outras possibilidades de identificação.

Mais que isso, a identificação se dá cada vez mais de maneira fluída e cambiável, e o elemento “global”, em vez de eliminar o “local”, articula-se com ele e fornece-lhe novas significações, que podem se direcionar tanto para a legitimação quanto para a problematização das identidades tradicionais. Com o avanço da globalização, novos conteúdos culturais compartilhados em extensões muito maiores do que a realidade regional alteram as identidades locais e reforçam a multiplicidade de referências identitárias para os sujeitos.

⁴²⁹ D’ALESSIO, 1998, p. 279.

Esse quadro fortalece a compreensão de que a mineiridade não se prende necessariamente à formulação essencialista-tradicional. A peça *Onqotô*, produzida em 2005 pelo Grupo Corpo, de Belo Horizonte, é um exemplo recente de apropriação de certos elementos da mineiridade – como indica o próprio título, uma forma “mineira” de se perguntar “onde que eu estou” – que não se deixa prender a uma temática estritamente regional, muito menos aos estereótipos produzidos pelo discurso essencialista-tradicional. Aliás, a peça não se atém a representar exclusivamente os significados e as representações supostamente “típicas de Minas”. Em vez disso, a obra busca dialogar com temas universais e inquietações mais gerais do ser humano – o que ajuda a explicar o grande sucesso dessa peça para muito além das fronteiras do estado.⁴³⁰

Também no campo da política, o apelo à mineiridade se faz notar com grande frequência em nossos dias. A fala de Aécio Neves, citada na introdução desta dissertação, é um exemplo de como certos elementos do discurso essencialista-tradicional (a imagem do mineiro como conciliador e síntese do Brasil) ainda se fazem presentes no discurso de importantes lideranças políticas regionais. Aliás, ao retomarmos esse exemplo, nos damos conta mais claramente de termos chegado a um estágio mais elevado de compreensão do fenômeno da mineiridade, pois já informados das trajetórias e significados que marcaram a construção do imaginário regional.

Tal ganho de compreensão nos possibilita, por sua vez, tomar posições mais consistentes diante das situações em que se mobiliza essa referência identificadora. Afinal, o estudo historiográfico sobre identidades deve não apenas lançar luz aos processos ligados à sua elaboração, mas também viabilizar aos sujeitos se posicionarem em relação ao próprio discurso essencialista-tradicional, sem se deixar aprisionar por ele. Por isso mesmo, essa tarefa deve ser completada pelo leitor, sujeito ativo no processo de construção de sentidos de um texto. A opção de deixar em aberto quais posições de sujeitos devem (ou não) ser seguidas pelos “mineiros” não é uma forma de se esquivar do problema; trata-se, sobretudo, de uma postura política e intelectual.

Ao mesmo tempo, nos deparamos com uma grande pluralidade de questões que derivam de nossas análises. Uma delas é pensar como a historiografia da mineiridade se situou em relação às demais formas discursivas que também influíram na construção do imaginário mineiro – a literatura, o cinema, a música, os discursos políticos, entre outros. Seria possível encontrar formulações alternativas ao discurso essencialista-tradicional que

⁴³⁰ Cf. COSTA; NERCOLINI, 2010.

predominou nas nossas fontes? Outra questão interessante seria fazer uma análise comparativa com outras regiões do Brasil: como se configuraram os discursos sobre a “paulistanidade”, “gauchismo”, “baianidade”, entre outros? Teria ocorrido algum processo semelhante de transição entre essencialismo e não essencialismo? Essa própria categorização poderia se sustentar para uma análise desses discursos? Essas são algumas perguntas que, para serem melhor respondidas, merecem um estudo mais aprofundado, que vai muito além do escopo deste trabalho.

Chegamos ao final de nossa caminhada e esperamos ter contribuído para o leitor elaborar suas próprias reflexões sobre o tema, de forma livre e autônoma. Ao delinear os contornos adquiridos pelo imaginário regional no âmbito da historiografia da mineiridade, procuramos explorar algumas possibilidades de posicionamento crítico à formulação essencialista-tradicional, mas sem esperar definir um discurso alternativo, tampouco estabelecer posições fixas e totalizantes. Nosso objetivo foi, sobretudo, auxiliar o leitor a reelaborar a sua própria identificação como “mineiro”, mesmo que seja no sentido de dizer: “eu não sou isto” – e sem categorizar essa possibilidade como uma “traição” a Minas Gerais.

Afinal, tomar posições de sujeito é, sobretudo, um ato de Liberdade. Mas não nos atreveríamos a definir o que seria essa Liberdade, muito menos submetê-la à Ordem da mineiridade. Contentemo-nos, por ora, com a força e a universalidade do verso de Cecília Meireles:

*Liberdade – essa palavra
que o sonho humano alimenta:
que não há ninguém que explique,
e ninguém que não entenda!*⁴³¹

⁴³¹ MEIRELES, 1965, p .70.

FONTES E REFERÊNCIAS

1) FONTES

ARAÚJO, Laís Corrêa. Mineirice-mineiridade-mineiriana. *Minas Gerais*, Suplemento Literário, Belo Horizonte, v. 9, n. 405, p. 5, 5 jun. 1974.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BARROCA, Alberto. *Dias de Minas*: conceito de mineiridade. Belo Horizonte: [s.n.], 1990.

BARROS, José Luiz de Vasconcellos. *O enigma da mineiridade*: característica antropológica ou mera suposição? Porto Alegre: Editora dos Autores Médicos, 1999.

BRANT, Celso. *A Nova Inconfidência*. Belo Horizonte: Edições do Autor, 2002.

CAMELLO, Roque José de Oliveira (Coord.). *16 de Julho*: o Dia de Minas. Belo Horizonte: Editora Lemi, 1991.

CAMPOS, Milton Soares. O papel de Minas no Brasil. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 2., 1957, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1957. p. 227-239.

CARVALHO, Daniel de. Formação histórica das Minas Gerais. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 1., [1957?], Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, [1957?]. p. 7-30.

CARVALHO, Teófilo Feu de. Questões históricas e velhos enganos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 3-42, 1933.

DIAS, Fernando Correia. *A imagem de Minas*: ensaios de sociologia regional. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

_____. Mineiridade: construção e significado atual. *Ciência e Trópico*, v. 13, n. 1, p.73-89, 1985.

DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. In: *Ciências Sociais Hoje*: anuário de antropologia, política e sociedade. São Paulo: ANPOCS: Cortez Editores, 1984, p. 7-32.

_____. Identidade regional e ideologia: o caso de Minas Gerais. *Textos de sociologia e antropologia*, Belo Horizonte, v. 1, n. 27, p. 1-36, nov./dez. 1988.

FREYRE, Gilberto. Ordem, liberdade, mineiridade. In: _____. *6 conferências em busca de um leitor*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965 [1946].

FRIEIRO, Eduardo. Fantasias em torno do “mito de Minas”. In: _____. *Páginas de crítica e outros escritos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1955. p. 419-426.

_____. *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982 [1966].

GUSTIN, Fádua Maria de Souza; LANNA Jr., Mário Cléber Martins (Org.). *Memória política de Minas Gerais*: Nelson Coelho de Sena. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2006. (Obras de referência)

IGLÉSIAS, Francisco. Reedição de Diogo de Vasconcellos. In: _____. *História antiga das Minas Gerais*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. v. 1.

LATIF, Miran de Barros. *As Minas Gerais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1960 [1936].

LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas: ensaio de sociologia regional*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1945].

MACHADO FILHO, Aires da Mata. Prefácio. In: VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade: ensaio de caracterização*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

MARSCHNER, João. Marschner, o Suplemento e a mineiridade. *Minas Gerais, Suplemento Literário*, Belo Horizonte, v. 1, n. 7, p. 1, 5 out. 1966.

MATOS, Mario. Lançamento da pedra fundamental da herma na Praça Diogo de Vasconcellos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 1, 1945.

MELO, Péricles Capanema Ferreira e. *Minas, os mineiros e seus mineirismos: um ensaio de interpretação*. São Paulo: Artpress, 2002.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. Continuidade e atualidade política de Minas. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 4., 1977. Belo Horizonte: *Anais...* Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 1977. p. 13-39.

NEVES, Aécio. Quero me casar de novo (Capa). *IstoÉ Gente*, São Paulo, 30 set. 2002. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoegente/165/reportagens/capa_aecio_casar.htm>. Acesso em: 22 fev. 2015.

OLIVEIRA TORRES, João Camilo de. *O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011 [1944]. (Série Alfarrábios)

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. Minas do lume e do pão. In: _____. *Pequenos estudos de psicologia social*. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942 [1921]. p. 30-53.

PINHEIRO, João. Ao povo mineiro: manifesto-programa. In: BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). *Ideias políticas de João Pinheiro: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos*

selecionados. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p. 177-197.

PRIMEIRO SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 1982, Diamantina. *Minas não há mais?* Belo Horizonte: [s.n.], 1982.

SENNA, Nelson Coelho de. Efemérides e fatos mineiros. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 3, n. 1, p. 149-168, 1898.

_____. *Tradições mineiras*. Belo Horizonte: Typographia do Diário de Minas, 1909a.

_____. *Anuario historico-chorographico de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1909b.

_____. *A terra mineira*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926 [1924]. 2 v.

_____. Oração proferida pelo Prof. Nelson de Senna, em nome da Academia Mineira de Letras. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 1, v. 1, 1945.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Administração Regional em Minas Gerais. *Minas Perpétua: paisagens, culturas, gentes e riquezas*. Belo Horizonte: SESC/MG, 1986.

SOUZA SOBRINHO. *A importância de Minas na política nacional*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1973.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o Golpe de 1964*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

VASCONCELLOS, Diogo L. A. P. de. Discurso de inauguração do IHGMG. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 213-220, 1909.

_____. *História antiga das Minas Gerais*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974 [1904]. 2 v.

_____. *História média das Minas Gerais*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1948 [1918].

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade: ensaio de caracterização*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte: Centro de Estudos históricos João Pinheiro, 1998. 2 v.

_____. Palavras preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 1, n. 1, p. I-VI, jan./mar. 1896.

2) REFERÊNCIAS

ABDALA, Monica C. *Receita de mineiridade: a cozinha e a construção da imagem do mineiro*. Uberlândia: EDUFU, 1997.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Carlos Drummond (Org.). *Brasil, terra & alma: Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1967.

ANDRADE, Mariza Guerra. Estudo crítico. In: OLIVEIRA TORRES, João Camilo de. *O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011 [1944]. (Série Alfarrábios)

ÂNGELO, Marcel Henrique. *Vozes das montanhas: a representação social do político mineiro em textos de Aécio Neves*. 2005. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Crítica da Cultura) – Faculdade de Letras, Universidade de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2005.

ANÔNIMO. *Discurso histórico e político sobre a sedição que nas Minas houve no ano de 1720*. Estudo crítico, estabelecimento do texto e notas Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: FJP (Centro de Estudos Históricos e Culturais), 1994. 196 p. (Série Mineiriana Clássicos)

ANTUNES, Álvaro; SILVEIRA, Marco Antônio. Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, Ouro Preto, v. 2, n. 1, mar. 2007.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BARBOSA, Maria Claret Carneiro. *A participação da mulher na história de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Trad. Rita Buongiorno e Pedro de Souza. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMEISTER, Roy. How the Self Became a Problem: a Psychological Review of Historical Research. *Journal of Personality and Social Psychology*, Washington, v. 52, n. 1, p. 163-176, 1987.

BICALHO, Carlos Henrique; OLIVEIRA, Françoise; BRANDÃO, Mariana. *Conjunto arquitetônico Sylvio de Vasconcellos*. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=sylvio_de_vasconcellos.pdf>. Acesso em: 17 set. 2014.

BINDÉ, Jérôme. Em busca da agenda do milênio. In: MENDES, Cândido (Coord.). *Pluralismo cultural, identidade e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 23-26.

BOMENY, Helena. Pinheiro da mineiridade. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 141-150, maio/ago. 1990.

_____. *Guardiães da razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

_____. *Por que estudar História?* São Paulo: Ática, 2007.

_____. Convicções e coerências de um cultor de Clio. In: ROMEIRO, Adriana; SILVEIRA, Marco Antônio (Org.). *Diogo de Vasconcelos: o ofício do historiador*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 11-14.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRAGA, Vanuza Moreira. *Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

BRASILEIRO, Vanessa Borges. *Sylvio de Vasconcellos: um arquiteto para além da forma*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos: do patronato de d. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 40, v. 21, p. 59-83, 2001.

CAPANEMA, José. Alceu Amoroso Lima e seu encontro com a verdade. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, p. 2-3, 24 dez. 1983.

CARVALHO, José Murilo. Ouro, terra e ferro: vozes de Minas. In: GOMES, Ângela de Casto (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 55-78.

_____. Trajetórias republicanas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 2, v. 44, jul./dez. 2008.

_____. *Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder. Regionalismo político no Sul de Minas Gerais: notas sobre o movimento separatista de 1892. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (Orgs.). *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru: EDUSC, 2012, p.39-68.

CAVALCANTI, Orlando. *Os insurretos de 43: o manifesto dos mineiros*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1945].

CEDRO, Marcelo. *JK desperta BH: a capital de Minas Gerais na trilha da modernização*. São Paulo: Annablume, 2009.

CÉSAR, Guilhermino (Org.). *Minas Gerais: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1970.

COELHO, Rafael Senra. *Dois lados da mesma viagem: a mineiridade e o clube da esquina*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010.

CORGOZINHO, Batistina Maria de Souza; FERREIRA, José Heleno; ARRUDA, Lúcia Maria Silva (Org.). *História e memória do centro-oeste mineiro: perspectivas*. Belo Horizonte: O Lutador, 2013.

COSTA, Fernanda Miranda Alves; NERCOLINI, Marildo José. A representação da mineiridade: o Corpo e o Galpão das Gerais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 6, 2010, Salvador. *Anais...* Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.

COSTA, João Batista de Almeida. Minas Gerais na contemporaneidade: identidade fragmentada, a diversidade e as fronteiras regionais. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 117-137, jan./jun. 2009.

COSTA, Marcelo Timotheo. *Entre a biografia e a história: o caso de Alceu Amoroso Lima*. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.426.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

_____. *Um itinerário do século: mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Edições Loyola, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Alceu Amoroso Lima*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

D`ALESSIO, Márcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *Projeto história*, São Paulo, n.17, p. 269-280, nov. 1998.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; SILVA, Vera Alice Cardoso. *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*. Petrópolis: Vozes; Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1985.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002.

DISCURSO histórico e político sobre a sedição que nas Minas houve no ano de 1720. Estudo crítico, estabelecimento do texto e notas: Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: FJP (Centro de Estudos Históricos e Culturais), 1994. 196p. (Série Mineiriana Clássicos)

DRUMMOND, Roberto. Quando a oligarquia mineira cai do cavalo. *O Estado de Minas*, Belo Horizonte, p. 8, 6 nov. 1986.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; LIMA, Alceu Amoroso. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. MACHADO, Roberto (Org.). Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREIXEIRO, Fábio. Tristão de Athayde: um pseudônimo sexagenário. *Minas Gerais*, Suplemento Literário, Belo Horizonte, p. 5, 5 fev. 1981.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Usiminas conta sua história*. Belo Horizonte: FJP, 1989.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Historiografia mineira: tendências e contrastes*. *Vária História*, Belo Horizonte, n. 20, p. 45-59, mar./1999.

FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Diversidade econômica e interesses regionais: as políticas públicas do governo provincial mineiro (1870-1889)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

_____. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____. Memória, política e tradição familiar: os Pinheiro das Minas Gerais. In: _____ (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 79-108.

GOMES, Ângela de Casto (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GOUREVITCH, A. Y. O tempo como problema da história cultural. In: RICOEUR, Paul (Org.). *As culturas e o tempo: estudos reunidos pela UNESCO*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 263-283.

GOUVEIA, C. F.; CAETANO, P.H. O discurso da mineiridade no Estado de Minas como forma de legitimação da aliança PT-PSDB nas eleições de Belo Horizonte de 2008. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, XVII, 2012, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: [s.n.], 2012.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GUIMARÃES ROSA, João. Minas Gerais. In: _____. *Ave, palavra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. p. 245-250.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 68-75, 1996.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HELENO, Alexandre Peixoto. Aspectos da cultura política das esquerdas juiz-foranas: a perspectiva da mineiridade. In: COLÓQUIO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL, 1., 2005, Juiz de Fora. [*Anais eletrônicos...*] Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a4.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

HERDER, Johann Gottfried. Ideias para a filosofia da história da humanidade. In: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Prefácio de Antônio Cândido e posfácio de Evaldo Cabral de Mello. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. In: CARNEIRO, Edison *et al.* *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 1957. p. 43-91.

HRUBY, Hugo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH – SEÇÃO RIO GRANDE DO SUL, IX, 2008, Porto Alegre. [*Anais eletrônicos...*]. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212158581_ARQUIVO_HugoHruby.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2015.

IGLÉSIAS, Francisco. Periodização da História de Minas. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, XXIX, jul.1970.

_____. *Três séculos de Minas*. Belo Horizonte: Biblioteca Pública Luiz de Bessa, 1985.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos César de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 119-143.

JOSÉ, Oíliam. *Historiografia mineira*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira e César Benjamin. Rio de Janeiro: PUC-RJ/Editora Contraponto, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7. ed. Campinas: UNICAMP, 2013.

LE MOS FILHO, Geraldo. Política industrial em Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 4., 1988, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1988. p. 135-154.

LIMA, Alceu Amoroso. *Idade, sexo e tempo: três aspectos da psicologia humana*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1953.

LINHARES, Maria Yedda. O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência. In: *Seminário sobre a cultura mineira: período colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.

LONGHI, Rogata Soares Del Gaudio. *Unidade e fragmentação: o movimento separatista do Triângulo mineiro*. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

LUCAS, Fábio. Síntese da história econômica. In: CÉSAR, Guilhermino (Org.). *Minas Gerais: terra e povo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. p. 105-122.

MAIA, Antônio Cavalcanti. Diversidade cultural, identidade nacional brasileira e os seus desafios contemporâneos. In: VIEIRA, Liszt (Org.). *Identidade e globalização: impasses e perspectivas da identidade e a diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 87-118.

MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem do século 20*. Bauru: EDUSC, 2012.

MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e protourbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX*. Berlim: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2002.

MATA-MACHADO, Bernardo da. O poder político em Minas Gerais: estrutura e formação. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 91-124, jan./abr. 1987.

MATA-MACHADO, Edgar de Godoi. *Edgar de Godoi da Mata-Machado: fé, cultura e liberdade*. Entrevista concedida a Lucília de Almeida Neves Delgado, Otávio Soares Dulci e Virgínia dos Santos Mendes. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edições Loyola, 1993.

MARTINS, Roberto Borges. *Growing in the Silence: the Slave Economy of Nineteenth Century Minas Gerais – Brazil*. Nashville: Vanderbilt University, 1980.

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Editora Crisálida/ICAM, 2009.

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna (Org.). *Novo dicionário biográfico de Minas Gerais: 300 anos de história*. Belo Horizonte: ICAM, 2013.

MATOS, Henrique José Cristiano. *Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936*. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2 v.

MEDEIROS, Bruno Franco; ARAÚJO, Valdei Lopes. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 43, n. 1, p. 22-37, jan./jul. 2007.

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1965.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3. ed. São Paulo: Alameda, 2008.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, Niterói, n. 26, v. 13, p. 15-31, 2009.

MELLO E SOUZA, Laura. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MELLO, Suzy de. Arquitetura moderna em Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A CULTURA MINEIRA: PERÍODO CONTEMPORÂNEO, 1980, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura em Minas Gerais, 1980. p. 39-55.

MENDES, Cândido (Coord.). *Pluralismo cultural, identidade e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MENEZES, Eduardo Diatahy. Alceu Amoroso Lima: A psicologia do homem brasileiro ou o homem brasileiro – um projeto inconcluso. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, n. 29, v. 1, p. 19-43, 1998.

MONTEIRO, Norma de Góes. A Revolução de 30: Vargas e sua luta pela hegemonia política em Minas. In: SEMINÁRIO SOBRE A CULTURA MINEIRA: PERÍODO COLONIAL, 1980, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1980. p. 13-37.

_____. *Dicionário biográfico de Minas Gerais: período republicano*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994. 2 v.

MORAIS, Luciana Patrícia de. *Culinária típica e identidade regional: a expressão dos processos de construção, reprodução e reinvenção da mineiridade em livros e restaurantes de comida mineira*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NEVES, Guilherme Pereira das. Da história como memória da nação à história como crítica da memória nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 22-25, 1987.

NIGRI, André; BARILE, João Pombo. Chavões e clichês alimentam a mineiridade. *O Tempo*, Caderno Magazine, Belo Horizonte, p. 3, 18 jan. 1998.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de; PERPÉTUO, Maini de Oliveira. O ensino na primeira escola de arquitetura do Brasil. *Revista Arquitectos*, Belo Horizonte, ano 6, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/06.066/408>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Minas Gerais na ditadura militar: lideranças e práticas políticas (1971-1983)*. Uberlândia: Rápida Editora, 2001.

OLIVEN, Ruben George. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. *Revista brasileira de ciências sociais*, São Paulo, ANPOCS, v.1, n.2, 1986.

_____. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. 2. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

PAGNOSSA, Tadeu Pamplona. *Operários, padres e soldados no Vale do Aço: um estudo das disputas de memória sobre conflitos de outubro de 1963*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

PELUSO, Washington Albino de Souza. *Minas do ouro e do barroco: as raízes históricas da cultura mineira*. Belo Horizonte: Barlavento, s/d.

PETTERSEN, Pedro Paulo Moreira. O desenvolvimento socioeconômico em Minas Gerais no século XX. In: SEMINÁRIO HISTÓRIA E MEMÓRIA DO CENTRO-OESTE MINEIRO, IV., 2013, Divinópolis. *Anais...* Divinópolis, 1958.

PIMENTA, José Dermerval. *A Vale do Rio Doce e sua história*. Belo Horizonte: Vega, 1981.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, 1992.

PORTO, Sérgio Dayrell. *A nova opulência das Geraes*. São Paulo: Cortez, 1982.

PRATES, Lincoln. Abertura do I Seminário de Estudos Mineiros. In: PRIMEIRO SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, [1957?], Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Imprensa Universitária, [1957?]. p. 5-6.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. O presentismo e a realidade brasileira em perspectiva. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n.14, jan./abr. 2014, p. 148-154. Resenha.

_____. A questão das identidades e a historiografia: uma interpretação crítica de *Rubro veio*. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 80-95, set./dez. 2014.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. História de Minas: condição de pesquisa e produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 173-176, set. 1982.

RESENDE, Otto Lara. Prefácio. In: VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa: O Aleijadinho*. Ribeirão Preto: Companhia Editora Nacional, 1979.

_____. Segredo de Minas. *Isto é*, São Paulo, p. 92-93, 14 out. 1981.

_____. Uma voz livre. *Minas Gerais*, Suplemento Literário, Belo Horizonte, p. 12, 24 dez. 1983.

REIS, Liana Maria. Mineiridade: identidade regional e ideologia. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 9, n. 11, p. 89-97, jan./jun. 2007.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Calmon a Bomfim – a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006. v. 2.

_____. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. v. 1.

_____. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. *Teoria & história: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

_____. *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II*. Porto: Rés, 1989.

_____. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Moreira César. Campinas: Papirus, 1991.

_____. *Tempo e narrativa*. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010. 3 v.

ROCHA, Simone Maira. Identidade regional, produção e recepção: a mineiridade na televisão. *Semiosfera*, Rio de Janeiro, v.3, n.4-5, 2003. Disponível em: <http://www.semiosfera.eco.ufrj.br/anteriores/semiosfera45/conteudo_rep_srocha.htm>. Acesso em: 22 set. 2013.

RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional. 1979.

_____. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-político*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ROMERO, Adriana. Guerra dos Emboabas: balanço histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 45, n. 1, p. 106-117, jan./jun. 2009.

ROMEIRO, Adriana; SILVEIRA, Marco Antônio (Org.). *Diogo de Vasconcellos: o ofício do historiador*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

RUY, José Carlos. *Mineiridade: quem ganha com ela?* Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/se/noticia/125524-1>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

SAINT-HILAIRE, August. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 2000.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo. Cidadania. In: FERES JÚNIOR, João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 43-64.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 5. ed. Porto: Afrontamento, 1996.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio: província de Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1976.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

SILVA, Marisa Ribeiro. *História, memória e poder: Xavier da Veiga, o arconte do Arquivo Público Mineiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SILVA, Mozart Linhares da. Identidade Cultural e alteridade: uma crítica ao essencialismo. In: FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO E SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA: EDUCAÇÃO, MÍDIA E VALORES, V-VII., 2005, Santa Cruz do Sul. *Anais...* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 200-212.

SILVA, Rodrigo Machado da. A caducidade das disposições transitórias: o polêmico debate a respeito da transferência da capital mineira (1890-1893). *Outros Tempos*, São Luís, v. 9, n. 14, p. 72-97, 2012.

_____. O Heródoto mineiro: da tradição monárquica à historiografia republicana. *Revista Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 56-65, jan./jul. 2010.

_____. *Entre antigos e mineiros: Diogo de Vasconcelos e a História da Civilização Mineira*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2013.

SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Vera Alice Cardoso. O significado da participação dos mineiros na política nacional durante a Primeira República. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, V., 1982, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1982.

_____. A obra de Fernando Correia Dias: o enfoque sociológico como método de apreensão da mudança histórica. *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, número especial (imagens de Minas – Homenagem a Fernando Correia Dias), maio 2004.

SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos econômicos*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 449-495, 1988.

SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

VASCONCELLOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico: Carla Maria Junho Anastasia. Transcrição e pesquisa histórica: Carla Maria Junho Anastasia, Marcelo Cândido da Silva. Belo Horizonte: FJP (Centro de Estudos Históricos e Culturais), 1994. (Série Mineiriana Clássicos)

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Thomas Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.